



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 154, QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 189ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA 15

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 15

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Mensagem nº 47/2019 (nº 243/2019, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia. **Aprovado** (votação nominal). 15

1.3.2 – Item extrapauta

Ofício "S" nº 35/2019 (nº 312/2019, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Aprovado** (votação nominal). 21

1.3.3 – Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 113/2015-Complementar (nº 106/2011-Complementar, na Câmara dos Deputados), que *altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para instituir a sociedade de garantia solidária, e dá outras providências*. **Aprovado** (votação nominal). ... 33

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113/2015-Complementar (**Parecer nº 234/2019-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À sanção. 46

1.3.4 – Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 22/2019 (proveniente da Medida Provisória nº 884/2019), que *altera a Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências*. **Aprovado** (Prejudicada a Medida Provisória nº 884/2019). À sanção. 47



1.3.5 – Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 20/2019, que *acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas*. **Aprovado** (Prejudicada a Medida Provisória nº 885/2019). À sanção. 52

1.3.6 – Requerimento

Nº 884/2019, de Líderes, de calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019. **Aprovado** 54

1.3.7 – Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019, primeiro signatário o Senador José Serra, que *prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 2-PLN), em primeiro turno, após Parecer nº 235/2019-PLN/SF**, proferido pelo Senador Antonio Anastasia, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e **Requerimento nº 885/2019** (votação nominal). 54

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019 (**Parecer nº 236/2019-CDIR/PLN-SF**). 64

Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019. **Aprovada em segundo turno** (votação nominal). À Câmara dos Deputados 64

1.3.8 – Apreciação de requerimento

Nº 772/2019, do Senador Jorge Kajuru e outros Senadores. **Aprovado**. 81

1.3.9 – Requerimento

Nº 887/2019, do Senador Davi Alcolumbre e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a comemorar os 25 anos da Advocacia do Senado Federal. **Aprovado**. 81

1.3.10 – Apreciação de requerimentos

Nºs 863, 865, 867, 869, 870 e 871/2019, dos Senadores Telmário Mota, Marcos Rogério, Marcos Rogério, Rodrigo Cunha, Humberto Costa e Rodrigo Pacheco, respectivamente. **Aprovados**. 81

Nº 886/2019, do Senador Davi Alcolumbre. **Aprovado**. 81

Nºs 859, 860, 861, 862, 866, 872 e 873/2019, dos Senadores Jaques Wagner, Angelo Coronel, José Serra, Weverton, Roberto Rocha, Elmano Férrer e Ciro Nogueira, respectivamente. **Aprovados**. 81

Nº 823/2019, do Senador Antonio Anastasia e outros Senadores. **Aprovado**. 82

1.3.11 – Requerimentos

Nº 888/2019, da Comissão de Assuntos Econômicos, de urgência para o Projeto de Resolução nº 102/2019. **Aprovado**. 82

Nº 889/2019, de Líderes, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 28/2019. **Aprovado**. 82

1.4 – ENCERRAMENTO 83

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 189ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara n ^{os} 92/2017, 23 e 44/2018	85
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei n ^o 2.129/2019	85
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei n ^o 888/2019	85
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei n ^o 1.766/2019 (Ofício n^o 46/2019-CAE).	86
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara n ^o 70/2016	88
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aos Substitutivos ao Projeto de Lei do Senado n ^o 152/2017 e ao Projeto de Lei n ^o 4034/2019 (Ofícios n^{os} 346 e 350/2019-CCJ).	89

2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Sociais (Ofício n^o 112/2019). <i>Designado o membro</i>	92
Do Senador Marcio Bittar, que justifica a não participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento n ^o 864/2019 (Ofício n^o 319/2019)	93
Dos Senadores Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Irajá, de participação de S. Exas. em missão, nos termos dos Requerimentos n ^{os} 206, 294, 348, 483, 579, 591 e 699/2019	95
Da Comissão de Meio Ambiente, de designação de membros para integrar subcomissão temporária da referida Comissão (Ofício n^o 298/2019).	96

2.1.3 – Encaminhamento de expedientes

Encaminhamento dos Ofícios n ^{os} 107/2019, na origem, da Breitener Energética S.A.; 108/2019, na origem, da Breitener Jaraqui S.A.; e 109/2019, na origem, da Breitener Tambaqui S.A. à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	98
Encaminhamento do Ofício n ^o 223/2019, na origem, da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	99
Encaminhamento do Ofício n ^o 1/2019, na origem, da Petrobrás Negócios Eletrônicos S.A., à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	100

2.1.4 – Inclusões em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Propostas de Emenda à Constituição n ^{os} 44/2016 e 95/2019.	102
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei n ^o 4.399/2019	102
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Proposta de Emenda à Constituição n ^o 6/2018	102



2.1.5 – Indicação

Nº 2/2019, do Senador Chico Rodrigues, que *sugere a criação de agência de segurança cibernética destinada a prevenir a invasão de dispositivos de comunicação de agentes públicos e de sítios governamentais na internet.* 104

2.1.6 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2019, que *aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.* 108

Projeto de Decreto Legislativo nº 165/2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.* 111

Projeto de Decreto Legislativo nº 168/2019, que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe.* 114

Projeto de Decreto Legislativo nº 306/2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul.* 117

Projeto de Decreto Legislativo nº 652/2019 (nº 1048/2018, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.* 120

Projeto de Decreto Legislativo nº 653/2019 (nº 1098/2018, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre.* 123

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 91, 165, 168, 306, 652 e 653/2019. As matérias serão apreciadas terminativamente. 125

2.1.7 – Mensagens do Presidente da República

Nº 489/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 17/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.880/2019 127

Nº 490/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 2.104/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.881/2019 128

2.1.8 – Não apreciação de matéria

Não apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 108/2018, devido ao sobrestamento da pauta pelas Medidas Provisórias nºs 885 e 887/2019 130

2.1.9 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 656/2019, da Senadora Mara Gabrilli, que *susta o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, que “altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.* 132



2.1.10 – Projetos de Lei

Nº 5448/2019, da Senadora Rose de Freitas, que altera o art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incluir em seu âmbito de abrangência subjetiva o ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração que não possua vínculo efetivo com a administração pública.	139
Nº 5449/2019, da Senadora Mailza Gomes, que acrescenta parágrafo único ao art. 199-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para atribuir efeito meramente devolutivo a recursos destinados aos tribunais superiores e interpostos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição do poder familiar, em procedimentos em que tenha havido revelia.	146
Nº 5450/2019, do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.	151
Nº 5451/2019, do Senador Zequinha Marinho, que altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos.	157
Nº 5452/2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos demais no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua.	164
Nº 5453/2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para atualizá-la em face da atual redação da alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007.	168
Nº 5454/2019, do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para garantir a administração de bens móveis e imóveis da pessoa em situação de curatela pelos seus curadores, com acompanhamento judicial de suas responsabilidades.	176
Nº 5455/2019, do Senador Sérgio Petecão, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, para acrescentar estabelecimentos comerciais autorizados a dispensarem medicamentos isentos de prescrição (MIP).	185
Nº 5456/2019, do Senador Fabiano Contarato, que altera o §2º do art. 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir os dirigentes de autarquias no rol dos cargos da causa especial de aumento de pena.	192
Nº 5457/2019, do Senador Marcos do Val, que altera o art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a importação ou exportação de telefones celulares piratas ou outras mercadorias que dependam de homologação ou certificação dos órgãos públicos. ...	198
Nº 5458/2019, do Senador Major Olimpio, que inscreve o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior, no Livro dos Heróis da Pátria.	202
Nº 5459/2019, do Senador Rodrigo Cunha, que dispõe sobre as normas gerais relativas a realização de concursos públicos.	209
Nº 5460/2019, do Senador José Serra, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para autorizar a constituição de garantia de operações de crédito consignado a partir de recursos mantidos em planos de previdência complementar.	236



Nº 5461/2019, do Senador Irajá, que <i>transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União</i>	241
Nº 5462/2019, do Senador Jaques Wagner, que <i>dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados</i>	246
Nº 5469/2019, do Senador Mecias de Jesus, que <i>altera o art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para limitar a parcela do Fundo de Participação dos Municípios passível de ser retida para o pagamento de dívidas e contribuições patronais para o Regime Geral de Previdência Social</i>	270
2.1.11 – Projeto de Resolução	
Nº 102/2019, da Comissão de Assuntos Econômicos, que <i>fixa o limite de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União</i>	278
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução do Senado nº 102/2019</i>	287
2.1.12 – Propostas de Emenda à Constituição	
Nº 165/2019, primeiro signatário o Senador Chico Rodrigues, que <i>altera a Constituição Federal para determinar o quórum de maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal ou dos membros das respectivas turmas para a imposição de medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República</i>	289
Nº 166/2019, primeira signatária a Senadora Eliziane Gama, que <i>altera o art. 20 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterando o art. 107 e acrescentando os art.s 115 e 116, para assegurar a participação e compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais e instituir o Fundo de Salvaguardas Sociais</i>	298
Nº 167/2019, primeiro signatário o Senador Jayme Campos, que <i>acrescenta os §§ 13 e 14 ao art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a aplicação temporária de parte dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento em programas de financiamento à infraestrutura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios</i>	311
2.1.13 – Requerimentos	
Nº 867/2019, do Senador Marcos Rogério, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do XXXIV Congresso Científico Internacional de Inovação e Atualização Tecnológica de Neurologia, Defrologia e Áreas Básicas na Universidade Cristiana de Bolívia - UCEBOL, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.	321
Nº 868/2019, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar das reuniões das Comissões do Parlatino, na Cidade do Panamá, Panamá	324
Nº 869/2019, do Senador Rodrigo Cunha, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da Semana de Defesa do Consumidor, em Lima, no Peru.	327
Nº 870/2019, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar das reuniões Bancada Progressista, LXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul e nas Reuniões das Comissões Permanentes, em Montevidéu, no Uruguai.	330



Nº 871/2019, do Senador Rodrigo Pacheco, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do Workshop: <i>Theory and Tools of the Harvard Negotiation Project</i> , em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos.	333
Nº 872/2019, do Senador Elmano Férrer, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da cerimônia de canonização de Irmã Dulce, na cidade do Vaticano.	336
Nº 873/2019, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da cerimônia de canonização de Irmã Dulce, na cidade do Vaticano.	339
Nº 874/2019, do Senador Weverton e outros Senadores, de realização de sessão especial em 9 de dezembro de 2019, destinada a homenagear a Câmara Municipal de São Luís	342
Nº 875/2019, do Senador Omar Aziz, de voto de aplauso e congratulações aos Srs. Duhigó, Dhiani Pa'saro e Fũäreicü	346
Nº 876/2019, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de voto de apoio às entidades filantrópicas brasileiras	349
Nº 877/2019, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública	353
Nº 878/2019, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de informações ao Ministro de Estado da Infraestrutura	359
Nº 879/2019, do Senador Elmano Férrer, de retirada do Projeto de Lei nº 5.259/2019. Deferido. ...	365
Nº 880/2019, do Senador Sérgio Petecão, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342/2018	367
Nº 881/2019, do Senador Randolfe Rodrigues, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 254/2018. Deferido.	370
Nº 882/2019, da Senadora Leila Barros, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1.419, 1.866 e 1.946/2019	372
Nº 883/2019, da Senadora Soraya Thronicke, de retirada do Projeto de Lei nº 3814/2019. Deferido.	374
Nº 886/2019, do Senador Davi Alcolumbre, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da cerimônia de canonização de Irmã Dulce, na cidade do Vaticano.	376
Nº 887/2019, do Senador Davi Alcolumbre e outros Senadores, de realização de sessão especial em 27 de novembro de 2019, destinada a comemorar os 25 anos da Advocacia do Senado Federal.	378
Nº 890/2019, do Senador Jorginho Mello, de retirada do Projeto de Lei nº 2985/2019. Deferido. ...	381

2.1.14 – Término de prazo

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 1.535 e 3.706/2019 e do Projeto de Lei do Senado nº 44/2016	384
---	-----

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Mensagem nº 47/2019

Lista de votação	386
-----------------------	-----

2.2.2 – Ofício "S" nº 35/2019

Lista de votação	389
-----------------------	-----



2.2.3 – Projeto de Lei da Câmara nº 113/2015 - Complementar

Redação final (Parecer nº 234/2019-CDIR/PLEN-SF)	392
Lista de votação	395

2.2.4 – Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019

Requerimentos nºs 884 e 885/2019	398
Emenda nº 2-PLEN	402
Parecer nº 235/2019-PLEN/SF	407
Redação para o segundo turno (Parecer nº 236/2019-CDIR/PLEN-SF)	411
Listas de votação	415

2.2.5 – Requerimento nº 888/2019

Matéria lida e aprovada	420
-------------------------------	-----

2.2.6 – Requerimento nº 889/2019

Matéria lida e aprovada	425
-------------------------------	-----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 73/2019-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 888/2019	428
Nº 74/2019-CAE, sobre o Ofício "S" nº 1/2019	439
Nº 75/2019-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 1766/2019	447
Nº 60/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 4399/2019	455
Nº 132/2019-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019	464
Nº 133/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44/2018	475
Nº 134/2019-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2016	482
Nº 135/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23/2018	492
Nº 136/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180/2017	499
Nº 137/2019-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2018	506
Nº 138/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423/2018	514
Nº 139/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 2832/2019	522
Nº 140/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152/2017	532
Nº 141/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 207/2017	542



Nº 142/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161/2015	551
Nº 143/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144/2017	562
Nº 144/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei nº 4034/2019	572
Nº 145/2019-CCJ, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70/2016	580
Nº 81/2019-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 92/2017	588
Nº 12/2019-CI, sobre o Projeto de Lei nº 2129/2019	595
Nº 233/2019-CCT/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44/2016	602
Nº 237/2019-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161/2015	608

PARTE III

4 – ATA DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2019	615
--	-----

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	634
---	------------

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	637
--	------------

7 – LIDERANÇAS	638
-----------------------------	------------

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	640
--	------------

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	644
---	------------

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	645
---	------------

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	683
--------------------------------------	------------



Ata da 189ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de outubro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Anastasia e da Sra. Leila Barros.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 5 minutos e encerra-se às 20 horas e 10 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

1ª Sessão Legislativa Ordinária

189ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 09/10/2019 07:00:00 até 09/10/2019 20:32:00

Votos no período: 09/10/2019 07:00:00 até 09/10/2019 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
Podemos	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
REDE	PR	Flávio Arns	X	X
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSL	SP	Major Olimpio	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X

Emissão 09/10/2019 20:35:17





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

189ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 09/10/2019 07:00:00 até 09/10/2019 20:32:00
Votos no período: 09/10/2019 07:00:00 até 09/10/2019 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PROGRES	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 72 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Está aberta a Ordem do Dia.

Mensagem nº 47, de 2019 (nº 243, de 2019, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Parecer nº 49, de 2019, da CRE, Relator: Senador Angelo Coronel.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 291 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Enquanto se processa a votação, nós convidamos para a sua intervenção, com muito prazer, S. Exa. a eminente Senadora Zenaide Maia, que se encontra no Plenário, do PROS, do Estado do Rio Grande do Norte, para assumir a tribuna para o seu pronunciamento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, vocês que estão nos assistindo, hoje eu vi uma votação do Congresso Nacional, pois hoje foi a vez do Senado, sobre o aumento real do salário mínimo, que tinha um destaque de vários partidos.

E fiquei triste em ver que o Congresso Nacional não quer dar um aumento real para o salário mínimo, só cobrir uma inflação, inflação que eu questiono muito como dona de casa porque, quando eu vou fazer a minha feira, eu não vejo nenhum produto mais barato. É impressionante. Os juros diminuíram, a taxa Selic, mas isso não chegou ao povo brasileiro.

Então, lembrando que se diz que não aumentam o salário mínimo porque isso vai desempregar as pessoas. Eu discordo plenamente disso. Quem ganha até dois salários mínimos é quem pega e, na hora em que recebe o seu salário, vai lá comprar no comércio local, movimentando a economia e arrecadando para o Governo.

Se tira o poder de compra do trabalhador, do homem e da mulher deste País, se tira o poder de venda do comércio, gente, e o Governo não arrecada. Se tira o poder de compra do trabalhador da indústria, é claro que a indústria não vai vender e o Governo não vai arrecadar.

Então, como eu tenho dito aqui – e a gente ouve muito dizer: "Tem que dar credibilidade aos investidores, por isso que tem que haver uma reforma da previdência, tem que abrir mão de 100% do espaço aéreo" –, e continuo dizendo: o que faz o empresário ampliar o seu negócio é a demanda. Não adianta! Se não houver quem compre... Um exemplo bem próximo: se eu tenho uma padaria que serve uma sopa, o que é muito comum, se eu tenho dez mesas, o que me faz aumentar para 20



e contratar as pessoas é quando a demanda, a quantidade de gente que chega à padaria já não dá, as dez mesas não dão.

O que me preocupa, e isso acho que não é uma questão de partido nem de cor, é a falta de um plano para alavancar a economia. Precisamos que invistam nos setores que geram emprego e renda.

E digo mais: o Estado brasileiro tem que fazer isso. Nenhum País do mundo saiu de uma crise econômica sem o investimento do maior investidor, que é o Estado. Nós temos um Estado com cinco bancos estatais criados para fomentar a economia, e infelizmente a gente não vê isso.

Aqui eu não estou questionando desidratar, reformar isso, mas quero dizer que se não investirmos nos setores que geram emprego e renda, podem desidratar, podem reformar, podem fazer equilíbrio fiscal de toda maneira, porque não vai ter como arrecadar. Com 38 milhões de brasileiros desempregados e subempregados, quem vai consumir neste País? Quem? A pergunta é essa. Quem vai consumir? Quem vai ao mercado comprar? Quem vai... Se o mercado não vende, a indústria não vende. E a minha preocupação: o Governo não arrecada. E nós precisamos sim...

Eu estou dizendo aqui que a gente tem sugestões. O Governo deveria investir na construção civil, na agricultura familiar. Os dois têm um retorno financeiro grande, principalmente a construção civil, Senador Anastasia, porque ela alavanca a economia rápido, já que ela emprega do homem analfabeto ao engenheiro. E ainda mais, ela gira a economia dos Municípios vendendo material de construção, cimento, tudo isso, e chega ao setor que produz esse material.

Então, me preocupa – e eu acho que é a maior preocupação que a gente tem que ter aqui –, além dessas pautas que estão aí, a falta de investimento nos setores deste País que geram emprego e renda. Não é tirando o poder de compra do trabalhador, meu amigo Jorginho, que o comércio vai vender, que a indústria vai vender e que o Governo vai arrecadar. Olhem, vejam o que fizeram os países quando tiveram uma crise econômica: chamaram bancos e empresários, vou citar aqui os americanos, porque são sempre um exemplo para a gente os Estados Unidos, um exemplo de capitalismo, em 2008, o governo os chamou. Não tem nenhum banco, mas tirou do Tesouro Nacional.

Indústria automobilística, construção civil. Tirou US\$5 trilhões do Tesouro e chamou os bancos e empresários. Dois anos de carência para vocês, 1% ao ano de juro. Agora, quero meus empregos de volta. E foi assim que o Governo americano, depois da crise de 2008, alavancou a economia.

Continuo insistindo: podemos fazer as reformas que quisermos...

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora, eu queria só dar uma informação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Parece que o ex-Senador Ronaldo Caiado sofreu um infarto e não está bem. É essa a informação que eu recebi agora. Infelizmente é uma notícia muito ruim. Desculpe, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senador Rogério, eu estou aqui assustado com essa notícia, porque de fato estou sabendo pela palavra de V. Exa. Acho que todos nós aqui estamos assustados. Vou pedir informações, e vamos rogar pela sua pronta recuperação.



O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Com certeza, gente, é um colega. E um infarto, para estar internado, não deve ser... E essa vida que a gente leva, de preocupações, quando passa para o Executivo é maior, porque tem salários de trabalhadores para pagar, e é isso.

Mas só para finalizar, chamando a atenção para que este Congresso não está aqui para criticar o Governo, para dificultar a vida do Brasil, e sim para unir forças, mas cobrando desse Governo uma reforma tributária justa e solidária, mas também cobrando investimento do Estado brasileiro nos setores que geram emprego e renda.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Zenaide. Eu agradeço e cumprimento V. Exa.

Antes de fazer um comentário, queria tranquilizar a todos, porque eu recebi aqui a notícia da antiga assessoria do Senador Caiado de que ele passa bem. A despeito de estar internado, está em um quadro estável, medicado e, graças a Deus, pela notícia que tivemos, sem maiores riscos.

Senadora Zenaide, enquanto V. Exa. discursava, eu me lembrava do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com a política do *New Deal* para superar a crise de 1929. Foi exatamente, especialmente na construção civil, com as grandes obras de infraestrutura nos Estados Unidos da América, inclusive na área de saneamento, com a Tennessee Valley Authority. Então, meus cumprimentos, porque não há dúvida de que V. Exa. tocou num ponto muito sensível e muito adequado de uma política que é positiva, como já provado no passado. Cumprimento V. Exa.

Convido o Senador Plínio Valério para a sua manifestação.

Nesse meio tempo, eu peço a compreensão dos nossos pares, porque teremos diversas – três, na verdade – votações de autoridades, e depois um projeto de lei complementar, que também exige o quórum, duas medidas provisórias e a PEC dos Precatórios.

Senador Plínio Valério, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Presidente Anastasia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o que me traz aqui – eu até relutava, mas vou ocupar estes dez minutos a que tenho direito –, é que, durante essas sessões do Congresso Nacional, o que eu mais ouvi, e ouvia o tempo inteiro, era algum orador subir à tribuna para falar sobre as emendas, as emendas parlamentares, que seriam uma troca, um toma lá, dá cá, que seria um pagamento pela votação da reforma da previdência.

Primeiro, eu não vou falar com os políticos; eu queria falar com o brasileiro, com os brasileiros que assistem neste momento. Eu sou do Amazonas – todo mundo sabe, e eu digo sempre isso porque tenho orgulho de dizer isso –, um dos poucos Estados que arrecada, que manda para a União mais do que recebe, mas mesmo assim carente e necessitado. De repente, aparece para a gente emenda parlamentar extra no valor de R\$15 milhões.

E eu, do Amazonas, Senador eleito pelo Amazonas – deixa-me primeiro dizer –, eleito na Capital, em Manaus. A votação de Manaus garantiu o meu mandato como o Senador, Senadora Mailza, mais votado do Amazonas. Portanto, não fui ao interior, não tenho base, não tenho Prefeito que me ajuda e nenhum compromisso com prefeituras. E eu tive que travar um combate com a minha consciência entre o orgulho, entre o prazer de dizer que não quer, e a necessidade veemente de um povo que precisa de dinheiro para sobreviver.



Trago para o povo brasileiro aqui dois ou três exemplos. São Gabriel da Cachoeira, Município que se localiza na fronteira com a Colômbia. É o Município mais rico do planeta em potencial. É lá que está o nióbio, o diamante, é lá que está o ISA. O ISA estando, é porque tem riqueza: diamante, ouro, nióbio... É um Município que precisa de tudo. Quarenta e cinco mil habitantes, população indígena... É o índice maior de suicídios de indígenas que vão para capital, que ficam sem ocupação, danam-se a beber e os jovens acabam se suicidando.

A renda *per capita* em São Gabriel da Cachoeira é de R\$434/mês. Como é que eu vou me negar, em nome de um orgulho bobo, de destinar R\$500 mil para construir um centro social para abrigar jovens? Como é que eu posso negar de aceitar R\$300 mil e destinar a São Gabriel para construir um centro social para idosos? Como é que eu posso me negar, em nome de um orgulho bobo, de uma ideologia ultrapassada, de ajudar o Município do Juruá, por exemplo, que tem renda *per capita* de R\$568? Sabe o que eles queriam, Oriovisto? Brinquedos para as creches. As crianças não têm brinquedos nas creches. E eu, do alto do meu orgulho, diria: não quero saber das emendas.

Eu quis saber das emendas, sim. Na campanha, em que me apresentei como candidato, dizia: vou votar pela reforma da previdência, sim. Eu não estou aqui respondendo nenhum político que criticou. Eu estou aqui dizendo ao povo brasileiro: olhem para mim...

O Sr. Oriovisto Guimarães (PODEMOS - PR) – V. Exa. me concede um aparte?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com prazer, Senador Oriovisto.

Olhem para mim. Eu tenho o direito, em nome de um orgulho, de uma ideologia, de rejeitar R\$15 milhões, de mandar para o meu Município no interior, 38 Municípios que totalizam R\$15 milhões.

Eu aceito a sua intervenção, Senador Oriovisto, porque eu sei que o senhor sempre contribui com o nosso discurso. É com prazer que eu o ouço.

O Sr. Oriovisto Guimarães (PODEMOS - PR. Para apartear.) – Senador, eu conheço a sua atuação nesta Casa e só tenho a elogiar todos os seus discursos, e o que eu vou dizer não é para contrariá-lo. Eu tenho certeza de que o senhor, quando aceitou as emendas, o fez e fez muito bem, e eu também, no seu lugar, faria exatamente o mesmo: iria atrás das emendas, buscaria recursos para a minha região, atenderia crianças, atenderia hospitais, atenderia as necessidades do meu povo. O senhor está coberto de razão.

Agora, o que eu critico – e não é o seu caso, quero deixar bem claro – são aqueles que têm uma visão míope, que colocam a particularidade da sua região acima do interesse nacional. Aqueles que, se tivesse que fazer uma comparação, agiriam com a seguinte falta de lógica: se não me derem uma xícara de leite, eu mato a vaca. Isso é de uma pequenez, isso é de uma chantagem estúpida porque, para beneficiar talvez poucas pessoas ou uma pequena região, eles se dispõem a prejudicar o País como um todo.

O que nós criticamos fortemente é essa chantagem de trocar o máximo pelo mínimo. Não deixo que o Brasil melhore se não me derem tal coisa ou tal coisa. Isso eu sei que o senhor nunca fez. O que o senhor fez eu também faria. Não estou lhe criticando, quero deixar isso muito claro. Quero elogiá-lo. Eu só estou aproveitando o momento da sua fala para separar o joio do trigo.

Ao senhor, eu só tenho que dar os parabéns.



O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Oriovisto. Como sempre contribui e só engrandece a um ponto de vista diferente, que a gente acaba se respeitando e aceitando.

Eu devo repetir: eu tive 835 mil votos no Amazonas, 620 mil votos na capital. Só na capital, fui mais votado que o segundo colocado. Portanto, não faço as emendas como resposta, como alimento à base. Eu não tenho base para alimentar. Eu tenho compromisso com o Estado e eu não podia me negar a conseguir caminhão para recolher lixo, a conseguir ambulância fluvial.

Cai nas minhas mãos uma emenda sobre a qual nunca se conversou nada comigo, até porque, na campanha, eu tenho gravado mais de 50 vezes que votaria "sim" na reforma da previdência por convicção. E como disse, Senador Oriovisto, eu não estou rebatendo ninguém, divergindo de ninguém. Eu estou prestando uma satisfação ao brasileiro e à brasileira, tendo a oportunidade que tive aqui de fazer essa gente sorrir, de fazer esse dinheiro girar no interior, porque eu sou do interior e sei como é isso.

Eu tenho aqui em mãos 38 Municípios que a gente pôde ajudar, Senador Lucas. Eu me sinto feliz por isso. Ocupo a tribuna do Senado para fazer uma reflexão porque eu próprio tive que refletir e decidir. E decidi exatamente aceitar as emendas, até porque nunca, em momento algum, foi conversado algo comigo, em momento algum. Até porque a minha posição eu sempre dou.

Cheguei nesta tribuna e disse: sou favorável à lava toga ontem, hoje e sempre. Sou favorável ao *impeachment* de maus ministros ontem, hoje e sempre. Favorável a limitar o mandato dos ministros ontem, hoje e sempre. Como tenho a liberdade de dizer que eu estou ajudando o Amazonas nesse aspecto.

A luta continua em torno da Zona Franca, da BR-319. Sou Senador da República do Brasil, consciente do meu papel porque, quando assumi o mandato de Senador, me despi de toda e qualquer vaidade para poder exercer este mandato, mas também sou acima de tudo um Senador colocado aqui pelos amazonenses. E eu não posso, de forma alguma, em nome do que quer que seja, abrir mão de poder ajudar.

E fica aqui, se porventura dentro de um ano, 2, 10, 15, 20 anos alguém puder trazer para mim e provar que um só centavo desses R\$15 milhões não foi empregado no que está aqui, aí, sim, podem dizer o que quiser de mim e me arrependerei para o resto da vida. Mas são R\$15 milhões...

O meu amigo, Senador Omar Aziz, que já foi Governador do Estado duas vezes, sabe da carência do nosso povo. Juventude sem esporte, povo sem lazer, sem saúde, educação fragilizada, e a gente está colaborando, ajudando nesse aspecto. E sempre farei isso aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Nunca, como disse o Senador Oriovisto, numa barganha menor, trocando o maior pelo menor. Jamais, jamais. E nunca me negar e fugir de poder ajudar um povo tão necessitado, tão esperançoso na gente.

Emendas virão, emendas farei e emendas aceitarei. Em troca de alguma coisa? De nada! Não se troca um mandato político de Senador por nada neste mundo. A gente tem que exercer, da melhor forma possível, a liberdade de poder aceitar e a liberdade de poder recusar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério. Cumprimento V. Exa., como sempre, pelo belo discurso.

Tenho a honra de convidar o Senador Irajá, para o seu pronunciamento. Do PSD do Estado do Tocantins, o eminente Senador Irajá com a palavra.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever também.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Programa Jovem Senador é um projeto do Senado Federal que proporciona oportunidade para jovens de todo o Brasil, dos 27 Estados da Federação, poderem vir ao Congresso Nacional, especialmente aqui, ao Senado Federal. É uma oportunidade para que esses jovens de até 19 anos de idade possam ter a convivência parlamentar e, é claro, possam conhecer o funcionamento do Senado Federal, das comissões, do Plenário, dos gabinetes dos Senadores, e possam durante toda uma semana entender na prática qual é o trabalho do Parlamentar, assim como também a oportunidade de conhecer a Câmara dos Deputados.

Os estudantes participam do programa por meio de um concurso de redação realizado nas escolas a partir de um tema que muda a cada ano. Em 2019, o tema foi "Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil".

Desde 2011, ou seja, há 9 anos, o programa já envolveu mais de 1,5 milhão de alunos e 41 mil professores numa parceria que resultou na produção de quase 700 mil redações em todo o Brasil.

Este ano, nós tivemos uma participação expressiva de quase 150 mil redações dos 27 Estados brasileiros. O programa tem como objetivo central fortalecer, entre os jovens, a reflexão em torno de valores como a política, a representação e também a cidadania.

Por isso, os autores das 27 melhores redações, um por unidade da Federação, são convidados para vivenciar aqui, em Brasília, o processo de discussão e elaboração de leis do País, simulando a atuação dos Senadores da República.

A legislatura tem duração de 4 dias. Inicia-se com a posse dos Jovens Senadores e a eleição da Mesa. Os trabalhos são encerrados com a aprovação dos projetos pelos participantes e essas proposições podem ser aproveitadas também pelos Senadores.

Desde a primeira edição, quarenta delas foram aceitas como projetos de lei aqui do Senado Federal e duas como propostas de emenda à Constituição Federal. Nós anunciamos, ao longo dessa semana, na Rádio Senado e na TV Senado, a premiação daquelas que, dentre 200 mil redações, foram selecionadas as melhores; as que se destacaram entre tantas pessoas, tantos jovens de até 19 anos que se prontificaram a participar do programa.

Eu tive a alegria de poder anunciar, na Rádio Senado, as três redações escolhidas como as melhores ou as que se destacaram, dentre quase 150 mil. Em terceiro lugar, a aluna Sanna Abigail de Jesus Mello, com a redação *Cuidado com a Coisa Pública e o seu Poder Transformador*, da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, lá de Serra, no Espírito Santo. Teve, como Professor Orientador, a Evislei Amaro dos Santos. Em segundo lugar, nós tivemos a indicação e a escolha do aluno Pedro Henrique de Araújo Silva, cuja redação tem o tema *Interpreta-te ou te Devoro*, da Escola Estadual Professora Edite Machado, da cidade de Capela, no Estado de Alagoas, tendo, como sua orientadora, a Professora Maria Cremilda da Silva. Apenas um reparo. O Pedro ficou em primeiro lugar, a Sanna em terceiro lugar, e o aluno Alan Alves Henrique Ferreira, com a redação *Orçamento Participativo, Caminho para a Cidadania*, ficou em segundo lugar, da Escola Ensino Médio Carminha Vasconcelos, em Morrinhos, no Estado do Ceará.

O Estado do Tocantins também tem o seu representante: Elda Chaves de Macedo, da Escola Estadual Dom Alano, de Palmas, no Tocantins, que também foi uma das finalistas desse grande prêmio, ficando entre as 27 principais redações selecionadas no programa.



Nós iremos recebê-los no final de novembro. Os 27 escolhidos, um de cada federação. E eles estarão aqui durante toda uma semana, na nossa convivência, e, claro, aprendendo. Tenho certeza de que o programa, que traz um grande legado ao País, é uma oportunidade de esses jovens poderem conhecer a nossa realidade. É claro que eu tenho a convicção de que muitos desses jovens poderão se destacar na vida pública. Por que não? Eles poderão ser futuros vereadores, futuros prefeitos do Brasil, futuros Deputados estaduais, Deputados Federais, Senadores da República e por que não dizer também Presidente.

Portanto, é uma oportunidade única para esses jovens, que muitas vezes sequer estiveram em Brasília e poderão estar aqui pela primeira vez, conhecendo as dependências do Senado Federal e o cotidiano nosso, Senadores da República.

Eu tenho a convicção de que essa chance permitirá que eles levem até aos seus Estados essas experiências vividas aqui em Brasília e, em especial, no Senado Federal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)
– Muito obrigado, Senador Irajá. Cumprimento pela lembrança que V. Exa. fez.

Nós vamos encerrar essa votação e teremos ainda...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)
– Pois não, Senador Eduardo.

Teremos ainda mais duas votações de autoridades antes da lei complementar. Então, depois da votação do Senador Eduardo, eu vou solicitar à Secretaria...

Está então encerrada essa votação do Embaixador Luis Antonio.

Um minuto então, Senador... Agora já foi, Irajá. Lamento. Mas vai abrir imediatamente. Abrirá imediatamente.

Uma está encerrada.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)
– Foram 42 a favor, 3 votos contrários.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.)
– Presidente, Presidente. Questão de ordem.

Pode só registrar o meu voto favorável também, por favor? Não deu tempo de colocar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)
– Perfeitamente, Senador.

A Ata registrará a votação e a manifestação de V. Exa.

O próximo é o Ofício "S" nº 35, de 2019 (nº 312, na origem, do Supremo Tribunal Federal). Submete à apreciação do Senado a indicação do Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal.

Parecer nº 124, da CCJ, Relator: Senador Oriovisto Guimarães.

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.



A matéria depende para a sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Desse modo, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Convido para o seu pronunciamento o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu ocupo hoje esta tribuna para falar de coisas boas.

Primeiro, para dizer que, desde o início do ano, nós Parlamentares e o Governo do nosso Presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, estamos trabalhando incansavelmente para reconstruir um país que nos foi entregue em situação de quase caos.

Por longos 16 anos, nosso País ficou em mãos de Presidentes que afundaram nossa economia e pouco entregou à população o que lhe era de direito: saúde, educação, segurança, saneamento básico, emprego – recebemos 13 milhões com déficit de emprego neste País. Foram 16 anos em que vimos nosso País afundar em desmandos; sofremos um *impeachment*; nas eleições vimos uma tentativa de assassinato de um candidato presidencial, que hoje, por milagre de Deus, está vivo, eleito e trabalhando muito pelo nosso País.

O Presidente Bolsonaro, em apenas nove meses de atuação, já tem uma lista enorme de benfeitorias. Eu passaria horas para falar de todas, mas gostaria de fazer um pequeno resumo para deixar claro à população que a mídia pode não noticiar, mas o Governo está construindo um futuro melhor para todos.

Há décadas não tínhamos um governo que cumpria as promessas de campanha, que faz política interna e de gestão, com base nos interesses nacionais e não em acordos partidários ou na base do toma lá dá cá; que compõe seus quadros com agentes qualificados tecnicamente; que reduz o tamanho do Estado e da máquina pública, pondo fim a cargos e mamatas, desperdícios e privilégios.

Fez a revisão de contratos de geração de energia solar diminuindo custos em até 90% e instalou microusinas fotovoltaicas nos prédios anexos da Esplanada dos Ministérios.

Que recoloca o Brasil como protagonista no cenário geopolítico internacional, adotando em sua diplomacia o viés de interesses nacionais ao invés do viés de interesses ideológicos.

Que faz acordos comerciais internacionais históricos.

Que implementa medidas de liberalismo para facilitar a vida dos empreendedores nacionais e estrangeiros que queiram investir no nosso País.

Depois de abrir o mercado da carne para a Indonésia, ampliar para a China e introduzir o leite brasileiro e seus derivados no Egito, o Ministério da Agricultura fechou acordo com a Arábia Saudita para a exportação de frutas, castanhas e derivados de ovos.

O Presidente Bolsonaro colocou fim ao império dos sindicatos e aos abusos do MST e seus congêneres. Protege o Território nacional e retoma o comando da soberania da Amazônia. Enfrenta a questão indígena com o fim de libertar esses povos do jugo da escravidão cultural e da vida precária, tendo eles tanta riqueza. Também estabeleceu limites claros para a intervenção das ONGs no âmbito interno.



O atual Governo enfrenta problemas crônicos como o combate à corrupção, reduz a criminalidade e as injustiças previdenciárias. Foram 3 mil toneladas de pés de maconha destruídas, maior que a soma dos dois anos anteriores. Também houve recorde de apreensão de cocaína: 60,7 toneladas; queda de 22% no número de mortes violentas no primeiro semestre; as tentativas de homicídio caíram 8,6%; e o roubo de veículo teve queda de expressivos 27,5%.

Um governo que, ao invés de extinguir programas sociais, os aprimora, concedendo décimo terceiro salário ao Bolsa Família, liberando FGTS e estabelecendo pensão às crianças portadoras de microcefalia – esse é um grande registro que tem que ficar na mente de toda a população brasileira.

Que retoma o crescimento da taxa de empregos.

Que moraliza a Lei Rouanet.

Que privatiza, faz concessões de estatais e dá marcha a obras de infraestrutura.

Que saneia bancos e empresas públicas que lucram como nunca lucraram antes; que mantém a menor taxa Selic dos últimos 10 anos; que reduz as despesas correntes e o déficit primário e melhora a balança comercial, com crescimento do comércio brasileiro, aumento de 12% nas vendas e 41% nas atividades *on-line* em relação ao mesmo período do ano passado e R\$1,86 bilhão de vendas no período de 6 a 15 de setembro.

Que aumenta o crédito agrícola e teve mais investimentos, como, por exemplo, a Toyota, anunciando R\$1 bilhão em investimentos, graças ao programa de valorização dos biocombustíveis do Governo.

Que zerou impostos para centenas de produtos e equipamentos médicos e hospitalares.

Esse é o Governo que queremos e muito me admira a oposição reclamar de nossa atuação, quando estamos fazendo milagres com o País quebrado que nos deixaram de herança. Aqui somos todos Brasil, seja qual for o seu governante, boas ações devem ser aplaudidas sempre. E quem torce para o Governo Bolsonaro se dar mal também está torcendo pela queda do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu também complementarmente gostaria de falar sobre a questão do meu Estado, o Estado de Roraima, que vive sufocado em função da entrada de mais de 300 mil venezuelanos, pasmem, mais de 300 mil venezuelanos, que, numa forma de entrarem e saírem e muitos se abrigarem, já são mais de 50 mil que ali têm as suas residências. E o Estado tem tido pouco apoio e, mais grave, a atividade econômica mais fácil para a população do Estado, para o contingente de desempregados é exatamente a atividade de garimpo. E ali realmente está havendo uma perseguição enorme aos garimpeiros brasileiros, roraimenses.

Portanto, nós estamos fazendo gestões no sentido de que o Governo compreenda a necessidade de fazer com que haja logo a apresentação da lei que vai regulamentar a exploração da garimpagem para que esse contingente expressivo da nossa população possa estar efetivamente tirando da terra aquilo que nos pertence. Afinal, os garimpeiros não são bandidos; os garimpeiros são apenas instrumento das dificuldades em que nós vivemos e, em busca do vil metal, eles ali se aventuram. Eles se aventuram e tiram da terra, do Território brasileiro, o que é nosso e, mais do que isso, ali sobrevivem a duras penas, sobrevivem dezenas, centenas, milhares de garimpeiros, que têm o nosso apoio, sim, senhor, porque nós entendemos que eles precisam na verdade criar, cuidar das suas famílias, que eles precisam sobreviver como os nossos irmãos brasileiros.

Então, aos garimpeiros do meu Estado de Roraima e do Brasil – por que não dizer? – eu quero deixar aqui o meu apoio, a minha coragem e determinação em defendê-los, mesmo na contramão de muitos que teimam em entender que nesses territórios riquíssimos em minerais



estratégicos, em minerais raros, eles não podem fazer garimpagem para melhorar a vida das suas famílias. Então, têm o meu apoio, contem comigo. Eu estou trabalhando para que nós possamos logo regulamentar essa questão, para vê-los efetivamente em situação melhor com as suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, era esse o pronunciamento que gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues. Receba meus cumprimentos e, claro, nossa solidariedade sempre ao Estado de Roraima.

Eu gostaria de fazer mais um apelo às Sras. e aos Srs. Senadores que se encontram no Plenário para a votação. Temos de ter aqui quórum qualificado e teremos ainda outra votação de quórum qualificado. Também reitero esse apelo às Sras. e aos Srs. Senadores que estão nos gabinetes para que aqui compareçam, já que teremos essas duas votações e um projeto de lei complementar, que é o item 1 da pauta, e depois uma PEC que também necessita de votação.

Convido para seu pronunciamento a eminente Senadora Simone Tebet, do MDB do Estado de Mato Grosso do Sul, para a sua manifestação.

Com a palavra S. Exa., Senadora Simone Tebet, Presidente da nossa CCJ.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discursar. Com revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, é sempre uma honra ocupar esta tribuna do Senado. Honra maior quando temos V. Exa. presidindo...

(Interrupção do som.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... presidindo esta sessão.

O que me traz a esta tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, é a grata satisfação de ver na pauta do Plenário do Senado Federal um projeto que entendo dos mais relevantes no combate à violência que hoje permeia não só as grandes cidades, as médias e as pequenas, mas também os campos brasileiros.

Nós vamos votar nesta tarde o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 885, de 2019, que acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados frutos do narcotráfico, do tráfico de drogas.

É claro que todo passo no sentido de conter a violência no Brasil é um grande passo. Nesse caso específico dessa medida provisória, além de ser um passo largo, é um passo – se me permitem o trocadilho – seguro e certo.

Há muito tempo eu tenho dito nesta tribuna, Senadora Eliziane, do descaminho ou do caminho errático que todos os Governos que passam neste País costumam seguir no que se refere ao combate à violência no Brasil: atacam as consequências, invadem as favelas – e não estou dizendo que não se tenha que fazer segurança pública também lá –, mas sempre se esquecem de combater as causas.

Essa medida provisória vai ao encontro da causa ou de uma das grandes causas da violência, Senador Alvaro Dias, porque o narcotráfico tem o cheiro da violência, mas, mais do que o cheiro da violência, o narcotráfico é a grande causa da violência no Brasil. Aliás, é a principal causa da violência no Brasil. Repito: o grande erro dos formuladores de políticas de segurança pública tem sido dar prioridade às consequências e não atacar as causas, e essa medida provisória que votaremos nesta tarde ataca as causas. Este projeto nada mais faz do que acelerar a destinação de



bens apreendidos do tráfico de drogas, para que esses bens possam ser imediatamente utilizados pela segurança pública nos Estados, nos Municípios e mesmo na União.

Veja a contradição, Sr. Presidente: no Brasil pode até faltar contraditório, no Brasil dos extremos pode até faltar o diálogo e o contraditório, mas não faltam contradições. Hoje o que falta para se combater a violência no Brasil? Recursos, armas, munições, veículos automotores. Motos, carros, helicópteros e aeronaves hoje ficam parados nos pátios dos órgãos públicos estaduais e, muitas vezes, municipais, fazendo falta exatamente para se combater a violência, justamente porque não temos uma legislação que permita relativizar o direito de propriedade. E é isto que essa medida provisória hoje, a ser votada nesta Casa, vai fazer: garantir que, entre o direito de propriedade daquele que foi pego em flagrante... Que caminhões, veículos abarrotados de toneladas ou de centenas de quilos de cocaína, de drogas, possam ser imediatamente levados a leilão, vendidos antes do trânsito em julgado da sentença que garanta o perdimento de bens. E com uma solução muito simples: se, porventura, excepcionalmente, esse proprietário ganhar ou se perceber que houve uma injustiça, ele vai ser rapidamente restituído no seu direito. Nós sabemos que, na maioria dos casos, 99% dos casos, há o perdimento de bens.

Essa medida provisória restabelece a justiça, essa medida provisória faz com que o dinheiro que faltava, o equipamento que faltava, a arma que faltava, a munição que faltava, o veículo automotor que faltava, na mão dos nossos policiais e das secretarias de segurança pública, possa ser imediatamente utilizado para combater o narcotráfico.

Eu já estou encerrando, mas, com o maior prazer, concedo a palavra a essa guerreira que é a Senadora Eliziane Gama.

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para apartear.) – Senadora Simone, eu queria cumprimentá-la.

Quando V. Exa. discursava, eu me lembrava de uma luta que nós tivemos, Senadora. Eu, como Deputada Federal, presidi, na Câmara dos Deputados, uma Comissão especial de políticas sobre drogas.

Agora, veja só, nós temos, no fundo nacional de políticas sobre drogas, um volume financeiro da ordem de R\$80 milhões a R\$100 milhões para atendimento a todo o Brasil. O Fupen tem hoje um orçamento da ordem de mais de R\$3 bilhões – eu pedi aqui para a minha assessoria confirmar, de fato, esse valor –, ou seja, um valor vultoso, com uma diferença gigante.

Agora, vamos lá, quando você faz um comparativo das razões que levaram todo o volume hoje de cerca de mil internos do sistema prisional, muito mais da metade dos casos tem relação direta com drogas, tráfico de drogas ou, às vezes, prisão referente à questão de drogas. Nós temos hoje um volume de fundo para a política penitenciária eu não sei nem quantas vezes maior do que o dinheiro do fundo de políticas sobre drogas, que é a principal causa para o inchaço hoje no sistema prisional.

Agora você vê a contradição que nós estamos vivendo e o porquê disso, Senadora, pelas razões que V. Exa. coloca, ou seja, nós temos uma demora muito grande. Nos dados aqui apresentados, nós temos mais de 80 mil bens apreendidos que ficam lá parados num pátio.

E eu, quando fiz algumas audiências públicas, fiz esse questionamento. Por quê? Porque não há, por exemplo, hoje um incentivo também aos órgãos estaduais para que possam, além da demora jurídica, ver também a questão dos leilões. Não conseguem ter agilidade na venda desses bens e ainda mais, quando tem, o dinheiro vem direto para o fundo que nós temos, sem



necessariamente ter uma partilha com Estados e Municípios. E a medida provisória vem exatamente dar uma resposta a isso.

Eu acho que nós estamos apresentando aqui uma alternativa grande para um dos pontos fundamentais para o combate à violência. É o quê? É orçamento – eu sempre digo isso. A gente não pode defender a mulher, defender todas as nossas pautas se a gente não defende na pauta orçamentária. Tem que ter dinheiro para fazer o investimento. E essa medida provisória vem exatamente dar essa resposta.

Então, eu queria cumprimentá-la pelo inteligente discurso, cumprimentar o Senador Alessandro, que presidiu essa medida provisória, e o Relator também, que emitiu realmente esse parecer.

Eu acho que nós teremos hoje um avanço importante com a aprovação dessa medida provisória.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Eliziane.

E, mais do que isso, é impressionante como uma medida simples vai resolver uma questão de anos.

Eu sou de Mato Grosso do Sul, Senadora Eliziane. Somos um Estado de fronteira, um Estado limítrofe com dois países aqui da América do Sul considerados os maiores países produtores de drogas praticamente do mundo. Nós fazemos fronteira com o Paraguai, o maior produtor de maconha...

(Soa a campainha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e fazemos fronteira com a Bolívia, o maior produtor de cocaína. Somos um corredor de passagem.

A ONU, por sinal, já disse que Mato Grosso do Sul é o maior Estado corredor de passagem da América Latina no que se refere ao tráfico de drogas. Muitas vezes, somos considerados vilões, quando, na realidade, Mato Grosso do Sul é vítima, porque, por onde a droga passa, ela arrasta consigo uma onda de dor, porque vem a violência, vêm os assassinatos de jovens, vêm mães e pais sofrendo a dor da perda, senão física do seu filho, mas a perda do seu filho, porque ele é perdido para o mundo das drogas. Então, esta medida vai, sim, sem dúvida nenhuma, ser um divisor de águas.

Eu finalizo aqui as minhas colocações, lembrando que nós estamos falando de tráfico de drogas, de tráfico de armas, de tráfico de gente, de contrabando e descaminho, de pirataria, de extorsão, de furto ou roubo de veículos, porque, no meu Estado, nós temos, em média diária, cem veículos furtados ou roubados, única e exclusivamente, para atravessarem a fronteira, serem vendidos e trocados por drogas, que depois voltarão para o Brasil.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senadora Simone!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu passo a palavra ao Senador Jayme, antes de encerrar a minha fala.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para apartear.) – Eu gostaria apenas de fazer um aparte a V. Exa., primeiro, para cumprimentá-la pela bela fala, sobretudo pela importância que representa esta medida provisória.

Nós falamos dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fomos já uno, entretanto, nós temos a maior fronteira, ou seja, divisa seca, com os países da Bolívia e do Paraguai.

A essa medida provisória, Senadora Simone, só falta uma coisa.



(*Soa a campanha.*)

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. coloca aqui das apreensões, depois dos leilões, da morosidade – e essa medida provisória vai permitir a celeridade –, todavia, o que é mais importante nós ressaltarmos é que Mato Grosso, por exemplo, apreende todos os dias aviões, fazendas, caminhões, barcos, etc. E o que ocorre? Quando esse leilão é promovido, tudo o que é arrecadado é transferido para o Ministério da Justiça. Lamentavelmente, para que esse Estado que promoveu o leilão de 20 milhões, 30 milhões, 40 milhões receba uma parte daquilo que foi promovido no seu Estado da apreensão, do leilão, é muito difícil, Senadora. Lamentavelmente, o Governo Federal, para transferir parte disso, através do fundo, dando equipamento para a segurança pública, demora muito. Essa medida provisória seria muito mais aperfeiçoada se, na medida em que acontecessem os leilões, 30% ou 40% já ficassem lá, no Estado. Isso seria muito importante, porque o resultado aconteceria de imediato, como a senhora bem disse, com equipamentos para as forças públicas de lá, seja com viatura, com armamento, com colete à prova de bala, com equipamentos tecnológicos para apurarmos. Eu acho que é só isso que está faltando.

Lamentavelmente, nós somos de Estados de fronteira com esses dois países, a nossa fronteira é grande, enorme, e não temos efetivo suficiente para com certeza fazermos ali um policiamento extensivo, preventivo. Não é isso?

Então, cumprimento V. Exa., entretanto, o apelo que faço aqui, se fosse possível, era para colocarmos, conforme os leilões acontecessem, em qualquer Estado da Federação, pelo menos 30% ou 40% desse recurso arrecadado. Que já ficassem lá no Estado que leiloou e apreendeu naturalmente seja cocaína, *ecstasy* ou maconha.

Cumprimento V. Exa. Eu acho que é muito importante a fala da senhora na tarde de hoje.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa., até porque Mato Grosso do Sul passa pelos mesmos problemas de Mato Grosso, que é nosso Estado irmão.

Quanto ao mérito, eu vou deixar o Relator da medida provisória esclarecer, não sem antes dizer que, até nisso, nós demos um passo largo, Senador Jayme Campos. A medida provisória estabelece que 20% a 40% dos bens e valores e armas e munições apreendidos pelos órgãos públicos serão destinados aos órgãos que conseguiram apreender os bens sequestrados, para que possam servir como uma contribuição e um estímulo para que os órgãos de segurança pública continuem investindo no combate ao narcotráfico. Quanto a qualquer aperfeiçoamento posterior, sem dúvida nenhuma V. Exa., nós poderemos estar unindo esforços para num projeto de lei avançar.

No mais, é importante dizer: agora não é preciso mais convênio, os leilões vão ser feitos mais rapidamente, com um preço mínimo de 50% do valor da avaliação. Nós teremos, sim, um percentual...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... já destinado para os órgãos que apreenderam e que foram responsáveis pela apreensão. Mas mais importante que isso é que essa medida provisória pode ser um ponto de inflexão no sentido de que a partir de agora nós estaremos cada vez mais com um foco na causa do que na consequência da violência. E mais ainda: entre o direito individual, privado, de um cidadão e o interesse público



maior de uma sociedade, que é o direito de ir e vir em paz, o direito à vida, à segurança, que nós fiquemos sempre com o direito coletivo da sociedade.

Eu encerro as minhas palavras porque, infelizmente, o Presidente me pediu mais de uma vez, Senador Telmário, porque ele tem que abrir o painel para a próxima votação. E eu acho que, em seguida, o Senador Telmário pode pedir a palavra pela ordem. Eu peço desculpas a V. Exa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Presidente, só para justificar o meu voto na votação anterior, porque eu estava ausente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pois não, Senador Telmário, claro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Será registrado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, da mesma forma, para justificar minha presença e meu voto favorável na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Perfeitamente. Agradeço, Senador Randolfe.

Eu gostaria de relembrar às Sras. e aos Sr. Senadores que nós temos necessidade de quórum qualificado. Então, com 49 não temos ainda condições e teremos uma segunda votação no mesmo teor.

Cumprimento a Senadora Simone Tebet pelo seu pronunciamento, porque de fato a Senadora Simone lembrava aqui que isso é um Ovo de Colombo. Exercemos o Executivo estadual em mesmas épocas e tínhamos aqueles depósitos imensos com material recolhido, criando até depósitos de dengue em alguns casos, e havia dificuldade na ordem judicial. Então, está resolvido como se fosse de maneira cirúrgica. E o pronunciamento de V. Exa. também, de maneira muito adequada, demonstrou o que é o resultado positivo dessa medida. Parabéns a V. Exa. Meus cumprimentos.

Dando sequências aos nossos inscritos, Senador Eliziane Gama, inscrita, do Estado do Maranhão.

Convido V. Exa. para o seu pronunciamento, enquanto mais uma vez faço aqui um apelo às Sras. e aos Srs. Senadores que estão nos gabinetes: que façam a gentileza de aqui comparecerem para essa importante votação nominal.

Com a palavra S. Exa. a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discursar.) – Sr. Presidente, vou destacar aqui dois temas que eu acho muito importantes.

Com relação a um deles, eu queria de forma muito especial agradecer à Mesa, a todos os colegas Senadores, porque na CCJ nós tivemos a aprovação de um dos projetos que nós encaminhamos aqui. Na verdade, é uma proposta do Ministro Sergio Moro, que é o pacote anticrime e, a partir dele, foram oriundos três projetos. Nós apresentamos... E um deles, o que



criminaliza o caixa dois, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, com o relatório do Senador Marcio Bittar. E esse projeto transcorreu, inclusive, com algumas alterações que foram apresentadas pelo Senador – e que julguei muito importantes – e que foram encaminhadas. Esse projeto, então, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados e, agora, aguarda indicação de Relator pela CCJ.

Nós tivemos um avanço importante porque, dentre outras questões, tivemos aí a criminalização a partir da utilização, mesmo em valor estimável, quando não apresentado na sua prestação de contas. Vamos aqui aguardar e esperar que o quanto antes... Muito embora tenhamos, na Câmara dos Deputados, um projeto também em tramitação, digamos assim – porque não está ainda, apesar de já ter sido encaminhado, tramitando em nenhuma Comissão; foi criado um grupo de trabalho –, o nosso projeto, que vai daqui do Senado para a Câmara, passa a ter uma proeminência maior porque já está nesta outra fase: já saiu aqui do Senado Federal. Então, estamos no aguardo para que, de fato, o quanto antes, possa ser indicada a relatoria e, *a posteriori*, feita sua votação.

Por fim, Presidente, queria trazer uma preocupação. Nós temos debatido aqui no Senado Federal com muita frequência e destacado a nossa preocupação quanto à política ambiental brasileira. Uma das coisas que, logo num primeiro momento, nos trouxe já um indicativo do que seria, por exemplo, a política ambiental brasileira para os próximos anos foi exatamente a definição, logo de forma preliminar, de não termos mais no Brasil o Ministério do Meio Ambiente. Depois de toda uma movimentação feita por entidades, por ativistas, pela sociedade brasileira organizada – e não só brasileira, mas até internacional –, nós tivemos a efetividade do Ministério do Meio Ambiente. Mas o Ministério do Meio Ambiente passou a ser um apêndice, um pedaço, um departamento do Ministério da Agricultura. Houve a tentativa, inclusive, de remanejamentos. Conseguimos vencer isso na reforma administrativa, mas, *a posteriori*, nós tivemos uma condução dos principais órgãos por pessoas que não tinham, por exemplo, um engajamento, uma prática voltada para a questão ambiental. Quando você tem essa desconstrução, o que nós vamos ter, além do afrouxamento na fiscalização, é a redução de uma estrutura melhor para uma ação emergencial. E aí eu digo que é exatamente o que nós estamos acompanhando, hoje, no Brasil.

No meu Estado, o Maranhão, nós temos hoje mais de dez praias que foram impactadas com óleo que a gente não sabe de onde está vindo. Nós temos, por exemplo, hoje – os números apontam – 11 pontos no total, no Estado do Maranhão. São 61 Municípios, de 9 Estados da Região Nordeste, que estão sendo afetados pelo derramamento de óleo. É claro que nós precisamos de uma ação ampla, que envolva o Ministério Público, que envolva o Ministério do Meio Ambiente.

Nós já tivemos aí uma resposta, possivelmente dada pela representação da Petrobras, de que isso não é petróleo cru, portanto não vem de nenhum dos campos de petróleo, mas a gente não sabe ainda de onde vem. E o volume é muito grande. O impacto, por exemplo, para a fauna e a flora marinha é imensurável! Não temos ainda dados muito concretos para saber até quando teremos, de fato, esse derramamento de óleo.

O que nós precisamos, agora, é esperar o processo de investigação, mas fica um alerta: o que nós vamos ter daqui para frente do ponto de vista de uma estrutura mais ampla, para que nós possamos, além de fazer uma ação anterior, que é a prevenção a partir do endurecimento, do enrijecimento, fazer uma fiscalização mais forte? E depois disso? Depois de termos literalmente o



óleo derramado, qual é a ação? Qual é a estrutura que nós temos para combater, para punir e evitar, de fato, que esses impactos possam acontecer?

Então, eu quero deixar aqui essa nossa preocupação. Estamos acompanhando de uma forma muito atenta e, ao mesmo tempo, esperando que o Governo possa, através das suas estruturas públicas, dar uma resposta à altura...

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... para todos os Estados brasileiros, especialmente os Estados da Região Nordeste.

Senador Rogério.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Eu queria, com a sua aquiescência, um aparte.

Sr. Presidente, eu vi, tive a oportunidade de ir ao local aonde o óleo chegou. No Estado de Sergipe, desde a foz do Rio São Francisco até a foz do Rio Real, que são os dois extremos do Estado, incluindo a área de desova das tartarugas marinhas, nós estamos com o comprometimento do nosso litoral.

O pior é que essa mancha de óleo apareceu no Estado de V. Exa. há 30 dias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e nem o Ibama, nem a Marinha, ninguém tomou providência num tempo menor, para que a gente pudesse diminuir o dano provocado por esse derramamento de óleo, que acomete todo o litoral nordestino. Talvez seja o maior evento, o maior acidente ambiental da história do País nessa área de derramamento de óleo bruto na nossa costa.

Então, é importante o pronunciamento de V. Exa. e quero dizer que a gente precisa de respostas, respostas e ações para diminuir o dano que esse acidente ou que esse crime ambiental tem provocado às comunidades de pescadores, às comunidades de uma maneira geral, a quem trabalha com turismo e principalmente àquelas reservas ambientais que foram atingidas.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Rogério, muito obrigada.

Os números apontam aí que cerca de 100 toneladas de material oleoso, desde o início da operação, já foram retiradas. Veja só, essa é a quantidade que já foi retirada, ou seja, em relação à quantidade de derramamento a gente não tem noção do que nós temos hoje nas praias brasileiras, especialmente nas praias da Região Nordeste.

Então, vamos acompanhar de uma forma muito atenta, mas é a demonstração real de que, quanto mais você tira de um lado, o impacto vem. É o resultado que vem, não tem para onde, é a lei da vida. Se você não protege, se você não dá a atenção necessária, você pode ter, ao final, resultados realmente catastróficos como esse que nós estamos acompanhando.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Eliziane, cumprimento V. Exa. e lhe agradeço.

Faço mais um apelo aos Senadores que estão nos gabinetes e que estavam aqui há pouco, Senador Humberto Costa, Senador Elmano, Senador Arolde de Oliveira, para comparecerem.



Convido para o seu pronunciamento o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu sempre faço isto, mas quero destacar de novo a alegria de ver o Senador Anastasia na Presidência, é Vice-Presidente do Davi Alcolumbre. Eu tenho, Senador Anastasia, por V. Exa. um respeito e uma admiração muito grandes.

Quero cumprimentar os Senadores e Senadoras e lembrar que, no dia de ontem, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene para homenagear a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) pelos dez anos de existência. E eu quero dizer que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é a primeira assim denominada no Brasil e, por isso, tem uma história um pouco diferente de outras universidades.

A instituição não foi criada, e sim transformada a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR). Como a origem desse centro é a Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909, a UTFPR herdou uma longa e expressiva trajetória na educação profissional.

A UTFPR do Paraná tem como principal foco a graduação, a pós-graduação e a extensão. Oferece cem cursos superiores de tecnologia, bacharelados – entre eles engenharias – e licenciaturas. Como também atende à necessidade de pessoas que desejam qualificação de nível médio, a UTFPR oferta 19 cursos técnicos em diversas áreas do mercado, como técnicos de nível médio integrado e cursos técnicos de nível médio subsequentes ao ensino médio na modalidade à distância, com polos distribuídos pelos Estados do Paraná e de São Paulo.

A consolidação do ensino de graduação incentiva o crescimento da pós-graduação, com a oferta de mais de 90 cursos de especialização, 40 programas de pós-graduação *stricto sensu* – que significa mestrado, doutorado –, com cursos de mestrado e doutorado, além de centenas de grupos de pesquisa.

Na área das relações empresariais e comunitárias, a UTFPR-Paraná atua fortemente com o segmento empresarial e comunitário, por meio do desenvolvimento de pesquisa aplicada, da cultura empreendedora, de atividades sociais e extraclasse, entre outros.

Com ampla abrangência no Paraná, a UTFPR tem 13 *campi* no Estado e pretende ampliar essa atuação. Cada *campus* mantém cursos planejados de acordo com a necessidade da região onde está situado. Uma parte deles oferta cursos técnicos e de graduação, e a maioria, somente cursos de graduação e de pós-graduação. Todos os cursos de graduação estão autorizados e a grande maioria já foi reconhecida pelo Ministério da Educação.

Atualmente, a força de trabalho da UTFPR-Paraná é de 2.540 professores e 1.176 técnicos administrativos. O número de estudantes regulares nos cursos técnicos, graduação e pós-graduação passa de 32 mil.

A UTFPR tem como missão desenvolver a educação tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade. E tem como visão ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.

Eu quero destacar tudo isso, Sr. Presidente e colegas Senadores e Senadoras, porque ontem a Câmara dos Deputados, com muita razão, realizou sessão solene justamente para homenagear a UTFPR pelos 110 anos de existência, entidade referência no Paraná e no Brasil. Antes, a UTFPR era Cefet; antes de Cefet, Escola Técnica Federal; antes disso, Liceu; e, antes disso, como nós colocamos, Escola de Aprendizes Artífices.



Então, eu quero me somar a todas as homenagens e enaltecer esse trabalho da UTFPR no nosso querido Estado do Paraná. Aliás, CEFETs, UTFPRs e escolas técnicas federais são referência no Brasil inteiro. Então, os outros Estados têm muito que se orgulhar também dessas iniciativas.

Quero destacar também, aproveitando o tempo, que sexta-feira estive na Academia Militar do Guatupê, que é a academia que forma os oficiais da Polícia Militar do nosso Estado do Paraná, participando de uma nova turma de profissionais para atuar no Proerd (Programa de Enfrentamento às Drogas e à Violência). Mais de 30 instrutores se formaram, mais de 1,6 milhão de alunos dos 5º e 7º anos do nosso Estado já passaram pelo Proerd. É muito importante a gente ver o policial militar fardado dentro da sala de aula, no 5º ano ou no 7º ano, atuando e interagindo com os alunos, numa concepção de polícia importante, amiga, próxima, presente, comunitária, porque a gente sabe que a polícia pode ser repressiva também.

Destaco que no Paraná temos o BPEC (Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária). Não é ronda policial. Não é unicamente o policial que vai à escola, é o BPEC (Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária), formado para dialogar com professores, conselhos comunitários e tutelares, alunos... E, no caso de drogas, armamento, violência, é o BPEC que vai lá.

Eu fui Secretário de Educação do Paraná e as pessoas integrantes do BPEC participavam de todos os planejamentos educacionais e eram enaltecidos e enaltecidas também, porque há pessoas do sexo feminino, por todos os diretores e diretoras do nosso Estado.

Quero destacar também, lá no Paraná, a organização do Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola. Todas as escolas estaduais têm a sua brigada escolar para situações de emergência, como, por exemplo, incêndio, abandono de prédio, luzes de emergência, luzes fosforescentes para indicar a saída. Aliás, me desculpem, em termos de fumaça e abandono de prédio, exercícios regulares de abandono de prédio, de utilização dos extintores, para que tudo isso possa criar uma condição de segurança nas escolas.

(Soa a campanha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Colégio da Polícia Militar em Curitiba é, sem dúvida, de muita qualidade, de referência, assim como a Academia Militar do Guatupê. E as pessoas fazem o vestibular da Universidade Federal do Paraná para terem acesso a essa academia.

Então, eu quero aqui enaltecer o belo trabalho da Polícia Militar do nosso Estado, que, na sexta-feira, formou mais de 30 pessoas para o belo programa no Paraná e no Brasil, espero que todos apoiemos, que é o Proerd. Então, duas coisas boas: UTFPR-Paraná, 110 anos de existência; Polícia Militar do Paraná, mais uma turma do Proerd.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Agradeço a V. Exa. e o cumprimento pelo pronunciamento.

E eu vou encerrar essa votação do CNJ e determino à Secretaria, portanto, que faça a sua apuração.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação – Vide item 2.2.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Nós temos 52 votos a favor; 2 votos NÃO.



Então, está aprovado o Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen para o CNJ, em vaga destinada ao Supremo.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Tendo em vista...

Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero, se me permite, enaltecer a indicação do Dr. Luiz Fernando Keppen, que é do Paraná, Desembargador do nosso Estado, indicado por unanimidade – unanimidade! – pelo STF para o CNJ. Aprovado aqui na CCJ do Senado e agora pelo Plenário. Quero parabenizá-lo e dizer que é um profissional, uma pessoa, um ser humano que pode fazer um extraordinário trabalho a favor do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Flávio Arns.

Nós vamos agora ao item 1 da pauta legislativa, digamos assim. E, se o quórum aumentar, nós voltaremos ao CNJ.

Item 1.

Projeto de Lei da Câmara 113, de 2015 – Complementar (nº 106/2011, na Casa da origem), que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para instituir a sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.

Parecer nº 45, de 2019, da CAE, Relator: Senador Cid Gomes, favorável com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta.

A Emenda nº 1-CAE, prejudicada, é considerada inexistente por não ter sido adotada pela Comissão, nos termos do art. 124 do Regimento Interno.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

O Relator apresenta adequação redacional à matéria.

Discussão do projeto, da emenda e da adequação redacional em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo inscrição neste momento, eu encerro a discussão, e vamos passar à votação do Projeto da Emenda 2-CAE, da redação e da adequação redacional, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

Senadora Rose, gostaria de se manifestar sobre a matéria?

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente, gostaria, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pois não, Senador. Só um minuto, Senadora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Só 30 segundos.

Sem prejuízo da discussão, a minha preocupação é exatamente de que estamos com o quórum baixo nesta tarde; eu sugeriria à Mesa, se houver aquiescência de V. Exa. e do Plenário, nós abrímos o painel enquanto a discussão está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Randolfe, eu agradeço muito. Soa como música a sua recomendação, como



sempre muito adequada. E, não havendo oposição do Plenário, já que a matéria foi bem acordada, nós vamos determinar, com a aquiescência dos pares, a abertura do painel. Os Líderes poderão indicar a votação.

Volto a palavra à Senadora Rose de Freitas. Folgo em revê-la, como sempre.

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Antecipo que recomendo o voto favorável da Rede.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pois bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para encaminhar.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ressaltar a importância desse projeto, porque ele altera o Estatuto Nacional da Microempresa, uma luta que nós travamos há muitos anos, desde a Constituinte, e altera também o Estatuto em relação à empresa de pequeno porte, com vista a definir critérios para a participação das pequenas e microempresas na constituição de Sociedade de Garantia Solidária (SGS).

As SGSs poderão garantir a seus sócios participantes... Serão constituídas de sócios – isso é importante registrar –, de sócios participantes, preferencialmente entre microempresa e empresa de pequeno porte, observados um número mínimo de dez participantes e participação máxima individual de 10% do capital social; e também de sócios investidores, que aportarão capital na sociedade com o objetivo de auferir rendimentos.

Contudo, essa participação não poderá exceder 49% do capital social total.

A finalidade, sobretudo, da citada sociedade, é de conceder garantias pessoais ou reais a seus sócios participantes.

A Sociedade de Garantia Solidária, Sr. Presidente, poderá ainda receber recursos públicos e outros tipos de incentivos estatais voltados ao fomento de sua atividade principal, na forma definida por lei.

Essa medida – por isso que eu quero ressaltar, fiz questão de afirmar em Plenário – é um mecanismo para viabilizar o crescimento econômico em nosso País. É uma forma de criar uma rede de proteção a essas que geram tanto emprego com muita luta, com muito sacrifício, mesmo diante de um País em crise.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu também tenho um enorme prazer em reencontrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Rose.

Eu queria cumprimentá-la pela iniciativa. V. Exa., que tem se notabilizado desde a Constituinte na defesa dessa bandeira dos pequenos empreendedores e da pequena empresa. Parabéns pelo pronunciamento, aderindo a esse projeto que tem sido defendido também com tanto garbo pelo Senador Esperidião Amin.

Desse modo, continua aberto o placar de votação.

Convido para seu pronunciamento, nesse interregno, o eminente Senador Jayme Campos, do Estado de Mato Grosso, para que nos dê o prazer de seu pronunciamento enquanto os nossos colegas comparecem dos gabinetes.

Mais uma vez rogo a presença de todos porque é lei complementar: não só a votação é nominal como ela necessita do quórum qualificado de 41 votos para a sua aprovação.



Com a palavra S. Exa. o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador e Governador Anastasia, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente eu gostaria de dizer que tenho o privilégio de ter aqui o Senador Tasso Jereissati, que foi Relator da PEC da Previdência Social.

O Brasil passa por um importante ciclo de reformas – talvez o maior conjunto de reformas estruturais desde o lançamento do Plano Real, na década de 90. Estou convicto de que o Parlamento, dentro das suas atribuições, tem muito a contribuir com as matérias de interesse nacional, trazendo boas ideias e novos caminhos.

Na reforma da previdência, dentro da chamada PEC paralela, propomos uma emenda que prevê a criação de uma política exitosa existente em outros países e já muito estudada em nossa academia: o Benefício Universal Infantil, Senador Flávio Arns.

O benefício, que seria previsto na Constituição e regulamentado por lei, vem para fortalecer a rede de seguridade social pactuada na Carta Magna de 1988: políticas públicas focadas na agenda social.

A altíssima taxa de pobreza entre crianças e adolescentes no Brasil, da ordem de 40%, reflete a emergência da proposta.

Segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicado em 2018, "uma abrangente reforma previdenciária se tornou o mais urgente elemento do ajuste fiscal, e é também uma oportunidade para tornar o crescimento mais inclusivo por meio da melhor focalização dos benefícios".

A minha emenda, em busca de um melhor direcionamento dos recursos públicos, propõe a unificação de políticas sociais já existentes, como o abono salarial, o salário-família e a dedução do Imposto de Renda para dependentes.

A ideia é criar uma um benefício universal para todas as crianças brasileiras, sem aumentar o endividamento público, tal como já existe em 17 dos 28 países da União Europeia.

Entre os países de renda média, o caso mais inspirador é o da Argentina, que também conta um programa geral de subsídios infantis. Trata-se de política pública de grande envergadura social, de geração de oportunidades e superação da pobreza.

O conceituado economista Pedro Fernando Nery, meu caro Presidente Anastasia, em sua coluna publicada no *Estadão*, colocou em destaque a nossa emenda inserida na PEC paralela.

Segundo Nery, a pobreza infantil poderia cair 30% no Brasil com um benefício universal, quase fiscalmente neutro, principalmente por conta do ganho de cobertura. O programa seria mais justo e bem focalizado do que o sistema atual.

Pedro Nery também destaca que a universalidade favorece a construção de uma coalizão em apoio ao benefício na sociedade, de sorte que o benefício universal combate à pobreza, mas sem gerar estigma. Evitar o estigma é essencial para os próprios beneficiários e também para o êxito da política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os programas sociais brasileiros precisam de eficiência e de resultados efetivos. Hoje o quadro de proteção social para as crianças no Brasil é simplesmente inadmissível. No Brasil, 17 milhões de crianças e jovens não estão amparados por nenhum benefício social; mais da metade desses jovens vivem abaixo da linha da pobreza – um número muito preocupante.



De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é possível construir um conjunto de transferências unidas em um único arcabouço, que tenha o mesmo custo e com o dobro de impacto sobre a redução da pobreza. Esse é o espírito da minha proposta.

Prezados Senadores e Senadoras, estudos mundiais entendem a transferência de renda para todas as crianças como parte de uma estratégia global para superação da pobreza e redução da desigualdade. Investir em capital humano, em especial na primeira infância, é o verdadeiro caminho da prosperidade nacional.

A atenção de políticas de Estado deve ser posta nas crianças e nos nossos adolescentes, para que desigualdades de partida não se perpetuem na longa trajetória escolar e determinem o destino de toda uma vida. É assim que se promove, de fato, a igualdade de oportunidades, e não em forma de teses ideológicas vazias.

Afinal, esse tipo de despesa é a que proporciona maior retorno social para a sociedade, da ordem de 13% ao ano nos cálculos do Prêmio Nobel de Economia, o estadunidense James Heckman.

Sras. e Srs. Senadores, eminente Senador Tasso Jereissati, eu me dirijo a V. Exa., que, em seu parecer da PEC original da reforma da previdência, reafirmou o compromisso com essa importante agenda social, assegurando que a reforma precisa possibilitar a liberação de recursos para as políticas sociais mais bem focalizadas. "Podemos, desde já, semear ações voltadas ao combate à pobreza", disse o Senador Tasso Jereissati na sua fala quando Relator dessa PEC da reforma social.

Tenho certeza absoluta de que, nessa minha proposta da PEC paralela, com V. Exa., homem de sensibilidade, homem que quer um Brasil com mais oportunidade e, sobretudo, com mais justiça social, poderemos aproveitar essa nossa emenda, melhorando com isso, com certeza absoluta, a perspectiva para as nossas crianças e para os nossos adolescentes.

Faço este apelo a V. Exa. na certeza absoluta de que só assim nós daremos a chance de termos um país em que certamente as nossas crianças e os nossos jovens tenham um futuro melhor, com certeza construindo, aqui no Brasil, um país de mais oportunidade. Esse é o apelo que eu dirijo a V. Exa. como Relator da PEC da previdência social.

Entendemos, portanto, que nossa proposta da criação desse benefício universal infantil, além de aglutinar políticas sociais já existentes, voltadas para as crianças e adolescentes, vai ao encontro dos anseios da PEC paralela, configurando uma ideia ousada que avalia o avanço social e a responsabilidade fiscal.

O Brasil precisa, mais do que nunca, de uma agenda positiva. Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é mais do que óbvio começar pela aprovação de propostas tidas como prioritárias, a exemplo das reformas estruturais, propostas que tragam justiça social e oportunidades aos brasileiros.

Eram essas as minhas considerações que, com certeza, Sr. Presidente, vão ser bem avaliadas pelas Sras. e Srs. Senadores, sobretudo pelo nosso querido amigo, Senador Tasso Jereissati, para incluímos na pauta da PEC paralela.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Muito obrigado, eminente Senador Jayme Campos. Cumprimento V. Exa. e posso dizer a V.



Exa. que o Senador Tasso Jereissati, o Relator, acompanhou com atenção as ponderações feitas por V. Exa., que cumprimento.

Dando sequência, portanto, enquanto os nobres Senadores estão votando – já temos quórum 37, é lei complementar; reitero o pedido para a presença de todos –, tenho o prazer de convidar para o seu pronunciamento o eminente Senador José Serra, PSDB, do Estado de São Paulo, para que se manifeste.

Com a palavra S. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Meus caros colegas, Senadoras, venho aqui fazer menção a uma pessoa que já não está entre nós, mas que está presente na alma e na realidade do povo brasileiro: Irmã Dulce, primeira santa nascida no Brasil – Maria Rita, Irmã Dulce, Serva de Deus, Beata Dulce dos Pobres, Santa Dulce dos Pobres.

Em 1914, nascia, em Salvador, Maria Rita. Filha do dentista e professor universitário Augusto Lopes Pontes e da dona de casa Dulce de Souza Brito. Diferentemente do aspecto franzino e da voz fraca e suave com que todos a conheceram, foi uma criança como outra qualquer. Declarou certa vez que, até os 13 anos, era louca por futebol, e o maior castigo que poderia receber, se pintasse muito durante a semana, era "aos domingos, não ir ao futebol com meu pai", dizia ela.

Antes de se tornar freira, dispensava atenção especial aos moradores de rua, recolhendo-os em sua casa, que ficou conhecida como A Portaria de São Francisco, tamanho o número de pessoas carentes que ocorriam à sua porta.

Apesar de católico praticante, o pai de Maria Rita não aprovava a vocação da filha, que começou a abraçar depois de conhecer um bairro pobre de Salvador. Desde então, ela sentiu que queria dedicar toda a sua vida aos mais necessitados, principalmente aos doentes.

Aos 19 anos de idade, em 1933, depois de formar-se professora, venceu a resistência do pai e, levada por ele, entrou para a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, no Convento da cidade de São Cristóvão, em Sergipe. Nascia a Irmã Dulce, nome que adotou em homenagem a sua mãe, falecida quando ela tinha apenas sete anos.

Com muita luta e obstinação, fez da assistência aos pobres a sua razão de viver. Mendigos e doentes eram acolhidos em hospitais; crianças abandonadas eram levadas para o orfanato; desempregados recebiam refeições, passagens de ônibus para voltarem à terra natal e uma cama para dormir até que seu problema fosse resolvido.

Para atender a essas pessoas, Irmã Dulce invadia públicos e casas abandonadas. A sua determinação era tanta que passou a ser conhecida e respeitada por todos na Bahia, inclusive pela classe política. A sua palavra e os seus pedidos se tornavam mandatórios.

O escritor Paulo Coelho relata que, quando se encontrava em situação de rua – ele foi morador de rua, o Paulo Coelho – e com problemas com drogas, procurou a Irmã Dulce e disse que precisava de ajuda. Ela lhe deu um pedaço de papel onde escreveu: "Vale uma passagem". O motorista o mandou entrar no ônibus. Esse é apenas um episódio que ilustra a sua influência na sociedade baiana.

Cinco anos depois de tornar-se freira, inaugurou, em 1939, o Colégio Santo Antônio, escola pública de Salvador para atender os operários e seus filhos.



Em 1949, depois de muito andar por todos os hospitais da cidade para conseguir atendimento aos doentes pobres, transformou um galinheiro do Convento Santo Antônio em um hospital para mais de 70 enfermos. Transformou-o, ao longo do tempo, no maior hospital filantrópico do País.

Em 1959, fundou a associação Obras Sociais Irmã Dulce. No ano seguinte, inaugurou o Albergue Santo Antônio.

Em 1988, foi indicada pelo Presidente José Sarney ao Prêmio Nobel da Paz.

Teve dois encontros com o Papa João Paulo II, em 1980 e em 1991. Esse último encontro, cinco meses antes da sua morte, foi marcado por uma quebra de protocolo. Por encontrar-se bastante debilitada, não pôde ir ao encontro do Papa. Ele, então, alterou sua agenda, e foi visitá-la onde ela estava.

Sua obra ficou conhecida e passou a ter grande peso não apenas na Bahia, mas também em todo o Brasil. Políticos e governantes visitavam a Irmã Dulce para conhecer o seu trabalho. Recebia a todos, mas nunca se deixou usar para fins eleitorais. Ao contrário, usava os contatos, cada vez mais estreitos com governantes, autoridades e empresários, para tirar proveito em favor dos pobres. Dificilmente um pedido seu era negado. Chegou até a ser conhecida como "pidona bem-sucedida".

Todo esse trabalho, o milagre atribuído a ela – em 2001, curou uma mulher com forte hemorragia pós-parto –, resultaram em sua beatificação em 2009. A sergipana Cláudia Cristina dos Santos, depois de dar à luz ao seu segundo filho, sofreu uma hemorragia que durou mais de 18 horas. Desenganada pelos médicos, recebeu a visita de um padre, que foi ao hospital orar por sua vida. O padre levou consigo uma imagem da Irmã Dulce e pediu que ela intercedesse por Cláudia. O sangramento foi controlado e ela sobreviveu.

Em 2007, eu, Governador de São Paulo, entreguei ao Papa Bento XVI, durante a sua visita ao Brasil, uma carta solicitando que fosse dada atenção ao processo de beatificação da Irmã Dulce, que se encontrava à espera de exame fazia três anos. E a beatificação acabou acontecendo em 2011.

Um trecho da carta que entreguei ao Papa:

Julgo ser meu dever trazer à atenção de Vossa Santidade a situação da serva de Deus Dulce dos Santos Lopes Pontes. Como tantos brasileiros, estou convencido de que Dulce Pontes poderia integrar o livro dos santos da Igreja Católica. O milagre que lhe é atribuído encontra-se há três anos na Congregação para a Causa dos Santos à espera de exame.

Antes de exercer o cargo de Governador de São Paulo, ocupei o Ministério da Saúde e sou testemunho da obra inigualável do Anjo Bom da Bahia. É reconhecida como benfeitora dos humildes e dos desesperados. Num dos mais pobres Estados brasileiros, criou obras sociais que são um exemplo de altruísmo e da melhor tradição do cristianismo.

Foi isso o que entreguei ao Papa, como texto.

Para tornar-se santa faltava um segundo milagre, que veio em 2014. Um glaucoma havia tirado a visão do maestro baiano Maurício Moreira, por mais de 14 anos. Em 2014, uma infecção nos olhos cegos tornou a vida do maestro um suplício. Desesperado de dor, colocou a imagem de Irmã Dulce sobre os olhos e pediu que ela aliviasse o seu sofrimento. No dia seguinte, começou a ver o vulto das próprias mãos. A cada dia a visão foi melhorando até que voltou e enxergar plenamente.



O Vaticano reconheceu e validou esse segundo episódio como um milagre, abrindo caminho para a santificação da Beata Dulce dos Pobres. A primeira notícia do Vaticano para a canonização veio em maio deste ano. Para concluir o processo de beatificação, de santificação, o Papa Francisco celebrará, no dia 13 de outubro deste ano, a canonização da Irmã Dulce. A freira conhecida como o Anjo Bom da Bahia será a primeira santa brasileira. Nasce a Santa Dulce dos Pobres.

Para homenagear a história dessa brasileira que dedicou à vida a aplacar o sofrimento físico...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... e sossegar o espírito de muito brasileiros humildes e desesperançados é que me senti honrado de aceitar o convite carinhoso e emocionante de Maria Rita Pontes, sobrinha de Irmã Dulce, para participar da cerimônia de canonização da Santa Dulce dos Pobres. Trecho do convite:

Neste momento de grande emoção para todos nós, brasileiros, não poderia deixar de agradecer a V. Exa. que teve papel relevante para que o processo da Irmã Dulce tivesse celeridade, ao entregar uma carta ao Papa Bento XVII, em 2007, como Governador de São Paulo, pedindo que a Santa Sé olhasse com carinho o processo de canonização do Anjo Bom do Brasil. Não fosse só isso o bastante para contar com a sua presença nesse evento, lembro aqui as inúmeras vezes que o senhor veio em socorro de suas obras, para que o desejo de Irmã Dulce fosse mantido, com uma instituição 100% do SUS, com 954 leitos.

Nas horas de aflição sempre tive o seu apoio para bater nas portas do Ministério da Saúde e pedir mais recursos para a manutenção dos serviços do nosso hospital. Por isso, meu querido Senador, gostaria imensamente que o senhor estivesse conosco no Vaticano, em 13 de outubro, para celebrar com a família, os amigos e devotos da Irmã Dulce esse momento inesquecível e histórico da sua elevação, para todos os que participaram da sua vida, suas obras e da sua elevação nos altares.

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para apartear.) – Senador José Serra, permite-me um aparte?

Eu queria, Senador José Serra, em primeiro lugar, apesar de o pronunciamento ser de Irmã Dulce, enaltecer o trabalho de V. Exa.

V. Exa. fez um trabalho de transformação, de verdadeira revolução no Brasil, apoiando as obras de Irmã Dulce, importantíssima sem dúvida alguma, e o reconhecimento da família em relação ao trabalho de V. Exa.

Então, quero enaltecer o seu trabalho como Senador, como Governador, entregando a carta para o Papa Bento XVI, pedindo também apoio para que Irmã Dulce fosse canonizada. Foi uma intervenção das mais importantes.

Também em relação a uma outra pessoa, a minha tia Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança, que ainda hoje tem 160 mil voluntários acompanhando um milhão de crianças no Brasil, V. Exa. sempre foi referência para ela. Ela dizia: "Olha, o José Serra é amigo, apoia, está junto." E, nós, como sociedade, temos que reconhecer o que V. Exa. fez para Irmã Dulce e para a tia, me permita dizer assim, a minha tia Zilda Arns, que também está em processo de beatificação. No início do processo, V. Exa. estava lá em Curitiba, no campo do Atlético, junto com toda a comunidade da Pastoral.



Agora, quero também enaltecer... Eu às vezes fico pensando na Irmã Dulce, nos dois milagres oficiais; a obra dela, eu diria, já foi um milagre. Atender a milhões de pessoas no decorrer dos anos, milhares chegando a milhões de pessoas, sendo referência para tanta gente, abrindo portas, a gente tem que pensar no Brasil de hoje que isso é um milagre. O milagre de fazer com que a vida das pessoas seja melhor sem coisa partidária, ideológica, pelo simples sentido de humanidade, como V. Exa. colocou no seu pronunciamento. Quer dizer, Irmã Dulce transformou para melhor o ser humano no Brasil. Quantas pessoas fazem isso? Esse foi o milagre. Oficialmente, dois, que são necessários, mas o milagre da transformação do ser humano em um ser humano melhor...

(Soa a campainha.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... sem dúvida é o grande milagre.

Então, eu quero parabenizá-lo, José Serra, como colega, como Senador, como Ministro, como Governador, pela sua trajetória de vida. Eu acho que nós, brasileiros, temos que reconhecer em V. Exa. a referência para uma vida melhor.

E parabéns pelo pronunciamento. O povo da Bahia tem que se orgulhar, o povo brasileiro e a humanidade hoje, o povo da Terra, do Planeta tem de dizer: "Que bom que lá no Brasil existiu uma Irmã Dulce!".

Parabéns! Felicitações, porque a família está dizendo: "Você, José Serra, foi importante nisso tudo".

Parabéns!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Arns.

Só a emoção não me permite comentar as palavras de V. Exa.. Eu não tenho condição, mas quero agradecer profundamente.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador José Serra, pela ordem.

O Sr. Nelsinho Trad (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senador Paim, por gentileza, para um aparte ao Senador José Serra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Estou aqui, Senador José Serra.

Bem rápido – bem rápido. Eu só quero cumprimentar V. Exa.

V. Exa. tem uma história bonita, que eu acompanhei durante esses mais de 30 anos em que estou na vida pública, e V. Exa. tem toda autoridade para ir à tribuna nesse momento e falar da Irmã Dulce.

Irmã Dulce significa para nós todos liberdade, justiça, carinho, solidariedade, e V. Exa., na tribuna, nesse momento, retrata essa imagem.

Irmã Dulce representa amor, e este País precisa tanto de amor e de respeito ao próximo, precisa tanto de políticas humanitárias. E V. Exa., ao ir à tribuna, está fazendo esse apelo. A melhor forma de homenagear a nossa querida Irmã Dulce, que, às vezes, chamavam até de Mãe Dulce, é V. Exa. na tribuna, levantando, nesse momento, não o debate, mas alertando o País de que esta Santa, como disse muito bem o querido Flávio Arns, é do milagre. E nós precisamos de



milagres hoje, para as pessoas amarem mais – amarem mais – e não odiarem. Não é nem odiarem menos, não odiarem ninguém.

Por isso, eu o cumprimento, com muito carinho e respeito à V. Exa.

Quantas vezes votamos juntos? Nunca me esqueço do seguro-desemprego, de que muita gente não se lembra; eu estive junto com V. Exa., mas quando me perguntavam: "Não, estive junto, mas o primeiro signatário foi o Senador José Serra".

Meus cumprimentos mais uma vez.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado, Paim.

O Sr. Otto Alencar (PSD - BA. Para apartear.) – Senador José Serra, V. Exa. foi Ministro da Saúde e foi o Ministro da Saúde que muito ajudou o Hospital Santo Antônio, visitou-o várias vezes, esteve lá várias vezes. Conviveu com a Irmã Dulce, conheceu a Irmã Dulce, e eu tenho certeza absoluta de que a sua marca de trabalho lá nunca será esquecida, até porque eu convivi quase 12 anos como médico voluntário e vi como o hospital avançou com tantas pessoas que têm o espírito público que tem V. Exa.

O Senador Paim acaba de falar sobre a questão do seguro-desemprego. V. Exa. encarna, realmente, um político que escreveu uma história de centro social, tem vocação social, em todos os momentos em que ocupou o cargo, em que ocupou o poder, como governador, prefeito de São Paulo, ministro.

Então, esta é a marca da sua vida: a de um homem público que eu considero um dos mais importantes do Brasil e dos mais competentes também, e competência que leva para o bem desse País. Tantas e quantas vezes V. Exa. apresentou aqui projetos superimportantes para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Eu tenho uma admiração muito grande por V. Exa., e V. Exa. sabe disso.

E essa homenagem V. Exa. faz a uma baiana, a uma freira baiana que começou com a sua vocação espiritual para o lado social ainda muito jovem, aos 14, 15 anos, e fez essa obra monumental que é o Hospital Santo Antônio, as suas obras sociais, como o Educandário Santo Antônio, na cidade de Simões Filho, que educa 800 jovens há muitos anos com a manutenção dessa luta dela, que deixou Maria Rita, sua sobrinha, como herdeira para tocar essas obras sociais.

Eu queria dizer aqui uma coisa que me chama muita atenção. Há pessoas que passam fazendo esse trabalho e buscam ser bem anônimas. E, nessa história de Irmã Dulce, houve um anônimo que entrou comigo lá – eu saí para a política, ele ficou –, que nunca quis que o nome dele aparecesse, nunca se manifestou sobre isso e já faleceu. E eu hoje aproveito o aparte que V. Exa. me dá para fazer uma homenagem póstuma a um dos médicos mais humanitários que eu conheci em minha vida, o Dr. Taciano Campos.

Ele entrou lá na minha época e se dedicou até o último dia da vida dele. Faleceu trabalhando lá para a Irmã Dulce e fazendo questão de dizer: "Eu não quero que ninguém saiba que eu faço isso". Porque as pessoas que têm grandeza de espírito fazem sem esperar a contrapartida. V. Exa. fez isso pelo Hospital Santo Antônio, como fizeram outros tantos que passaram por lá e que ajudaram a Irmã Dulce. E a Taciano Campos – estou fazendo essa homenagem agora, porque ele nunca quis isso, mas eu vou aproveitar para fazer –, ao lado de tantos outros, ele foi fundamental.

Reconhecer dois milagres da Irmã Dulce realmente... É importante que ela, com esses milagres, venha a ser santificada lá pelo Papa Francisco. Mas, como trabalhei por lá e na época



não se atendiam a doentes, pacientes, como é hoje; atendiam-se as vítimas da desnutrição, pessoas que chegavam lá com a tuberculose osteoarticular, osteomielite aguda, fraturas espontâneas pela fome na década de 70. Hoje não há mais, não se acha mais paciente dessa natureza. Mas quem conviveu, como ela conviveu, atendendo aos tuberculosos e carregando para dentro de casa... Eu, que operei centenas deles com tuberculose óssea, osteoarticular, nunca tive um problema de saúde. Eu nunca me contaminei com o bacilo da tuberculose, e ela também nunca. Para mim, o maior milagre é esse. Ela acolheu milhares, centenas de pessoas que chegavam lá desnutridas e ela nunca teve essa doença, embora tivesse problema pulmonar. Esse é o milagre de quem faz o bem, porque quem opera num hospital filantrópico... E operava com condições bem diferentes de um hospital privado: às vezes, não tinha nem o ar-condicionado; tinha que, com uma compressa, enxugar a testa para que o suor não caísse dentro da ferida cirúrgica. Isso, para mim, na minha opinião, é o maior milagre do mundo. Operar uma pessoa quase morrendo, ela recuperar a saúde e sair hígida, andando e recuperada.

Foram inúmeros milagres de Irmã Dulce pela sua dedicação. Eu não conheci ninguém na minha vida – e convivi com tantas pessoas importantes, inteligentes e também de dedicação à vida das outras pessoas, que pudesse ter uma força espiritual igual a ela e pudesse fazer uma coisa que eu nunca vi em nenhum ser humano: falava, determinava e decidia pelos olhos. Quem decide pelos olhos é santo, e ela é Santa Dulce dos Pobres, eu tenho absoluta certeza disso.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para apartear.) – Senador José Serra, eu também venho à tribuna de aparte, para me associar à manifestação que V. Exa. faz em relação à santificação da Irmã Dulce.

Eu sou pernambucano, mas tive a alegria de poder viver na Bahia, em Salvador, no Colégio Marista, de 1968 a 1975. Nessa oportunidade, eu conheci as Obras Sociais da Irmã Dulce, conheci a Irmã Dulce e fico muito, muito feliz com tudo que vai acontecer durante esta semana, com o Brasil tendo a sua primeira santa nascida no Brasil e que vai receber o reconhecimento de toda sociedade brasileira pelo enorme trabalho que a Irmã Dulce desenvolveu lá na Bahia.

Mas eu quero também me associar a tantas outras palavras de companheiros e companheiras que falam da sua trajetória política, dos seus serviços prestados ao Brasil nas mais diversas oportunidades: como Prefeito de São Paulo, Governador de São Paulo, Ministro da Saúde, Ministro do Planejamento e hoje Senador da República pelo Estado de São Paulo.

V. Exa. fez um gesto muito grande com a minha terra natal, Petrolina. Eu fui Prefeito; V. Exa., Ministro da Saúde. V. Exa. viabilizou o início da construção do Hospital de Traumas, hoje o Hospital Universitário de Petrolina. V. Exa. foi decisivo em atender ao apelo que lhe fiz e iniciarmos aquele grande empreendimento.

Mas eu quero nesta tarde chamar a atenção do Plenário para uma fala que V. Exa. está começando a colocar de forma aberta, com a autoridade que V. Exa. tem. Quando muitos estão querendo acelerar e precipitar a discussão da reforma tributária de que o Brasil precisa, que é necessária para simplificar, para reduzir a carga de impostos que pesa sobre o setor produtivo, V. Exa. tem, de forma competente, trazido uma palavra nas Comissões e no Plenário, conversando com os colegas para alertar que a iniciativa da reforma tributária pode tudo, só não pode ser açodada, só não pode ser precipitada. Ela tem que amadurecer num amplo e profundo debate. E aí, mais uma vez, V. Exa., que foi o arquiteto da construção do atual sistema tributário que nasceu na Constituinte de 1988, está trazendo aqui a sua experiência, o seu conhecimento para



apenas pedir a reflexão do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional para que a gente possa fazer essa discussão, mas sem queimar etapas, sem atropelar o processo, para que o Brasil, de fato, possa alcançar um sistema tributário mais justo, menos regressivo, que seja estimulador de novos investimentos e que possa promover o crescimento e a geração de emprego.

Cumprimento V. Exa., Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Um aparte, Senador José Serra.

O Sr. Nelsinho Trad (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador...

O Sr. Nelsinho Trad (PSD - MS. Para apartear.) – É apenas para parabenizar o Senador José Serra pela brilhante iniciativa aqui, Senador, e registrar mais uma vez a admiração que tenho por S. Exa., que é devidamente conhecedor e engrandece muito este Parlamento com sua presença, com sua experiência e com sua sensibilidade. E trazer um assunto como esse, lembrando que nós vamos ser coroados com a nossa Santa Irmã Dulce dos Pobres, como bem fala o nosso Senador Otto, realmente enche esta Casa de alegria.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente Antonio Anastasia, de Minas Gerais, para registrar que estamos recebendo a visita de Senadores do Quênia, que aqui estão presentes: Senador Samson, que é o chefe da delegação; Senador James Orengo; Senador Fred Outa; Senador Mutula Junior; e Senadora Judith Pareno, que estão acompanhados do Embaixador Isaac. Estiveram em Minas Gerais, foram ver os trabalhos dos bombeiros em Brumadinho e estão também em contato com as autoridades do Tribunal Superior Eleitoral para ver a questão da votação eletrônica. Amanhã vão para o Rio de Janeiro para verem também as belezas da terra...

(Soa a campainha.)

O Sr. Nelsinho Trad (PSD - MS) – ... maravilhosa que é a cidade do Rio de Janeiro.

Era esse o registro.

Parabéns mais uma vez ao Senador José Serra.

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senador Fabiano, eu vou pedir licença a V. Exa., é só um minuto. *(Palmas.)*

Senador Serra, peço que permaneça tão somente para cumprimentar a delegação do Quênia, que com certeza vai sair.

Cumprimento e agradeço ao Senador Nelsinho as palavras.

Saúdo os Senadores do Quênia por essa visita. Agradeço também a visita ao meu Estado de Minas Gerais e desejo que a visita ao Rio de Janeiro também seja muito frutífera.

Sejam bem-vindos, eminentes Parlamentares do Quênia, nação amiga e irmã do continente africano! Meus cumprimentos a V. Exas. Sejam bem-vindos e boa viagem!

Senador Fabiano, para um aparte.

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para apartear.) – Senador José Serra, é com grande satisfação que estou aqui como cidadão. Eu nem sonhava em ser Senador, mas já o admirava como cidadão quando verificava que o senhor, em todos os cargos públicos e políticos que exercia, obedecia àquele comportamento ético que deve



reger todo ser humano. Pode ter certeza de que o senhor dignifica, e muito, a honrada classe dos seres humanos e, em especial, dos políticos quando, como muito bem disse aqui o Senador Paim, que lembrou do seguro-desemprego...

Eu me lembro dos genéricos, que foi uma conquista da população brasileira. O seu olhar humanizador humaniza a dor, a sensibilidade de se colocar na dor do outro me faz ter a convicção e a esperança de poder exercer um mandato como Senador. Que eu possa dignificar e honrar todos os votos que obtive da população capixaba para que tenhamos um Brasil mais justo, fraterno e solidário.

A homenagem que o senhor presta a Santa Dulce dos Pobres...

(Soa a campainha.)

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E eu falo que o amor supera todos os obstáculos. Nós podemos exercer esse papel de Santa Dulce. E aí eu faço um apelo aos Senadores e Senadoras: que exercitemos mais o amor, porque foi isso, com humildade, com simplicidade e com coragem que ela exercia aquilo que São Paulo diz: "Eu não vivo, mas Cristo vivem em mim".

E esse é um constante exercício. Quando eu olho, como estou olhando para o senhor, como estou olhando para o Presidente e para todos os colegas, e enxergo Cristo, pode ter certeza de que eu vou exercer mais o amor, o respeito, a caridade, a humildade, a compaixão, a solidariedade. E como muito bem disse o Senador, não é incidência menor do ódio, é não ter ódio. O que nós temos é que fazer uma grande corrente do bem, difundindo, propagando o amor, aquilo que a nossa santa Dulce...

A Dulce dos pobres, estava ali suprimindo um papel muitas vezes de obrigação do próprio Poder Público, do próprio Estado brasileiro, que, na sua ineficiência... Temos aqui esses santos que hoje estão sendo declarados, mas quantos santos não foram declarados e são efetivamente aqueles que merecem todo o nosso carinho, nossa veneração e nosso amor?

Eu quero, do fundo do coração, parabenizá-lo e falar que, para mim, é com muita satisfação que eu estou neste mandato tendo o senhor aqui como uma pessoa em que eu me espelho, como uma pessoa que me orienta, como uma pessoa com quem eu aprendo, tendo em vista sua sobriedade, sua serenidade e seu equilíbrio emocional.

Parabéns! Pode ter certeza de que o senhor, assim como outros Senadores que aqui estão, dignifica e muito a honrada classe dos políticos brasileiros.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado.

A Sra. Rose de Freitas (PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu queria dar o meu muito obrigado aos colegas Senadores que falaram. Só a emoção não me permite o alongamento. Não tenho condição de agradecer como deveria as palavras de cada um pela emoção que me domina, mas quero dar o meu abraço apertado em cada um de vocês e novamente agradecer pela generosidade.

Muito obrigado.

A Sra. Rose de Freitas (PODEMOS - ES. Para apartear.) – Senador Serra, antes de o senhor sair dessa tribuna, eu fico feliz demais pelo dia de hoje. Eu queria dizer isso olhando, por sua história, por seu trabalho, pela sua coerência na luta pelo Brasil.



Então, ver este Plenário, dos que chegam agora, dos que estão há mais tempo, dos que trazem um pedaço de sua história para este Plenário, homenagear V. Exa. é a coisa mais justa a que eu já assisti nesta Casa.

A admiração que eu tenho pela sua persistência... Está vendo um fato acontecer, ele está fora do prumo, precisa se encaixar, precisa construir mais um capítulo a favor da evolução deste País, e hoje com bandeiras sociais importantíssimas... Recentemente, o senhor passou um projeto aqui – até esse olhar atento me chamou a atenção – em relação às creches, o que toca o coração das mulheres do Brasil inteiro.

Então, ao vê-lo sendo citado pelos seus companheiros, recebendo aqui o carinho de todos, que bom que as pessoas conseguem fazer isso de corpo presente, olhando e abraçando toda a sua dedicação a este País!

Fui sua colega Constituinte e sempre acho que segui quase todos os seus conselhos – um ou outro não –, mas sempre persistente, perfilando ao lado das boas ideias que acabou construindo.

(Soa a campainha.)

A Sra. Rose de Freitas (PODEMOS - ES) – Recentemente, aconteceu isso na sala do Davi Alcolumbre, com o Presidente ao lado do Paulo Guedes. Quando a reunião ia acabar, V. Exa. fez a sua colocação pertinente, imediatamente aceita pelo Ministro. Esse é V. Exa.

Então, deveriam estar aqui os 80 Senadores para dizerem em alto e bom som o que um homem pode fazer com sua determinação, com sua honestidade e com sua dedicação pelo seu país.

V. Exa. fez tudo certo até agora.

Meu abraço, querido!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Senadora Rose, minha colega de Constituinte, minha amiga, não imagina o bem que as suas palavras me fazem, o bem, muito bem!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Eminentíssimo Senador José Serra, V. Exa. ouviu praticamente da unanimidade dos Senadores presentes o reconhecimento pelas suas palavras sobre a Irmã Dulce, mas também pelo seu trabalho como homem público completo.

E eu só queria acrescer, se me permite a condição de Presidente do Senado neste momento, que eu o admiro muito e o estimo muito e sei que isso é comum a todos nós.

Parabéns pelas suas palavras aqui em homenagem à Irmã Dulce, sobretudo, pela sua vida em prol do Brasil!

Parabéns!

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Está encerrada esta votação.

Solicito à Secretaria que faça a apuração.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.3 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – 55 votaram a favor; nenhum votou NÃO.

Votação unânime.



Desse modo, o parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 234/2019-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**)

Está em discussão a redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira, está encerrada a discussão.

Votação da redação final.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Antes de dar prosseguimento à questão das medidas provisórias, o Senador Amin já está na tribuna, porque fez o pedido, e de maneira célere vai falar sobre a matéria aprovada.

Com a palavra S. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou tentar ser breve, mas não posso deixar de, no momento em que sou agraciado pessoalmente e vejo o projeto que apresentei receber a unanimidade de votos de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, iniciar fazendo, Sr. Presidente, o meu aparte ao discurso do Senador José Serra. Em primeiro lugar isso.

Parabéns, Senador José Serra, pelo discurso que nos lembrou do valor do amor – do amor!

Essa sua fala confirma o que eu já disse muitas vezes, mas nunca tinha falado em público: eu conheci e conheço muitos bons políticos, mas posso dizer que nenhum mais completo, em termos de formação, de conhecimento e de aplicação, do que V. Exa. E o fato de aqui trazer o sentimento de amor apenas completa e engalana esse caráter que eu lhe atribuo.

Parabéns pelo pronunciamento e receba, nestas minhas palavras, a homenagem que lhe é devida!

E quero, Sr. Presidente, a propósito do projeto de lei complementar que nós aprovamos e que eu espero que mereça a sanção do Presidente da República, tornar público o que eu disse talvez para conseguir o último voto indeciso, do Senador Fabiano Contarato – não digo que fosse indeciso, mas que estava por se decidir. Esse projeto veio ao encontro de uma antiga aspiração da minha vida pública. Eu sou fã do Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres, criador do Grameen, que começa explicando por que é preciso criar alternativas de financiamento no mundo, principalmente para o pequeno empreendedor, trazendo o seguinte exemplo: o sistema financeiro convencional exige para emprestar dinheiro a alguém garantia, Senador Vanderlan, de 1 por 1, até de 1,7 por 1, no mínimo. E o que o pequeno que quer empreender pode oferecer de garantia? Nada. Essa barreira precisa de soluções solidárias para ser superada.

E é isso que preconiza esse projeto, ao permitir que pequenos empreendedores, pequenas empresas, enfim, investidores, pessoas físicas ou jurídicas, se associem, como eu informei ao Senador Fabiano Contarato, para ajudarem a superar essa barreira da famosa garantia, famosa e que pouco enxerga, porque a garantia não impede que grandes bancos no mundo inteiro tenham pilhas de automóveis devolvidos por falta de pagamento, imóveis e outras garantias dadas a quem não conseguiu vencer o desafio do cumprimento do seu compromisso de honrar a dívida.

A sociedade de garantia solidária não é uma panaceia que vai resolver todos os problemas, mas é um marco na história do crédito no Brasil, que ainda padece de uma concentração absurda,



absurda. Temos cinco grandes bancos varejistas. Temos poucas organizações de crédito baseadas na solidariedade ainda. Eu me orgulho muito de que no meu Estado...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... as cooperativas já detêm mais do que 20% das operações de crédito ativas, mas essa não é a realidade nacional.

Quero agradecer ao Prof. Ricardo Mello, que lidera um grupo de professores que subsidiaram o fundamento acadêmico desse projeto. Quero agradecer aos Deputados que apresentaram esse projeto em suas primeiras edições, Deputado Fernando Coruja e o Deputado Eni Voltolini. E quero finalmente agradecer a todos e a cada um por essa votação consagradora para a ideia, Presidente, para o projeto e acima de tudo para o seu destino, que é ajudar o pequeno a ousar e fazer o Brasil se desenvolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Esperidião Amin! V. Exa. foi desde o início o grande batalhador desse projeto de sua autoria. Meus cumprimentos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Item nº2.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. É um minuto só, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Só queria registrar aqui a presença do Prefeito de Serra, do meu Estado, Audifax Barcelos, que já foi Deputado Federal e muito dignifica o Estado do Espírito Santo, e o Da Vitória, Deputado Federal do meu Estado. Só registrando e enaltecendo o comparecimento deles aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero introduzir o nome do Senador Cid Gomes, que acabou escapando, como o grande Relator desse projeto, tanto na Comissão própria quanto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Amin.

Agradeço ao Senador Fabiano Contarato a menção. Cumprimento o Prefeito da cidade de Serra, no Estado vizinho, Espírito Santo. Nós mineiros temos um relacionamento muito próximo com o Espírito Santo. Com muita satisfação recebemos V. Exa. aqui no Plenário do Senado Federal. Seja sempre muito bem-vindo.

Item 2.

Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2019, que altera a Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 884, de 2019).

Parecer sob nº 1, de 2019, da Comissão Mista, Relator: Senador Irajá, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2019, que apresenta.



A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 25 de setembro, com supressão dos seguintes dispositivos: a expressão constante na parte final do §4º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei de Conversão; a expressão constante do §2º do art. 59 da Lei nº 12.651, de 2012, incluído pelo art. 1º do projeto; e o art. 2º do Projeto de Conversão.

O prazo de vigência da matéria se esgota no dia 11 de outubro de 2019.

Concedo a palavra ao Senador Irajá, Relator da matéria.

Com a palavra S. Exa. o Senador Irajá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quero me inscrever depois.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Em seguida, quero me inscrever para discutir.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta MP trata, de forma muito pontual e objetiva, da consolidação do Cadastro Ambiental Rural como um instrumento permanente e obrigatório para todas as propriedades rurais brasileiras.

O Cadastro Ambiental Rural, é importante relembrar, foi criado no ano de 2014. Ao longo desses cinco anos, ele se consolidou como uma plataforma de dados confiáveis e também de dados precisos de tudo o que existe dentro das propriedades rurais brasileiras: qual é a área produtiva dessa propriedade, o tamanho dela, o que ela tem de reserva legal que está protegida, as áreas de preservação permanentes. E eventualmente, se existia algum passivo por parte do produtor, é no Cadastro Ambiental Rural que se identificam essas distorções, para que ele possa ter a oportunidade, através do Programa de Regularização Ambiental, de corrigir esse passivo.

Portanto, o Cadastro Ambiental Rural se tornou uma fonte de consulta e fiscalização por todos os órgãos ambientais e estaduais, além do próprio Ibama. Além de se tornar uma plataforma de controle e fiscalização ambiental, foi adotado por todas as instituições financeiras do Brasil para a liberação do crédito rural, seja o crédito para investimento como também o crédito para custeio agrícola.

O que esta MP traz de inovador é apenas a consolidação do Cadastro Ambiental Rural como um instrumento obrigatório. Ele é uma espécie de Imposto de Renda da Pessoa Física, em que todos os anos o cidadão brasileiro tem que informar à Receita Federal o que ele ganha e o que ele gasta. Esse Cadastro Ambiental Rural passa a ser um Imposto de Renda da propriedade rural brasileira.

Portanto, é um avanço importante que, claro, a medida provisória consolida como um instrumento obrigatório e o consideramos da maior relevância.

Quero fazer um apelo a todos os colegas Senadores para que nós possamos aprovar o texto que veio da Câmara porque o prazo se encerra agora sexta-feira e nós não podemos perder essa grande oportunidade de tornar o Cadastro Ambiental Rural definitivo e obrigatório.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Passa-se à apreciação da matéria.

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas em turno único.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de tudo, cumprimentar o Senador Irajá.



Eu acho que o Senador Irajá conseguiu reproduzir, na verdade, o sentimento da importância do diálogo. Nós estamos chegando hoje na aprovação de um mecanismo, de uma proposta que foi fruto de um entendimento que outrora a gente poderia dizer que seria impossível, ou seja, a bancada ruralista e os ambientalistas chegaram ao entendimento para, de fato, termos uma resposta aos produtores de todo o Brasil.

Se a gente for fazer um levantamento histórico, por exemplo, nós tivemos agora sete anos do Código Florestal e, de lá para cá, nós já tivemos quatro adiamentos do cadastro. Nós tivemos, dentre esses vários adiamentos, uma proposta, no início deste ano, que veio para cá. Eu queria inclusive destacar aqui a ação feita pelo Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que não deixou ir para frente. Nessa medida provisória, depois dos vários arranjos feitos na Câmara dos Deputados, nós tínhamos uma anistia da ordem de 4 milhões de hectares, sem falar que havia uma verdadeira reformulação do Código Florestal trazendo impedimentos grandes, ou melhor, prejuízos grandes para toda a política ambiental brasileira. Com o travamento feito de forma muito correta, ação inclusive que foi fruto de uma ação feita pelo Congresso Nacional, especificamente aqui no Senado, ouvindo várias entidades, a pressão acabou, graças a Deus, brecando de fato, naquele momento, a continuidade daquela medida provisória.

Recebemos uma nova e, mais uma vez, de 4 milhões passou para 19 milhões de hectares, mas houve um convencimento, um entendimento de que esse não era o caminho, ou seja, não é tentando colocar jabuti aqui e acolá, porque nós temos uma sociedade que está atenta a isso. E, ao final, nós tivemos, além da retirada dessas várias anistias, também lá a autorização, digamos, tácita, três dias após, em um órgão ambiental, ou melhor, em não havendo a confirmação da parte da regularização, por exemplo.

Ou seja, nós temos aí uma ação permanente a partir de agora e a possibilidade de o produtor ter acesso a esse programa e poder corrigir, como já foi colocado aqui, a possibilidade de pagamento de multas, enfim, anistias, ou seja, esse passivo poderá ser corrigido de forma muito tranquila através desse programa.

Nesse sentido, Presidente, o partido, naturalmente, encaminhará, daqui a pouquinho, o voto favorável. E destacamos aqui uma ação que, no meu entendimento, é a demonstração de que, através do diálogo e do entendimento, é possível sim chegarmos a um resultado final que possa atender a todos. Aquilo que outrora a gente imaginaria que fosse inviável... Aliás, o Código Florestal também foi muito isso, tivemos, na verdade, retrocessos, mas é sempre bom destacar que uma ação que envolveu ambientalistas e ruralistas acabou também tendo um texto muito mais ameno para essa política em todo o Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Para discutir, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Presidente, é importante a pauta de hoje, embora o Plenário não esteja cheio, porque essa MP modifica o Código Florestal. Então, modifica, no meu entendimento, para melhor.

A principal novidade dela é a retirada de um prazo limite para a inscrição de propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural, que é o CAR. O texto do PLV mantém essa indeterminação do prazo para o cadastro, mas estabelece, caso ele não seja feito até o dia 31 de dezembro de 2020,



que aquela unidade rural não poderá aderir ao Programa de Regularização Ambiental, que é o PRA.

Atualmente, no Brasil, existem cerca de 5 milhões de propriedades registradas no cadastro, o que demonstra a efetividade desta iniciativa, que eu elogio aqui, mas nem todos os proprietários rurais, Senador Irajá, conseguiram fazer a total adesão às exigências do CAR, em especial aqueles que são os pequenos produtores rurais, inclusive da Região Nordeste.

Assim, o ideal é manter mesmo o sistema do cadastro perene e sem limite temporal para adesão, sugerindo que o prazo – isso que é importante, e é a conquista dessa MP, da regularização do Cadastro Ambiental Rural de todos os imóveis e posses rurais – mantenha-se aberto, porque nessa questão do prazo há uma questão que acaba sendo atemporal e nós precisamos flexibilizar: as pessoas não conseguem cumprir tudo que a lei determina, é lançado, o prazo extingue-se daqui a pouco e acaba em prejuízo para quem a gente pretende beneficiar.

Então, sou favorável e peço a todos os companheiros que acompanhem o depoimento feito aqui pelo Senador Irajá, sobretudo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Para discutir, Senador Fernando Bezerra.

Depois, Senador Paulo Rocha.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero trazer aqui o testemunho do entendimento que fizemos com o Senador Irajá.

Ele tinha apresentado um destaque nessa medida provisória que trata do CAR, mas, numa conversa que tivemos com a Ministra Tereza Cristina, o objeto do destaque do Senador Irajá pode ser resolvido através de um decreto de regulamentação que trata da questão do georreferenciamento e da questão da dispensa dos limites de confrontação das propriedades.

Portanto, quero aqui agradecer a compreensão do Senador Irajá, porque reconheceu que a sua iniciativa poderá ser apoiada, resguardada através do decreto que vai regulamentar essa lei de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senador Irajá, com a palavra, como Relator.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Eu gostaria de agradecer a sensibilidade do Líder Fernando Bezerra.

De fato, eu tinha a pretensão de apresentar esse destaque, que nada mais é do que a correção de uma distorção. Nós aprovamos aqui no Senado Federal, por unanimidade, um projeto de lei de minha autoria – V. Exa. me agraciou com a sua relatoria nesse projeto – que dispensa as cartas de confrontação das propriedades rurais brasileiras. É uma simplificação, uma desburocratização do processo do geo, sem perder segurança jurídica, que é o mais importante.

No entanto, depois de promulgada essa lei pelo Presidente Bolsonaro, havia cartórios que estavam obedecendo à eficácia da lei e seguindo-a e outros cartórios que não estavam acatando a lei, por incrível que pareça. Isso foi objeto, inclusive, de um pedido de orientação do CNJ, que baixou uma resolução orientando os cartórios de todo o Brasil para que seguissem a lei sancionada, mas infelizmente estava havendo essa interpretação diferente entre cartórios.

Então, na MP, nós iríamos apresentar um destaque que apenas corrigia essa distorção, porque os cartórios estavam utilizando...



(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – ... o art. 213 como pretexto para não cumprir essa Lei da Dispensa das Cartas de Confrontação, enquanto a lei aprovada e sancionada pelo Presidente apenas fazia uma abrangência e uma menção ao art. 176. E aí a gente estava tentando consolidar essa interpretação.

Mas, nesse entendimento com o Líder, eu quero lhe agradecer pela compreensão, nós iremos, da mesma forma, corrigir esse impasse e assim teremos unanimidade entre os cartórios de todo o Brasil no cumprimento dessa determinação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Irajá. Para discutir, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, principalmente os que se envolveram nesse debate, eu acho que uma das maiores dificuldades para o Parlamento brasileiro é fazer uma legislação que envolva essas diferenças regionais. Em se tratando de questão de terra e questão ambiental, não é muito fácil porque são biomas diferentes, Cerrado, Amazônia, o centro-sul do País, etc.

Eu acho que a gente deve caminhar mais, Sr. Presidente, numa legislação para resolver o problema dos conflitos agrários, dos conflitos fundiários, que seria, digamos assim, a regularização fundiária. Eu acho que é uma legislação que nós estamos a dever para resolver esses problemas de conflitos e questões. Inclusive, lá na Amazônia, essa questão das queimadas seria bem identificada se houvesse uma regulação fundiária adequada para cada bioma, para cada região.

Por isso, participei intensamente deste debate aqui e, com as modificações que foram feitas, com os acertos que foram feitos – e o Irajá teve um papel muito importante nessa articulação –, acaba se atendendo aos vários interesses ali colocados no debate. E, portanto, a nossa bancada encaminha o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Não havendo mais inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer encaminhamento, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item nº 3.



Eu só dou ciências à leitura de apregoar o item nº 3 que, depois da sua deliberação, nós voltaremos à tentativa de votação, verificarei, ou da indicação do CNJ ou da PEC e também teremos a palavra dos inscritos, Senador Heinze, Senador Vanderlan, entre outros.

Item 3.

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2019, que acelera a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas (proveniente da Medida Provisória nº 885, de 2019).

Parecer sob nº 1, de 2019, da Comissão Mista, Relator: Deputado Capitão Wagner, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2019, que apresenta.

A matéria foi aprovada na Câmara Deputados no dia 1º de outubro e seu prazo de vigência se esgota no dia 15 de outubro de 2019.

Passa-se à apreciação da matéria.

Discussão do projeto de conversão da medida provisória e das emendas em turno único.

(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, as Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, as Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Mesmo que V. Exa. esteja afirmativamente, positivamente, elogiadamente tocando a pauta, eu queria falar da importância desse PLV. Temos que destacar que ele tem um objetivo que precisa ficar claro, que é acelerar a destinação de bens apreendidos que tenham origem no tráfico ilícito de drogas.

Os bens e valores apreendidos no tráfico serão destinados à força policial de todos os âmbitos da Federação, de maneira que sejam geridos para o combate ao crime organizado. Olha que medida exemplar! Eu acho que assim funciona se a gente entender que o recurso tem um destino nobre como esse. A transferência desses recursos, inclusive, será direta, sem a necessidade de formação de convênios.

(*Soa a campainha.*)



A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O apito é por causa de quê? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Era o tempo. Mas já dei mais tempo para a senhora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não, eu nem falei. Eu não falei 15 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Já! Falou muito e densamente, o que é mais importante.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Está bem. Quero concluir, Sr. Presidente.

A transferência desses recursos será direta, sem a necessidade de formação de convênios, desde que as polícias estaduais e distrital tenham estrutura para gerir os ativos e não deixem de enviar os dados estatísticos de repressão ao tráfico para o sistema de informações do Executivo Federal.

Por isso que eu queria elogiar, Sr. Presidente. É importante que os recursos destinados tenham também dados específicos e que nós possamos acompanhar. Cada órgão policial receberá de 20% a 40% do total dos recursos provenientes da alienação dos respectivos bens.

Para a Polícia Federal, o texto permite, Senador Paulo, alocação de até 40% desses recursos, incluindo nesse montante também a Polícia Rodoviária Federal.

Então, os repasses estão vinculados, não têm como ser desviados, não têm como ser procrastinados, não têm como ser esquecidos. Estão vinculados aos bens apreendidos por cada corporação.

Em relação à questão das armas de fogo, o texto estabelece – isso é importante, nós estamos tratando desse assunto em quase todas as Comissões – que as armas apreendidas nos crimes relacionados ao tráfico de armas serão destinadas aos órgãos de segurança pública, Presidente, e do sistema penitenciário, que tanta falta tem, que reclama que não tem investimento, não tem equipamento. A unidade da Federação responsável pela apreensão passará a dar essa destinação.

Sobre bens e valores apreendidos, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – O texto da MP também altera o processo cautelar de apreensão de bens provenientes dos ilícitos determinando que os bens móveis e imóveis devam ser vendidos em hasta pública pelo maior lance, nunca inferior a 50% da avaliação original.

Contratação temporária, também de interesse público. A medida acrescenta à Lei 8.755, de 1993, dispositivo que considera como necessidade temporária e de excepcional interesse público a atividade que tenha o objetivo de atender encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos.

Quanto às milícias... Quanto aos bens apreendidos em decorrência das atividades criminosas das milícias, o texto determina a sua destinação ao Fundo Nacional de Segurança Pública e, nesse caso, não estão incluídos os bens vinculados ao tráfico de drogas ou adquiridos com dinheiro obtido do tráfico, que continuarão com o Fundo Nacional Antidrogas.

Eu sei que o senhor queria até que eu falasse menos, mas era importante, Sr. Presidente.

Muito obrigada.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Como sempre, V. Exa. falou muito bem.

Nós vamos dar sequência.

Foi apresentado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – É porque está dentro do que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Nós estamos com um problema de quórum. Então, a nossa tentativa é a votação da PEC, acordada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só para pedir que V. Exa. inclua logo aí para ser votado um requerimento do Senador Kajuru que trata da realização de sessão especial pelo mês do diabético.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Nós votaremos no momento oportuno, nesta sessão ainda.

Foi apresentado requerimento de calendário especial, que será publicado na forma regimental, para a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, que prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (**Requerimento nº 884/2019 – Vide item 2.2.4 do Sumário**)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Item nº 6.

Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, do Senador José Serra e outros Senadores, que prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parecer 132, de 2019, da CCJ, de minha autoria, favorável à proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ, Substitutivo, que apresenta.

Poderão ser oferecidas emendas, até o encerramento da discussão em primeiro turno, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Foi apresentada a Emenda nº 2, de Plenário, que será publicada na forma regimental (**Vide item 2.2.4 do Sumário**).

Eu passo a Presidência à eminente Senadora Leila, integrante da Mesa – sendo eu o Relator –, para fazer o relatório e as explicações necessárias ao Plenário.



(O Sr. Antonio Anastasia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Leila Barros, Suplente de Secretário.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu peço até...

Peço licença aos nossos pares para pedir que vejam como fica bem uma mulher presidindo a sessão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – De fato, tem toda a razão a Senadora Rose.

Senadora Leila, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu quero indagar a V. Exa. quantas votações nominais teremos ainda nesta noite de hoje aqui. Gostaria de saber se V. Exa. tem condições de me dar essa informação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nesta votação, duas nominais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – De nada, Senador.

Foi apresentada a Emenda nº 2, de Plenário, que será publicada na forma regimental.

Concedo a palavra agora ao eminente Senador Antonio Anastasia para proferir seu parecer sobre a emenda em substituição à CCJ.

Com a palavra o Sr. Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senadora Leila.

Eu gostaria de dizer que essa emenda apresentada pelo Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra Coelho, teve a aquiescência da relatoria e de todos os Líderes, no sentido de deixar bastante claro que nós estaríamos permitindo o destravamento do acesso dos recursos de Estados e Municípios ao mesmo tempo que protegendo a União para evitar que os Estados e Municípios fossem à União, na linha de crédito da União, antes de despendar os 2%.

Temos pequenas alterações de forma, que serão feitas na redação final, mas o conteúdo é esse. Por isso, nosso parecer é favorável. Essa emenda já foi discutida com todos, e ela, de fato, tem essa pretensão.

Acresço tão somente, de maneira bastante célere, que a proposta do Senador Serra, que eu elogio pela iniciativa, tem por objetivo carrear mais recursos para o pagamento de precatórios, quer através de acesso mais fácil de Estados e Municípios a depósitos judiciais, a empréstimos bancários, regulamentando também a linha de crédito da União, bem como postergando tão somente o pagamento dos precatórios não alimentares destinados às pessoas jurídicas, enquanto os pagamentos dos precatórios alimentares das pessoas físicas ficam rigorosamente no mesmo prazo.

Em síntese, portanto, é o conteúdo e é exatamente o relatório já discutido. **(Parecer nº 235/2019-PLEN/SF – Vide item 2.2.4 do Sumário)**

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Anastasia.

O parecer é favorável à Emenda nº 2, substitutiva.



Eu passo agora...

Quer continuar?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mais uns cinco minutinhos, não é?

Passa-se à discussão da proposta e das emendas em primeiro turno.

Ninguém quer discutir? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão em primeiro turno.

Passa-se à votação.

A matéria depende para aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

A Presidência comunica que foi apresentado requerimento, que será publicado na forma regimental, de preferência para a votação da Emenda nº 2, de Plenário, substitutivo. **(Requerimento nº 885/2019 – Vide item 2.2.4 do Sumário)**

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº 2, de Plenário, substitutivo, em primeiro turno.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente Leila Barros...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senadora Leila Barros, Presidente do nosso Senado Federal...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Senador Otto. E depois o Senador Paulo Rocha.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – É uma imagem que fica gravada aqui na minha mente essa nossa craque do voleibol e agora uma Senadora de destaque aqui no Senado Federal. Eu fico muito feliz em vê-la presidindo o Senado Federal.

Eu quero destacar aqui o relatório muito correto do Senador Antonio Anastasia, que é um estudioso dessa matéria, de forma que o PSD encaminha o voto favorável ao relatório do Senador Antonio Anastasia, votando "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O PSD orienta "sim".

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – Nós participamos da discussão e do acordo. Embora achemos que o texto poderia ser melhorado em relação aos Municípios, foi o possível. Então, encaminhamos favoravelmente porque participamos do processo e do esforço do acordo.

Encaminhamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Paulo Rocha.



O PT orienta "sim".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para orientar a bancada.) – O MDB orienta "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O MDB orienta "sim".

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada.) – O PROS orienta "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Zenaide.

O PROS orienta "sim".

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Para orientar a bancada.) – O PSDB, Sra. Presidente, cumprimenta o Senador Anastasia, pelo relatório, e encaminha o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O PSDB orienta "sim".

Obrigada, Senador Roberto Rocha.

Cidadania, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada.) – O Cidadania encaminha "sim", Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para orientar a bancada.) – O Podemos encaminha "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Podemos, "sim".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para orientar a bancada.) – O DEM, Sra. Presidente, encaminha "sim".

Sra. Presidente, o DEM encaminha "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para ficar registrado que esta votação tão célere se deve a todos os Líderes desta Casa, numa demonstração mais do que cabal de que esta é a Casa da Federação.

Na semana passada, quando esta Casa se insurgiu contra possíveis mudanças no projeto de cessão onerosa aprovado pelo Senado Federal e acordado com a Câmara, nós fomos muito criticados, inclusive por veículos da imprensa, dizendo que nós poderíamos estar, com isso, querendo atrapalhar qualquer projeto maior da Nação.

E nós respondemos a essas críticas com trabalho, seja pelo diálogo bom, saudável e produtivo com a Câmara dos Deputados, demonstrando que o caminho da harmonia e do diálogo é um caminho que sempre se fará presente não só no Senado Federal como na Câmara dos Deputados – tanto é verdade que a cessão onerosa, hoje, já podemos dizer que é uma realidade; uma realidade que tem a unanimidade do entendimento dos Líderes da Câmara e do Senado –, seja por este



projeto. Este projeto teve uma votação – e nós estamos falando de uma emenda constitucional, de uma PEC – célere, recorde.

Conversei com o Presidente Davi, como Presidente da Comissão, e ele me pediu que conversasse com todos os Líderes, na semana passada, e todos, por unanimidade, aqui, em pé – não foi necessário telefonema, não foi necessário ir aos gabinetes –, todos: "O projeto é bom, o projeto é importante para os Estados e Municípios". Todos atestaram que não poderia estar em melhores mãos do que nas mãos do nosso eterno mestre, o Senador Antonio Anastasia. Foi feito um amplo entendimento; percorremos e cortamos todos os prazos regimentais; na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado por unanimidade; trazido para o Plenário, um requerimento de urgência também quebrou todos os interstícios; e, em menos de uma semana, já estamos começando a votação – espero que tenhamos quórum.

De qualquer forma, esta PEC é um dos sete projetos tramitando no Congresso Nacional do nosso pacto federativo, o pacto que o Senado e a Câmara dos Deputados fizeram, portanto do Congresso Nacional, com o Brasil, com os Estados brasileiros e com os Municípios, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senadora.

Quero aproveitar e convocar os demais Senadores. Nós precisamos de 49 Senadores presentes em Plenário e temos, até o momento, 34; então, quero aproveitar aqui para fazer um apelo aos Senadores que estão em seus gabinetes para virem ao Plenário votar este importante projeto para a nossa Nação, para os Estados e para os Municípios.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para orientar a bancada.) – Sra. Presidente, só para dizer que o PDT vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Eduardo Braga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Presidente, Rede e Minoria orientam o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa., os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Acho que é muito importante dizer ao povo brasileiro que nós estamos dando aqui um passo a mais daqueles que dissemos quando da votação, em primeiro turno, da PEC da previdência – PEC da previdência essa que todos nós sabemos que ninguém está votando porque temos prazer, ou porque queremos, ou porque desejamos fazer uma reforma da previdência. Não. Nós estamos votando porque o Brasil precisa. Esta é uma necessidade que não é um pacote de bondade; muito pelo contrário, exige sacrifícios do povo brasileiro, do trabalhador brasileiro. No entanto, o Brasil tem hoje quase 13 milhões de desempregados; entre desempregados e subempregados, quase 25 milhões; e, somando aqueles que estão na informalidade, mais de 40 milhões de brasileiros. Nós não podemos mais ficar de braços cruzados e não ver os nossos Estados e os nossos Municípios retomarem a capacidade de investimento. Não podemos mais ficar de braços cruzados e ver que os nossos Estados não conseguem sequer pagar o décimo salário dos trabalhadores, dos servidores e



dos profissionais da educação, da saúde, da segurança pública. Isso tudo representa um novo pacto federativo.

Para que nós possamos construir um novo pacto federativo, uma das formas é a matéria que nós estamos votando neste momento: a PEC que prorroga os precatórios de pessoas jurídicas e estabelece regras para o pagamento de até 2% da receita corrente líquida e, a partir daí, estabelece financiamento para o pagamento dos precatórios de pessoas jurídicas. Ora, Sra. Presidente, isso, somado ao que nós estamos tratando de aprovar na cessão onerosa, que estabelece condições para o fundo de previdência dos Estados e dos Municípios, investimentos e pagamento de natureza alimentar nos Estados, significa uma oxigenação que vai aumentar o consumo, vai animar o comércio e os serviços, vai fazer com que o arranjo produtivo das indústrias se restabeleça. Mais do que isso: também a securitização está andando.

Isso é importante para prestar conta à opinião pública, que tem acompanhado o que o Senado tem feito. Nós aprovamos, em primeiro turno, em tempo recorde, a PEC da previdência, mas, ao mesmo tempo, tivemos a coragem de fazer uma calibragem das políticas de seguridade social dentro da previdência, mais a questão do pacto federativo, na qual hoje damos um passo importante com os precatórios.

Portanto, materializamos o compromisso que anunciamos publicamente da tribuna – e vários Líderes anunciaram o seu compromisso para fazer com que a votação da PEC da previdência acontecesse em tempo recorde, porque necessitávamos do pacto federativo cumulativamente e paralelamente à PEC da previdência –, hoje materializamos um dos sete compromissos no pacto federativo, aprovando, em primeiro e em segundo turno, a PEC que trata da prorrogação dos precatórios.

Portanto, Presidente, faço essa manifestação para cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras e, ao mesmo tempo, o Relator da matéria, Senador Anastasia, a nossa Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e V. Exa., que abrilhanta a sessão de hoje comandando os trabalhos do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Eduardo Braga.

Quero lembrar que, finalizando o primeiro turno, na sequência, teremos o segundo. Então, vou pedir a todos os Parlamentares que continuem no Plenário.

Vou passar a palavra agora para o Senador Vanderlan; e, na sequência, para o Senador Serra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Pela ordem.) – Presidente Leila, é só uma sugestão. Enquanto se discute a matéria, nós poderíamos dar prosseguimento aos oradores. Eu tenho aqui um pronunciamento que quero fazer e quero fazer com os Senadores, principalmente com a Senadora Rose, aqui presentes.

Então, essa é a sugestão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu só queria, Senadora, se a senhora me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mais uma vez enfatizar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que nós estamos em processo de votação nominal de uma PEC. Precisamos de quórum elevado. Todos sabemos que são necessários



pelo menos 49 votos "sim". E até o momento temos apenas 47 no painel. Portanto, mais uma vez, reforçando o convite de V. Exa., nós temos que ter, como diz aqui o Senador Paulo Rocha, pelo menos 60 Senadores no painel para que não haja nenhuma dúvida, nenhum risco numa matéria que é de interesse de todo o pacto federativo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

Senador Vanderlan, na sequência há o Senador Serra; depois, o Senador Heinze; aí eu passo para o senhor vir falar. Pode ser?

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, em 2015, uma decisão do STF obrigou que as dívidas dos Estados e Municípios com precatórios fossem pagas integralmente até 2020. Como vivemos uma grave crise fiscal, houve um consenso político em torno da inviabilidade desse prazo: queda na arrecadação tributária, Estados sem condições zerar dívidas com precatórios até 2020, a menos que paralisassem a prestação de serviços essenciais. Por isso, fiz uma emenda constitucional, que foi aprovada e que resolveu o impasse, instituindo um novo regime especial de pagamento de precatórios, fixando – a Emenda 99 – o ano de 2024 como prazo final para governos estaduais e municipais quitarem suas dívidas com precatórios.

Mas a PEC, embora na época parecesse razoável, não resolveu o assunto. E nós nos vemos na contingência de novamente prorrogar o prazo. E, nesse caso, mais quatro anos. Isso é necessário. A continuidade da crise fiscal impõe a necessidade da nova prorrogação. De um lado, os titulares de precatórios; do outro lado, os gestores públicos, que precisam não somente honrar os compromissos assumidos com os precatoristas – este é um neologismo interessante, precatorista –, mas também manter adequadamente a prestação de serviços públicos essenciais, fundamentais, como saúde, educação e segurança.

Apresentamos uma nova PEC, e o Senador Anastasia, Relator, construiu, com as Lideranças políticas do Senado, um novo texto. São três mudanças.

Não permitir a prorrogação do prazo de pagamento para os precatórios de natureza alimentar, que são aqueles em que a pessoa teve a sua fonte de renda prejudicada pelo Governo – boa parte desses credores são servidores públicos. De acordo com o novo texto, a prorrogação de quatro anos compreende somente precatórios expedidos em favor de empresas e pessoa física, sem natureza alimentícia.

Essa restrição reduz a potência fiscal da proposta original. Isso porque, na média, 78% do estoque de precatórios do País tem natureza alimentar. A economia inicial estimada em R\$7 bilhões por ano, somando Estados e Municípios, se reduz, então, para R\$3,8 bilhões.

Por outro lado, essa emenda nova assegura maior flexibilidade orçamentária para os gestores saudarem as dívidas com precatórios utilizando saques de depósitos judiciais. De acordo com as regras atuais, o gestor deve usar primeiramente os recursos ordinários do orçamento para poder utilizar, depois, os depósitos judiciais.

Por último, exclui os pagamentos de precatórios do teto de gastos dos Estados – isso é fundamental – de qualquer outro limite estabelecido por lei. Trata-se, portanto, de um projeto de emenda constitucional, na forma do substitutivo do Senador Anastasia, essencial para o enfrentamento da situação – inclusive de curto prazo – financeira no País, passando por



integrantes grandes, de muito peso na área fiscal, que são os Estados. Por isso é que nós recomendamos o voto favorável às emendas feitas sobre o meu projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador Serra.

Agora, passo a palavra ao Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discursar.) – Sras. e Srs. Senadores, Senadora Soraya, temos um problema que nós começamos a debater na nossa Comissão de Agricultura. Queria chamar a atenção da Sra. e dos Srs. Senadores com relação à regularização fundiária. Nós temos hoje, no Brasil, mais de 1 milhão de propriedades que não têm titulação. Só nos assentamentos há 1,3 milhão, fora a terra legal e outras questões mais.

Portanto, a sugestão é que esta Casa, sob o comando do nosso Presidente Davi Alcolumbre, da nossa Comissão de Agricultura, possa chamar o Secretário Nabhan, a Ministra Tereza Cristina, o Presidente do Incra, para fazermos um debate com os institutos de terra de todos os Estados que têm esse instituto e com as Secretarias de Agricultura que cuidam dessa questão nos 27 Estados da Federação.

No Governo do Presidente Michel Temer, no ano passado, foram escrituradas próximo a 11 mil propriedades. Este ano, nos meses de janeiro a julho, foram apenas 900 propriedades. Muito lento, muito devagar, para mais de 1 milhão de pequenos produtores rurais, ou médios produtores, que precisam da titulação para chegarem ao banco e fazerem um Pronaf. Então, isso é extremamente importante e eu gostaria de chamar a atenção.

O Senador Lucas tem um empenho nessa questão junto ao Estado do Amapá. Seguramente, cada Senador vai ter esse interesse pelo seu Estado. Assim é o Acre, assim é Tocantins, Senador Irajá, é o Mato Grosso do Sul, é Rondônia, é Roraima.

A Deputada Jaqueline, irmã do nosso ex-Senador Cassol, lá de Rondônia, está preocupadíssima. Querem colocar recursos. Agora imaginem que essas propriedades já têm o georreferenciamento, foram cadastradas no CAR.

Nós temos no Brasil, hoje, segundo o Incra, 6,5 milhões de propriedades, mais de 20% não têm escrituras, quer dizer, se há alguém que quer ir ao banco fazer o financiamento não pode. Existe o Plano Safra, da Ministra Tereza Cristina, para pequenas, para médias ou para grandes propriedades, eles não têm escritura, não têm titulação.

Então, acho que um papel importante desta Casa seria chamar principalmente os Estados do Norte do País – toda aquela vastidão, e as pessoas não têm escritura.

Portanto, o que quero chamar a atenção para o que possamos fazer, sob o comando do nosso Presidente Davi Alcolumbre e V. Exa., que a Embrapa, o Dr. Evaristo, do georreferenciamento, tem uma ferramenta extremamente importante.

Cada propriedade tem que ser medida, medição. Imagina fazer medição de mais de um milhão de propriedades no Brasil? Nós temos que achar uma forma de simplificar o processo.

Se fosse igual ao ano passado, com 10 mil, 11 mil titulações, nós levaríamos 100 anos para titular um milhão de propriedades no Brasil. O Senador Confúcio conhece esse assunto no seu Estado também.



Então, nós podemos fazer e a proposta que eu estou deixando nesse momento aqui é para que esta Casa lidere esse movimento, chamando aqui o Ministério da Agricultura, o Secretário Nabhan, o Incra, os 27 Estados da Federação e também a nossa Embrapa.

Nós temos que fazer convênios com os Estados, os Parlamentares podem colocar emendas. Além do recurso que já existe no Ministério, no Incra ou na Secretaria do Nabhan, e nós faríamos um mutirão para que em dois ou três anos pudéssemos zerar essas escrituras. Só no meu Estado, no Rio Grande do Sul, deve ter 30 mil famílias, e já é um Estado evoluído, que não têm escritura, imaginem dos demais Estados da Federação? No Norte, Senador Lucas, V. Exa. tem trabalhado essa questão.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Portanto, deixo aqui o alerta, e vamos conduzir esse processo para que esta Casa consiga levar escrituras para mais de um milhão de famílias brasileiras. Acho que nós quebraremos esse recorde e simplificaremos.

No Norte existe esse problema, no Centro-Oeste existe este problema, no Nordeste, Senador Elmano, meu colega engenheiro agrônomo, imagine em Bom Jesus, lá do seu Piauí. Cada Estado da Federação tem os seus problemas.

Portanto, é o recado que eu deixo aqui, para que nós possamos fazer um grande mutirão nesta Casa para ajudarmos nesse processo. Não podemos assumir essa burocracia; seguramente a Advocacia Geral da União vai nos ajudar, o Ministério Público, enfim, todos o que puderem fazer a titulação dessas mais de um milhão de famílias em todo o Brasil.

Sim, quer falar, Senador Lucas?

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP. Para apartear.) – Só para lembrar, Senador, que já há um processo em andamento...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... que é a autodeclaração da sua terra.

Ora, se você declara Imposto de Renda, declara o CAR, declara tudo, por que não declarar o georreferenciamento? Então, isso vai, sim, acelerar.

No Amapá, o que está regularizado são as reservas federais que foram criadas por decreto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Esse é o recado.

Segundo assunto...

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para apartear.) – Sim, se me permite um aparte, Senador Luis Heinze. Quero parabenizar V. Exa. por lembrar de um assunto tão importante.

A sugestão que eu dou é a participação também dos cartórios, dos registros de imóveis – hoje tivemos cartórios aqui, no Plenário –, para que ajudem nesse mutirão, inclusive também nos Estados para cobrar, de repente, a isenção do repasse para facilitar.

Outra coisa que seria bom discutir: eu tenho sido procurada por muitos indígenas que querem também o título da terra, porque eles querem entrar no Plano Safra, eles querem produzir, eles querem subsídio, eles querem fomento, tudo como qualquer cidadão brasileiro. Essa é uma



questão a se pensar também, porque muitos indígenas querem entrar no programa da reforma agrária, Senador Heinze. Isso é importante também destacar.

E essa sugestão, para colocar os cartórios e dar dignidade para esses brasileiros que foram jogados...

(Interrupção do som.)

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ... terminar.
Só para concluir.

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ... jogados nessas terras e sem nenhum subsídio.

Então, parabéns pela iniciativa.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para apartear.) – Eu só quero, Senador Heinze, dizer para a Casa o seguinte: nós fizemos agora, semana passada, uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que trata... Tem lá o Ministério das Cidades antigo, e nós chamamos a Casa Civil, também o Ministério, exatamente nesse sentido, de a gente...

Nós estamos trabalhando a possibilidade de fazer uma plataforma para fornecer aos Municípios não só o georreferenciamento, como também subsidiá-los, porque a maioria dos Municípios não têm a mínima condição de iniciar um processo de regularização. E existe muita gente já oferecendo serviço para os Municípios de uma forma não adequada.

Então, eu acho que V. Exa. tem razão, a gente tem que aprofundar isso para que a autodeclaração... Nós temos que avaliar bem isso, porque não é bem assim, mas eu acho que cabe sim um seminário...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... inclusive, chamando os cartórios e todos aqueles envolvidos, para que a gente possa, definitivamente, resolver essa questão, que é uma questão importante para o País todo.

Obrigado.

Parabéns!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Izalci, nós votamos a Lei 13.541. Ela trata da regularização no campo e na cidade. Temos que fazer as duas coisas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.4 do Sumário)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Votaram SIM 56; e NÃO, nenhuma votação.



Então, está aprovada a Emenda nº 2, de Plenário, substitutiva.

Ficam prejudicadas a proposta e a Emenda nº 1-CCJ, substitutiva.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação para o segundo turno constitucional, será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 236/2019-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.4 do Sumário**)

Discussão da proposta em segundo turno.

Neste momento, eu passo a Presidência desta sessão para o eminente, experiente e querido Senador Anastasia.

Grata pela generosidade de todos.

Obrigada.

(A Sra. Leila Barros, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Anastasia, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Agora o quórum cai muito, não é?

Discussão da proposta em segundo turno.

Poderão ser oferecidas emendas que não envolvam mérito até o encerramento da discussão em segundo turno, assinadas por um terço do mínimo da composição do Senado. (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi defenestrada a Presidência por V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Jamais!

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Votação da proposta em segundo turno.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

Está aberto o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Eu queria agradecer à Senadora Leila, mais uma vez, a gentileza inextinguível de exercer aqui o comando da Mesa à Presidência, em razão do meu impedimento da relatoria no primeiro turno, e convidar as Sras. e os Srs. Senadores para que aqui compareçam no segundo turno, porque temos de repetir a votação e ter novamente 49 votos "sim" para aprovação dessa PEC, que é tão relevante para o País.

Vamos convidar para pronunciamento, enquanto há a votação, o Senador Vanderlan, do Estado de Goiás, para que faça a sua apresentação. Com a palavra S. Exa. o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Anastasia, Senadoras e Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, eu quero registrar aqui a presença, neste Plenário, do Prefeito de Panamá, do meu querido Estado de Goiás, Prefeito Jose Willian. Está aqui conosco. Obrigado pela presença! E o Vice-Prefeito Fernando Ribeiro, nos alegrou muito a sua visita hoje no Senado Federal, de vocês dois. Sejam sempre bem-vindos!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer um registro. Registrar a presença, Sr. Presidente, do meu suplente, o Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de João



Pessoa, Diego Tavares. Eu queria fazer esse registro. É com muita alegria que o recebo no dia de hoje, aqui, no Senado Federal!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discursar.) – Outro registro também, Sr. Presidente: nos alegrou muito o retorno aqui da nossa Senadora Rose, que faz muita falta aqui, Senadora, seu sorriso, seu carinho, sua experiência. Então, por favor, não fique com esses problemas mais. Restabeleça-se urgentemente para ficar aqui mais tempo conosco.

Sras. e Srs. Senadores, esta Casa aprovou, e o Presidente Jair Bolsonaro sancionou sem nenhum veto, o PLC 79, que cria um novo marco para as telecomunicações no Brasil, nos retirando da era dos orelhões e nos inserindo na era da internet banda larga. E ontem o Governo Federal promoveu uma solenidade no Palácio do Planalto para comemorar a sanção do projeto, que se tornou a Lei 13.979, de 2019. Isso mostra a importância do PLC 79 para o País.

Vejam bem, colegas Senadores. O Projeto de Lei nº 79/2016 deverá estimular investimentos na ordem de bilhões de reais nos próximos anos em expansão da infraestrutura de redes de banda larga, inclusive em redes celulares. Estima-se que cada dez pontos percentuais de aumentos na inserção da banda larga nos Municípios gera um aumento de 1,4 ponto percentual no PIB dos países em desenvolvimento.

Só em relação ao 5G, os impactos dessa nova tecnologia vão muito além do setor de telecomunicações, transforma indústrias, influencia na educação, aprimora o setor de saúde e viabiliza bens e serviços que podem gerar um impacto econômico global de US\$12 trilhões até 2025. Estima-se ainda que a cadeia de valor do 5G comporta mais de 22 milhões de empregos até 2035.

Depois de 22 anos da Lei Geral de Telecomunicações, em um mundo onde a evolução acontece diariamente, se tornou mais do que necessário alterar o marco legal para colocar a banda larga no centro das políticas públicas. Há muito tempo a telefonia fixa deixou de ser a prioridade. Hoje raramente se utiliza o telefone residencial e, ainda mais raro, os orelhões. Mesmo assim, a lei exigia que as operadoras de telefonia deveriam destinar R\$1,69 bilhão para manutenção de orelhões até 2025. Vou repetir: a lei exigia que se gastasse R\$1,69 bilhão com a manutenção de orelhões.

Agora, com a aprovação e a sanção do PLC 79, esses e outros recursos poderão ser destinados para investimentos em infraestrutura para internet banda larga.

Então, essa não é a lei das teles, como alguns jornais passaram a chamar o PLC 79; esse é o PL da evolução da internet banda larga.

A aprovação por esta Casa do PLC 79 evitou que a União tivesse que assumir a prestação de serviços de telefonia fixa, com o fim das concessões, que ocorreria em 2025. E, segundo dados que estão sendo analisados pelo TCU, teria que gastar cerca de 43 bilhões ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2026.

A sociedade terá ampliado o seu acesso à banda larga fixa ou móvel, especialmente os habitantes de áreas mais afastadas, que são quem mais sofre com a falta ou a baixa qualidade da internet nesses locais.

As concessionárias deixarão de ter que investir em um setor que está em queda, que é a telefonia fixa, especialmente orelhões, e passarão a investir em áreas de essencial desenvolvimento no Brasil, que é a banda larga.



Isso traz incentivos para novos investimentos do País e elimina barreiras legais e regulamentares ultrapassadas.

Portanto, não há nenhuma dúvida de que o PLC 79 é um dos principais, um dos principais é um dos projetos mais importantes para o Brasil. Aprovado no Senado Federal neste ano, eu tive a satisfação de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde ele foi amplamente debatido e aprovado, e, no mesmo dia, presidir a sessão do Plenário que também aprovou esse projeto.

Eu quero fazer agora os agradecimentos.

Mais do que mostrar a importância do PLC 79, que já é de conhecimento de todos aqui, este pronunciamento é um agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esse projeto virasse lei.

Primeiro ao autor do projeto, ex-Deputado Daniel Vilela, que, para minha alegria, é goiano, assim como eu. Daniel trabalhou bastante para que o PLC 79 se tornasse realidade.

À Relatora do projeto, minha Líder, Senadora Daniella Ribeiro, que merece o nosso agradecimento pelo empenho e dedicação com que trabalhou. Ela conversou com todas as partes interessadas do projeto, ouviu as sugestões, os pedidos, as reclamações e, no fim, apresentou um relatório digno de aplausos. Parabéns, Senadora Daniella Ribeiro! Não poderia ter escolhido melhor Relatora para esse importante projeto.

Ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre. Meu reconhecimento pelo trabalho e pela forma democrática com que vem comandando esta Casa. Se não fosse a agilidade e a sensibilidade do nosso Presidente em colocar para votação aqui no Plenário no mesmo dia em que aprovamos da CCT, poderíamos estar até hoje aguardando a aprovação do PLC 79. Parabéns e obrigado, Presidente Davi!

Meu reconhecimento à Anatel, que, por meio de seus técnicos e dirigentes se dedicou a esclarecer necessidades e urgência de aprovação do PLC 79. E aqui nomeio o seu Presidente, o Sr. Leonardo Euler de Moraes, que vem realizando um ótimo trabalho na direção dessa importante entidade. A Anatel foi uma grande parceira na aprovação do PLC 79.

Também não poderia deixar de agradecer ao ex-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o Senador Otto Alencar. Durante a sua Presidência, a CCT debateu e amadureceu o tema, tornando possível aprová-lo com tamanha agilidade, como fizemos. Parabéns, Senador Otto, o senhor foi um guerreiro e seu trabalho foi fundamental!

Tenho um agradecimento especial a todos os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Ciência e Tecnologia. Nossos nobres colegas entenderam a necessidade de modernizarmos a telefonia em nosso País e trabalharam de mãos dadas para a aprovação do PLC 79.

O Sr. Otto Alencar (PSD - BA) – Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra, Senador.

O Sr. Otto Alencar (PSD - BA. Para apartear.) – Eu quero destacar o pronunciamento lúcido e bem contemporâneo de V. Exa. a respeito dessa matéria.

A aprovação do PLC 79, agora que é uma lei sancionada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, é um dos maiores avanços que aconteceram este ano no que diz respeito a aprovações de matérias no Congresso Nacional. Vai modificar completamente... Serão investimentos, inclusive em área de sombra, com avanço da banda larga nas universidades e escolas públicas. Portanto, eu acho que os Senadores todos, a Relatora Daniella Ribeiro e V. Exa., que conhece bem a matéria, sabem da importância disso.



Nós vamos ter grandes avanços agora, avanços que não teríamos se ficássemos naquela lei que foi aprovada em 1997, naquela época considerada um grande avanço, por um baiano que lutou por isso, o ex-Deputado Luís Eduardo Magalhães, já falecido, mas que deixou uma marca de trabalho muito grande pelo Brasil. Ele foi aquele que lutou também pela reforma da ordem econômica, que botou o Brasil para avançar mais, destravou mais a economia.

E hoje nós estamos aqui, assistindo a V. Exa. fazer esse pronunciamento lúcido. Eu quero destacar também esse trabalho, que V. Exa. ajudou a fazer – todos nós. Portanto, agora nós temos um novo marco regulatório, saindo de concessão para autorização, e a Anatel vai ter as condições de avançar muito nesse setor, que é fundamental para a vida do Brasil neste momento.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Otto. A sua experiência foi muito importante, assim como suas orientações, para que chegássemos a este ponto em que chegamos, e hoje estamos colhendo os frutos desse trabalho.

Quer usar da palavra, Senador?

O Sr. Carlos Viana (PSD - MG. Para apartear.) – Senador Vanderlan, sobre essa questão da modernização das telecomunicações, quero dar os parabéns a V. Exa., especialmente tendo em vista que temos discutido aqui assuntos muito importantes para o nosso País e que, naturalmente, geram controvérsias, mas que hoje precisam ser colocados publicamente e, principalmente, em termos de discussão legislativa. Cito aqui, por exemplo, a questão que nós estamos discutindo, a produção de conteúdo para as TVs, a distribuição de TVs por assinatura. V. Exa. tem se destacado e, com muita satisfação, na Comissão, tenho acompanhado o trabalho e aprendido todos os dias.

Sr. Presidente, logo após o Senador Vanderlan, peço a V. Exa. que permita me manifestar sobre a votação da proposta de emenda com relação aos precatórios. Peço a vênica de V. Exa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Presidente Anastasia, o Senador Eduardo quer fazer um aparte.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para apartear.) – Presidente Anastasia, com a autorização de V. Exa., aparteio o nosso querido Senador Vanderlan, primeiro, para cumprimentá-lo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia – foi a primeira presidência que assumi aqui no Senado – e vi o início desse trabalho de modernização das telecomunicações na versão privatização e da área privada.

E quero cumprimentar V. Exa. porque nós estamos exatamente no momento em que vivemos uma transição tecnológica das mais importantes não apenas com a chegada da tecnologia do 5G, mas com o que isso vai representar na mudança de usos e costumes já do *smartphone*, que vai implementar, sem nenhuma dúvida, as plataformas de *streaming* e as plataformas de transferências de dados móveis no Brasil inteiro.

Eu, que sou de uma região que ainda tem grandes vazios de cobertura de 2G e 3G, que é a Região Amazônica, fico feliz de ver a forma com que V. Exa. vem se dedicando e vem implementando políticas na área da melhoria da indústria não só das telecomunicações, mas também da produção de conteúdo, como se manifestou ainda há pouco o Senador Carlos Viana. E sei que também está, neste momento, na Aneel, a grande discussão da tecnologia e da nova



fronteira de 5G. Tudo isso passa pela Comissão de Ciência e Tecnologia, tão bem presidida e conduzida por V. Exa.

Meus cumprimentos e minha saudação pelo posicionamento e pela forma correta como V. Exa. vem conduzindo.

A Sra. Rose de Freitas (PODEMOS - ES. Para apartear.) – Sr. Presidente, eu queria apenas parabenizar o Senador Vanderlan pelo trabalho excelente que faz à frente da Comissão.

Sei também da sua capacidade de articulação nesta Casa. Ele chamou a atenção para esse projeto, que teve várias versões diferentes, de interesses que eram visualizados de lado a lado. V. Exa. unificou o pensamento e traz um ganho significativo para o setor de telecomunicações, que espero que agora democraticamente possa se estender para o Brasil todo.

Eu o parabenizo pelo trabalho e o agradeço pelas palavras. É só generosidade, mas a torcida também conta e nos ajuda a ficar de pé. E digo mais: esse projeto que estava malfadado no início pelas diversas colocações equivocadas que foram feitas por vários Senadores, que, ao final, vinham nos perguntar... E também quero dizer da importância de a gente ganhar tempo. V. Exa. mostrou que o tempo é a conquista.

E, por esse relatório, por essa articulação sob a sua Presidência, por essa vitória que crava hoje no Plenário, eu o parabenizo mais uma vez.

Obrigada.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Senador Paulo e, em seguida, o Paim. É isso, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

O Senador Esperidião, aliás.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para apartear.) – Presidente, é uma grata surpresa o Senador Vanderlan. É sua primeira experiência como Parlamentar?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, essa é a surpresa. Aqui quem é mais velho do que eu nesse processo são Rose e Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aquele era o meu tio. *(Risos.)*

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É uma grata surpresa.

Com muito gosto, eu tenho me dedicado a uma parceria com você na sua presidência. E, com sua presença e sua presidência, nós temos não só qualificado – esse é o termo melhor – os debates na CCT...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não só produtividade, como temos estabelecido lá com as votações, mas com um debate profundo nas questões que temos colocado.



Foi assim no Projeto 79, que estava dormitando há algum tempo por lá. A gente acabou resolvendo no debate franco, aberto. Agora, nessa questão do 3.282, enfim. Mas o fundamental que tem qualificado as ações lá na CTC são as nossas audiências públicas exatamente chamando, para uma Comissão tão importante, o debate sobre a ciência e tecnologia. Para um país como o nosso, carente, se desenvolver, é preciso exatamente que a ciência e a tecnologia, além da educação, sejam o motor do processo, o motor do nosso desenvolvimento. E a gente tem feito isso muito bem lá, presididos por V. Exa.

Parabéns!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Paulo.

Senador Esperidião.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear.) – Prezado amigo e companheiro, Senador Vanderlan, eu quero compartilhar este momento de cumprimentos a V. Exa., quero compartilhar este momento de congratulações em que nós estamos celebrando aqui no Senado e trazer o testemunho de quem acompanhou praticamente toda a trajetória da sua participação, da participação da nossa companheira Senadora Daniella Ribeiro no debate, no aperfeiçoamento do nosso conhecimento e na aprovação da agora, se a memória não me falha, Lei 13.897. É isso?

Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, eu tive que sugerir ao Senador Eduardo Braga, que é Relator de um projeto que altera um dispositivo de universalização de comunicação pela lei anterior, pela Lei 9.427, que ele ficasse com esse projeto por mais uma semana para compatibilizar o texto que diz respeito a atendimento de emergência, depois de um desastre, e às obrigações que as concessionárias devem satisfazer para atender à população, que deixa de ter o serviço – não aquele vazio a que ele se referiu, o vazio das grandes distâncias da Amazônia, mas para quem tem telefone e, por qualquer razão, perde o sinal, inclusive do celular, diante de um desastre ambiental, de um desastre climático.

Portanto, a lei já foi confrontada com a dinâmica da realidade do País nesse projeto que o Senador Eduardo Braga vai ter que compatibilizar – certamente que o número do artigo vai ser outro...

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vai ter que ser outro.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o cuidado em oferecer à sociedade a garantia da mais pronta recuperação possível desse meio vital hoje na sociedade, que é a comunicação...

(Soa a campanha.)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... fica valendo para o texto novo no que couber.

Então, eu quero me congratular com o registro que V. Exa. faz, com a conquista que o Senado tornou possível, que foi objeto de sanção ontem pelo Presidente da República. Acompanhei o que disse o Ministro Marcos Pontes. Vai ser preciso um ano para conformar esse projeto com a realidade da sua regulamentação.

Então, estamos todos de parabéns, mas V. Exa., de uma maneira muito especial, ao lado da nossa companheira e Líder, Senadora Daniella Ribeiro.



O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para apartear.) – Permite um aparte, Senador Vanderlan?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Jayme.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para apartear.) – Serei muito rápido. Mas eu não poderia deixar nessa oportunidade de cumprimentar V. Exa., eminente Senador Vanderlan, pelo trabalho exitoso que faz à frente dessa Comissão e pela importância que ele representa à medida em que esse projeto estava parado há alguns anos e que por interesses talvez escusos não foi aprovado. V. Exa. assumiu há menos de um ano e conseguiu levar avante e, graças a Deus, no dia de ontem, o Presidente Bolsonaro sancionou... No dia de ontem o Presidente Bolsonaro assumiu...

Por que é tão importante esse projeto, ilustre Senador, Presidente Anastasia? É porque vai permitir a prorrogação dessas concessões. Já havia até então, pelo fato de que em 2015 venceriam essas concessões, pouco ou quase nada de investimentos.

Eu digo isso porque há algumas regiões do meu Estado de Mato Grosso que ainda têm carência de internet, de telefone celular, etc. etc. Com essa possibilidade da prorrogação, as teles vão voltar a investir nesse setor. Com isso, nós vamos atender com certeza a alguns milhões de brasileiros que não têm acesso a essa tecnologia, sobretudo a esse serviço, porque telefone hoje é essencial, é um instrumento, uma ferramenta de trabalho.

Graças a Deus, V. Exa., num trabalho hercúleo, exitoso conseguiu mostrar a necessidade, a importância, e aprovou na Comissão. Já aprovamos aqui. Já foi sancionado. Quem ganha com isso? É o povo brasileiro, ao se permitir que as teles voltem com certeza aos investimentos, o que é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Por isso não poderia me furtar de cumprimentá-lo na certeza de que esse projeto vai atender a todo o Brasil, sobretudo a um Estado de dimensão continental como é o meu querido Mato Grosso, que ainda tem uma deficiência muito grande. Com isso, eu não tenho dúvida de que o próprio Senado, o próprio Congresso Nacional terá autoridade para exigir das teles novos investimentos ...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... nos mais diferentes rincões deste País.

Parabéns, Senador Vanderlan, pelo belo e grande trabalho que faz à frente da CCT.

Que Deus o abençoe.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador. Obrigado a todos os Senadores e Senadoras pelas palavras de carinho. E eu divido e compartilho com vocês aqui no Senado Federal o sucesso desse projeto que foi aprovado.

Senadora Kátia.

A Sra. Kátia Abreu (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para apartear.) – Senador Vanderlan, por gentileza.

Eu não poderia deixar de cumprimentá-lo por esse projeto, assim como à Relatora, a nossa jogadora, estrela do vôlei... Desculpa, a nossa maravilhosa Daniella, que é a Relatora do projeto, Senadora da Paraíba, no seu primeiro mandato e já brilhando aqui, e o senhor, da mesma forma, estrelando pelo Estado de Goiás, também fazendo aqui o seu grande trabalho.



Para a compreensão das pessoas que nos ouvem nesse momento, vou detalhar um pouco mais o que significa esse projeto.

A principal função dele, extraordinária função dele, é desburocratizar a vida das empresas. Na verdade, quando eu tenho uma empresa de telecomunicação em sistema de concessão para cada parafuso que eu tenha que trocar, a qualquer momento em que tenha que modernizar a empresa, tenho que ir lá pedir autorização ao Governo, que demora mais não sei quanto tempo, que faz as suas análises. E o consumidor deixa de ter o benefício, às vezes, de uma grande modernidade. Essa é a grande burocracia. Às vezes demora mais de um ano para autorizar o concessionário da tele a fazer esse ajuste, principalmente a modernizar o sistema.

(Soa a campainha.)

A Sra. Kátia Abreu (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para apartear.)

– No sistema de autorização de agora, graças ao seu projeto, o regime vai ficar simplificado, pois o dono da tele, o concessionário em tese da tele, vai poder fazer todas as transformações, todas as mudanças de uma empresa privada, apenas diante dos fatos e da realidade. Aquele que está à frente de uma tele, o empresário, não quer jamais fazer nada para que ela dê prejuízo, ao contrário. É claro que ele busca o lucro, mas principalmente a eficiência e a qualidade dos serviços para não ter ações do público, do consumidor contra ele. Então, a tendência dele é ser ágil, fazer as mudanças rapidamente nas empresas de telefonia para o consumidor ficar contente com tudo isso.

A outra coisa mais importante do seu projeto, outro detalhe e ponto importante é o de que eles ganham este benefício: passou de ser um funcionário do Governo, de ficar dando satisfação a cada minuto em que quer investir e ganhou a graça de ser, agora, independente e de tocar, de fato, a sua empresa de forma moderna.

Em contrapartida, ao sair dessa escravidão e dessa dependência, ele vai fazer o compromisso e ter a obrigatoriedade de investir em banda larga, que é tudo o que o meu Estado, o Tocantins, quer, como todo o Estado de Goiás. O Brasil inteiro quer e sonha com o aumento e a ampliação da banda larga.

Ainda na concessão, todo um patrimônio velho e acabado, no final da concessão, tinha que ser devolvido, só Deus sabe em que condições. E, às vezes, o empresário deixa de fazer um investimento muito melhor e maior porque, depois, vai perdê-lo, no final da concessão.

Então, com todas essas vantagens, eu quero aqui reiterar que o consumidor vai ganhar em primeiro lugar, tenho certeza disso. É só nós lembrarmos de que há um tempo nós tínhamos telefone fixo e até na declaração de Imposto de Renda a gente declarava, porque era tão caro, valia tanto dinheiro, que era patrimônio para o Imposto de Renda. Depois que nós privatizamos a telecomunicação, quando se passou para a iniciativa privada, em nenhuma casa minha há telefone fixo; nós só usamos o telefone móvel.

O Brasil inteiro tem um celular. Eu gostaria que todos tivessem um *smartphone*, mas parece-me que 30% ainda não têm um *smartphone*. É uma questão de impostos.

Mas eu quero louvar o seu trabalho, o seu compromisso, com esse setor. Tenho certeza de que brevemente ele será sancionado pela Presidência da República.

Muito obrigada. Parabéns!

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senadora Kátia. A senhora mostrou que conhece muito bem o projeto. Parabéns por suas explicações.



São essas as minhas palavras e os meus agradecimentos a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senador Vanderlan, eu gostaria...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Desculpa, Sr. Presidente, mas apenas para refazer o que eu disse ao final, o projeto já foi sancionado pela Presidência da República, eu achei que estava caminhando, já louvando. Então, quero parabenizar o Governo Federal por ter, também, sancionado este projeto.

Sou de oposição, mas fiz um compromisso nesta Casa: tudo o que for bom para o Brasil eu aplaudo, tudo o que for ruim para o Brasil, de certa forma, eu vou vaiar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem, antes do Senador Weverton por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – É sobre o pronunciamento do Senador Vanderlan?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – São duas questões.

A primeira é cumprimentar o Senador Vanderlan por todo o trabalho, pela aprovação do projeto e por todo o trabalho que ele tem exercido. O Senador está iniciando aqui e tem tido uma atuação relevante.

Segundo, se o Senador Vanderlan me permite e se V. Exa., Presidente, me permite, quero cumprimentar o Senador Weverton. Ontem foi a passagem do aniversário dele, e ele fugiu de nós aqui, desapareceu aqui de nós por razões que nós não sabemos quais foram. Foi para a celebração do aniversário e não nos convidou. Disse o Senador Roberto que ele foi sequestrado pela família e por uma boa razão, mas é para nós uma satisfação enorme o convívio com ele, eu sei que é para a Bancada do PDT, Senadora Kátia, para todos nós da oposição e para todos os colegas do Senado o convívio com esse brilhante Senador, que o Maranhão nos emprestou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito bem.

Eu gostaria, Senador, permita-me, como Presidente em exercício, cumprimentá-lo pelo aniversário. Tentamos, de fato, ontem, e ainda fiquei muito invejoso porque publicaram a sua idade, então, fazendo, salvo engano, 40 anos de idade.

Parabéns pela juventude e por uma belíssima carreira e, de fato, o aplauso unânime de todos os que estão aqui, desejando muita saúde e muitas felicidades.

Com a palavra V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aqui as palavras gentis de V. Exa...

(Soa a campainha.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... do nosso Líder, o colega Senador Randolfe, e de todos, com certeza, que nos congratularam. Eu quero, claro, agradecer.



Nós sabemos que o aniversário é sempre a hora de se tomar um copo com água, lembrar sempre de onde veio e aonde você quer chegar, é a hora de fazer essa reflexão, agradecer e, acima de tudo, agradecer a Deus essa coisa magnífica que nós temos que é o direito de todo dia recomeçar a vida, celebrar a vida.

Então, claro, eu agradeço muito a esta Casa e quero pedir aqui licença a V. Exa. para cumprimentar a presença do nosso jovem Deputado estadual, membro da Mesa da Assembleia Legislativa, o Deputado Vinícius Louro, que é um Deputado atuante, reeleito em nosso Estado – aqui estão o Senador Roberto e a Senadora Eliziane cumprimentando-o; temos também o ex-Deputado estadual, ex-Prefeito da cidade de Pedreiras, do Maranhão, terra de João do Vale, uma cidade maravilhosa que tem lá essa grande Liderança, o Raimundo Louro que, sem dúvida nenhuma, como já foi, vai ter aí grandes e outros mandatos pela frente; quero cumprimentar toda a comitiva que está aqui presente e o nosso Luis de Moraes, de Cedral, Maranhão, que tem um grande trabalho também lá na nossa terra. Quero aqui cumprimentá-los e dizer que vocês são bem-vindos aqui no Senado Federal.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– A saudação do Senado Federal à eminente delegação do Maranhão.

Senadora Eliziane, com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria também reforçar aqui que eu tive a honra de ser colega, na Assembleia Legislativa do Maranhão, do meu colega Raimundo Louro, o nosso Deputado, sempre Deputado, que faz, aliás, um grande trabalho, e cumprimentar o Vinícius, que tem feito um grande trabalho no Estado do Maranhão e, inclusive, tem levantado uma bandeira importante, quando estivemos com ele em alguns momentos, que é em relação ao combate às drogas, um trabalho realmente importante, e o nosso ex-Vereador Luis.

E quero aproveitar também para destacar aqui os nossos cumprimentos a esse companheiro de luta, de vida, que é o Weverton Rocha.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tivemos a honra de militar juntos em uma campanha muito forte e ganhamos o processo eleitoral numa luta histórica para o Estado do Maranhão. Estarmos aqui, defendendo o nosso Estado do nosso País, é, sem sombra de dúvidas, uma grande honra e nos traz, realmente, muita felicidade estar do seu lado, meu irmão. Eu te desejo muito sucesso, muita prosperidade para você, Samya e os filhos que vocês têm, que na verdade são muito lindos.

Que Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Muito bem, Senadora Eliziane. As palavras de V. Exa. são as de todos nós.

Eu gostaria, antes de dar sequência, de só dar ciência ao distinto Plenário que nós vamos encerrar a votação.

Após o encerramento da votação, nós vamos dar a palavra ao autor do projeto da PEC, o Senador José Serra e, depois, ao Senador Carlos Viana, que quer se manifestar sobre essa PEC.

Posteriormente, vamos dar sequência à Ordem do Dia, votando outros projetos e requerimentos que não serão feitos por votação nominal. Serão votações simbólicas de matérias que não são controversas e, por isso, correrão, salvo melhor juízo, sem problemas.



Então, solicito à Secretaria que encerre a votação para nós proclamarmos o resultado do segundo turno da PEC.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.4 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Houve 55 votos SIM; nenhum voto NÃO.

A matéria está, portanto, aprovada e é encaminhada à Câmara dos Deputados.

Eu dou a palavra, então, com muito gosto, ao Senador José Serra, autor da proposta de emenda à Constituição, da qual eu tive a honra de ser o Relator.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, falo para agradecer ao Senado, aos colegas, pelo apoio dado, apoio que se traduziu numa contagem realmente assombrosa, zero votos contra, todos a favor. Agradeço, especialmente, a V. Exa. pela condução do trabalho, à Senadora Simone Tebet, que ontem, através da CCJ, permitiu acelerar o processo e garantiu a votação hoje até o segundo turno.

Queria agradecer, portanto, a V. Exa., queria agradecer à Senadora e a todos os nossos colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Eu que agradeço, José Serra, a oportunidade de ser Relator desse projeto de vossa autoria, como sempre, de altíssimo interesse público.

E faço coro com as palavras de V. Exa. para cumprimentar a Presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet, que foi uma verdadeira leoa, também favorável a esse projeto desde o seu início, juntamente com os pares da CCJ e os Líderes, que aprovaram o projeto na reunião e, agora, nessa manifestação unânime dessa sua ideia.

Parabéns a V. Exa.!

E também faço uma referência ao Senador Fernando Bezerra, que como Líder do Governo trabalhou muito favoravelmente a esse projeto de interesse dos Estados e Municípios.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Parabéns, Senador José Serra, uma vez mais.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Cabe a mim também agradecer ao Senador Fernando Bezerra.

E é um projeto que, virando lei, vai beneficiar o conjunto dos Municípios dos Estados brasileiros. Tem uma abrangência, uma mobilização que é nacional e que, portanto, fará bem a todos nós, fará bem ao Brasil, fará bem à Federação e a nossa economia e sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador José Serra.

Passo a palavra ao eminente Senador Carlos Viana, meu conterrâneo, para tratar desse mesmo tema.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discursar.) – Obrigado, Presidente.



Vou pedir a paciência de nossos pares aqui para me manifestar sobre esse assunto e fazer uma reflexão sobre essa votação que fizemos aqui, que foi unânime, mas de uma situação que nós no Brasil precisamos rever, Sr. Presidente.

É tradição na Administração Pública brasileira, ano após ano, década após década, geração após geração, encobrir os rombos, a administração perdulária e muitas vezes uma administração totalmente incompetente ou descomprometida com o interesse público.

Foram assim os bancos estaduais. Quem lembra bem do Plano Real sabe muito bem do que aconteceu. Os bancos mal geridos, as administrações daquela época perdulárias, temerárias e que geraram um prejuízo bilionário ao País, que nós tivemos de encobrir com títulos públicos federais, quando o Banco Central abraçou, porque obrigou os Estados a entregarem os bancos estaduais e o patrimônio público de milhares de pessoas naquele momento, bancos que quebraram e deram o calote em várias pessoas.

E o que nós estamos votando aqui. Votei "sim" pela orientação do Líder, votei "sim" pela necessidade que os Estados e Municípios têm, mas votei "sim" contrariado. Por um motivo simples, nós estamos institucionalizando o calote. O que é um precatório? Um precatório é um título emitido pelo Estado que diz o seguinte: eu devo, vou pagar quando eu tiver dinheiro, quando eu puder. E, durante anos e anos, nós discutimos nos tribunais de justiça – V. Exa. era governador – prazos para que os Estados e Municípios cumprissem os prazos dos precatórios. Foram anos de discussões.

E aqui, Senador Anastasia, quero dar os parabéns à sua sensibilidade em retirar as pessoas físicas do projeto, que são, na sua maioria, servidores públicos já idosos, aposentados. Muitos, senhores telespectadores que nos ouvem pela Rádio Senado, já morreram sem receber precatórios e outros morrerão sem receber precatórios. E nós estamos aqui por uma necessidade absoluta do momento, porque, se nós não fizermos isso, nós vamos colocar os Estados brasileiros, os Municípios numa situação falimentar irremediável.

Mas nós precisamos colocar claramente que, pessoa jurídica ou não, um precatório é uma dívida. E quem é pessoa jurídica neste País tem direito de receber o que deve, o que está lá sendo colocado e que já transitou em julgado e não tem mais como voltar atrás.

Eu quero, juntamente com essa votação, fazer aqui essa reflexão de que nós precisamos repensar a qualidade da Administração Pública brasileira. Os tribunais de contas dos Estados, da União, que custam uma fortuna ao nosso povo e que muitas vezes não cumprem o seu papel de fato de fiscalizar e de impedir um endividamento muito acima da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porque, dessa maneira, todas as vezes em que nós nos virmos numa situação de pré-falência do Estado brasileiro, nós vamos institucionalizar o calote, obrigatoriamente. É o que está acontecendo aqui com esse título.

Qualquer um de nós aqui, qualquer empresário que está nos assistindo, que tem uma padaria, uma loteria, que tem um empreendimento qualquer pequeno, que ficar devendo à Receita Federal e for para a dívida ativa vai ter que pagar. Não tem como ele dizer assim: opa, eu preciso de mais prazo para pagar. Não, ele tem que arcar com a dívida dele, a responsabilidade.

A contrapartida do Estado também tem que ser obrigatória. Nós precisamos, juntamente com os prazos que estão sendo dados, levantar uma grande discussão em nosso País sobre gastos públicos. Veja V. Exa., por exemplo, vamos citar aqui um caso concreto. Estamos lá em vias de vendermos a Cemig, o Governo do Estado quer vender a Cemig: 10, 12 bilhões, uma das maiores



concessionárias, talvez a maior no Brasil hoje. Quantas folhas de pagamento a gente consegue cumprir com um dinheiro de 10, 12 bilhões? Praticamente duas. O senhor sabe disso.

Como é possível nós vendermos uma concessionária – se vier a ser vendida, sendo a decisão do Governador – e com esse dinheiro nós não conseguirmos pagar mais do que 60 dias de folha de pagamento?

Essas questões, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, precisam ser levantadas em nosso País: qualidade do gasto público e controle das despesas, para que a gente não tenha que ficar, como sempre, votando prorrogações de dívidas, dívidas e dívidas.

Mais uma vez, parabéns, Senador Anastasia, por ter poupado as pessoas físicas, as pensionistas e as viúvas, que têm direito a receber, os servidores. Se nós os colocássemos aqui, tiraríamos a esperança de milhões deles em todo País. Mas as pessoas jurídicas que têm dívidas a receber com o Estado, tenho certeza, vão receber essa votação com muita contrariedade, porque há o que ser pago, isso aqui não foi inventado.

Fica o meu questionamento, a minha reflexão e a minha colaboração para que nós tenhamos, a partir de agora, uma visão mais crítica, mais aprofundada e mais profissional na Administração Pública brasileira para que a gente não tenha, mais uma vez, na liberdade que temos neste Senado, de institucionalizar um calote para que os Estados não tenham a falência decretada.

Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas de reforçar o que o nosso colega acabou aqui de declarar a respeito da credibilidade do Estado brasileiro.

Eu quero lembrar também o trem da alegria em que se transformaram as devoluções, os créditos de ICMS neste País. Virou brincadeira, virou uma falsidade ideológica. Hoje os empresários não têm a menor perspectiva de receber esses créditos, principalmente os créditos de exportação, agora que acabaram, que vão acabar, com o final da Lei Kandir.

(Soa a campanha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, credibilidade zero. As pessoas sabem que devem, os governos sabem que devem: "Não nego, mas pagarei quando puder". E esse "quando puder" é nunca, porque, na verdade, é uma apropriação indébita, não é apenas simplesmente um débito e um crédito de um negócio qualquer, é simplesmente o recurso transitar por uma secretaria e ela ter o dever de depositar e devolver para quem teve o pagamento indevido do imposto.

Então, é de fato muito triste a falta de credibilidade que os Estados e os governos do nosso País... Não são todos, claro que há as exceções boas no País, as pessoas que devolvem o crédito de ICMS e que também pagam os seus precatórios.

Eu sei da dificuldade dos Estados e Municípios, mas o colega está certo...

(Soa a campanha.)



A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... não podemos deixar de registrar que essas duas questões são dois calotes que estão institucionalizados no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

Cumprimento o Senador Carlos Viana.

Eu, na relatoria na CCJ, dei notícia de que esta está sendo – porque depende da Câmara – a sétima modificação da Constituição no instituto dos precatórios, o que demonstra a tibieza e a fragilidade desse instituto e também demonstra o que foi dito aqui com muita propriedade pelo Senador Viana e pela Senadora Kátia, que é a falta de profissionalismo da nossa Administração Pública. Tem sido uma bandeira da minha trajetória o esforço de nós darmos robustez à Administração.

Agora, nessa PEC, louvemos o Senador Serra, porque ele apresenta instrumentos e mecanismos para destravar recursos novos para fazer frente a esses precatórios.

Vamos torcer para que isso ocorra porque, de fato, é muito ruim haver esse débito, porque leva à insegurança jurídica e, mais do que isso, de fato torna incrédulo o cidadão, quer o cidadão pessoa física, quer o empresário, que tem todo direito de ter seus créditos recebidos já que paga em dia os seus tributos.

Meus cumprimentos a ambos pela boa alocação.

Dando sequência à nossa Ordem do Dia, item nº 7.

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2018 (nº 6.218/2016, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Rodeio.

Parecer favorável nº 14, de 2019, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Fagundes.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Votação do projeto.

Não havendo quem queira encaminhar, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à sanção (**Vide item 2.1.8 do Sumário**)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, na condição de Relator desse projeto, faço uma homenagem a todos os peões de rodeio do Brasil.

O Brasil é um país rural e, portanto, a festa de rodeio é uma das festas mais fortes do interior deste País. Eu quero aqui homenagear o nosso companheiro de partido, o Deputado Capitão Augusto, que apresentou esse projeto na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado da mesma forma, por unanimidade.

Aqui quero também registrar, em nome de todos aqueles que lutam pelo rodeio brasileiro, que, no Brasil, a versão histórica consagrada é que as primeiras competições de rodeio surgiram na



cidade paulista de Barretos, no final da década de 40. Em 1956, um grupo de jovens que se autodenominaram "Os Independentes" organizaram a primeira Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos. Essa festa, Sr. Presidente, é realizada até hoje, sendo a maior do Brasil, com um público que alcança cerca de 900 mil pessoas ao longo dos dias de sua realização. A exemplo dessa, são centenas de festas que se somam às competições de rodeio, atividades culturais e de entretenimento em grande parte do Território brasileiro, com destaque especial para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, o meu Estado, Mato Grosso do Sul também e Paraná. No Rio Grande do Sul, temos o chamado rodeio crioulo, com características próprias, muito arraigado nas tradições gaúchas.

Ao lado de suas dimensões esportiva, cultural e de lazer, sobressai a importância econômica do rodeio, que gera milhares de empregos permanentes ou temporários e movimenta milhões de reais a cada ano.

Eu quero dizer também que, como Deputado, trabalhamos muito para aprovar a Lei nº 10.220, de 2001, que institui normas relativas à atividade do peão de rodeio, equiparando-o ao atleta profissional, assim como a Lei nº 10.519, de 2002, que estabelece uma série de medidas para garantir segurança ao público e aos peões e, principalmente, também aos animais participantes dos certames.

Quero aqui dizer inclusive, Sr. Presidente, como médico veterinário, que conheço muito o que é cuidar de um animal, a sensibilidade de cuidar de um animal. Nós exercemos uma profissão em que o cliente não fala. Então, nós temos que ter sensibilidade para fazer um diagnóstico, carinho para cuidar do animal. Principalmente no rodeio, essa é uma atividade em que o melhor negócio é exatamente um boi que saiba pular, que saiba também participar do atletismo que é uma prova de rodeio.

No rodeio, quem ganha a nota não é simplesmente o peão mais habilidoso. É importante também que ele tenha consigo um boi que saiba pular, que saiba a maestria do que é a atividade do rodeio. Por isso, o animal é extremamente cuidado, treinado, capacitado, com alimentação especial, inclusive com piscina para que ele faça também o seu treinamento. Então, a musculação do touro é fundamental, a destreza do touro é fundamental. Por isso, o peão também faz questão de ter um animal com todo cuidado, diferentemente das touradas, nas quais se sacrifica o animal.

Então, eu quero aqui parabenizar o Deputado Augusto, porque ele está promovendo a valorização do homem e do animal, nesse trabalho conjunto, que é o esporte do rodeio. Eu parabenizo o nosso Líder Senador Jorginho, que está aqui conosco e que nos ajudou nesse trabalho. Parabéns, Deputado Augusto!

Eu tenho certeza de que todos os homens da lida do campo estão reconhecendo isso aqui que nós estamos aprovando, que é uma homenagem a todo homem rural, a toda mulher rural trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito bem. Eu quero, na mesma esteira do nosso Líder Senador Wellington Fagundes, cumprimentar o Capitão Augusto, que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Rodeios. Eu já participei de muitos, já participei até daquela mesa da amargura que solta...

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem que ter coragem, porque você não pode levantar do banco onde você está sentado. Ele solta o boi ali; às vezes, ele solta uma vaca brava e ela fica procurando. O boi não, o boi abaixa a cabeça. Então, eu conheço isso e sei que vai ser...

Ele é um entusiasta, defende isso com unhas e dentes. Por isso, esta Casa dá a oportunidade de aprovar uma lei para que milhares de brasileiros possam ganhar o seu sustento, viver feliz, cuidar dos animais e fazer essa festa que se faz em todos os cantos do Brasil.

Então, cumprimento o Capitão Augusto pelo trabalho, pela dedicação. Hoje ele pode transmitir a toda a rede em que ele já está transmitindo, que ele conseguiu um grande feito aqui no Senado da República.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, só para encerrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu tenho que fazer uma homenagem também a todos aqueles que ajudaram a organizar o setor. E, no Mato Grosso, nós apoiamos a criação da Federação Matogrossense de Rodeio, assim como outras entidades existem. Eu quero aqui homenagear o Renato Bavaresco, que é um jovem agrônomo que faz essa atividade. Inclusive, a novela América foi gravada exatamente com a coordenação da Federação Matogrossense de Rodeio.

Todos os peões hoje têm seguro de vida. É uma profissão também em que os médicos e os paramédicos estão presentes. Portanto, ela tem uma amplitude na geração de emprego. São mais de 1,2 milhão de empregos gerados no Brasil diretamente por esse esporte.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Wellington. Meus cumprimentos.

Essa matéria não estaria completa se não fosse a palavra agora da eminente Senadora Kátia Abreu, que também é conhecedora do assunto.

Com a palavra S. Exa. a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discursar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É claro que também no meu Tocantins há festas de rodeio, vaquejada. Enfim, é um esporte muito apreciado por todos os produtores rurais – não só pelos produtores, mas pelas produtoras. Isso já contaminou toda a população das cidades. Onde nós fazemos os rodeios... São 41 no Tocantins, em 41 exposições agropecuárias realizadas pela Federação da Agricultura, pelos 41 sindicatos rurais.

Agora neste momento está acontecendo a abertura – amanhã, oficialmente – da Exposição Agropecuária de Araguatins, no Bico do Papagaio – tivemos agora, há pouco tempo, a de Augustinópolis, também no Bico; são exposições por todo o Estado, Araguaína, Gurupi, Paraíso, Palmas –, e, com certeza, o rodeio é o ponto alto desse evento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Os meus rodeios do Tocantins começam em março. Começam em março as exposições agropecuárias e vão até outubro. Agora, os grandes rodeios nacionais, como sugere o Senador Wellington, de fato,



começam agora em outubro e vão até o final do ano, como o Rodeio de Barretos, que é um espetáculo fascinante.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, aqui, de registrar uma boa nova para os brasileiros e brasileiras. Nós aprovamos hoje, em fase terminativa, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, um projeto de lei de minha autoria em que se obriga um laudo psicológico do agressor contra a mulher, para ajudar o juiz a decidir se aquele que fere a Lei Maria da Penha, quando preso, está apto ou não a ser solto, se ele vai ou não reincidir, se ele vai agredir novamente a companheira ou seja lá o relacionamento que for, mas normalmente, na grande maioria, é uma ex-companheira.

Sr. Presidente, em relação a isso, um juiz daqui do DF fez e proclamou a soltura de um agressor contra uma mulher. Esse agressor saiu da cadeia, foi e assassinou essa mulher. O que o juiz disse numa manchete? "Eu não tenho bola de cristal". Eu compreendo o que ele quis dizer, ele não é um especialista na área psicológica da mente humana para adivinhar se essa pessoa vai ou não praticar.

Então, esse projeto vem reparar justamente essa frase desse juiz, que está correta. Ele precisa de mais subsídios; ele precisa de informação técnica para saber se a pessoa ainda continua com aquela obsessão. Eu sou psicóloga de formação e conheço hoje testes precisos, testes modernos de personalidade que acusam com presteza, com rigor a capacidade da continuidade da agressão por parte desse agressor.

Não tenho dúvida de que temos psicólogos aptos e competentes por todo o Brasil, nos Governos dos Estados, que possam ser destinados às delegacias, aos juizados, aos promotores para uma análise mais aprofundada, para evitarmos esse caso, um exemplo específico recente daqui de Brasília.

Eu agradeço a todos os colegas de todas as Comissões porque foi aprovado por unanimidade. Não é apenas um projeto a mais de mulheres; ao contrário, nós tivemos aqui e aprovamos, mês passado, um projeto maravilhoso de autoria de um Deputado, homem, em que ele propôs, e foi aprovado por unanimidade e já foi à sanção, que o agressor que tiver o direito ao porte de armas perca esse porte assim que cometer a agressão. Porque antes ele agredia a mulher e, se tivesse porte de arma, continuava com a arma na mão...

(Soa a campainha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... trazendo um risco muito elevado.

Então, aqui a questão da agressão e do feminicídio já tomou conta de todos os dois gêneros. Todo mundo está preocupadíssimo com o avanço da agressão contra a mulher, assassinatos, deixam as mulheres às vezes aleijadas, às vezes deficientes, com toda a dificuldade, transtorno familiar e injustiça com as mulheres do Brasil.

Então, além de perder o porte de arma, como já foi aprovado aqui, além da Maria da Penha, que foi uma lei inovadora e que foi um marco para o País, agora esse agressor só sai do xilindró – eu espero que tramite na Câmara –, só vai sair da cadeia se ele de fato estiver em condições psicológicas de ser solto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Boa noite.

Obrigada pela consideração do horário.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG)

– Com muito gosto, Senadora Kátia Abreu, cumprimento V. Exa. pela excelente iniciativa do projeto que V. Exa. acaba de noticiar ao Brasil a aprovação, que tem de ser comemorada. Parabéns de fato por essa excelente ideia que, como V. Exa. disse, faz ainda mais justiça e proteção às mulheres de modo especial. Parabéns a V. Exa., que é das Senadoras mais destacadas desta Casa.

Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 772, de 2019, do eminente Senador Jorge Kajuru e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial em 1º de novembro, destinada a comemorar a Campanha de Conscientização do Mês do Diabetes, o Novembro Azul.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anteriormente, foi lido requerimento de autoria do nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, solicitando realização de sessão especial destinada a comemorar os 25 anos da Advocacia do Senado Federal, em 27 de novembro. **(Requerimento nº 887/2019 – Vide item 2.1.13 do Sumário)**

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimentos nºs 863, 865, 867, 869, 870, e 871, de 2019, dos Senadores Telmário Mota, Marcos Rogério, Rodrigo Cunha, Humberto Costa e Rodrigo Pacheco, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial; e comunicam, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarão ausentes do País no período das missões. **(Vide item 2.1.13 do Sumário)**

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 886 de 2019, do Presidente Davi Alcolumbre, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, sem ônus para o Senado Federal, no período de 10 a 14 de outubro de 2019, para participar da cerimônia de canonização da Irmã Dulce, no Vaticano; e comunica, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período da missão. **(Vide item 2.1.13 do Sumário)**

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimentos nºs 859, 860, 861, 862, 866, 872 e 873, de 2019, dos Senadores Jaques Wagner, Angelo Coronel, José Serra, Weverton, Roberto Rocha, Elmano Férrer e Ciro Nogueira, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar da cerimônia de canonização da Irmã Dulce; e comunicam, nos termos do



art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarão ausentes do País no período das missões.
(Vide item 2.1.13 do Sumário)

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 823, de 2019, de minha autoria e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, em 9 de dezembro, destinada a celebrar os 50 anos de atuação da ABDE, Associação Brasileira de Desenvolvimento.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Há dois requerimentos de urgência, para votação futura.

Foi apresentado requerimento, que será publicado na forma regimental, de urgência para o Projeto de Resolução nº 102, de 2019, que fixa limite, no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União. **(Requerimento nº 888/2019 – Vide item 2.2.5 do Sumário)**

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Foi apresentado, ainda, o derradeiro requerimento desta sessão, que será publicado na forma regimental, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2019, que exclui da Terra Indígena São Marcos a área urbana da sede do Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.
(Requerimento nº 889/2019 – Vide item 2.2.6 do Sumário)

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Antes de encerrar a sessão, eu faço questão, no exercício da Presidência desta sessão, de fazer um registro de lamento e de pesar profundos pelo falecimento em Belo Horizonte, nesta semana, de nosso Arcebispo Emérito, Cardeal D. Serafim Fernandes de Araújo, aos 95 anos. Foi Arcebispo Metropolitano, Cardeal – o único Cardeal mineiro –, uma pessoa cujo coração, de fato, extrapolou as fronteiras de nosso Estado pelo seu trabalho não só religioso, mas sobretudo também pela educação à frente da Universidade Católica, da Pontifícia Universidade Católica, e da Fundação Dom Cabral, que ele instituiu na década de 60.

D. Serafim nos deixa, mas deixa também a imagem, a marca, a memória e, sobretudo, o exemplo de um homem especial, extremamente carinhoso, de grande coração. Eu tive a oportunidade de um convívio próximo com ele nos últimos anos. Pude ser seu discípulo e aprender muito com D. Serafim.



Fica aqui, portanto, esse nosso registro, a toda a sua família e aos mineiros, de pesar pelo falecimento do nosso Cardeal, o querido D. Serafim.

Está encerrada esta sessão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 189ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução dos Projetos de Lei da Câmara n^{os} 92/2017, 23 e 44/2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Lei n^o 2.129/2019, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Lei n^o 888/2019, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Recebido o Ofício nº 46, de 2019, da CAE, comunicando a apreciação do Projeto de Lei nº 1766/2019, em caráter terminativo.

Concluída a instrução do Projeto de Lei nº 1766/2019, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 46/2019/CAE

Brasília, 8 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei nº 1766, de 2019, que “*Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.*”

Atenciosamente,


Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Concluída a instrução do Projeto de Lei nº 70/2016, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 346/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do **Substitutivo** ao Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senadora **SIMONE TEBET**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 350 /2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 9 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do **Substitutivo** ao Projeto de Lei nº 4034, de 2019, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que “Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada”.

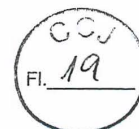
A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senadora **SIMONE TEBET**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

*Designo o Senador
Flávio Bolsonaro para
integrar a CAS, como
suplente
Em 09/10/19.*

Ofício nº 112/19-GLPSDB

Brasília, de outubro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador **FLÁVIO BOLSONARO** para integrar, como suplente, a Comissão de Assuntos Sociais, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente,


Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 09/10/19
Hora: 10:30


Ruy Bressan Saldanha - Mat. 315749



Ofício nº 319, de 2019, do Senador Marcio Bittar, por meio do qual comunica que não participará da Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, nos dias 14 e 15 de outubro, de 2019, conforme o Requerimento nº 864, de 2019. O Ofício vai à publicação. O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

Ofício 319 / 2019 / GSMBITTA

Brasília, 08 de outubro de 2019

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa

Assunto: **Cancelamento de requerimento de licença**

Senhor Secretario - Geral,

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a gentileza de Vossa Senhoria no sentido de adotar as necessárias providências para tornar sem efeito o **Requerimento nº 864 de 2019**.

Tal solicitação justifica-se em razão da incompatibilidade de minha agenda parlamentar com a sessão plenária do Parlamento Mercosul agendada para o dia 14 de outubro do corrente ano.

Atenciosamente,

MARCIO BITTAR
Senador da República (MDB – AC)



Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II – Subsolo - Ala Afonso Arinos – Gabinete 12 - CEP 70165-900 - Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2112 / 2119 / 2115 / 2111 - e-mail: sen.marciobittar@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 431C042A00316BE4.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



Expedientes dos Senadores Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Irajá, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado, por meio do quais relatam participação em missões oficiais, nos termos dos Requerimentos n.ºs 206, 294, 348, 483, 579, 591, e 699 de 2019.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

S. m. l. c. a. l.
em 09.10.19.
gou - l. c. a. l.
Adriana Zaban
Secretária-Geral da Mesa Adjunta

OFÍCIO nº 298/2019/CMA

Brasília, 9 de outubro de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Designação de membros para subcomissão da CMA

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência a designação dos membros para a subcomissão temporária objeto do Requerimento nº 53/2019-CMA, aprovado na 32ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, em 21 de agosto de 2019:

TITULARES:

- Confúcio Moura
- Styvenson Valentim
- Jaques Wagner

SUPLENTE:

- Leila Barros
- Eliziane Gama
- Otto Alencar

Atenciosamente,


SENADOR FABIANO CONTARATO
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Recebido em 09.10.19
16 17
Rafaela Drossan Saldanha - Mat. 315749
GIV/3-DF

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70.165-900 – Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-3284 – cma@senado.leg.br



Encaminhamento de expedientes



Documentos recebidos para conhecimento das Comissões

Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 107/2019	Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise do atendimento das metas e resultados dos indicadores da estratégia de longo prazo (PE 2018 - 2022) e do plano de negócios da empresa no ano de 2018.	Breitener Energética S.A.	CTFC
OF. 108/2019	Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise do atendimento das metas e resultados dos indicadores da estratégia de longo prazo (PE 2018 - 2022) e do plano de negócios da empresa no ano de 2018.	Breitener Jaraqui S.A.	CTFC
OF. 109/2019	Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise do atendimento das metas e resultados dos indicadores da estratégia de longo prazo (PE 2018 - 2022) e do plano de negócios da empresa no ano de 2018.	Breitener Tambaqui S.A.	CTFC



SF - 9. 10. 2019

Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 223/2019	Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), o relatório demonstrando o atendimento das Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo - DAMRE-PNE, referente ao exercício de 2018, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV.	Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência	CTFC

al182



SF - 9.10.2019

Documento recebido para conhecimento das Comissões

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 1/2019	Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.954/2016, o Relatório de Atendimento das Metas e dos Resultados na Execução do Plano de Negócios e da Estratégia de longo prazo da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. "e-PETRO" de 2018.	PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. "e- PETRO"	CTFC

eas020.docx

re



Inclusões em Ordem do Dia



Concluída a instrução das Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 44/2016 e 95/2019, as matérias serão incluídas na Ordem do Dia de hoje.

Concluída a instrução do Projeto de Lei n^o 4.399, de 2019, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Concluída a instrução do Projeto de Emenda à Constituição n^o 6, de 2018, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 2, DE 2019

Sugere a criação de agência de segurança cibernética destinada a prevenir a invasão de dispositivos de comunicação de agentes públicos e sítios governamentais na internet.

DESPACHO: À Presidência da República.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)



[Página da matéria](#)



INDICAÇÃO Nº , DE 2019

Sugere a criação de agência de segurança cibernética destinada a prevenir a invasão de dispositivos de comunicação de agentes públicos e de sítios governamentais na internet.



Nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), com a redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019, sugiro ao Senhor Presidente da República a criação de agência de segurança cibernética destinada a prevenir a invasão de dispositivos de comunicação de agentes públicos e de sítios governamentais na internet.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, fomos todos surpreendidos com notícias sobre invasões em série de dispositivos de comunicação de autoridades e servidores públicos. Como demonstraram as investigações, um grupo criminoso se utilizou de vulnerabilidades das redes de telefonia para conseguir acesso às senhas de aplicativos de mensagens usados por Ministros de Estado, parlamentares, juízes, procuradores, policiais e por diversos servidores públicos.

A partir dessa invasão, foram expostas grandes quantidades de informações sensíveis sobre investigações criminais em andamento, sobre medidas administrativas em estudo e sobre uma série de outras questões que não deveriam ser divulgadas, ao menos daquela forma e naquele momento.

O roubo de informações governamentais pode se tornar ainda mais grave, pois seu produto pode ser utilizado para obter vantagens ilícitas. Podem ser benefícios comerciais, como a obtenção de uma posição privilegiada numa compra pública; criminais, como a frustração de um mandado de prisão ou de busca e apreensão; ou pode ser a simples venda da informação para que terceiros se aproveitem de seu conhecimento indevido.



Como ficou evidente a partir dos acontecimentos, qualquer agente público pode ser alvo desse tipo de crime. Ainda que o indivíduo em questão não tenha poder de decisão administrativa, muitas vezes ele tem conhecimento de informações sigilosas, de modo que a invasão de suas comunicações pode ser altamente comprometedora.

Usamos aqui o termo “agente”, em lugar de “servidor” para abarcar não só os ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, mas todo o universo daqueles que exercem funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. Assim, por “agente público”, conforme a conceituação da Lei nº 8.429, de 1992 (a Lei de Improbidade Administrativa), entendemos “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”.

Os atuais órgãos públicos que tratam da segurança cibernética, a exemplo do Gabinete de Segurança Institucional, que entre outras atividades deve “coordenar as atividades de segurança da informação e das comunicações no âmbito da administração pública federal”, acabam tendo seu foco desviado para outras atividades mais ligadas à segurança presidencial. Com isso, as políticas de segurança da informação não recebem a necessária atenção para prevenir ataques como o ocorrido.

Pelo exposto, mostra-se necessária uma estrutura especificamente destinada a zelar pela segurança da informação no âmbito da administração pública federal, razão pela qual se sugere a criação de agência direcionada unicamente a esse fim.

Senador CHICO RODRIGUES



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 2019

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1725466&filename=PDL-91-2019

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1702243&filename=TVR+391/2018



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.218, de 6 de novembro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2019

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1734616&filename=PDL-165-2019

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?sessionid=FEAF74C2E11D214375E6B696EE15CE4.proposicoesWebExterno2?codteor=1701544&filename=TVR+383/2018



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 548, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2019

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1734619&filename=PDL-168-2019

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1701665&filename=TVR+389/2018



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 119, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Estância, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2019

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1752295&filename=PDL+306/2019

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1699092&filename=TVR+371/2018



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 558, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 652, DE 2019

(nº 1.048/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1687166&filename=PDC-1048-2018

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686861&filename=TVR+268/2018



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 342, de 17 de agosto de 2011, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Amigos do Caminhoneiro Itabaianense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 653, DE 2019

(nº 1.098/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1696040&filename=PDC-1098-2018

- [Informações complementares](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1686905&filename=TVR+293/2018



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.226, de 2 de maio de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Avalanche - Amigos do Bairro Ana Vieira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sena Madureira, Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 653, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 91, 165, 168, 306, 652 e 653/2019. As matérias serão apreciadas terminativamente.



Mensagens do Presidente da República



MENSAGEM Nº 489

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.880, de 8 de outubro de 2019.

Brasília, 8 de outubro de 2019.



MENSAGEM Nº 490

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.881, de 8 de outubro de 2019.

Brasília, 8 de outubro de 2019.



Não apreciação de matéria



A apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2018, sétimo item da pauta de hoje, não ocorreu devido ao sobrestamento da pauta pelas Medidas Provisórias nºs 885 e 887, de 2019.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 656, DE 2019

Susta o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, que “altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019

Susta o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, que “altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Este Decreto Legislativo susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República, o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme sabemos, nosso país realizou, ao longo dos últimos trinta anos, enormes esforços para avançar na formulação e no aperfeiçoamento de leis para garantir a plena e efetiva inclusão social das pessoas com deficiência.



SF/19725.00126-65



O Decreto nº 10.014, cuja aplicação esta proposição tem a finalidade de sustar, *simplesmente desdiz*, ao alterar o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentador das leis destinadas às pessoas com deficiência, *a lei criada pelos representantes do povo*, nega vigência a acordos por eles firmados e, mesmo, *vai na direção oposta* aos acordos firmados sob a forma da lei pelos representantes do povo. Senão, vejamos.

A República Federativa do Brasil é um estado laico, no qual nenhuma religião em particular ou a religião em geral estão acima da lei, que vale igualmente para todos. Quando se excepcionam os templos, de qualquer culto, da obrigação de acessibilidade aos altares e batistérios, como o faz o art. 1º do Decreto nº 10.014 de 2019, o que se está fazendo é anular, pela via do Decreto, e não da Lei, o acordo que, repetimos, foi acertado pelos representantes do povo na forma da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Se o legislador quisesse fazer a exceção, ele a teria feito. Não pode o executor, ou regulamentador, ignorar o mandado da lei, que ele deve fazer cumprir, não lhe competindo julgar sobre sua conveniência, justiça ou praticidade. Nisso já trabalharam os legisladores, que escutaram seus representados e trouxeram sua voz a este Parlamento.

No mesmo sentido, o art. 1º do Decreto nº 10.014, de 2019, ao acrescentar § 5º ao art. 38 do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, exclui do alcance da lei os veículos “destinados exclusivamente às empresas de transporte de fretamento e de turismo”, o que o legislador jamais quis fazer – e o faz de modo pouco claro, em contraste com a clareza do legislador. Vejamos o novo § 5º:

O disposto neste artigo não se aplica aos veículos destinados exclusivamente às empresas de transporte de fretamento e de turismo, observado o disposto no art. 49 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

E vejamos agora o art. 49 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, cujas disposições o novo § 5º manda observar:

As empresas de transporte de fretamento e de turismo, na renovação de suas frotas, são obrigadas ao cumprimento do disposto nos arts. 46 e 48 desta Lei.



SF/19725.00126-65





Os arts. 46 e 48, mencionados, determinam o acesso a transporte e a mobilidade em termos de igualdade com qualquer pessoa (art. 46) e a acessibilidade garantida a qualquer veículo de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo (art.49). Na prática, simplesmente esclarece que as empresas de transporte de fretamento e de turismo não têm o direito de discriminar, o que seria, diga-se, uma pretensão espúria.

A falta de compatibilidade clara entre as duas determinações, a saber, a do novo § 5º do art. 38 do Decreto nº 5.296, de 2004, de um lado, e a do art. 49 da Lei nº 13.146, de 2015, de outro, não se deve senão ao fato de que o decreto, cuja aplicação esta proposição pretende sustar, *contradiz os termos da lei* que ele deveria, tão-somente, fazer cumprir. Mais grave ainda, esse aspecto do decreto contradiz a própria Constituição Federal, que tem como um de seus fundamentos, expressos no art. 3º, a não-discriminação.

Vivemos em um Estado constitucional de direito no qual o Parlamento faz as leis e o Executivo faz cumprir as leis. Mas a contradição é explícita, no caso de que tratamos.

Pelas razões apresentadas acima é que pedimos o apoio dos nobres e das nobres Pares a esta proposição, tão simples quanto séria e crucial.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso V do artigo 49
- Decreto nº 5.296, de 2 de Dezembro de 2004 - DEC-5296-2004-12-02 - 5296/04
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2004;5296>
 - artigo 38
 - parágrafo 5º do artigo 38
- Decreto nº 10.014 de 06/09/2019 - DEC-10014-2019-09-06 - 10014/19
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2019;10014>
 - artigo 1º
- Lei nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000 - Lei do Atendimento Prioritário; Lei da Prioridade - 10048/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;10048>
- Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 - Lei da Acessibilidade - 10098/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;10098>
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
 - artigo 49



O Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5448, DE 2019

Altera o art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incluir em seu âmbito de abrangência subjetiva o ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração que não possua vínculo efetivo com a administração pública.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº DE 2019

Altera o art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incluir em seu âmbito de abrangência subjetiva o ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração que não possua vínculo efetivo com a administração pública.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 15.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que:

I – admitir pessoa sem vínculo efetivo com a administração pública para ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração;

II – admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que:

I – ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração na administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e não possua vínculo efetivo com a administração pública;

II – prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

.....
§ 8º O cumprimento do disposto no *caput* em relação ao ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração que



não possua vínculo efetivo com a administração pública condiciona-se ao adimplemento das condições impostas pelos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e pelos arts. 106, 107 e 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora submetemos ao crivo do Senado Federal objetiva estender aos ocupantes dos cargos em comissão de livre e nomeação e exoneração, que não possuam vínculo efetivo com a administração pública, o mecanismo de proteção conferido aos trabalhadores do setor privado e aos empregados públicos pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que *dispõe sobre o Fundo de Garantia do tempo de Serviço e dá outras providências*.

Todos sabemos que a Constituição Federal instituiu um complexo sistema de cargos, empregos e funções que é disciplinado no âmbito de cada ente federado. Decorrem desse sistema constitucional cinco importantes espécies de cargos, empregos e funções públicas: *i)* os cargos efetivos providos por concurso público de provas ou de provas e títulos; *ii)* os empregos públicos providos por concurso público de provas ou de provas e títulos; *iii)* os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração ocupados por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei; *iv)* os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração ocupados por pessoas que não possuem vínculo estatutário com a administração pública; *v)* as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Os servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem estabilidade após três anos de efetivo exercício, somente podendo ser exonerados por sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo ou mediante procedimento de avaliação de desempenho. Assim, mesmo que exonerados de cargo em comissão ou de função de confiança, preservam seu vínculo estatutário com o respectivo ente. Os empregados públicos recrutados mediante concurso público encontram-se no campo de abrangência subjetiva da Lei nº 8.036, de 1990, em outras palavras, têm direito ao FGTS.



Os únicos que não possuem nenhuma proteção no âmbito do setor público, que se encontram em verdadeiro limbo jurídico, são as pessoas nomeadas para exercer, exclusivamente, cargos em comissão de livre nomeação e exoneração na administração pública. Essas pessoas ficam completamente desprotegidas na hipótese de exoneração, mesmo que tenham ocupado esses cargos por vários anos, e, em alguns casos, por décadas.

O argumento sempre manejado para negar-lhes direitos foi o de que a instabilidade e a precariedade são características inerentes aos cargos em comissão. Esses cargos possuem alto grau de discricionariedade em seu provimento e exoneração e, assim, não haveria que se falar na instituição de mecanismos de proteção ou indenização na hipótese de exoneração.

Trata-se, a nosso sentir, de interpretação literal e formal da Constituição e da legislação que a regulamenta. Não é possível que milhares de ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, em todas as esferas da federação, trabalhem de forma dedicada e competente por vários anos e sejam surpreendidos com a exoneração. A segurança jurídica é princípio implícito do nosso ordenamento constitucional que decorre do próprio conceito de Estado de Direito.

De fato, o sistema de proteção ao trabalhador *lato sensu* encontra-se lacunoso, à míngua de garantias que mitiguem, minimamente, a exoneração *ad nutum* do ocupante do cargo em comissão que não possua vínculo com a administração pública.

Analisando o caso sob a perspectiva principiológica de proteção ao trabalhador em geral, é preciso ter em mente que os direitos sociais são prestacionais, sendo inerentes aos trabalhadores em sentido amplo, conceito que abarca qualquer sorte de prestadores de serviços, inclusive os comissionados.

Nesse diapasão, os direitos fundamentais de segunda dimensão, categoria em que se enquadram os direitos sociais, exigem que o Poder Público promova sua adequada concretização, sob pena de esvaziamento do conteúdo dos princípios da efetividade e da dignidade da pessoa humana.

O ocupante de cargo em comissão exerce atribuições de direção, chefia ou assessoramento, indispensáveis ao bom funcionamento da máquina pública. Assim, nada mais natural que possam usufruir de alguma garantia conferida pelo Estado no momento de sua exoneração.



Por considerar que a alteração legislativa proposta neste projeto de lei é absolutamente consentânea com o texto constitucional, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para seu aprimoramento e posterior aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - artigo 106
 - artigo 107
 - artigo 113
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -
101/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - artigo 16
 - artigo 17
- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS; Lei do Fundo de Garantia por
Tempo de Serviço - 8036/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>
 - artigo 15



O Projeto de Lei nº 5448, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5449, DE 2019

Acrescenta parágrafo único ao art. 199-C da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para atribuir efeito meramente devolutivo a recursos destinados aos tribunais superiores e interpostos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição do poder familiar, em procedimentos em que tenha havido revelia.

AUTORIA: Senadora Mailza Gomes (PP/AC)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Acrescenta parágrafo único ao art. 199-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para atribuir efeito meramente devolutivo a recursos destinados aos tribunais superiores e interpostos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição do poder familiar, em procedimentos em que tenha havido revelia.

SF/19339.71590-62

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 199-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 199-C.**

Parágrafo único. Nos procedimentos a que se refere o *caput* em que tenham sido revéis os detentores originais do poder familiar, os recursos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição de tal poder e se dirijam aos tribunais superiores serão recebidos exclusivamente em seu efeito devolutivo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei busca acrescentar parágrafo único ao art. 199-C à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para fixar que nos procedimentos a que se refere o *caput* em que tenham sido revéis os detentores originais do poder familiar, os recursos contra decisões que tenham deferido a adoção ou a destituição de tal poder e se dirijam aos tribunais superiores serão recebidos exclusivamente em seu efeito devolutivo.

Em diversos casos, após a publicação do acórdão, nos processos de adoção e de destituição de poder familiar, a Defensoria Pública interpõe



recursos endereçados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local, alegando possível violação à lei federal, à norma constitucional ou à jurisprudência consolidada. Contudo, é preciso que se deixe claro na lei processual, a exemplo do que já existe em relação à apelação a que se refere o art. 199-B do ECA, que o recurso especial ou extraordinário interposto contra o acórdão proferido nos processos de adoção ou de destituição de poder familiar será recebido apenas no efeito devolutivo. Assim, sugerimos o aprimoramento do Estatuto da Criança e do Adolescente, para permitir que o acórdão do Tribunal de Justiça local produza efeitos imediatos, tanto em relação aos processos de adoção, quanto naqueles referentes aos processos de destituição do poder familiar, em especial, nos casos em que tenha havido a revelia de acompanhamento processual em relação aos pais biológicos.

Na verdade, não vemos a necessidade de se levarem a julgamento dos tribunais superiores todos os processos nos quais se discuta a adoção ou a destituição do poder familiar. Além das matérias já terem sido submetidas à criteriosa análise de defensores, promotores e juízes em duas instâncias da Justiça, a experiência vem demonstrando que os recursos especiais e extraordinários interpostos são, na grande maioria dos casos, não conhecidos ou improvidos, o que demonstra o acerto de julgamento dos Tribunais de Justiça locais.

Dessa forma, nos termos defendidos no parágrafo único do art. 199-C, a que se refere o art. 1º do projeto, ao fixar no Estatuto da Criança e do Adolescente que o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal de Justiça local nos procedimentos de adoção e destituição do poder familiar, será recebido exclusivamente em seu efeito devolutivo, permitimos que se forme, desde logo, a nova família, constituída a partir da adoção de crianças ou adolescentes.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio de todos os Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **MAILZA GOMES**

vn2019-10436-pl

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 5449 de 2019.



SF/19339.71590-62



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- artigo 199-B



O Projeto de Lei nº 5449, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5450, DE 2019

Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

AUTORIA: Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

PROJETO DE LEI Nº DE 2019
(Senador Jorginho Mello)

SF/19091.45369-51

Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. O art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

“§ 6º As opções mencionadas no § 5º deste artigo poderão ser exercidas até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate dos valores acumulados de planos de benefícios operados por entidade de previdência complementar, por sociedade seguradora ou em FAPI e serão irrevogáveis.”

“§ 7º Caso os participantes não tenham realizado a opção pelo novo regime tributário de que trata este artigo, poderão os assistidos ou seus representantes legais fazê-la, desde que atendidos os requisitos necessários para a obtenção do benefício. (NR)”

Art. 2º Os participantes de planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das



sociedades seguradoras, que fizeram a opção pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, poderão exercer novamente a opção pelo regime de tributação anterior à mencionada Lei até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate total dos valores acumulados.

Art. 3º Os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados não estão mais sujeitos a mudanças no regime de tributação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o § 2º do art. 2º, da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

A construção de uma solução previdenciária é um planejamento de longo prazo, que requer a observância de muitas variáveis para se optar pela modalidade tributária mais adequada. A imposição de irretratabilidade na escolha da opção entre o sistema progressivo e o regressivo pode amedrontar potenciais investidores em razão das incertezas quanto a seu futuro econômico e as possíveis mudanças em seu perfil financeiro.

Grande parte da população brasileira não possui conhecimento técnico capaz de distinguir, no ato da contratação, qual a melhor escolha conforme as características pessoais de sua vida financeira, podendo, nesse caso, constatar futuramente que não optou pela melhor alternativa de tributação, até porque, em grande parte dos casos, a opção é assumida automaticamente pelo sistema ao final do primeiro mês, caso o participante não se manifeste, assumindo, nesse caso, a tributação progressiva. A opção pelo sistema regressivo como padrão seria até mais adequada, levando-se em conta o incentivo à poupança de longo prazo.

Também há a possibilidade de que mesmo pessoas mais esclarecidas em investimento, terem mudanças em seu perfil econômico, ou



pretenda fazer resgates ou aplicações não previstas inicialmente, e passarem a ver outra opção como mais adequada a seu momento financeiro. O planejamento previdenciário precisa de maior flexibilidade para dar mais tranquilidade aos contratantes, para com isso também incentivar que novos participantes se entusiasmem a ingressar sem receio de arrependimento futuro. Outros fatos também podem ocorrer, capazes de alterar os parâmetros tributários do contribuinte, tais como a alteração do número de dependentes, casamento, separações e tudo aquilo capaz de afetar o cálculo do imposto na tabela progressiva, justificando uma eventual necessidade de mudança de forma de tributação.

A questão da irretratabilidade, estabelecida pela LEI Nº 11.053, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004 se mostra empecilho para o redirecionamento do planejamento previdenciário, que por ser um processo de longa duração, pode tornar a formação de suas reservas um caminho que se afasta cada vez mais do ideal de eficiência, tirando as possibilidades de correção e frustrando o contratante.

Esse projeto, busca tornar essas formas de previdência mais atrativas e flexíveis, e com isso, atrair novos participantes, reduzindo as desconfiâncias de que esse tipo de investimento possa se tornar uma má opção caso, ao longo do tempo, sua realidade financeira ou suas expectativas se modifiquem. Esta alteração não desvirtua os propósitos do incentivo à manutenção de uma poupança por longo prazo, pois permite que os benefícios fiscais façam justiça à forma que, de fato, o participante se comportou na formação da poupança.

Confiantes de que a proposição é meritória, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

JORGINHO MELLO
Senador – PL/SC



SF/19091.45369-51



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.053, de 29 de Dezembro de 2004 - LEI-11053-2004-12-29 - 11053/04

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;11053>

- artigo 1º

- parágrafo 2º do artigo 2º



O Projeto de Lei nº 5450, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5451, DE 2019

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que *regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências*, para permitir o financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos com recursos desses Fundos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, bem como financiamento em pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos e financiamento para produzir os produtos derivados da pesquisa, desenvolvimento e inovação, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.” (NR)

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

I – concessão de financiamento exclusivamente aos setores produtivos, pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, bem como financiamento para produzir os produtos derivados da



pesquisa, desenvolvimento e inovação, dentro das regiões beneficiadas;

.....

III – tratamento preferencial às atividades produtivas, pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população, os projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas, bem como fármacos e cosméticos, provenientes da fauna e flora das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como também pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, e financiamento para produzir os produtos derivados da pesquisa, desenvolvimento e inovação.

IV – preservação do meio ambiente e projetos ecologicamente corretos;

V – adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos, bem como investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, e financiamento para produzir os produtos derivados da pesquisa, desenvolvimento e inovação, e espaciais dos empreendimentos;

.....

X – proibição de aplicação de recursos a fundo perdido, salvo em casos de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, bem como financiamento para produzir os produtos derivados da pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que estes investimentos possuam parcerias com empresas públicas e universidades públicas na área de pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, sendo não-reembolsável até 70% (setenta por cento) do projeto total.

.....” (NR)

Art. 3º O *caput* do art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas, pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos, e financiamento para produzir os produtos derivados da

SF/19878.79981-97



pesquisa, desenvolvimento e inovação para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com as prioridades estabelecidas nos respectivos planos regionais de desenvolvimento.” (NR)

Art. 4º Os incisos I a III do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º**

Parágrafo único.

I – 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, sendo destes 0,09% (nove centésimos por cento) obrigatórios em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos;

II – 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, sendo destes 0,27% (vinte e sete décimos por cento) obrigatórios em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos;

III – 0,6% (seis décimos por cento) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, sendo destes 0,09% (nove centésimos por cento) obrigatórios em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal determina a transferência de 3% do produto dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para dar efetividade a esse comando constitucional, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

Em 2018, foram contratados investimentos de R\$ 30,2 bilhões em atividades produtivas nessas três regiões. No Nordeste, foram investidos mais de R\$ 16,1 bilhões; no Centro-Oeste, R\$ 9,4 bilhões; e no Norte, as operações chegaram a R\$ 4,5 bilhões. Além desses valores, também foram

fd2019-13028



SF/19878.79981-97





financiados investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 16,4 bilhões com recursos do FNE.

Esses números ilustram bem a importância desses Fundos como instrumentos de estímulo ao desenvolvimento das regiões beneficiadas. No entanto, há uma lacuna na legislação que os regula que dificulta a utilização de seus recursos para viabilizar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos, impedindo que maiores avanços ocorram no processo produtivo nas regiões beneficiadas.

O objetivo das alterações propostas no presente projeto de lei é viabilizar o financiamento de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos, tomando o exemplo do investimento em pesquisa e produção de sementes de soja mais resistentes e adaptadas ao clima e tipo do solo amazônico. Com isso, é esperado que haja um incentivo efetivo à inovação como forma de fortalecer a produção nas regiões beneficiadas.

Considerando que essa proposição poderá contribuir para estimular o desenvolvimento tecnológico, a produção e o uso sustentável dos recursos naturais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, peço apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ZEQUINHA MARINHO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- alínea c

- inciso I

- Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989 - Lei dos Fundos Constitucionais - 7827/89

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7827>

- artigo 2º

- artigo 3º

- artigo 4º

- inciso I do parágrafo 1º do artigo 6º

- inciso III do parágrafo 1º do artigo 6º



O Projeto de Lei nº 5451, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5452, DE 2019

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos demais no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho
PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos demais no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

“**Art. 35-A.** O fornecedor deverá estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos demais no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua, a critério do consumidor.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, fornecedores de produtos e serviços prestados de forma contínua vêm promovendo campanhas de redução de preços em condições bastante favoráveis para angariar novos consumidores. No entanto, muitas vezes a clientela antiga não tem acesso a essas vantagens.

Entendemos equivocada a política desses fornecedores, que vai de encontro à tendência atual de fidelização da clientela, por meio de concessão de prerrogativas aos consumidores mais antigos visando ao fortalecimento do vínculo comercial entre as partes.



Para tanto, apresentamos este projeto que propõe acréscimo de um novo artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), com o intuito de estender as condições ofertadas para a adesão de novos consumidores aos atuais clientes no momento da revisão de contrato de fornecimento de produtos e serviços prestados de forma contínua, a critério do consumidor.

Com esta iniciativa, pretendemos introduzir tratamento isonômico aos consumidores novos e antigos de produtos e serviços prestados de forma contínua, conforme disposto no art. 5º, *caput*, do texto constitucional, considerado como cláusula pétrea da Carta de 1988.

Já o art. 170, inciso V, da Lei Maior estabelece que a ordem econômica tem como fundamento os ditames da justiça social, destacando-se entre os seus princípios, a defesa do consumidor.

Ademais, consoante o disposto no art. 6º, incisos II e V, da norma consumerista, são direitos básicos do consumidor: (i) a educação e a divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; e (ii) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Por sua vez, configuram cláusulas abusivas e, portanto, são nulas de pleno direito, entre outras, as que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou com a equidade. Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e o teor do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso (CDC, art. 51, inciso IV e § 1º, inciso III).

Pela relevância da proposição, conclamamos os nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO



SF/19956.03779-97



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor -
8078/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5453, DE 2019

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para atualizá-la em face da atual redação da alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para atualizá-la em face da atual redação da alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal, dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 32.**

.....

§ 2º O traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, tomados por autoridade consular brasileira, nos termos do regulamento consular, ou por autoridade estrangeira competente, a que se refere o caput do art. 32 da Lei nº 6.015/1973, será efetuado no Livro "E" do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal, sem a necessidade de autorização judicial.

§ 3º Não serão cobrados emolumentos pelo traslado de assentos de nascimento e óbito efetuados na forma do parágrafo anterior, bem como pela primeira certidão respectiva.

§ 4º (Revogado).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho
Ala Senador Dinarte Mariz, Gabinete 04, Edif. Principal - Senado Federal, Brasília / DF - CEP 70.165-900





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 54, de 2007, retomou a possibilidade originalmente prevista na Constituição Federal de registrar brasileiros natos nascidos no exterior em repartições consulares brasileiras.

Desde então, é necessário fazer o registro consular de bebês nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira para confirmar cidadania brasileira nata aos os nascidos no estrangeiro. Essa possibilidade hoje consta da primeira parte da alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição Federal de 1988, que está assim redigido:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Conforme esclarece o Itamaraty¹ diante do que está previsto no art. 32 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a certidão de registro consular é provisória e deve ser transcrita e substituída pela certidão definitiva no retorno dos pais ou responsáveis ao Brasil. Em termos práticos, para produzir efeitos no Brasil, a certidão consular de nascimento deverá ser transcrita em cartório de registro civil do local de domicílio do registrado, no Brasil, ou, ainda, do 1º Ofício do Registro Civil do Distrito Federal, na falta de domicílio no Brasil.

Art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as

¹ Cf. <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/outros-servicos/registro-de-nascimento>.



SF/19841.76751-16





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular.

§ 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, transladados nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, e cujos pais não estejam ali a serviço do Brasil, desde que registrado em consulado brasileiro ou não registrado, venha a residir no território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, no juízo de seu domicílio, se registre, no livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil, o termo de nascimento.

§ 3º Do termo e das respectivas certidões do nascimento registrado na forma do parágrafo antecedente constará que só valerão como prova de nacionalidade brasileira, até quatro (4) anos depois de atingida a maioridade.

§ 4º Dentro do prazo de quatro anos, depois de atingida a maioridade pelo interessado referido no § 2º deverá ele manifestar a sua opção pela nacionalidade brasileira perante o juízo federal. Deferido o pedido, proceder-se-á ao registro no livro "E" do Cartório do 1º Ofício do domicílio do optante.

§ 5º Não se verificando a hipótese prevista no parágrafo anterior, o oficial cancelará, de ofício, o registro provisório efetuado na forma do § 2º.

Conforme se observa, a redação dos parágrafos §2º a 5º se tornou incompatível com a nova redação constitucional trazida pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007.

De uma forma ou de outra, a maioria dos cartórios do país não está habituada a fazer o registro de crianças brasileiras nascidas no exterior. Com isso, é comum a ocorrência de erros, sendo possível observar

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho
Ala Senador Dinarte Mariz, Gabinete 04, Edif. Principal - Senado Federal, Brasília / DF - CEP 70.165-900



SF/19841.76751-16





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

cotidianamente que muitos cartórios simplesmente copiam o inteiro teor da certidão de registro consular, “traduzem” a certidão consular e até registram a criança como “cidadão estrangeiro”.

Na verdade, o procedimento de registro definitivo de crianças brasileiras nascidas no exterior não tem grandes diferenças em relação às crianças nascidas no Brasil. O formato da certidão de nascimento delas é exatamente o mesmo e a questão é tratada pela Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior.

No mesmo sentido, o Provimento CNJ nº 2, de 27 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, mencionado no art. 6º da Resolução nº 155, de 16 de julho de 2012, foi o Provimento que instituiu o modelo único de certidão de nascimento em todo Brasil a partir de 1º de janeiro de 2010, o qual deveria ser adotado para os brasileiros natos, independentemente de terem nascido no território nacional ou no exterior.

Recentemente esse modelo foi novamente alterado pelo Provimento CNJ nº 63, de 14/11/2017, que revogou o Provimento CNJ nº 2, de 27 de abril de 2009. O novo Provimento trouxe a previsão da certidão de nascimento já conter o CPF da criança.

De toda essa celeuma, o problema maior não reside no formato da certidão de nascimento, uma vez que se ficar claro na certidão que a criança é brasileira nata, conforme os termos da alínea c do inciso I do art. 12, *in limine*, da Constituição Federal, o erro de forma não impede que a criança goze de direitos conforme a sua cidadania.

O problema maior, porém, é que a certidão de nascimento definitiva haveria de ser feita gratuitamente – enquanto primeira certidão de nascimento da criança – tal como preceituado no art. 30 da Lei n.º 6.015/1973, *in verbis*:

Art. 30. Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.

Porém, diante da sistemática de traslado, diversos cartórios têm entendido que a certidão definitiva após o traslado da certidão



Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho
Ala Senador Dinarte Mariz, Gabinete 04, Edif. Principal - Senado Federal, Brasília / DF - CEP 70.165-900





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

provisória corresponderia a uma “segunda” certidão, o que muitas vezes resulta na cobrança de valores astronômicos – e indevidos – de quem registra as crianças nascidas na situação em tela.

Embora o entendimento desses cartórios vise claramente vulnerar e negar direitos básicos do cidadão nacional com base na falta de clareza do texto, diante de hipótese criada em 2007, poucos são os pais ou responsáveis que conhecem a legislação em minúcias e se dispõem a denunciar as cobranças indevidas às Corregedorias do Tribunal de Justiça do Estado de seus domicílios.

Em suma, o oportunismo de determinados cartórios de registro civil tem atuado em prejuízo de cidadãos brasileiros natos que tenham nascido na forma da alínea c do inciso I do art. 12, *in limine*, da Constituição Federal.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares com vistas à aprovação desta proposição, que tem o condão de aclarar a legislação infralegal e não dar margem a interpretações que fazem tábula rasa de direitos basilares de parcela dos cidadãos brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho
Ala Senador Dinarte Mariz, Gabinete 04, Edif. Principal - Senado Federal, Brasília / DF - CEP 70.165-900



SF/19841.76751-16



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 12

- alínea c do inciso I do artigo 12

- Emenda Constitucional nº 54, de 2007 - Emenda dos Aditivos - 54/07

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2007;54>

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei de Registros Públicos - 6015/73

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>

- artigo 30

- artigo 32

- artigo 32

- urn:lex:br:federal:resolucao:2012;155

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2012;155>

- artigo 6º



O Projeto de Lei nº 5453, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5454, DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para garantir a administração de bens móveis e imóveis da pessoa em situação de curatela pelos seus curadores, com acompanhamento judicial de suas responsabilidades.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019
(Senador Rogério Carvalho)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para garantir a administração de bens móveis e imóveis da pessoa em situação de curatela pelos seus curadores, com acompanhamento judicial de suas responsabilidades.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002 (Código Civil), passa a vigorar com os seguintes dispositivos:

“Art. 1.783-A. Os curadores podem conservar em seu poder dinheiro da pessoa em situação de curatela para prover as suas despesas ordinárias, extraordinárias e outras que lhe sejam apropriadas, e administrar seus bens imóveis e móveis.

§1º. Se houver necessidade, os bens materiais com expressão econômica e suscetíveis de apropriação serão avaliados por pessoa idônea e alienados, e o seu produto depositado em conta bancária em nome da pessoa em situação de curatela, em conjunto com o seu curador, devendo haver aplicação financeira em títulos, obrigações, fundos previdenciários, poupanças ou outra forma, sempre de modo seguro, sem risco de redução do capital aplicado, ou na aquisição de bens imóveis ou móveis”.

§2º. O mesmo destino previsto no parágrafo antecedente terá o dinheiro proveniente de qualquer outra procedência.

§3º. Os curadores respondem pela demora na aplicação dos recursos financeiros, na forma do previsto no § 1º deste artigo, pagando os juros legais desde o dia em que deveriam dar esse destino, o que não os exime da obrigação de realizar a referida aplicação.

§4º. Os valores que existirem em estabelecimento bancário por ocasião da concessão da curatela deverão ser aplicados na forma do disposto no § 1º deste artigo.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Art. 1.783-B. O curador prestará informações a cada dois anos, sobre contas bancárias, patrimônio móvel e imóvel, quando houver, as despesas havidas, que poderá ser mediante a juntada das cópias dos ajustes anuais do imposto de renda da pessoa sob curatela de forma individual ou como dependente e o correspondente recibo de entrega.

§2º. No ajuste anual do imposto de renda deverá haver identificação dos bens moveis, imóveis, as alienações e aquisições ocorridas e seus valores, os respectivos compradores e vendedores, as rendas, o resultado das aplicações financeiras e os saldos bancários do período.

§3º. O curador prestará todos os esclarecimentos ao Juiz e responderá pela má administração e desvios em relação ao bens móveis, imóveis, rendas, alienações e aquisições, contas bancárias e suas aplicações, respondendo civil e criminalmente pela malversação do patrimônio, devendo a curatela ser substituída por outrem, nos casos de comprovada má-fé e dilapidação do patrimônio em proveito próprio ou de terceiros.

§4º. O curador ao alienar bem da pessoa sob curatela ou o adquirir, deverá fazê-lo por valor compatível ao consignado em três avaliações de imobiliárias idôneas, devendo por ocasião da prestação de informações sobre as contas que se refere este artigo, juntá-las na prestação de informações.

§5º. As rendas de qualquer natureza e os bens móveis e imóveis de valores inferiores a 30 salários mínimos não serão objeto de prestação de contas, exceto quando o Juiz assim o determinar, tampouco a remuneração a que a pessoa sob curatela fizer jus pelo seu próprio trabalho, a qual deve estar sob a sua própria administração.

§6º. Na tomada de decisão apoiada, o Juiz não poderá conferir poderes ao requerente e seus apoiadores inferiores aos concedidos ao curador, na forma do disposto nos art. 1.753-A e 1.753-B.”

Art. 2º. Renumere-se o atual art. 1.783-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002 (Código Civil), para art. 1.783-C.

Art. 3º. Fica revogados o art. 1.774 da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade acrescentar os artigos 1.783-A e 1.783-B e parágrafos, todos na Lei nº 10.406, de 10 de novembro de 2002 (Código Civil), para a melhor adequação à administração das rendas e bens móveis e imóveis de pessoas em situação de curatela, devendo servir de parâmetro para o juiz na Tomada de Decisão Apoiada, quando, ao fixar os limites do apoio, não fazê-lo em bases inferiores aos do curador.

Na forma como está disciplinada atualmente o exercício da curatela, que deve se submeter ao disposto nos artigos 1.753, 1.754 e 1.755 do Código Civil, por determinação do art. 1.774, tem-se uma interferência indevida do Estado na administração dos bens da pessoa em situação de curatela, mitigando os poderes do curador, em prejuízo do uso ágil e responsável, sem custas judiciais e prazos, criando desnecessária burocracia.

O regime atual exige que o curador deposite em conta judicial os recursos financeiros da pessoa em situação de curatela, faça uso de pedidos judiciais de alvará, com a contratação de advogados e pagamento de custas, todas as vezes que necessita usar desses recursos.

Comumente, a pessoa sob curatela tem deficiência intelectual permanente, exigindo de seu curador – geralmente um dos genitores ou irmãos – a necessidade de sempre estar em juízo na busca de alvarás judiciais para a movimentação de qualquer bem ou recurso financeiro. O exercício da tutela de pessoa menor de idade, se encerra quando este atinge a maioridade, o que não acontece com a pessoa com deficiência intelectual. Por isso os regimes devem ser distintos por serem distintas as situações.

O presente projeto de lei visa criar um regime próprio de administração dos bens das pessoa em curatela, pelo fato de a atual forma de sua administração não condizer com a realidade da sociedade dos dias hoje, ao conferir ao Estado a prerrogativa de administração do patrimônio de pessoas, as quais, muitas vezes, passarão toda a sua vida sob curatela. Essa posição do Estado subtrai poderes que deveriam ser próprios do curador, reservando-se ao Estado o papel de supervisor dessa administração para prevenir ou coibir desvio de finalidades.

Determinar a lei, que os bens patrimoniais fiquem à mercê da administração do Poder Judiciário, em conta judicial, implica, além do ônus ao próprio Estado, uma mitigação, fundada na



SF/19636.24520-71





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

desconfiança a priori, da capacidade de o curador exercer com zelo e responsabilidade a sua missão frente à pessoa no tocante aos seus bens materiais.

O Estado confia na pessoa do curador os cuidados mais relevantes, como o de promover o bem-estar da pessoa em todos os seus aspectos, físico, social, educacional, sanitário, afetivo, ou seja, em seus mais preciosos bens, aqueles que preservam a sua dignidade, mas no tocante ao seu bem patrimonial, o Estado se sente mais responsável que o curador. Assim agindo, o Estado está a demonstrar que o patrimônio é mais valioso que as necessidades imateriais da pessoa sob curatela, se sobrepondo à capacidade do curador, julgando-se mais competente, reproduzindo a visão patrimonialista do Estado, totalmente descolada da presente realidade.

O Estado não pode se julgar melhor administrador do bem da pessoa sob curatela, uma vez que o depósito judicial é a pior forma de alguém cuidar de seu dinheiro. É patente a falta de capacidade de o Estado administrar patrimônio de pessoa sob curatela. Um alvará levando um ano para ser expedido— hoje um dos bens mais preciosos na sociedade contemporânea é o tempo —corrói o benefício que se pretende no uso dos recursos. Isso sem falar novamente que um alvará exige a contratação de um advogado que cobrará seus honorários, havendo ainda as custas do processo.

Na sociedade contemporânea, há tantas formas de verificação da boa ou má-administração de bens, sendo uma delas, a declaração anual do imposto de renda, que pode demonstrar como os bens estão sendo geridos.

Proteger a pessoa significa garantir sua qualidade de vida e o seu bem-estar, e essa garantia não pode estar apartada da administração de seu patrimônio, constituindo-se numa capitis diminutio em relação ao curador —responsável pelos cuidados mais relevantes da pessoa —ser julgado incapaz a priori, da administração de seu patrimônio. Além do mais, geralmente o curador é o próprio genitor da pessoa sob curatela, pessoa que passou a sua vida na luta pela sua dignidade de vida, mas como curador, tem seus poderes cerceados na administração do patrimônio material de seu filho, o que leva muitos pais a não fazer nenhuma doação ao filho pela ingerência do Estado dali para frente.

É muito comum, no caso das pessoas com deficiência intelectual, haver genitores diligentes, que lutam pela inclusão e autonomia de seus filhos, engajados em associações e movimentos em prol da pessoa com deficiência, mas, quando nomeado seu curador, passa pelo constrangimento de não ser julgado apto a gerir o patrimônio material do filho.



SF/19636.24520-71





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Importante frisar que as mudanças havidas na sociedade em relação à inclusão dessas pessoas, se deve fundamentalmente às lutas empreendidas por seus familiares. É constrangedor que essas mesmas pessoas sejam julgadas impedidas de administrar os bens de seus filhos, com o Estado a se sobrepor à família. Essa capacidade mitigada pelo Estado, impondo ao curador pedidos de alvarás, contratação de advogados, demora na concessão, fere a sua dignidade de bem gerir o patrimônio de seus filhos, até prova em contrário.

Não percamos de vista que o Estado nem sempre se faz presente em muitas políticas públicas em favor de pessoas com incapacidade permanente ou temporária, para a melhoria de sua qualidade de vida, contudo, se julga competente para administrar seus bens, ao exigir sejam seus recursos depositados em conta judicial – o que só prejudica a sua evolução patrimonial e causa dificuldades ao curador na sua administração. Que o Estado seja competente para avaliar a administração financeira e patrimonial realizada pelo curador, zelando de maneira indireta pela saúde financeira da pessoa sob curatela, mas que não o julgue antecipadamente como irresponsável.

Esse é o alcance da presente alteração a dispositivos do Código Civil para ser condizente com as situações do século XXI que exigem maturidade e responsabilidade do cidadão e um papel estatal vigilante, regulador, fiscalizador, sem querer tudo administrar pelos seus próprios aparatos públicos, numa sociedade de 210 milhões de habitantes, que fica cada dia mais complexa; que envelhece a passos largos, o que exigirá mais curatelas de pessoas que poderão temporariamente ficar privadas de suas faculdades mentais.

Temos que confiar no cidadão e puni-lo quando desmerecer tal confiança, mas não a priori, dele desconfiar. Além do mais a declaração de imposto de renda é hoje um potente instrumento de análise da evolução do patrimônio e das rendas das pessoas, a qual deve ser usada na avaliação da administração de bens pelos curadores.

Sala das Sessões, em

Senador ROGÉRIO CARVALHO

PT/SE

Senado Federal, Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 12

Cen 70165-900 - Brasília - DF

Página 6 de 8

Parte integrante do Avulso do PL nº 5454 de 2019.



SF/19636.24520-71





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho



Senado Federal, Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 12

Cen 70165-900 - Brasília - DF

Página 7 de 8

Parte integrante do Avulso do PL nº 5454 de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:0002;10406](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:0002;10406)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:0002;10406>

- [Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil \(2002\) - 10406/02](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>



O Projeto de Lei nº 5454, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5455, DE 2019

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, para acrescentar estabelecimentos comerciais autorizados a dispensarem medicamentos isentos de prescrição (MIP).

AUTORIA: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)



[Página da matéria](#)





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, para acrescentar estabelecimentos comerciais autorizados a dispensarem medicamentos isentos de prescrição (MIP).



SF/19983.47762-10

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art 1º O artigo 6º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art 6º** A dispensação de medicamentos é privativa de:

- a) farmácia;
- b) drogaria;
- c) posto de medicamento e unidade volante;
- d) dispensário de medicamentos;
- e) supermercado, hipermercado;
- f) armazém e empório; e
- g) loja de conveniência e drugstores.

§ 1º A dispensação de medicamentos em supermercado, hipermercado; armazém e empório; loja de conveniência e drugstores é limitada ao fornecimento de medicamentos isentos de prescrição (MIP), assim classificados pelo órgão sanitário federal em normas regulamentadoras.

§ 2º Para atendimento exclusivo a seus usuários, os estabelecimentos hoteleiros e similares poderão dispor de medicamentos anódinos que não dependam de receita médica, observada a relação elaborada pelo órgão sanitário federal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, Ala Senador Tancredo Neves Gab. 54, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

JUSTIFICAÇÃO

Esta matéria, extremamente relevante a nosso sentir, já foi objeto de debates nas Casas Legislativas, considerando-se a importância de uma providência a respeito, que vá ao encontro dos interesses dos Cidadãos. Sem, contudo, avançar para uma indispensável concretização, tendo se perdido em nossas comissões ou nos mandatos de seus nobres autores. Por se tratar de importante matéria de saúde pública e interesse social, como se verá adiante, não devemos deixar que as discussões e deliberações sobre o tema sejam esquecidas, sem a devida aprovação da matéria.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) são destinados ao tratamento de sintomas e males menores, que não necessitam de uma interação médica para sua identificação, como febre, tosse, dor de cabeça, assaduras, congestão nasal, prisão de ventre, entre outros. No Brasil, seguindo as indicações da OMS, a ANVISA regulamentou os MIPs através da Resolução de Diretoria Colegiada nº 98/16, considerando critérios para a classificação dos medicamentos como tempo de utilização do princípio ativo (5 a 10 anos), baixo índice de potencial de intoxicação ou dependência química dos usuários, utilização por curto período de tempo, em sintomas identificáveis e com fácil manuseio pelo paciente.

Portanto, não há dúvidas de que os medicamentos classificados como isentos de prescrição médica pelas autoridades competentes não oferecem riscos à saúde dos pacientes, como também trazem conforto no tratamento de sintomas menores.

Adicionalmente, segundo os especialistas da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição – ABIMIP, em outros países do mundo, tal como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Holanda e Suíça, onde a comercialização dos MIPs é permitida em diferentes estabelecimentos comerciais, facilitando o acesso da população aos mesmos, pode-se identificar os benefícios como (i) otimização dos recursos governamentais de saúde, dada a redução na quantidade de atendimentos pelo serviço público e o foco naquelas

Senado Federal, Ala Senador Tancredo Neves Gab. 54, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br



SF/19983.47762-10





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

situações mais urgentes ou importantes, (ii) redução dos custos com saúde pela população, (iii) conforto aos usuários, com melhor qualidade de vida e o direito de decidir sobre seu próprio organismo.

No Brasil, ainda que atualmente estes medicamentos sejam vendidos preponderantemente em farmácias e drogarias, sem qualquer controle ou restrição de venda, já que se encontram na frente dos balcões ou prateleiras de livre acesso, no curto período entre 1994 e 1995, quando os demais estabelecimentos comerciais puderam comercializar estes medicamentos, verificou-se uma redução média no custo dos mesmos de 35%. Isso demonstra o potencial de redução de custos e maior conforto à população brasileira, em um bem essencial que é a saúde, principalmente em locais longínquos e distantes dos grandes centros urbanos.

Assim, não existe justificativa plausível que crie um sistema onde as autoridades reconhecem a importância dos MIPs para a saúde da população, mas permitindo o seu livre acesso somente dentro de estabelecimentos farmacêuticos.

Desta forma, a permissão para que os estabelecimentos comerciais indicados no presente Projeto de Lei também possam vender os MIPs, assim classificados formalmente, vem garantir que a intenção das autoridades, bem como a necessidade e a vontade da população sejam atendidas em sua plenitude.

Finalmente, além dos argumentos principais relacionados à saúde pública mencionados acima, cabe aqui registrar que esta iniciativa vem ao encontro dos ideais de livre iniciativa e liberdade econômica, eis que, atualmente, as farmácias vendem todos os tipos de produtos que se possa imaginar, desde higiene e limpeza até produtos para animais domésticos, e possuem uma reserva de mercado para os produtos farmacêuticos “liberados”, ao passo que os demais estabelecimentos comerciais resultam proibidos de comercializar MIPs.

Se considerarmos a presença de supermercados, armazéns e lojas de conveniência em todos os locais do Brasil, sem distinção de regiões pela

Senado Federal, Ala Senador Tancredo Neves Gab. 54, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706
sergiopetecao@senador.gov.br



SF/19983.47762-10





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

densidade demográfica ou poder aquisitivo da população, certamente estaremos garantindo um melhor acesso a um menor custo destes medicamentos que tanto auxiliam no conforto e na saúde da população brasileira.

Ante o exposto, rogo a Vossas Excelências, dignos pares, o apoio e acolhimento do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO PETECÃO
(PSD/AC)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.991, de 17 de Dezembro de 1973 - Lei de Controle Sanitário de Medicamentos - 5991/73

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;5991>

- artigo 6º



O Projeto de Lei nº 5455, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5456, DE 2019

Altera o §2º do art. 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir os dirigentes de autarquias no rol dos cargos da causa especial de aumento de pena.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o §2º do art. 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir os dirigentes de autarquias no rol dos cargos da causa especial de aumento de pena.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 327 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ **Art. 327.**
.....

§ 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção, chefia ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública, autarquia ou fundação instituída pelo poder público. ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

Na análise do art. 327, §2º, do CP, o Supremo Tribunal Federal¹ entende não ser possível a aplicação da causa especial de aumento de pena sobre os ocupantes de cargo em comissão ou de função de direção, chefia ou assessoramento de autarquias. Isso porque o rol atualmente vigente representa um *numerus clausulus* das pessoas jurídicas cujos agentes merecem uma maior reprimenda e não contempla essa categoria.

Como professor de Direito Penal por 20 anos e Delegado por 27 anos, peço vênica para dizer que, apesar da situação ser lamentável, o entendimento é acertadíssimo. Isso porque, à luz do princípio da reserva legal, no que tange à aplicação de pena, só é possível a incidência de causa especial de aumento de pena quando a hipótese estiver expressamente prevista em lei.

Assim, por mais que seja justo dizer que os dirigentes de autarquias são passíveis de reprimenda idêntica aos dirigentes da administração direta ou dirigentes de uma empresa pública, por exemplo, o Judiciário não pode abrir mão do sistema de garantias da persecução penal, conforme hoje entende o STF.

Vale lembrar que as garantias construídas com a evolução da ciência jurídica e insculpidas na Constituição Federal são extremamente

¹ STF. 2ª Turma. AO 2093/RN, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 3/9/2019 e STF. Plenário. Inq 2606/MT, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 4/9/2014





caras para nossa vida em comunidade e merecem ser respeitadas em todos os casos.

No entanto, não podemos esquecer que a sociedade, já tão traumatizada com a corrupção, não merece uma proteção deficiente. Ao contrário, precisamos, como Parlamento, assegurar que os dirigentes do Estado, de uma forma geral, tenham penas mais severas que outros funcionários. Isso porque os seus crimes afetam toda a coletividade. Quem comete um homicídio, retira uma vida. Quando se desviam verbas da saúde, por exemplo, milhares são mortos nas filas de hospitais.

O Brasil clama pelo fim da corrupção e essa maior reprimenda do §2º do art. 327 do CP é mais um instrumento de combate a esse mal que assola o nosso amado país.

Cumpre registrar que aos que tem posição estratégica ou poder de mando, foi depositada uma maior confiança. Assim, caso cometam crimes, merecem aumento de suas penas. Logo, não há razão lógica para que os dirigentes de autarquias não estejam no rol do dispositivo que se busca alterar.

A título de exemplo, temos os departamentos de trânsito (DETRANS), os quais constituem, em sua maioria, autarquias estaduais que desempenham importantíssimo papel na segurança da população e que em alguns estados foram palco de grandes esquemas criminosos.





De acordo com a legislação atual, o Diretor Geral de um DETRAN, caso cometa grave crime contra a administração pública, não sofrerá a incidência da causa especial de aumento de pena, enquanto o Presidente de um banco público ou o Diretor de uma companhia energética sofrerão.

Essa situação não pode permanecer. É necessário corrigir essa distorção e estabelecer reprimendas proporcionais e adequadas à importância dos cargos ocupados.

Por essas razões, peço o apoio dos ilustres Pares para solucionarmos essa grave omissão legislativa, incluindo os dirigentes de autarquias no rol do §2º do art. 327 do CP, o que irá fortalecer a luta contra a corrupção que assola nosso país.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- parágrafo 2º do artigo 327





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5457, DE 2019

Altera o art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a importação ou exportação de telefones celulares piratas ou outras mercadorias que dependam de homologação ou certificação dos órgãos públicos.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a importação ou exportação de telefones celulares piratas ou outras mercadorias que dependam de homologação ou certificação dos órgãos públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 334-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Contrabando

Art. 334-A

.....

§ 1º

.....

II - importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise, homologação, certificação ou autorização de órgão público competente;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A subsunção do contrabando de celulares piratas ao crime do art. 334-A do Código Penal é nebulosa. Nos termos do art. 19, inciso XIII,



da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, compete à Agência Nacional de Telecomunicações expedir a **certificação** de produtos de telecomunicação, o que implica o uso do conhecido selo da ANATEL.

A lei penal vigente, entretanto, somente faz menção ao **registro**, **análise** ou **autorização** da mercadoria perante o órgão público competente. Nenhuma dessas expressões, consideradas taxativamente, como exige a interpretação do direito penal, reproduz o processo de **homologação** previsto na legislação de telecomunicações.

Essa lacuna do Código Penal tem feito disparar o mercado dos telefones piratas. Segundo dados da consultoria IDC, divulgados pelo jornal O Globo, 2,7 milhões de smartphones devem ser comercializados no mercado paralelo neste ano, o que significa mais que o triplo do ano passado.

O contrabando significa perda de impostos para o Estado, vulnerabilidade técnica às redes de telecomunicação e possível risco à saúde dos cidadãos.

Demais disso, a importação de aparelhos de telefonia celular não certificados acaba por ludibriar os consumidores. Com essas considerações, conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**

ca2019-11948

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 5457 de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
 - artigo 334-
- Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações - 9472/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9472>
 - inciso XIII do artigo 19





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5458, DE 2019

Inscribe o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior, no Livro dos Heróis da Pátria.

AUTORIA: Senador Major Olimpio (PSL/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Major Olimpio

PROJETO DE LEI Nº DE 2019

*Inscreve o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior,
no Livro dos Heróis da Pátria.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, o nome do Capitão Alberto Mendes Júnior, Herói e Patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido aos 24 de janeiro de 1947, em São Paulo, Alberto Mendes Júnior era filho de Alberto Mendes e Dona Angelina Plácido Mendes.

Desde cedo o garoto Alberto manifestava o seu desejo de ingressar na Força Pública, da qual, pela voz de seus tios, só bem ouvia falar, fazendo crescer em tamanho e idade aquele ideal em sua mente.

O convívio sadio da família desenvolveu o caráter firme e a excelente formação moral. Filho extremoso, só deu aos seus pais alegrias e satisfação, mantendo sempre apego à família, "Célula Mater" de toda uma Nação.

Ao terminar o ginásio, pôde realizar o sonho de criança, entrar para a então Força Pública, hoje a Polícia Militar do Estado de São Paulo.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olímpio

Em 15 de fevereiro de 1965 foi alistado nas fileiras da Corporação, por haver sido aprovado em todos os exames e conseguindo classificar-se no concurso para ingresso no Curso Preparatório de Formação de Oficiais.

Quatro anos e dois meses após, concluído o Curso de Formação de Oficiais, em 21 de abril de 1969, foi declarado Aspirante a Oficial aos 22 anos de idade.

Em 02 de julho de 1969, foi apresentado ao 15º BP, lá classificado por efeito de promoção. Em 15 de novembro de 1969 foi promovido por merecimento intelectual ao posto de 2º Tenente, permanecendo naquela Unidade.

Em 06 de fevereiro de 1970, foi apresentado ao 1º BP "TOBIAS DE AGUIAR", logo quando da sua chegada, já se entrosou perfeitamente ao convívio de seus novos companheiros.

De espírito jovial e alegre captou desde o começo a amizade de todos aqueles com que teve a oportunidade de privar.

Era o alegre "PORTUGUÊS", como era chamado por seus colegas, sempre sorridente, dedicava-se com denodo esforço ao serviço, desempenhando sempre com brio as missões que lhe eram confiadas.

Em fins de abril de 1970 era descoberto um foco de terroristas no Litoral Sul.

Tropas do Exército Brasileiro, da Força Aérea, Marinha e Polícia Militar do Estado de São Paulo, deslocaram-se para aquela região.

Foi o 1º BP "TOBIAS DE AGUIAR" designado pelo Comando Geral da Polícia Militar, para prestar apoio à Tropa da Companhia Independente com sede na Cidade de Registro.

Para lá seguiu o então Tenente Alberto Mendes Júnior, no comando de um pelotão, juntamente a outro efetivo comandado por outro Oficial, todos sob comando do Capitão Carlos de Carvalho.



SF/19483.00251-76



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olimpio

Após uma semana naquela cidade, recebeu o Capitão ordens para regressar com um dos pelotões para São Paulo, deixando em Registro apenas um, comandado por um dos Oficiais.

O Tenente Alberto Mendes Júnior apresentou-se e solicitou para que permanecesse, demonstrando mais uma vez sua dedicação ao serviço.

Na noite de 08 de maio de 1970, aproximadamente às 21:00h, os terroristas atacaram de surpresa um dos postos da Guarda que era feita por homens pertencentes ao pelotão, localizado próximo a Sete Barras/SP.

Tomando conhecimento do fato, o Tenente Alberto Mendes Júnior dirigiu-se ao local para prestar socorros aos seus comandados, porém, não sabia que caminhava para uma emboscada que havia sido preparada pelos terroristas.

Prendendo oito integrantes do pelotão, eles aguardavam a sua chegada.

Emboscado, com inferioridade em homens e armas, estando cercado por todos os lados, foi atirado aquele jovem num dilema: ou cessavam o fogo, ou entregava-se sozinho, ou morreriam todos.

Evitando o sacrifício dos seus comandados, falou mais alto o espírito de herói; entregava-se o Oficial para salvar a vida de seus comandados, porque era um líder; entregava-se por que era perfeito chefe consciente de suas responsabilidades.

O capitão Alberto Mendes Júnior faleceu jovem, aos 27 anos. Ele foi executado a coronhadas no dia 10 de maio 1970, pelo grupo de terroristas liderados pelo desertor do exército Carlos Lamarca, e que eram oposicionistas do governo federal, na época.

Depois de morto, em maio, seu corpo foi apenas encontrado em 09 de setembro do mesmo ano, através de longas buscas levadas a efeito por indicações de um dos terroristas preso.



SF/19483.00251-76



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olimpio

O Capitão Alberto Mendes Júnior tinha dois filhos pequenos. Foi sepultado com honras militares em 11 de setembro de 1970, velado na sede do Batalhão "TOBIAS DE AGUIAR", seguindo seu enterro para o Cemitério do Araçá, onde calculou-se o acompanhamento de aproximadamente 100 mil pessoas. Sua missa de 7º dia reuniu mais de 6.000 pessoas.

Alberto Mendes Júnior foi promovido postumamente a Capitão. Anos depois, por força da Lei Estadual de São Paulo nº 13.026/2008, o 10 de maio foi declarado Dia do Herói Policial Militar. Desde então, o jardim do seu Batalhão abriga uma estátua de bronze talhada em alto-relevo num mural de mármore, para que o exemplo dele permaneça vivo na memória desta Nação que lhe é eternamente grata.

Cabe ressaltar, que a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição e nomes no Livro dos Heróis da Pátria, estabelece que o Livro “destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. “.

Assim, rogo o apoio dos pares que aprovemos esse importante projeto que visa dar o justo e real reconhecimento à memória de um dos grandes Heróis não só da Polícia Militar, mas do Brasil, que entregou sua vida na defesa dos seus pares, da Nação e de seus ideais.

Sala das Sessões, em de de 2019

Senador MAJOR OLIMPIO**PSL/SP**

SF/19483.00251-76



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.597, de 29 de Novembro de 2007 - LEI-11597-2007-11-29 - 11597/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11597>



O Projeto de Lei nº 5458, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5459, DE 2019

Dispõe sobre as normas gerais relativas a realização de concursos públicos.

AUTORIA: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre as normas gerais relativas a
realização de concursos públicos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Das Normas Gerais

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais sobre a realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º A realização de concurso público, em todas as suas fases, exige observância estrita, pelo Poder Público e pelas entidades por ele contratadas para essa finalidade, dos princípios constitucionais expressos e reconhecidos impostos à administração pública, especialmente:

- I – publicidade;
- II – seletividade;
- III – competitividade;
- IV – impessoalidade;
- V – acessibilidade;
- VI – eficiência;





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

VII – razoabilidade;

VIII – legalidade.

Art. 3º À banca realizadora do concurso é obrigatório o fornecimento ao interessado, a requerimento escrito deste e no prazo de dez dias contados de seu recebimento, de informação, esclarecimento ou certidão de ato ou omissão relativos a qualquer fase do concurso.

§ 1º O atendimento do requerimento de que trata este artigo configura ato de autoridade pública para todos os fins.

§ 2º Configura ilícito administrativo grave, sem prejuízo do disposto no art. 77 desta Lei:

I – a negativa de prestação da informação, esclarecimento ou certidão requeridos, ou o não atendimento no prazo previsto no *caput* deste artigo;

II – o atendimento incompleto, intempestivo ou não esclarecedor do requerimento referido no *caput* deste artigo;

III – a prestação de informações ou a expedição de certidão falsas.

Art. 4º Estão proibidos de atuar, direta ou indiretamente, nas provas em que haja identificação do candidato, seu cônjuge, companheiro ou companheira, e parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, inclusive, ou por adoção.

Parágrafo único. O descumprimento da proibição contida no *caput* deste artigo acarretará a imediata anulação da prova do candidato, independentemente de demonstração de favorecimento ou qualquer outro benefício àquele.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 5º Todos os atos relativos ao concurso público são passíveis de exame e decisão judicial, especialmente:

I – os que configurem erro material do edital ou seu descumprimento;

II – os que configurem lesão ou ameaça de lesão a direito do candidato ou a norma constitucional, principalmente por inexatidão técnica, ambigüidade ou imprecisão na identificação dos conteúdos a serem examinados e nos procedimentos em face da banca;

III – os que configurem discriminação ilegítima com base em idade, sexo, orientação sexual, estado civil, condição física, deficiência, cor da pele, naturalidade, proveniência ou moradia;

IV – os que veiculem critérios de correção de prova ou de recurso à correção de prova;

V – os lesivos dos princípios indicados no art. 2º desta Lei;

VI – os decisórios de recursos administrativos impetrados contra gabarito oficial.

§ 1º Considera-se ilegal, lesivo a direito líquido e certo do candidato regularmente inscrito e passível de revisão judicial, o gabarito de questão objetiva ou discursiva, o critério de avaliação de prova oral e o critério técnico de prova prática que seja manifestamente contrário ao conhecimento jurídico assentado por jurisprudência de Tribunal Superior ou do Supremo Tribunal Federal ou à doutrina predominante ou ao conhecimento técnico notório relativo à matéria.

§ 2º A alteração, por decisão judicial, de um gabarito de correção ou avaliação impõe necessariamente a atribuição da pontuação da questão ou da prova a todos os candidatos que tenham adotado a resposta, decisão ou conduta assentada jurisdicionalmente.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

§ 3º A anulação de questão ou de avaliação implica a atribuição da pontuação a ela referente a todos os candidatos regularmente inscritos.

§ 4º No caso de prova oral ou técnica, a anulação da correção ou de critério de correção determina nova avaliação.

Art. 6º A instituição organizadora e realizadora do concurso público deve ser selecionada preferencialmente por licitação.

§ 1º O Poder Público contratante, por decisão fundamentada do órgão colegiado responsável pela gestão dos atos relativos ao concurso público, inabilitará a instituição contra a qual estejam documentados atos, fatos e omissões que tenham inviabilizado ou onerado excessivamente concurso público que tenha organizado, comprometido a sua realização ou normalidade, levado à anulação de fase ou prova ou que, de qualquer forma, tenham comprometido a eficiência, a normalidade, a seletividade, o sigilo e o desenvolvimento do concurso público.

§ 2º O Poder Público contratante acompanhará e fiscalizará todo o procedimento seletivo, em todas as suas fases, não excluindo nem reduzindo tal competência a responsabilidade objetiva da instituição organizadora.

Do Edital

Art. 7º O edital é vinculante da atuação da administração pública e de cumprimento obrigatório, devendo ser redigido de forma clara e objetiva, de maneira a possibilitar a perfeita compreensão de seu conteúdo pelo pretendente ao cargo ou cargos oferecidos.

§ 1º A publicidade do edital, realizada também pela imprensa, atenderá às características dos cargos oferecidos e o interesse da administração, buscando a máxima divulgação e o incremento da competitividade.

§ 2º O âmbito mínimo da publicidade do edital é:



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

- I – para cargos federais, nacional;
- II – para cargos estaduais, a área do respectivo Estado;
- III – para cargos distritais, a área do Distrito Federal;
- IV – para cargos municipais, a área do respectivo Município.

§ 3º É nula de pleno direito, sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil e penal dos responsáveis, a publicidade dirigida, restrita, simulada ou fraudada, inclusive edições extras de diários oficiais ou edições especiais ou limitadas de jornais ou mídia impressa de circulação local.

§ 4º O conteúdo mínimo do edital, sob pena de nulidade, é composto de:

- I – identificação da banca realizadora do certame e do órgão que a promove;
- II – identificação do cargo, suas atribuições, qualificação profissional exigida, quantidade de vagas e valor total dos vencimentos;
- III – indicação do nível de escolaridade exigido para a posse no cargo;
- IV – indicação do local e órgão de lotação dos aprovados;
- V – indicação precisa dos locais e procedimentos de inscrição, bem como das formalidades confirmatórias desta;
- VI – indicação da participação da nota de cada prova na formação da nota final do candidato;
- VII – indicação precisa das matérias correspondentes ao conteúdo de cada prova, com utilização de pontuação e redação que permitam a perfeita determinação do conteúdo a ser examinado;





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

VIII – indicação das datas e locais da realização das provas;

IX – indicação da matéria objeto de cada prova, de forma clara e objetiva, de forma a permitir a imediata e perfeita compreensão do conteúdo programático exigido;

X – regulamentação dos mecanismos de divulgação dos resultados, com datas, locais e horários;

XI – regulamentação precisa do processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento de resultados de recursos;

XII – fixação do prazo inicial de validade do concurso e da possibilidade, ou não, de sua prorrogação.

XIII – indicação do cronograma dos trabalhos da banca examinadora, com referência expressa às datas relativas aos atos principais.

§ 5º Se o edital indicar a bibliografia a ser usada como referência pela banca, ficará esta vinculada àquelas obras, cujo conteúdo admitido será o das edições mais recentes.

§ 6º A não indicação de bibliografia, ou sua indicação apenas sugestiva, obriga a banca examinadora a aceitar, como critério de correção, as posições técnicas, doutrinárias, teóricas e jurisprudenciais dominantes relativamente aos temas abordados.

§ 7º No caso de previsão de prova discursiva, o edital deverá conter, de forma objetiva, o tema ou temas possíveis, os limites da redação, em linhas, e os critérios de correção e atribuição de pontos.

§ 8º A realização de provas físicas exige a indicação do tipo de prova, das técnicas admitidas e do desempenho mínimo.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

§ 9º A realização de provas de conhecimentos práticos em máquinas, aparelhos ou instrumentos deverá indicar objetivamente os tipos e modelos a serem utilizados.

§ 10. No caso de diversidade de provas, o edital deverá indicar, de forma objetiva, as eliminatórias e as classificatórias.

§ 11. A prova de títulos é classificatória, não podendo atribuir pontos totais superiores a 30% (trinta por cento) do total possível nas provas de conhecimento, e sua realização exige identificação expressa dos títulos aceitáveis e respectivas pontuações, vedadas a aceitação de títulos que não guardem relação com as atribuições do cargo em disputa e a atribuição, nessa prova, de pontos por tempo de serviço em determinada entidade.

§ 12. A fixação de idade máxima é permitida apenas nos casos em que o desempenho normal das funções do cargo exija condição etária determinada, sendo vedada a previsão de idade inferior à apresentada por servidores na ativa lotados em cargos iguais aos oferecidos no certame.

§ 13. A escolaridade mínima e a qualificação profissional deverão ser comprovadas no ato de posse no cargo público, vedada a exigência de comprovação no ato de inscrição no concurso.

§ 14. É vedada a exigência, como requisito de inscrição, de determinada naturalidade ou de residência em determinado local ou área.

§ 15. É admitido o condicionamento de correção de prova de determinada etapa à aprovação em etapa anterior.

§ 16. A discriminação por sexo, por estado civil, por idade, por condição familiar ou por características físicas exige relação objetivamente demonstrável da impossibilidade de aproveitamento dos excluídos.

Art. 8º A alteração de qualquer dispositivo do edital precisa ser fundamentada expressa e objetivamente e obriga a divulgação, com



SF/19124.95163-90



00100.155066/2019-26
SF/19124.95163-90

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

destaque, das mudanças nos mesmos veículos e nos mesmos moldes pelos quais foi feita a divulgação do edital.

§ 1º Os prazos, providências e atos previstos no edital tomarão como referência a data da publicação oficial da última alteração dos termos do edital.

§ 2º É vedada a veiculação de alteração editalícia em edição especial, extraordinária ou de circulação restrita ou dirigida de veículo de publicidade oficial.

§ 3º É vedada qualquer alteração nos termos do edital nos trinta dias que antecedem a realização da primeira prova.

Art. 9º O edital deverá ser publicado no veículo impresso oficial da entidade interessada e no respectivo sítio oficial da Internet, com antecedência mínima de sessenta dias da data da realização da primeira prova.

Art. 10. O cancelamento de concurso público com edital já publicado exige fundamentação objetiva, expressa e razoável, amplamente divulgada, e sujeita o órgão responsável à indenização por prejuízos comprovadamente causados aos candidatos.

Da Inscrição

Art. 11. A formalização da inscrição no concurso depende da satisfação completa dos requisitos exigidos no edital.

Parágrafo único. É vedada a inscrição condicional.

Art. 12. A inscrição por procuração exige a constituição formal de procurador com poderes específicos, em documento com fé pública.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Parágrafo único. A inscrição por via informatizada impõe a adoção de processos de controle, de segurança do procedimento e de proteção contra fraude.

Art. 13. O estabelecimento do valor da taxa de inscrição levará em conta o nível remuneratório do cargo em disputa, a escolaridade exigida e o número de fases e de provas do certame.

§ 1º No caso de edital relativo a vários cargos, os valores de inscrição serão fixados relativamente a cada um deles.

§ 2º A devolução do valor relativo à inscrição é assegurada:

I – no caso de anulação do concurso, por qualquer causa;

II – no caso de ato desconforme esta lei ou edital, desde que redunde em prejuízo direto ao candidato ou excessiva onerosidade a este quanto à realização da prova.

§ 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, nos concursos que promoverem, instituir situações de isenções de taxas de inscrição.

Art. 14. As inscrições deverão ser recebidas em locais de fácil acesso, das 7h30min às 20h, ininterruptamente, devendo os postos de recebimento de inscrição estar localizados de forma a cobrir, da melhor maneira possível, a área geográfica:

I – do Município, no caso de concurso para cargo público municipal;

II – do Estado, em caso de concurso para cargo público estadual;

III – do Distrito Federal, em caso de concurso para cargo público distrital;





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

IV – do Brasil, em caso de concurso público para cargo público federal.

Parágrafo único. É facultado aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal estabelecerem postos de inscrição em locais situados fora da sua área territorial.

Art. 15. No caso de expedição de cartão confirmatório de inscrição, a banca dará preferência à remessa por via postal para o endereço do candidato.

Parágrafo único. A retirada do cartão confirmatório de inscrição poderá ser feita por procuração.

Art. 16. Será nula de pleno direito a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso para inscrição, ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

Art. 17. O procedimento de inscrição não poderá ser composto de providência vexatória, gravosa ou de difícil realização pelo candidato.

Art. 18. A possibilidade de participação de candidato estrangeiro, seus requisitos e procedimentos de inscrição e cargos de disputa possível a esse serão regulados em lei.

Da Elaboração das Provas

Art. 19. As provas serão elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a possibilitar ao candidato a compreensão do tema dado a julgamento, a partir do estabelecimento do padrão de compreensão médio do candidato e considerado o nível de escolaridade e técnico dos cargos em disputa.

§ 1º As provas relativas a matéria jurídica, a critério da banca, poderão conter variações de redação que exijam do candidato análise de



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

conteúdo e inteligência completa da questão, sendo admitida a utilização de vocabulário técnico-jurídico e da estilística forense.

§ 2º Nas provas de português é vedado o uso de nomenclatura técnica em desuso ou rara, devendo a banca utilizar a terminologia ordinária do padrão da língua culta.

§ 3º Serão anuladas:

- I – as questões redigidas de maneira obscura ou dúbia;
- II – as questões cuja redação admita mais de uma interpretação;
- III – as questões com erro gramatical.

§ 4º Nas provas de matéria técnica, a redação das questões poderá utilizar terminologia e redação próprias do ramo do conhecimento respectivo, sempre formuladas objetivamente.

Art. 20. A banca realizadora do concurso é responsável pelo sigilo das provas, respondendo administrativa, civil e criminalmente por atos ou omissões que possam divulgar ou propiciar a divulgação de provas, questões ou parte delas.

Art. 21. O nível de dificuldade das questões será definido pela banca realizadora do concurso, ouvido o órgão que o promove, a partir da complexidade das funções relativas ao cargo em disputa.

Da Aplicação das Provas

Art. 22. É vedada a sujeição do candidato à identificação papiloscópica ou a qualquer outro processo de reconhecimento gravoso ou vexatório, sob pena de reparação financeira por danos morais e à imagem, exceto quando houver fundadas suspeitas sobre sua identidade.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Parágrafo único. A garantia da lisura e regularidade do concurso público é atribuição da banca organizadora, que responderá objetivamente por ocorrências que o comprometam, tanto perante o órgão que o promove quanto perante candidatos eventualmente lesados.

Art. 23. A banca definirá claramente, no edital, os materiais, objetos, instrumentos e papéis cuja posse será tolerada no local da prova.

Parágrafo único. A infração, pelo candidato ou alguém em seu nome ou interesse, das proibições de que trata este artigo implicará a eliminação do concurso.

Art. 24. O local da realização das provas deverá contar com:

I – sala especial para candidatos que alegarem convicção religiosa impeditiva do enfrentamento das provas no horário determinado pelo edital;

II – vias de acesso próprias para deficientes físicos;

III – condições ambientais e instalações que não impliquem excessivo desgaste físico ou mental ao candidato ou lhe prejudique a concentração;

IV – serviço de atendimento médico de emergência.

Da Correção das Provas

Art. 25. É assegurado o acesso ao Judiciário para a discussão de critério de correção de prova utilizado pela banca elaboradora.

Art. 26. A correção das provas de matéria jurídica utilizará como critério vinculante da banca, sucessivamente:

SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

I – a jurisprudência, súmulas e súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal;

II – a jurisprudência e súmulas dos Tribunais Superiores;

III – a jurisprudência dos Tribunais de 2º grau;

IV – a posições doutrinárias dominantes sobre o tema.

§ 1º É vedada a adoção de critérios de correção baseado em posições doutrinárias isoladas, não consolidadas ou negadas pela parcela majoritária da doutrina.

§ 2º A legislação de referência a ser considerada será a vigente na data da primeira publicação do edital.

Art. 27. A correção das provas de língua portuguesa e de inteligência de texto utilizará elementos e denominações técnicas usuais, segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, sendo vedado o uso de terminologia rara, abandonada ou superada.

Art. 28. A correção da prova de informática utilizará denominações e sistemas disponíveis na versão mais atualizada dos programas e sistemas indicados no edital.

Art. 29. A correção das provas relativas a regimentos internos, leis orgânicas e legislação interna de órgãos estatais utilizará como referência a versão dessas normas vigente na data da primeira publicação do edital.

Art. 30. A correção das provas relativas à língua estrangeira utilizará os critérios redacionais, estruturais e gramaticais geralmente aceitos.

Art. 31. A critério da banca, e de acordo com essa, poderá ser utilizada fórmula de contagem de pontos que imponha a anulação de questões corretas por questões erradas.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Parágrafo único. A fórmula de cálculo das notas principais e final deverá estar claramente identificada e explicada.

Das Provas Objetivas

Art. 32. As provas objetivas serão elaboradas de forma a se aferir, pela resposta do candidato, o efetivo conhecimento da matéria sob examinação, vedadas formulações cuja dificuldade se constitua, exclusiva ou predominantemente, na inteligência da assertiva, exceto no caso de prova específica dessa área de conhecimento.

Art. 33. A elaboração das questões relativas às provas objetivas dará preferência ao raciocínio do candidato.

Das Provas Discursivas

Art. 34. É atribuição da banca examinadora a definição do número de questões discursivas, do espaço da resposta, em linhas, e da pontuação das questões.

Art. 35. A correção das respostas será feita por, pelo menos, dois examinadores, sendo a nota final a média dos dois resultados.

Art. 36. A avaliação das respostas às questões discursivas deverá ser feita sobre tábua objetiva de correção, onde estejam indicados, pelo menos:

- I – os temas de abordagem necessária;
- II – a pontuação a eles relativa;
- III – o critério de atribuição de nota final da questão;
- IV – as razões de perda de pontos pelo candidato.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 37. É assegurado ao candidato, após a divulgação oficial do resultado, o conhecimento, acesso e esclarecimento dos critérios de pontuação da sua prova, desde que o requeira por escrito no prazo para isso aberto pelo edital.

Das Provas Físicas

Art. 38. A realização de prova física em concurso público exige previsão objetiva no edital.

Parágrafo único. O edital deverá especificar performances mínimas diferenciadas para homens e mulheres.

Art. 39. Candidata grávida poderá, desde que o requeira, realizar a prova física cento e vinte dias após o parto ou o fim do período gestacional, sem prejuízo da participação nas demais fases do concurso.

Art. 40. A prova física é eliminatória e não será repetida, exceto se essa possibilidade estiver prevista no edital.

Art. 41. Os desempenhos mínimos serão fixados tendo como parâmetro a condição física ideal para o desempenho satisfatório das funções do cargo.

Art. 42. O único elemento discriminatório para fins de avaliação do desempenho físico mínimo é o referido no parágrafo único do art. 38.

Das Provas Práticas

Art. 43. A realização de provas de habilidade prática exige o fornecimento, a todos os candidatos, de idêntico equipamento ou instrumento, em condições de funcionamento ideais, vedadas as variações de marcas, modelos ou operacionalidade.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 44. O desempenho do candidato será julgado por especialistas, em grupo, por escrito e fundamentadamente.

Art. 45. As provas de habilidade prática deverão ser realizadas no mesmo dia, sem interrupções, até que todos os candidatos tenham sido examinados.

Art. 46. O equipamento, material ou instrumento utilizado deverá necessariamente guardar relação direta com aquele a que sujeito o candidato aprovado, no exercício das funções do cargo.

Art. 47. O edital deverá informar sobre o equipamento, material ou instrumento que será utilizado, de forma objetiva, com indicação, se for o caso, da marca, modelo e tipo e de todas as informações necessárias à sua individualização.

Das Provas Psicotécnicas

Art. 48. Os exames psicotécnicos são exigíveis desde que haja lei que expressamente os preveja, devendo ser comprovada a necessidade da avaliação.

Parágrafo único. Exceto em relação a cargos cujas funções exijam determinado perfil psicológico, principalmente os relativos às carreiras policiais, e nos casos de comprovada inaptidão, os exames de que trata este artigo não serão eliminatórios, compondo apenas especialização da avaliação física do candidato.

Art. 49. A realização de examinação psicotécnica levará em conta as funções do cargo e as condições psicológicas ideais para o seu exercício.

Art. 50. A avaliação será realizada por junta médica composta por pelo menos três especialistas, vedada a submissão, a qualquer título ou sob qualquer circunstância, à examinação por um único avaliador.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 51. Todos os resultados deverão ser objetiva e tecnicamente fundamentados.

Parágrafo único. É assegurado ao candidato o acesso e conhecimento, mediante requerimento escrito, da própria avaliação e dos critérios utilizados pela junta, cuja decisão é recorrível, inclusive ao Judiciário.

Art. 52. A avaliação psicotécnica por entrevista, quando necessária, será necessariamente realizada por junta composta por pelo menos três especialistas.

Art. 53. Nos testes escritos, somente serão utilizadas técnicas reconhecidas de avaliação comportamental, de quociente intelectual e perfil psicológico, devendo ser considerados os desvios aceitáveis.

Art. 54. Não serão considerados resultados de exames psicotécnicos a que submetido o candidato em outro concurso, ainda que recente.

Das Provas Orais

Art. 55. As provas orais deverão ser realizadas por banca formada por especialistas reconhecidos.

Art. 56. É vedada a participação, na banca, de cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos ou afins até segundo grau, inclusive, do candidato a ser examinado.

Art. 57. A avaliação do candidato será obrigatoriamente fundamentada, com demonstração objetiva da correção ou incorreção da resposta e da sustentação, sendo vedada a análise sucinta.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 58. A arguição do candidato deverá ser filmada e gravada, ficando as gravações à disposição do interessado, em cópia não editada, para fins de contestação do resultado.

Dos Recursos

Art. 59. Todas as provas de concurso público são recorríveis administrativamente, sendo considerada sem efeito qualquer previsão editalícia que impeça ou obstaculize a interposição de recursos.

Parágrafo único. O pedido de vista da própria prova, formulado por candidato ou por procurador, é de deferimento obrigatório.

Art. 60. Para fins de instrução de recursos, a banca é obrigada a entregar ao candidato, ao final da prova, o caderno de questões e cópia autêntica do gabarito de respostas.

Art. 61. Não serão aceitos recursos sem fundamentação técnica ampla, meramente protelatórios ou que não guardem relação com a matéria em debate.

Art. 62. O profissional responsável pela elaboração da questão objeto do recurso ou do gabarito oficial fica impedido de examinar, mesmo que acessoriamente, o recurso interposto e as suas razões.

Art. 63. Os recursos apresentados a cada prova, ou a cada fase do concurso, deverão estar julgados em até quinze dias a contar do encerramento do prazo de recebimento.

Art. 64. O prazo para a interposição de recursos não pode ser inferior a três dias úteis.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 65. A decisão sobre o recurso, especialmente a indeferitória, exige ampla, objetiva e fundamentada sustentação, vedadas decisões que se limitem à remissão exclusiva a autor, teoria, corrente doutrinária, prática ou à alegação vazia, obscura, lacônica ou imprecisa.

Art. 66. É assegurado ao candidato o direito de examinar as razões do indeferimento de recurso por ele impetrado, bem como o fornecimento de certidão, em inteiro teor, da decisão e seu fundamento.

Art. 67. A anulação de questão aproveita a todos os candidatos que se submeteram regularmente ao certame.

Art. 68. A alteração de gabarito impõe a revisão geral de notas e resultados, devendo ser obrigatoriamente desconsiderada a resposta alterada.

Dos Candidatos Aprovados

Art. 69. Os candidatos aprovados no concurso são detentores de direito líquido e certo à nomeação, se situados no número de vagas oferecidas e durante o prazo de validade do concurso.

§ 1º A administração pública é obrigada a nomear os aprovados até o número de vagas oferecido pelo edital, no prazo de validade deste.

§ 2º Os aprovados em número excedente ao de vagas tem expectativa de direito à nomeação, limitada ao prazo de validade do concurso, inicial ou prorrogado.

§ 3º As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem de classificação, sendo nula a investidura com preterição.

Art. 70. A realização de novo concurso público no prazo de validade de certame anterior para o mesmo cargo ou cargos obriga a





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

convocação dos aprovados neste e constantes de relação homologada pelo órgão.

Parágrafo único. A convocação para posse dos aprovados no novo certame fica condicionada ao que dispõe o *caput* deste artigo.

Art. 71. É expressamente vedado à administração pública contratar ou nomear para cargos de funções iguais ou assemelhadas aos descritos em edital de concurso público realizado e homologado, durante a validade deste, mesmo que temporariamente, qualquer pessoa que não tenha sido aprovada do referido processo seletivo.

Parágrafo único. A vedação contida neste artigo alcança a contratação de terceirizados.

Art. 72. A lotação do candidato convocado para a posse será, salvo disposição editalícia em contrário, a definida pela administração.

Parágrafo único. A lotação preservará, tanto quanto possível, a integridade do núcleo familiar do candidato, atendidas as condições gerais de lotação, a distribuição física das vagas e a necessidade do órgão.

Art. 73. No exame de saúde do candidato convocado para a posse somente poderão ser consideradas como inabilitadoras as condições físicas ou psíquicas que impeçam o exercício normal das funções do cargo.

Parágrafo único. O Poder Público deverá editar norma que identifique, com objetividade e padrão científico, as condições mínimas de desempenho das funções físicas para o exercício normas das atribuições do cargo, especialmente quanto:

- I – às deficiências auditivas;
- II – às deficiências visuais;
- III – às deficiências do aparelho locomotor;



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

IV – às deficiências orais;

V – às doenças contagiosas, não contagiosas ou de contágio não possível no ambiente e condições normais de trabalho.

Art. 74. A malformação de membro ou estrutura corporal não é, por si só, inabilitadora da posse e exercício do candidato, exigindo demonstração objetiva da incapacitação para as funções do cargo.

Da Vida Pgressa

Art. 75. A pesquisa da conduta social e ética e da vida pregressa do candidato, quando necessária, será realizada pela banca ou pelo órgão promotor do concurso público, e visa ao levantamento de indicações de comportamento e histórico pessoal a serem utilizados como elementos de formação de juízo sobre a aptidão do candidato ao cargo.

Art. 76. A coleta de dados relativos à vida social e história pessoal do candidato prescinde de autorização expressa deste, sendo presumida do ato de inscrição no concurso, desde que esse procedimento esteja expressamente citado no edital.

Parágrafo único. Sempre que entender necessário, a banca ou o órgão abrirá ao candidato prazo razoável para que este se pronuncie sobre elemento ou dado colhidos, de importância para as conclusões.

Art. 77. É assegurado ao candidato o acesso, por meio de requerimento escrito, às razões e elementos de sua inabilitação nessa fase, sendo-lhe lícito produzir prova fundamentada, objetiva e cabal em contrário, por qualquer dos meios admitidos em Direito, e deduzir argumentos comprováveis, por ato próprio, contra a decisão, devendo a banca sobre eles se pronunciar no prazo máximo de vinte dias.

Dos Atos Contra o Concurso Público



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Art. 78. É considerado ato abusivo contra o concurso público e ilícito administrativo grave:

I – elaborar edital ou permitir que edital seja elaborado com discriminação inescusável de raça, sexo, idade, naturalidade, formação ou estado civil, ou cujas previsões restrinjam indevidamente e contra esta Lei a publicidade, a seletividade, a impessoalidade ou a competitividade do certame;

II – atentar contra a publicidade do edital, do concurso público ou de qualquer de suas fases;

III – violar ou permitir a violação do sigilo das provas do concurso público, por ato comissivo ou omissivo;

IV – impedir, de qualquer forma, a inscrição no concurso, a realização das provas, a interposição de recurso ou o acesso ao Judiciário;

V – beneficiar alguém com informação privilegiada relativa ao concurso público ou a qualquer de suas fases;

VI – beneficiar, de qualquer maneira, candidato inscrito no concurso público;

VII – inserir ou fazer inserir no edital qualquer cláusula, requisito ou exigência que impeça ou dificulte, de maneira ilegítima, a publicidade, a competitividade ou a seletividade do concurso público.

§ 1º Os acusados de atos referidos neste artigo responderão administrativamente, na forma da legislação aplicável aos servidores públicos, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

§ 2º A banca contratada responderá objetivamente perante a administração pública e perante os candidatos prejudicados, civil e



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

criminalmente, pelos atos que seus agentes, nessa qualidade, comentam contra esta Lei.

Das Disposições Gerais

Art. 79. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão regular, por leis e atos próprios, a realização de concursos públicos para cargos nas respectivas estruturas, desde que observadas estritamente as disposições desta Lei.

Art. 80. Nas regulamentações de detalhes e procedimentos relativos aos respectivos concursos públicos, as entidades federativas deverão preservar a integridade dos princípios constitucionais federais e locais aplicáveis à administração pública, especialmente os indicados no art. 2º desta Lei.

Art. 81. Aplicam-se as disposições materiais da proteção aos direitos do consumidor de serviços à relação jurídica estabelecida entre o candidato regularmente inscrito e a pessoa jurídica organizadora e realizadora do concurso público que tenha finalidade econômica.

Art. 82. Para assegurar o princípio do ineditismo e o controle público, as instituições organizadoras e realizadoras de concursos públicos deverão divulgar, em seus sítios na Internet, por tempo indeterminado, todas as provas objetivas, discursivas e orais que tenham realizado, acompanhadas dos gabaritos preliminares e definitivos, razões de modificação de gabarito, critérios de avaliação em provas orais e tratamento dos recursos apresentados.

Art. 83. Mediante prévia solicitação à instituição organizadora, é assegurado à candidata lactante o direito de levar acompanhante ao local das provas com a finalidade de cuidado e guarda da criança.

§ 1º A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário do fechamento dos portões, devendo permanecer, com





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

a criança, em sala própria a essa finalidade reservada, e próxima do local de aplicação das provas.

§ 2º A candidata lactante poderá ausentar-se da sala de prova em intervalos regulares e com acompanhamento, para amamentação, devendo ser-lhe assegurada a reposição do tempo dispendido com essa finalidade, até o limite de uma hora.

Art. 84. É da exclusiva responsabilidade do candidato:

I – a satisfação e, quando necessária, a sua comprovação, dos requisitos necessários à investidura no cargo público para o qual concorre;

II – a manutenção dos seus dados cadastrais, principalmente endereço, junto ao organizador do concurso e à entidade pública na qual sediado o cargo público em disputa.

Art. 85. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os aspectos relacionados à disciplina dos concursos públicos têm merecido muita atenção do Legislativo nos últimos anos, mormente em face das várias iniciativas detectadas, cujo objetivo é a fraude, pura e simples, desses processos seletivos.

Nesse quadro, multiplicaram-se iniciativas pontuais de parlamentares, pretendendo regular, em várias leis, aspectos isolados desse tema. Embora as soluções que vêm sendo apresentadas mereçam a atenção do Congresso Nacional, o tratamento tópico de questões bem específicas depõe, a nosso juízo, contra uma disciplina segura e definitiva da matéria.



SF/19124.95163-90





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Cremos na necessidade de uma abordagem sistemática, mais abrangente, para, numa única norma jurídica, hospedar a disciplina de todas essas questões e permitir um regramento objetivo, claro e funcional, que assegure a efetividade dos princípios constitucionais federais incidentes e também os interesses da administração pública e dos brasileiros que com tanta determinação se dedicam à busca de um cargo público.

Para tanto, produzimos esta proposição, que reproduz a jurisprudência mais recente sobre concursos públicos, principalmente produzida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, e que dá tratamento normativo a aspectos importantes nos processos seletivos.

O objetivo que buscamos é a eliminação definitiva das diversas frestas que vem sendo criadas e exploradas por pessoas dedicadas à burla sistemática dos princípios constitucionais orientadores da seleção pública, impessoal e técnica de futuros servidores públicos em todos os âmbitos da Federação brasileira.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA



SF/19124.95163-90



O Projeto de Lei nº 5459, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5460, DE 2019

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para autorizar a constituição de garantia de operações de crédito consignado a partir de recursos mantidos em planos de previdência complementar.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





1

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para autorizar a constituição de garantia de operações de crédito consignado a partir de recursos mantidos em planos de previdência complementar.



SF/19714.04325-18

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

.....

§ 5º

.....

III – até 100% (cem por cento) de seus recursos acumulados junto a entidade de previdência complementar.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com este Projeto, almejamos propiciar uma alternativa adicional ao trabalhador para o barateamento de crédito consignado. Ao permitir a disponibilização de crédito consignado lastreado em reservas acumuladas em planos de previdência complementar, a ideia é que trabalhadores que necessitem recursos de curto prazo possam alcançar crédito bancário com menor custo.



Ao mesmo tempo, a alternativa de crédito preserva o saque dos recursos acumulados pelo trabalhador em plano de previdência complementar, que são uma poupança de longo prazo.

No caso de o trabalhador ter acumulado recursos em um plano de previdência complementar, do tipo PGBL ou VGBL, o resgate antecipado dos recursos poupados em previdência complementar pode gerar graves repercussões sobre os incentivos tributários dessas linhas e, especialmente, sobre a segurança previdenciária das famílias no longo prazo.

Esses recursos de longo prazo devem ser preservados ao máximo. A constituição de incentivo a alternativas de *funding* de curto prazo, como ora apresentamos, trabalha nesse sentido, o que entendemos ser benéfico ao trabalhador.

Lembramos que, atualmente, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, em seu art. 84, já autoriza o participante de plano de previdência complementar a oferecer quotas de sua titularidade em fundos de investimento vinculados ao plano como garantia em operações de financiamento imobiliário.

Por sua vez, nossa proposição estende essa possibilidade de constituição de garantia pelo oferecimento dos recursos de previdência complementar para o crédito consignado, cujos recursos não possuem um direcionamento específico como o financiamento imobiliário, podendo assim atender necessidades de curto prazo do trabalhador.

A possibilidade de garantia de crédito consignado a partir dos recursos acumulados em planos de previdência privada, durante a fase de acumulação, mitigará o risco de inadimplência, permitindo substancial redução na composição das taxas de juros nas operações contratadas – o que se alinha com o conjunto de iniciativas que têm sido tomadas com o objetivo de redução do custo do crédito bancário no país.

Conto com o apoio dos ilustres Pares para aprovar este Projeto.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SERRA



SF/19714.04325-18



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.820, de 17 de Dezembro de 2003 - Lei do Crédito Consignado - 10820/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10820>
 - parágrafo 5º do artigo 1º
- Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 - Lei do Bem - 11196/05
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2005;11196>



O Projeto de Lei nº 5460, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5461, DE 2019

Transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União.

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As terras pertencentes à União passam ao domínio do Estado ou Distrito Federal no qual estão compreendidas.

Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VII, VIII, X e XI, do art. 20 da Constituição Federal, as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas e as áreas destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública e conservação ambiental.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Grandes áreas das terras públicas existentes nos territórios das Unidades da Federação estão sob domínio da União, realidade absolutamente incompatível com a extensão da autonomia político-administrativa com que deve contar um Estado-membro.

Trata-se, ademais, de situação que vem gerando graves problemas fundiários nos Estados e Distrito Federal, pois dificultam as regularizações e resultam no mau cumprimento da função social do imóvel rural.

O equacionamento do problema, que garantirá segurança jurídica e resultará no aumento do nível de emprego e da renda das populações das áreas envolvidas, está a exigir a edição de lei federal



prevendo a transferência das terras pertencentes à União ao domínio de cada Estado e Distrito Federal, excluindo, certamente, desse rol aquelas que a Constituição reserva ao Ente Federal, de forma similar ao que já foi feito para o Estado de Roraima, pela Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001.

Finalmente, para permitir que sejam tomadas, tempestivamente, as providências necessárias, fixa-se o prazo de noventa dias para a entrada em vigor da lei que irá resultar da Proposição.

Sala das Sessões,

Senador IRAJÁ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso II do artigo 20

- inciso III do artigo 20

- inciso IV do artigo 20

- inciso VII do artigo 20

- inciso VIII do artigo 20

- inciso X do artigo 20

- inciso XI do artigo 20

- Lei nº 10.304, de 5 de Novembro de 2001 - LEI-10304-2001-11-05 - 10304/01

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10304>



O Projeto de Lei nº 5461, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5462, DE 2019

Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





PROJETO DE LEI Nº , DE 2019
(Do Senador Jaques Wagner)

Dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e política de desenvolvimento sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados observarão o que estabelece o disposto nesta Lei, bem como a legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos remanescentes de vegetação nativa das fisionomias descritas no art. 2º, sem prejuízo da continuidade da exploração das áreas ocupadas por pastagens formadas por espécies exóticas, por culturas agrícolas e por florestas plantadas, ressalvada a recomposição ou regeneração da reserva legal, nos termos do disposto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Art. 2º O Bioma Cerrado abrange a unidade biótica delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formado, predominantemente, por vegetações savânicas da América do Sul, incluindo as fitofisionomias identificadas como cerradão, cerrado *stricto sensu*, campo cerrado, campo sujo, campo limpo, campo rupestre, brejo de altitude, mata galeria, vereda e floresta estacional decidual ou semidecidual, bem como os ecossistemas, a flora e a fauna a elas associados.

Parágrafo único. Considera-se, para os fins do disposto no “caput”:

I - cerradão: vegetação com fisionomia florestal em que a cobertura arbórea compõe dossel contínuo, com mais de 90% (noventa por cento) de cobertura da área do solo, com altura média entre 8 (oito) e 15 (quinze) metros, apresentando, eventualmente, árvores emergentes de maior altura;

II - cerrado “stricto sensu”: vegetação de estrato descontínuo, composta por árvores e arbustos geralmente tortuosos, com altura média entre 3 (três) e 6 (seis)





SF/19145.87150-24

metros, com cobertura arbórea de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento), e cobertura herbácea, no máximo, de 50% (cinquenta por cento) da área do solo;

III - campo cerrado: vegetação composta por cobertura herbácea superior a 50% (cinquenta por cento), e com cobertura arbórea de, no máximo, 20% (vinte por cento) da área do solo, com árvores tortuosas de espécies heliófitas, tolerantes a solos muito pobres e ácidos, com idênticas características e espécies encontradas no cerrado “stricto sensu”, porém, de menor porte, além de subarbustos e árvores com caules subterrâneos;

IV - campo: vegetação predominantemente herbácea e, eventualmente, com árvores no formato arbustivo, cuja paisagem é dominada principalmente por gramíneas e a vegetação lenhosa, quando existente, é esparsa.

Art. 3º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I – atividades de baixo impacto ambiental:

a) abertura de pequenas vias e suas pontes e pontilhões, para acesso de pessoas e animais e obtenção de água ou retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável;

b) implantação de instalações para captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber;

c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo;

d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro;

e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores;

f) construção e manutenção de cercas na propriedade;

g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável;

h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e para produção de mudas de espécies nativas, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos;

i) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente;

II – avaliação ambiental estratégica: modalidade de avaliação de impactos ambientais cujo objetivo é analisar os impactos potenciais de políticas, planos e programas governamentais, previamente à sua implantação, sobre as dimensões ecológica, econômica, social e cultural do ambiente, bem como propor





SF/19145.87150-24

alternativas técnicas e locacionais capazes de eliminar ou minimizar os impactos adversos e indicar medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos que não possam ser evitados;

III – interesse social:

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;

b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;

c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre, em áreas urbanas e rurais consolidadas;

d) implantação de escolas rurais;

e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta;

IV – utilidade pública:

a) atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

b) obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, energia e telecomunicações;

c) projetos de parcelamento urbano aprovados pelo Município;

d) atividades e obras de proteção e defesa civil;

e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, o Bioma Cerrado terá seus limites fixados no mapa de vegetação do Brasil elaborado pelo IBGE, e serão considerados os diferentes estágios sucessionais de regeneração das fisionomias que o integram, classificados em inicial, médio e avançado, a serem detalhados em ato do órgão ambiental competente.

§ 2º A caracterização dos estágios sucessionais das fisionomias do Bioma Cerrado levará em consideração:

I - o levantamento histórico de uso e ocupação da área nos últimos 10 (dez) anos;

II - o estudo da fauna silvestre, com lista das espécies ocorrentes.





SF/19145.87150-24

§ 3º As fisionomias, em qualquer estágio de regeneração do Bioma Cerrado, não perderão a sua classificação, independentemente da ocorrência de incêndios, desmatamento ou qualquer outro tipo de intervenção não autorizada.

§ 4º Verificada a existência de dois ou mais estágios de regeneração na mesma área objeto de análise, onde se constate a impossibilidade de individualização, será aplicado o critério correspondente ao estágio mais avançado.

Art. 4º Na proteção e no uso dos recursos ambientais do Bioma Cerrado serão observados os princípios da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, do provedor-recebedor, da participação social, do respeito ao direito de propriedade e à função socioambiental da propriedade, da transparência das informações e atos, da celeridade procedimental e da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais.

Art. 5º A proteção e o uso dos recursos ambientais do Bioma Cerrado garantirão:

I – a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico para as presentes e futuras gerações;

II – o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à sensibilização pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas;

III – o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico;

IV – o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico e a promoção da justiça social.

Art. 6º A Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado tem como fundamentos:

I – o desenvolvimento sustentável como mecanismo de compatibilização das atividades produtivas com a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social;

II – a interdependência entre a condução das atividades econômicas, a proteção ambiental e a manutenção da cultura dos povos do Cerrado;

III – a necessidade de consolidação de uma visão regional compartilhada sobre as potencialidades e oportunidades, bem como sobre os problemas e soluções existentes no Cerrado;





IV – o planejamento regional baseado em visão compartilhada sobre a realidade do bioma;

V – a recuperação ambiental ou aproveitamento econômico das áreas degradadas, como forma de minimizar a ocupação de áreas com vegetação nativa;

VI – a proteção dos corpos d'água e das áreas de recarga hídrica como meio de preservar a contribuição do Cerrado para a disponibilidade de água no País;

VII – a conservação da biomassa aérea e radicular da vegetação do Cerrado;

VIII – o reconhecimento da heterogeneidade do processo de ocupação territorial no bioma;

IX – a gestão integrada das áreas urbanas e rurais;

X – a valorização da cultura das comunidades tradicionais e dos povos indígenas do Cerrado;

XI – a participação social informada;

XII – a atuação articulada da União, dos Estados e dos Municípios na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável no Cerrado;

XIII – a interação entre o poder público e os organismos multilaterais internacionais e organizações não governamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável no Cerrado.

Art. 7º São diretrizes da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado:

I – o aprofundamento de pesquisas científicas a respeito das potencialidades e oportunidades, bem como dos problemas e soluções existentes no Cerrado;

II – a valorização dos produtos do Cerrado e o fortalecimento da cadeia produtiva desses produtos, para aumentar seu valor agregado, com vistas aos mercados local, regional, nacional e internacional;

III – a internalização dos custos ambientais aos custos de produção;

IV – a recuperação dos passivos ambiental e social e a ocupação prioritária de áreas degradadas;

V – a adoção de práticas e sistemas de produção sustentáveis, em todos os setores da atividade econômica;

VI – a observância de critérios socioambientais na concepção e na realização de investimentos em infraestrutura;





SF/19145.87150-24

VII – a ampliação gradativa do emprego de técnicas sustentáveis na agricultura familiar e empresarial, como a integração lavoura-pecuária, o manejo adequado de fertilizantes e o plantio direto, entre outras;

VIII – a substituição gradual das queimadas por soluções tecnológicas mais avançadas e ambientalmente corretas como modo de preparação da terra;

IX – o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades envolvidas na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável no Cerrado;

X – a formulação e implementação de políticas públicas voltadas especificamente para a zona de fronteira agrícola, com o objetivo de ampliar a presença do Estado.

Art. 8º A Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado tem por objetivos:

I – promover o desenvolvimento sustentável no Bioma, como mecanismo de compatibilização das atividades produtivas com a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social;

II – garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do Bioma;

III – valorizar a biodiversidade do Bioma e fomentar a sua proteção em áreas públicas e privadas;

IV – promover a preservação das nascentes, o uso racional dos recursos hídricos e sua conservação em qualidade e quantidade;

V – mitigar a emissão de gases de efeito estufa;

VI – combater a fragmentação de habitats;

VII – recuperar áreas degradadas e estimular a restauração ambiental;

VIII – garantir o exercício de atividades econômicas sustentáveis;

IX – conservar os solos e promover o bom manejo das áreas com atividade agropecuária;

X – promover a otimização dos processos de irrigação, com redução significativa do consumo e do desperdício de água;

XI – manter as diversidades social e ambiental e os processos ecológicos essenciais no Cerrado e nas áreas de transição para outros biomas;

XII – fomentar atividades agroextrativistas sustentáveis;

XIII – contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais;

XIV – possibilitar a ampliação da área destinada à criação de unidades de conservação da natureza, tanto de proteção integral como de uso sustentável;





SF/19145.87150-24

XV – contribuir para a regularização fundiária das unidades de conservação, das terras indígenas e das áreas de remanescentes de quilombos;

XVI – promover o contato harmônico com a natureza e o ecoturismo sustentável e estimular o turismo ecológico e rural;

XVII – incentivar a criação de instrumentos de gestão integrada do território no campo e nas cidades;

XVIII – disciplinar a ocupação do solo urbano e rural e estimular a diversificação e a sustentabilidade das atividades econômicas;

XIX – fomentar a pesquisa, especialmente o conhecimento da biodiversidade do Bioma, a bioprospecção e a manutenção de bancos de germoplasma das espécies nativas;

XX – valorizar, conservar e recuperar os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas do Bioma; e

XXI – fomentar a convivência harmônica com as comunidades indígenas, os quilombolas e demais populações tradicionais e promover sua cultura.

Art. 9º São instrumentos da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado:

I – os planos de ordenamento territorial e os zoneamentos agrícola e ecológico-econômico;

II – o mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa do Bioma;

III – a identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade;

IV – mecanismos de controle e eliminação de queimadas e incêndios florestais;

V – o sistema de monitoramento por satélite do desmatamento;

VI – a avaliação ambiental estratégica de políticas, planos e programas setoriais de desenvolvimento socioeconômico;

VII – a aplicação de tecnologias agropecuárias sustentáveis;

VIII – o estabelecimento e a avaliação periódica de indicadores de conservação e utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma.

IX – o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e a Reserva da Biosfera do Cerrado;

X – o Cadastro Ambiental Rural – CAR e os Programas de Regularização Ambiental – PRA;

XI – a assistência técnica aos produtores rurais, especialmente aos pequenos agricultores e às populações tradicionais;





SF/19145.87150-24

XII – a capacitação de agricultores e trabalhadores rurais na conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos hídricos;

XIII – a capacitação de agentes comunitários de proteção do cerrado;

XIV – a delimitação e implantação de corredores de biodiversidade;

XV – metas ou compromissos voluntários de redução das emissões de gases de efeito estufa;

XVI – metas quantitativas referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, ou outro índice que considere aspectos econômicos, ambientais e sociais do desenvolvimento;

XVII – incentivos econômicos às atividades sustentáveis, como incentivos fiscais, linhas de crédito especiais e pagamento por serviços ambientais, entre outros;

XVIII – pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e inovação tecnológica;

XIX – centros de pesquisa e documentação sobre o Bioma Cerrado;

XX – a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os programas de desenvolvimento regional;

XXI – os fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste – FCO, do Norte – FNO e do Nordeste – FNE;

XXII – o Programa de Extrativismo Sustentável do Cerrado e o Programa de Ecoturismo do Cerrado;

XXIII – a cooperação internacional.

Parágrafo único. As instituições financeiras e os bancos de investimento públicos criarão linhas de crédito especiais para as atividades de promoção do desenvolvimento sustentável na área de abrangência do Bioma Cerrado.

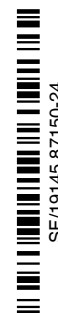
Art. 10 A Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado será implementada de modo articulado e integrado com outras políticas públicas, em especial as relacionadas a meio ambiente, mudança do clima, recursos hídricos, educação ambiental, agricultura sustentável, energia sustentável, merenda escolar e desenvolvimento social.

Art. 11 O corte e a supressão de vegetação nativa no Bioma Cerrado ficam vedados quando:

I – a vegetação:

a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, conforme declarado pelo órgão ambiental competente;





SF/19145.87150-24

b) exercer a função de proteção de mananciais e áreas de recarga de aquíferos ou de prevenção e controle de erosão;

c) formar corredores entre remanescentes de vegetação nativa primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, essenciais ao fluxo gênico de espécies;

d) proteger o entorno das unidades de conservação de proteção integral e apresentar função protetora da biota da área protegida conforme definido em plano de manejo;

e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos ambientais competentes; ou

f) estiver situada em áreas prioritárias para conservação, preservação e criação de unidades de conservação determinadas por estudos científicos oficiais ou delimitadas em atos do poder público.

II – o proprietário ou posseiro não cumprir dispositivos da legislação ambiental.

Parágrafo único. No caso da alínea “a” do inciso I do “caput” deste artigo, os órgãos competentes adotarão as medidas necessárias para proteger as espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção.

Art. 12 A supressão de vegetação no estágio inicial de regeneração para as fisionomias cerradão e cerrado “stricto sensu” e para as fisionomias campo cerrado e campo dependerá de prévia autorização do órgão ambiental competente e demais medidas de mitigação e compensação a serem definidas nos processos de licenciamento.

§ 1º A concessão de autorização para a supressão prevista no “caput” deste artigo ficará condicionada à comprovação da inexistência de ocupação irregular das áreas de preservação permanente e à existência da reserva legal na propriedade ou à comprovação de sua regularização na forma prevista na Lei nº 12.651, de 2012, no caso de imóveis rurais.

§ 2º A supressão de vegetação do Bioma Cerrado de que trata este artigo, nos Municípios com índice de cobertura vegetal nativa igual ou inferior a 5% (cinco por cento) de seu território, comprovado por mapeamento do órgão ambiental competente, seguirá o critério utilizado para os estágios médio e avançado de regeneração para as fisionomias cerradão e cerrado “stricto sensu”, ressalvadas as áreas urbanas.

Art. 13 A supressão de vegetação nos estágios médio e avançado de regeneração para as fisionomias cerradão e cerrado “stricto sensu” dependerá de





SF/19145.87150-24

prévia autorização do órgão ambiental competente e somente poderá ser autorizada, em caráter excepcional, quando necessária à realização de obras, projetos ou atividades de utilidade pública ou interesse social definidos nesta lei, com comprovação de inexistência de alternativa técnica e locacional para o fim pretendido, ressalvado o disposto no artigo 12 desta lei.

Parágrafo único. A autorização prevista no “caput” deste artigo estará condicionada à compensação ambiental, na forma de preservação de área equivalente a quatro vezes a área desmatada, em área ocupada por vegetação pertencente ao Bioma Cerrado, ou à recuperação ambiental de área equivalente a quatro vezes a área desmatada, na mesma bacia hidrográfica, preferencialmente na mesma microbacia.

Art. 14 Os remanescentes de vegetação do Bioma Cerrado, em qualquer de suas fisionomias, cuja supressão seja vedada em decorrência desta lei e que excedam o percentual destinado a compor a reserva legal do imóvel em que se localizam, poderão ser utilizados para a compensação de reserva legal de outros imóveis, nos termos previstos no inciso III do artigo 66 da Lei nº 12.651, de 2012.

Art. 15 Nas áreas urbanas, a supressão da vegetação do Bioma Cerrado para parcelamento do solo ou qualquer edificação, observado o disposto no plano diretor do Município e demais normas aplicáveis, dependerá de prévia autorização do órgão ambiental competente e deverá atender os seguintes requisitos:

I - preservação da vegetação nativa em área correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área da propriedade, ou de 35% (trinta e cinco por cento) se localizado na Amazônia Legal;

II - preservação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área do fragmento de vegetação nativa existente na propriedade, no caso de estágio inicial de regeneração, e de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área do fragmento de vegetação nativa existente na propriedade, no caso de estágio médio de regeneração, respeitado o disposto no inciso I;

III - averbação à margem da matrícula do imóvel correspondente da vegetação remanescente como área verde, sendo essa providência dispensada quando a área for inferior a 1.000 m² (mil metros quadrados).

Parágrafo único. Poderão ser incluídas nas áreas verdes as áreas de preservação permanente definidas na Lei nº 12.651, de 2012.

Art. 16. São livres a coleta de subprodutos de espécies nativas do Cerrado, tais como, cascas, frutos, folhas ou sementes, e as atividades de uso indireto, desde que não coloquem em risco as espécies da fauna e flora, observando-se as





SF/19145.87150-24

limitações legais específicas, em particular as relativas ao acesso ao patrimônio genético, à biossegurança e à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado.

Art. 17. O desenvolvimento de atividades agroextrativistas, dentro ou fora de unidades de conservação, não poderá comprometer a conservação dos ecossistemas explorados e das espécies nativas sujeitas à exploração.

Parágrafo único. Os órgãos competentes deverão prestar assistência aos povos e comunidades tradicionais e às pequenas propriedades ou posses rurais familiares no manejo e exploração sustentável das espécies da flora nativa.

Art. 18. O exercício da atividade de mineração depende de prévio licenciamento ambiental, nos termos da legislação específica, da recuperação da área degradada e, no caso de áreas cobertas com vegetação nativa, da adoção de medida compensatória de manutenção de área ecologicamente equivalente na mesma bacia hidrográfica.

Art. 19. Ficam estabelecidas as seguintes metas, a serem alcançadas no prazo de dez anos contados a partir da data de publicação desta Lei:

I – pelo menos 17% (dezessete por cento) de áreas terrestres e de águas continentais do Bioma conservados por meio de unidades de conservação de proteção integral, geridas de maneira efetiva e equitativa e integradas em paisagens mais amplas; e

II – taxa de desmatamento ilegal zero no Bioma, entendida como a ausência de corte raso da vegetação nativa em relação a todas as suas fitofisionomias, exceto nos casos de interesse social, utilidade pública e baixo impacto ambiental.

§ 1º Para alcance das metas especificadas no caput deste artigo, o Poder Público adotará as seguintes medidas, no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação desta Lei, entre outras:

I – concluir o Zoneamento Ecológico-Econômico do Cerrado (ZEE Cerrado); e

II – implantar o monitoramento contínuo por satélite da cobertura vegetal do Bioma.

§ 2º O ZEE Cerrado definirá as zonas de intervenção no Bioma para, entre outras atividades:

I – implantação de infraestrutura econômica;

II – desenvolvimento da agropecuária, da produção florestal e de outras atividades econômicas;





SF/19145.87150-24

III – conservação da biodiversidade, implantação de unidades de conservação e de corredores de biodiversidade;

IV – restauração ecológica e recuperação dos solos degradados.

§ 3º O ZEE Cerrado será revisto a cada dez anos e deverá considerar o levantamento dos remanescentes de vegetação nativa e as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

§ 4º Para a delimitação das unidades de conservação previstas no inciso I do caput deste artigo, deverão ser usados critérios de representatividade de todas as fitofisionomias mencionadas no art. 2º.

§ 5º Novos empreendimentos deverão ser prioritariamente implantados em áreas já desmatadas ou substancialmente degradadas, respeitado o ZEE Cerrado quanto à destinação dessas áreas, bem como os zoneamentos dos Estados e dos Municípios.

§ 6º A autorização de supressão de vegetação nativa para atividades de utilidade pública depende da elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/Rima).

§ 7º É vedada a supressão de vegetação nativa do Bioma Cerrado para fins de expansão urbana, em regiões metropolitanas.

Art. 20. É vedada a prática do carvoejamento no Bioma Cerrado.

Art. 21. O Poder Público implantará o Programa de Extrativismo Sustentável do Cerrado e o Programa de Ecoturismo do Cerrado.

§ 1º O Programa de Extrativismo Sustentável do Cerrado deve incluir, entre outras ações:

I – o levantamento das comunidades agroextrativistas do Bioma;

II – a delimitação das áreas a serem mantidas sob regime de exploração sustentável da biodiversidade;

III – o estímulo à criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável;

IV – a definição de limites de sustentabilidade ecológica da exploração da biodiversidade;

V – a valorização e o aproveitamento do conhecimento tradicional, em consonância com a legislação específica;

VI – a capacitação das comunidades locais no uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, na organização da produção e no desenvolvimento de negócios sustentáveis;

VII – a ampla divulgação dos produtos da biodiversidade;





SF/19145.87150-24

VIII – a criação de linhas de crédito específicas para o agricultor familiar extrativista; e

IX – o diagnóstico anual das atividades extrativistas desenvolvidas no Bioma, quanto à sustentabilidade ecológica e aos benefícios econômicos e sociais.

§ 2º O Programa de Ecoturismo do Cerrado deve incluir, entre outras ações:

I – o levantamento das áreas de interesse paisagístico do Bioma, principalmente nos corredores de biodiversidade;

II – a delimitação e a ampla divulgação dos roteiros turísticos do Bioma;

III – a definição de limites de sustentabilidade ecológica da exploração dessas áreas;

IV – a capacitação profissional das comunidades locais, especialmente dos proprietários rurais, para atuação nessa atividade; e

V – a criação de linhas de crédito específicas para o empreendedor local.

Art. 22. O Poder Público implantará, no prazo de dois anos contados a partir da publicação desta Lei, banco de dados acessível ao público sobre o Bioma Cerrado, abrangendo, entre outras informações, mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa e suas fitofisionomias, áreas prioritárias para a conservação, corredores de biodiversidade, unidades de conservação e levantamento de comunidades extrativistas.

Art. 23 Os proprietários que se empenharem em proteger e recuperar áreas pertencentes ao Bioma Cerrado serão beneficiados com políticas de incentivo nos termos do art. 41 da Lei nº 12.651, de 2012.

Art. 24. No Bioma Cerrado, o pagamento por serviços ambientais beneficiará prioritariamente os proprietários e posseiros que mantiverem maiores áreas de vegetação nativa nos corredores de biodiversidade, excetuando-se do pagamento com recursos públicos a reserva legal e a área de preservação permanente.

Art. 25. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais do Cerrado sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



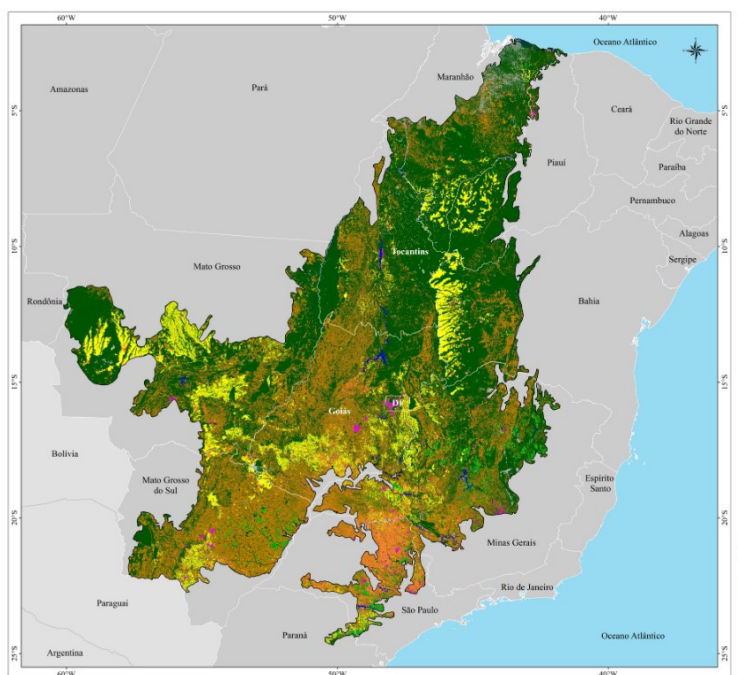


SF/19145.87150-24

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. Ele abrange 13 estados brasileiros, sendo a savana mais rica em diversidade do mundo e o segundo maior bioma do país. Posicionado na região central no país, faz limite com a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, a Caatinga e o Pantanal.

A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de áreas isoladas no Amapá, Roraima e Amazonas, como mostra o mapa a seguir:



Fonte: http://www.dpi.inpe.br/tccerrado/dados/Mapa_TCcerrado_A1.jpg





SF/19145.87150-24

Trata-se de espaço territorial fundamental para o sistema hídrico do Brasil e da América do Sul, pois nele se situam as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

O Cerrado é, ainda, como destaca o Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹, “um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade”. Ele apresenta uma extrema abundância de espécies endêmicas e sofre uma excepcional perda de habitat. Segundo o MMA, “do ponto de vista da diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas”. Cerca de 199 espécies de mamíferos são conhecidas, e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Os números de peixes (1200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies) são elevados. O número de peixes endêmicos não é conhecido, porém os valores são bastante altos para anfíbios e répteis: 28% e 17%, respectivamente. De acordo com estimativas recentes, o Cerrado é o refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

Trata-se, ainda, de um bioma de grande importância social, em que sobrevivem de seus recursos naturais etnias indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

A sua flora é repleta de espécies de uso medicinal (220). Outras 416 podem ser usadas na recuperação de solos degradados, como barreiras contra o vento, proteção contra a erosão, ou para criar habitat de predadores naturais de pragas. Mais de 10 tipos de frutos comestíveis são regularmente consumidos pela população local e vendidos nos centros urbanos, como os frutos do Pequi (*Caryocar brasiliense*), Buriti (*Mauritia flexuosa*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Bacupari (*Salacia crassifolia*), Cajuzinho do cerrado (*Anacardium humile*), Araticum (*Annona crassifolia*) e as sementes do Barú (*Dipteryx alata*), um superalimento que somente há 25 anos começou a ser descoberto pelo Mundo.

A degradação do Cerrado, porém, vem se acelerando, e a ausência de medidas de proteção e recuperação colocam em risco não apenas a segurança hídrica

¹ Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: cerrado / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA, 2011.





SF/19145.87150-24

do Brasil, mas a sobrevivência de inúmeras espécies de plantas e animais que correm risco de extinção.

Segundo o MMA, cerca de 20% das espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção.

Como destaca o Ministério, depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana, notadamente com a expansão da fronteira agrícola e a produção de carne e grãos para exportação, o que vem acarretando progressivo esgotamento dos recursos naturais da região. Ademais, o Cerrado é agredido pela exploração extremamente predatória de seu material lenhoso para produção de carvão.

Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, de todos os *hotspots* mundiais, o Cerrado é o que possui a menor porcentagem de áreas sobre proteção integral. Segundo o MMA, o Bioma apresenta 8,21% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação; desse total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo RPPNs (0,07%).

Em 2005, dada a relevância do Cerrado para a ecologia do Brasil, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu, por meio do Decreto nº 5.577, de 8 de novembro, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável, com a finalidade de promover a conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas do Bioma Cerrado, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais.

No âmbito desse Programa, foram apresentadas importantes proposta, entre as quais a revisão de políticas e instrumentos legais que produzissem limitações e restrições para a conservação da biodiversidade e gestão de recursos hídricos, e, ainda, “apoiar proposta de emenda constitucional declarando o Cerrado como Patrimônio Nacional”.

A necessidade de uma legislação de proteção ao Cerrado já vem sendo objeto de atenção pelo Congresso Nacional e seus membros há décadas, e disso





SF/19145.87150-24

resultou importante avanço, que foi a aprovação, em 2012, pelo Congresso Nacional, do Código Florestal.

Ao aprovar essa importante norma, contendo dispositivos protetivos da vegetação nativa e dos recursos hídricos, foi nele incluído o seu art. 76, que, com a finalidade de estabelecer as especificidades da conservação, da proteção, da regeneração e da utilização dos biomas brasileiros, o Poder Executivo federal, no prazo de 3 (três) anos, contado da data da publicação desta Lei, enviaria ao Congresso Nacional projetos de lei sobre os biomas da Amazônia, do Cerrado, da Caatinga, do Pantanal e do Pampa. Contudo, por fixar prazo para o envio ao Congresso de proposição legislativa, ferindo o princípio da separação dos Poderes, o dispositivo foi vetado.

Mesmo antes, o tema já fora objeto de atenção desta Casa.

Em 2010, o Senado aprovou a PEC 51/2003, que tramita na Câmara como PEC 504/2010, visando alterar o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Proposta idêntica, na forma da PEC 115/95, aprovada pela Comissão Especial em agosto de 2006, aguarda apreciação pelo Plenário da Casa. Aquela comissão em seu parecer, destacava, há doze anos atrás, a necessidade dessa legislação:

“Nada se compara, porém, ao processo de devastação do Cerrado ocorrido nos últimos quarenta anos. A construção de Brasília e a abertura de estradas ligando a nova Capital ao Sudeste, ao Norte e ao Nordeste, nas décadas de 50 e 60, estimularam um intenso fluxo migratório para a região. Mas foi a introdução da pecuária intensiva e da monocultura de grãos, em especial da soja, na década de 70, que deu início ao desmatamento acelerado do Cerrado. A agricultura que se desenvolveu na região, baseada na grande propriedade, no cultivo de culturas de exportação e no uso intensivo de tecnologias voltadas para a correção do solo e mecanização do preparo da terra, do plantio e da colheita, alterou profundamente o modelo vigente até então, em que conviviam a pequena e a grande propriedade, a agricultura de





SF/19145.87150-24

subsistência e a pecuária extensiva. O resultado foi a alteração da estrutura fundiária, a expulsão de trabalhadores do campo e de pequenos proprietários, a degradação ambiental e o inchaço das cidades. Se foram necessários 500 anos para reduzir a Mata Atlântica a 7% de sua cobertura original, no Cerrado bastaram 40 anos para destruir 80% de sua extensão, originalmente de 2 milhões de km².

O observador desatento, ao olhar os imensos chapadões cobertos por uma vegetação aberta e tortuosa, ignora que o Cerrado – segundo bioma brasileiro em extensão –, guarda 30% da biodiversidade nacional e 5% da biodiversidade mundial e apresenta alta taxa de endemismos, isto é, de espécies que ocorrem somente nesse bioma. O Planalto Central, por onde se estende o Cerrado, é um grande divisor de águas, pois aí estão localizadas nascentes das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Paraná/Paraguai. Na região está situada, ainda, grande extensão do Aquífero Guarani – a maior reserva de água doce subterrânea do mundo.”

Ainda no Senado Federal, o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou em 2012 o PLS 214/2012, que foi arquivado ao final da legislatura sem que tenha sido concluída sua apreciação pelas comissões temáticas. Não obstante a abrangência e elevada qualidade da proposição, a mesma não recebeu a atenção devida.

Segundo o documento “ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA O CERRADO - Desenvolvimento Socioeconômico Responsável, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Redução do Desmatamento e Restauração da Vegetação Nativa”², publicado em agosto de 2018 pelo Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e WWF-Brasil, e contendo um amplo conjunto de recomendações em defesa do Cerrado dirigidas aos candidatos à Presidência da República em 2018, “como uma das mais ricas flora e fauna entre as savanas mundiais, e alto grau de endemismo, o Cerrado não possui uma legislação específica para orientar a utilização e a proteção de sua vegetação nativa. Tampouco

² http://redecerrado.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Estrategias-Políticas-para-o-Cerrado_web.pdf





SF/19145.87150-24

possui status constitucional de patrimônio nacional, a exemplo de outros biomas, cuja utilização deve, então, ser realizada dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive, quanto ao uso dos recursos naturais.”

O documento destaca o papel essencial do Cerrado para a conservação da biodiversidade e regulação do clima mundial. Contudo, até 2011, sua cobertura de vegetação original havia sido desmatada em 45,4%, em boa parte devido à expansão de áreas de pastagem para pecuária, o cultivo de soja e outras commodities agrícolas, os desmatamentos para produção de carvão vegetal nativo e os incêndios e queimadas irregulares de causa antrópica. O Cerrado responde hoje por 60% da produção agrícola anual no Brasil (soja, milho, algodão, cana-de-açúcar), tendo acumulado um aumento de 87% na área produtiva entre 2000 e 2015.

Até 2011, sua cobertura de vegetação original havia sido desmatada em 45,4%, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente. Na última década, aponta o documento, as altas taxas de desmatamento estão comprometendo a resiliência do Cerrado. Nesse período, o bioma perdeu 236 mil km² e as emissões associadas a essa conversão equivaleram a 8,16 GtCO₂, ou 3,6 anos de emissões brutas do país, calculadas em 2016. Todavia, atualmente, apenas 3,2% do Cerrado se encontra em unidades de conservação de proteção integral, e outros 5,5% estão em áreas de uso sustentável.

Para mitigar esse problema, o estudo aponta 27 recomendações, que buscam dialogar com a construção de uma agenda propositiva para o Cerrado, apontando estratégias políticas e ações governamentais prioritárias para o bioma. Entre elas, “alcançar a proteção de pelo menos 17% do Cerrado, de acordo com as Metas de Aichi da Biodiversidade (Meta 11), priorizando as unidades de conservação de proteção integral”, “INSTITUIR zonas de amortecimento de áreas protegidas livres de agrotóxicos e de transgênicos, principalmente nas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos”, “aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que coloca o Cerrado e a Caatinga como patrimônios nacionais e definir uma legislação federal específica para o uso sustentável, a conservação e a recuperação dos biomas”, “zerar o desmatamento, seja legal ou ilegal”, “articular um fundo para investimentos socioambientais no Cerrado, com mobilização de recursos nacionais e internacionais – Fundo Cerrado”, “avançar na implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg) e do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), estabelecendo linhas de crédito atrativas que promovam o uso eficiente das áreas já abertas e a





SF/19145.87150-24

reversão do passivo ambiental de imóveis rurais”, “promover a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para o desenvolvimento rural e agroextrativista sustentável, fortalecendo a participação social dos agricultores familiares, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais do Cerrado”, e “fomentar a pesquisa e as inovações sobre produtos, empreendimentos comunitários e sistemas produtivos sustentáveis do Cerrado, garantindo a efetiva repartição de benefícios provenientes da exploração econômica a partir do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado”.

Com base nesse diagnóstico e suas proposições, bem assim valendo-nos de contribuições apresentadas pelas proposições que tramitaram no Congresso Nacional até o final da Legislatura passada, bem assim de leis estaduais já em vigor, elaboramos a presente proposição, que pretende, antes de tudo, oportunizar a reflexão dos ilustres Pares no sentido de que seja, definitivamente, implementada uma legislação protetiva e que vise o desenvolvimento sustentável do Bioma Cerrado, fixando os seus objetivos e instrumentos.

Quanto às metas de preservação, propomos, no art. 19, que no prazo de dez anos pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais do Bioma seja protegidos por meio de unidades de conservação de proteção integral, geridas de maneira efetiva e equitativa e integradas em paisagens mais amplas; e taxa de desmatamento ilegal zero no Bioma. Tais metas são compatíveis, inclusive, com os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro na “**Contribuição Nacionalmente Determinada para Consecução do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**”, comunicada ao Secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)³, e que estabelece o ano de 2030 como o marco temporal para seu cumprimento.

Trata-se, sobretudo, de lançar os olhos sobre o futuro, e contribuirmos para que, por essa via, sejam reduzidos os danos já causados ao Bioma, promovida a sua preservação e recuperação e, com isso, mitigado o grave risco que se avizinha no sentido de uma crise hídrica sem precedentes.

Proteger o Cerrado, tanto quanto a Floresta Amazônica, é proteger o Brasil, a América Latina e o Mundo, de uma catástrofe ambiental irreversível, que não apenas impedirá que a própria agricultura e pecuária continuem produzindo riquezas para o Centro-Oeste e o Brasil, por ausência de seu recurso fundamental – a

³ <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>





água – como que a própria sobrevivência de milhões de brasileiros nesse espaço geográfico seja preservada.

Em 11 de setembro, comemora-se o Dia Nacional do Cerrado. A apresentação dessa proposição é, ainda, uma merecida homenagem a esse importantíssimo e fundamental Bioma e à sua contribuição para o meio ambiente brasileiro e mundial e a sua segurança hídrica, tema que interessa a todo o País.

Assim, conclamamos os Ilustres Pares ao exame desse tema e à aprovação de uma política de desenvolvimento sustentável para o Bioma Cerrado.

Sala das Sessões,

Senador JAQUES WAGNER



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 4º do artigo 225

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>

- Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - Código Florestal (2012) - 12651/12

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12651>

- artigo 41

- inciso III do artigo 66



O Projeto de Lei nº 5462, de 2019, vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5469, DE 2019

Altera o art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para limitar a parcela do Fundo de Participação dos Municípios passível de ser retida para o pagamento de dívidas e contribuições patronais para o Regime Geral de Previdência Social.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador MECIAS DE JESUS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para limitar a parcela do Fundo de Participação dos Municípios passível de ser retida para o pagamento de dívidas e contribuições patronais para o Regime Geral de Previdência Social.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigor acrescida dos seguintes §§ 2º a 4º e com o parágrafo único renomeado como § 1º.

“**Art. 14-D.**

§ 1º

§ 2º A retenção de recursos do Fundo de Participação dos Municípios prevista no *caput* ficará limitada, no acumulado do mês, à diferença entre 20% (vinte por cento) da receita corrente líquida do Município, conforme definida no inciso IV do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e os valores pagos a título de contribuição patronal para o Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Para fins do cálculo do limite previsto no § 2º, será considerada, para a receita corrente líquida, a média mensal de apuração mais recente para os doze últimos meses.

§ 4º Em cada decêndio, poderá ser retido até 1/3 (um terço) do limite calculado nos termos dos §§ 2º e 3º.” (NR)

Art. 2º O regulamento definirá, para os parcelamentos de débitos municipais existentes na data de vigência desta Lei, cujo montante a ser retido do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tenha sido



reduzido em decorrência do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, critérios relativos a:

I – a alocação do montante do FPM retido entre os saldos devedores a serem abatidos, quando houver mais de um contrato de parcelamento em vigor;

II – as regras para a quitação do saldo devedor, quando for paga a última prestação prevista no contrato.

§ 1º O montante retido do FPM deverá abater os saldos devedores dos débitos que estiverem sendo parcelados de forma *pro rata* em relação ao valor total dos parcelamentos enquanto não entrar em vigor o regulamento previsto no *caput*.

§ 2º Enquanto não entrar em vigor o regulamento previsto no *caput*, a quitação de saldo devedor remanescente após o pagamento da última prestação prevista no contrato deverá ser:

I – na forma prevista no contrato, obedecido o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

II – se não houver previsão contratual, e obedecido o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 14-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, por meio de prestações sucessivas e mensais, corrigidas pelo mesmo índice previsto no contrato, até a quitação total do parcelamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei (PL) tem por objetivo garantir o mínimo de governabilidade para os municípios brasileiros. Os municípios, tal como grande parte do setor privado nacional, enfrentam sérias dificuldades para suportar a elevada carga tributária a que se submetem. Dessa forma, a União, em caráter excepcional, é às vezes obrigada a oferecer programas de refinanciamento dos seus créditos tributários, inclusive para o próprio setor público, com o objetivo de assegurar a solvência na economia,



SF/19374.75944-34

Nos últimos anos, por exemplo, estados e municípios puderem refinar suas dívidas tributárias, em especial, dívidas previdenciárias, no âmbito das Leis nº 12.810, de 2013, e nº 13.485, de 2017.

Para os municípios, participar desses programas de refinanciamento é quase que obrigatório, tendo em vista que, se ficarem inadimplentes junto à União, não poderão receber transferências voluntárias, nem garantias da União em financiamentos de seu interesse. Por isso, acabam aceitando cláusulas que poderíamos considerar draconianas nos acordos de parcelamentos de seus débitos, inclusive nos refinanciamentos de suas dívidas, como, por exemplo, de autorização para o Tesouro reter até toda a sua parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Se a economia e a arrecadação estivessem crescendo em ritmo satisfatório, e se não houvesse tanta isenção fiscal concedida pela União aos impostos compartilhados, certamente os municípios não estariam enfrentando problemas para honrar tais prestações.

Mas, infelizmente, o Brasil enfrenta graves desequilíbrios macroeconômicos, ao mesmo tempo em que o baixo volume de receitas arrecadado tem convivido com o fato de que parte substancial do FPM esteja sendo retido.

De acordo com estudo elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), nada menos que 305 municípios tiveram toda a sua receita bloqueada no primeiro repasse de 2019, em 10 de janeiro. Outros 546 municípios tiveram pelo menos 70% das transferências do FPM bloqueadas no mesmo período. Ou seja, cerca de 15% dos municípios brasileiros tiveram toda ou parte substancial de sua receita de FPM bloqueada no início de 2019.

A situação torna-se mais grave quando se tem presente que mais de 80% dos municípios que tiveram sua receita integralmente bloqueada são pequenos municípios, que são fortemente dependentes das transferências do FPM. O resultado final é claro: sem recursos do FPM, as prefeituras ficam sem condições de oferecer serviços básicos à população, de pagar seus funcionários e fornecedores. Em síntese: a situação torna-se ingovernável!

Para atenuar esse problema, este PL sugere um limite de 20% da receita corrente líquida (RCL) para as despesas com previdência. Dentro desse limite, portanto, devem ser incluídas as despesas que o município incorre com o pagamento da contribuição patronal para o Regime Geral de Previdência Social e o valor a ser retido no FPM em decorrência de



refinanciamento de dívidas tributárias junto à União. Assim, municípios menores, cuja receita dependa fortemente do fundo de participação, terão garantia da preservação de parte importante de suas receitas provenientes de sua principal fonte de recursos.

Deixamos para a regulação infralegal definir alguns parâmetros deste PL. Por exemplo, se o município tiver aderido a dois ou mais parcelamentos, a parcela retida será abatida de qual das dívidas? Até que o regulamento seja editado, o abatimento será proporcional ao montante de cada uma delas. Além disso, se houver saldo devedor após ter sido paga a última prestação, o município abaterá esse saldo por meio de prestações mensais e consecutivas, nas mesmas condições previstas para as prestações originais, ou na forma que dispuser o contrato, caso haja previsão nesse sentido.

Registre-se ainda que, em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal estimou um impacto financeiro máximo da ordem de R\$ 6 bilhões, em valores de dezembro de 2018, com tendência a diminuir ao longo do tempo.

Diante da importância desta proposição para garantir a governabilidade dos municípios, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS



LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - artigo 113
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -
101/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - inciso IV do artigo 2º
- Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002 - LEI-10522-2002-07-19 - 10522/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10522>
 - artigo 14-C
 - parágrafo 2º do artigo 14-C
 - parágrafo 3º do artigo 14-C
 - parágrafo 4º do artigo 14-C
- Lei nº 12.810, de 15 de Maio de 2013 - LEI-12810-2013-05-15 - 12810/13
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12810>
- Lei nº 13.485, de 2 de Outubro de 2017 - LEI-13485-2017-10-02 - 13485/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13485>



O Projeto de Lei nº 5469, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 102, DE 2019

Fixa o limite de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União.

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Fixa o limite de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É fixado o valor de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União a ser concedido às operações de crédito interno e externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. A concessão das garantias de que trata o *caput* sujeitam-se às Resoluções do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007, em conformidade com as normas do Ministério da Economia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

II2019-01904



**SENADO FEDERAL**

Senador FLÁVIO BOLSONARO

PARECER Nº74 , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2019 (OF. nº 14, de 27 de dezembro de 2018, na origem), do Ministério da Fazenda, que *encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Relator: Senador **FLÁVIO BOLSONARO****I – RELATÓRIO**

É submetido à apreciação desta Comissão o Ofício “S” nº 1, de 2019, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha proposta, ao Senado Federal, para a fixação de intralimite, a vigor para o ano de 2019, para a concessão de garantias da União às operações de crédito, interno e externo, de interesse dos Estados, do Distrito Federal (DF) e dos Municípios.

Conforme informado no ofício, o então Ministério da Fazenda propõe que o valor das garantias a serem concedidas aos entes subnacionais, neste ano, esteja limitado a R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

II – ANÁLISE

Inicialmente, ressalte-se que o referido ofício cumpre determinação expressa no § 1º do art. 9º-A da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em que fica definido que, por proposta do Presidente da República ou por iniciativa desta Comissão, será fixado ou revisado intralimite anual das garantias concedidas pela União.



SF/19203.75357-23

Destaque-se ainda que conforme o art. 2º do Decreto nº 9.220, de 4 de dezembro de 2017, o Presidente da República delegou essa competência ao Ministro de Estado da Fazenda.

Nos termos da Nota SEI nº 7, de 11 de dezembro de 2018, da Gerência de Projeções e Estudos Fiscais dos Estados e Municípios (GEPEF) da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que acompanha o Ofício, fica evidenciado que, para a definição do intralimite proposto, foram adotados procedimentos em consonância com os critérios definidos no referido art. 9º-A da Resolução nº 48, de 2007.

Dessa forma, o limite proposto tem fundamento e está em consonância com as estimativas de resultados primários previstas para os estados, o DF e os municípios, com a capacidade de pagamento dos respectivos entes federados e com a previsão do valor anual de novas operações de crédito passíveis de contratação por órgãos e entidades do setor público.

A propósito, como explicitado na referida Nota, “a definição dos limites levou em consideração o impacto primário das aprovações das operações de crédito tanto no ano de referência quanto nos anos subsequentes, e se buscou suavizar os limites de contratação ao longo do tempo, de modo a promover uma maior previsibilidade por parte dos entes subnacionais, reduzindo os sobressaltos provocados pelas diferenças de espaços fiscais de um ano para outro.”

Mais ainda, uma vez projetado o espaço fiscal para as contratações de operações de crédito em 2019, seu ajuste é procedido, levando em consideração (i) as contratações advindas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que, por sua própria natureza, implicam impactos primários negativos e integrais no ano de sua contratação pelos estados que dele participam (Rio de Janeiro, com previsão de adesão dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul neste ano); (ii) as contratações previstas pelos entes que aderiram ao Plano de Acompanhamento Fiscal – PAF, entes esses comprometidos com maior transparência dos dados fiscais e com metas fiscais acordadas com a STN; e (iii) por fim, as contratações dos entes sem PAF.

Ao assim proceder, entendemos, a STN, de forma oportuna e acertada, restringe eventuais incertezas acerca do cumprimento do resultado primário pelos governos, sem dúvida, fator de obstáculo ao planejamento financeiro da União. Daí a pertinência dos intralimites anuais propostos, sobretudo por possibilitar, em decorrência, parâmetros confiáveis para a

II2019-01904



avaliação da trajetória do endividamento dos entes subnacionais e do planejamento financeiro da Federação.

Em outros termos, a estipulação dos fluxos anuais de garantias aos entes subnacionais, ora sob exame, baseadas nos critérios definidos na referida resolução do Senado Federal e que se fundam em variáveis capazes de expressarem a real situação fiscal dos estados, do DF e dos municípios, sem dúvida, contribui para o aprofundamento do controle que o Senado exerce sobre a dívida e sobre o endividamento público.

Como resultado de todo esse processo de avaliação, foi fixado o valor correspondente ao intralimite para a concessão de garantias da União aos estados, DF e municípios, para o ano de 2019, equivalente a R\$ 22,5 bilhões, decorrente da soma das garantias previstas para serem alocadas aos estados no âmbito do RRF (R\$ 9,5 bilhões), aos participantes do PAF (R\$ 8 bilhões) e ao sem PAF (R\$ 5 bilhões).

Vale ressaltar que, para a definição desse limite, o montante ajustado para as contratações de operações de crédito, pelos entes subnacionais, no ano de 2019, deve alcançar o valor de R\$ 32,9 bilhões, sendo que R\$ 9,1 bilhões correspondem a operações de crédito externo, que em geral demandam garantia da União, e R\$ 23,8 bilhões, a operações internas, com e sem garantia da União.

Em conclusão, o valor do intralimite de concessão de garantia da União a operações de crédito dos Estados, do DF e dos Municípios, atendeu aos critérios definidos no referido art. 9º-A da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que *“dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”*, e foi projetado com base em metodologia de cálculo adequada e pertinentemente desenvolvida e aplicada pela STN.

III – VOTO

Em decorrência do exposto, somos pela aprovação do valor do intralimite proposto pelo Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do seguinte:

II2019-01904



SF/19203.75357-23





PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Fixa o limite de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É fixado o valor de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União a ser concedido às operações de crédito interno e externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. A concessão das garantias de que trata o *caput* sujeitam-se às Resoluções do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007, em conformidade com as normas do Ministério da Economia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

II2019-01904





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 08/10/2019 às 10h - 39ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO		7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE KAJURU		1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU		3. ELIZIANE GAMA
RANDOLFE RODRIGUES		4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA		5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
CARLOS VIANA		2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. ANGELO CORONEL

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		2. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES		3. JORGINHO MELLO





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
JAYME CAMPOS
PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 1/2019)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

08 de Outubro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Abertura de prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução do Senado nº 102/2019.



Propostas de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 165, DE 2019

Altera a Constituição Federal para determinar o quórum de maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal ou dos membros das respectivas turmas para a imposição de medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR) (1º signatário), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Altera a Constituição Federal para determinar o quórum de maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal ou dos membros das respectivas turmas para a imposição de medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.



SF/19881.02227-80

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

“Art. 53.

§ 9º A busca e a apreensão realizadas nas dependências do Congresso Nacional somente poderão ser impostas por decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal.” (NR)

“Art. 97.

§ 1º Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros da respectiva turma poderá o Supremo Tribunal Federal impor medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

§ 2º O quórum do § 1º também se aplica às decisões cautelares de busca e apreensão realizadas nas dependências do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto, da Procuradoria Geral da República, do Palácio da Alvorada, do Palácio do Jaburu, e demais residências oficiais daquelas autoridades.” (NR)

Recebido em 09 / 10 / 2019
Hora: 18 :00

Georgina Dantas Pereira



“Art. 102.

I –

.....

s) a busca e a apreensão nas dependências do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto, da Procuradoria Geral da República, do Palácio da Alvorada, do Palácio do Jaburu, e nas residências oficiais do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos membros do Congresso Nacional, de seus próprios Ministros e do Procurador-Geral da República.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos um período de grande desafio para a democracia. Embora reconheçamos que os Poderes da República se revelam, de fato, independentes, a harmonia entre as instituições se demonstrou, em episódios recentes, verdadeiramente prejudicada.

Oferecemos como exemplo a busca e a apreensão realizada, em setembro de 2019, no gabinete do líder do governo, isto é, nas dependências do próprio Congresso Nacional. Não ingressaremos no mérito acerca do acerto ou não da decisão, nas procedências ou não das razões de decidir, o que questionamos é o poder que possui um só ministro do Supremo Tribunal Federal de determinar uma medida tão gravosa no solo do Parlamento.

Tomamos de empréstimo parte da justificação da Proposta de Emenda Constitucional nº 82, de 2019, rejeitada, infelizmente, pelo Plenário do Senado Federal ainda neste mês. Como observou o Senador Orioivisto Guimarães:

“(...) com verdadeiro espanto a academia se debruça, há alguns anos, na observação dos movimentos da Suprema Corte brasileira. Seu diagnóstico não é nada animador. A supremocracia, termo cunhado por Oscar Vilhena em 2008 (Revista Direito GV, v. 4, n. 2, p. 441-464), para designar o aumento do protagonismo político do STF, ao exercer funções que são originariamente do Poder Legislativo, dá hoje lugar a novas e maiores preocupações. Se essa perigosa assunção de papéis que deveriam ser desempenhados por outros atores estatais já se revelava, por si só, perigosa, o que não dizer quando tudo isso passa a ser obra individual dos integrantes da Corte, cada qual com sua própria visão de mundo e conyicções políticas, muitas vezes extraíndo a fôrceps da Constituição aquilo que só mesmo sob tortura o texto poderia dizer. E, o que é pior,



SF/19881.02227-80

Página: 2/6 26/09/2019 16:28:59

fff4710edc897d4441eda621189a90c4b40e05d3



transformando numa cacofonia de contrastantes monólogos o que deveria ser uma harmônica polifonia. A supremocracia converte-se na **ministrocracia** de que falam Diego Arguelhes e Leandro Ribeiro (Novos Estudos Cebrap, v. 37, n. 1, 13-32, 2018).

.....”

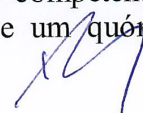
Estamos com o nobre Senador quando constata a falta de legitimidade de uma “ministrocracia”. Os mecanismos de freios e contrapesos restam maculados quando se observa que basta a opinião de uma só pessoa, ainda que membro da Corte Suprema, para que, por exemplo, as dependências do Congresso sejam devassadas. E guardaríamos a mesma opinião se referidas dependências fossem de uso dos membros de qualquer dos outros dois Poderes, até mesmo no gabinete de um ministro do próprio Supremo ou no local de trabalho da Procuradoria Geral da República.

Com efeito, qualquer ato que seja hábil a enfraquecer a relação harmônica entre os Poderes da República, a suscitar desgastes e dúvidas de seu real intento, deve ser objeto de reflexão e extremo comedimento, pois as consequências para a nação são muito nocivas.

O Parlamento, utilizando-se do seu poder de inovar a ordem jurídica, deve disciplinar as situações em que o poder monocrático dos ministros do STF deve ser limitado, em nome da estabilização democrática, e dando forma ao princípio constitucional do colegiado.

Assim, estabelecemos que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros da respectiva turma poderá o Supremo Tribunal Federal impor medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República. Referido quórum também se aplica às decisões cautelares de busca e apreensão realizadas nas dependências do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto, da Procuradoria Geral da República, do Palácio da Alvorada, do Palácio do Jaburu, e demais residências oficiais de suas autoridades.

Veja-se que não há nenhum atentado contra as competências constitucionais do STF, mas tão somente a imposição de um quórum qualificado para referidas decisões.



SF/19881.02227-80

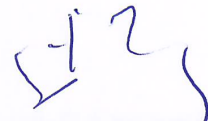
Página: 3/6 26/09/2019 16:28:59

fff4710edc897d4441eda621189a90c4b40e05d3

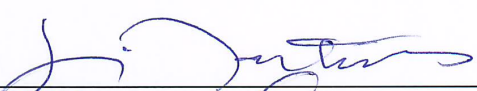
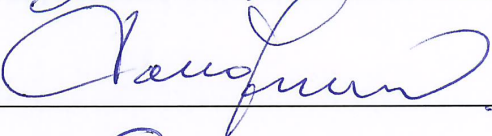
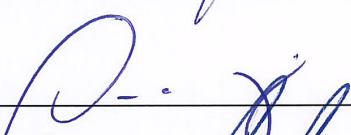
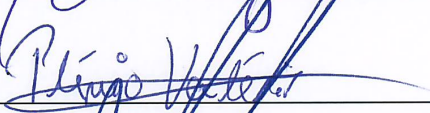
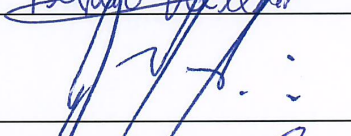
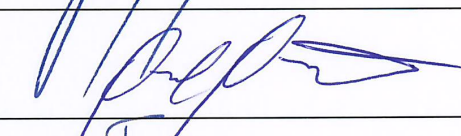
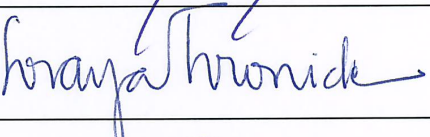
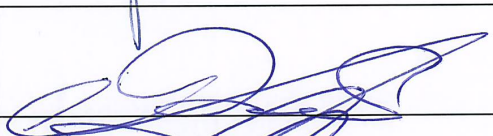
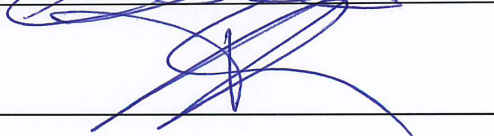


Com a convicção de que as mudanças propugnadas contribuirão para a independência e para a harmonia entre os Poderes, solicitamos o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

OK 
Senador CHICO RODRIGUES
RR/DEM



	NOME	ASSINATURA
OK	1. LASIER	
OK	2. Antônio Tasso	
OK	3. Omar Aziz	
OK	4. Plínio Valério	
OK	5. João JOYME	
OK	6. ORIOVISTO	
OK	7. Horayá Thronick	
OK	8. MARCOS POULH	
OK	9. Fernando Bezerra	

Página: 4/6 26/09/2019 16:28:59

ff4710edc897d4441eda621189a90c4b40e05d3



Altera a Constituição Federal para determinar o quórum de maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal ou dos membros das respectivas turmas para a imposição de medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

OK	10.	Leila Lame	Leila Lame
OK	11.	Ubirajara	Ubirajara
OK	12.	José Carlos	José Carlos
OK	13.	O. Beyer	O. Beyer
OK	14.	Stevenson	Stevenson
OK	15.	WELLINGTON FACUNDE	WELLINGTON FACUNDE
OK	16.	Yahya	Yahya
OK	17.	E. AMIN	E. AMIN
OK	18.	Rogério Corneio	Rogério Corneio
OK	19.	Roberto	Roberto
OK	20.	Lucas Barreto	Lucas Barreto
OK	21.	Marcelo Bittar	Marcelo Bittar
OK	22.	Maria do Carmo Alves	Maria do Carmo Alves



SF/19881.02227-80

Página: 5/6 26/09/2019 16:28:59

fff4710edc897d4441eda621189a90c4b40e05d3



Altera a Constituição Federal para determinar o quórum de maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal ou dos membros das respectivas turmas para a imposição de medidas cautelares penais, ou outras decisões de natureza penal, contra o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

OK	23.	Emerson Gonçalves	
OK	24.	Carlos Viana	
OK	25.	Otto Alencar	
OK	26.	Alvares Dias	
OK	27.	Elmoneo Ferrer	
OK	28.	Teodoro	
OK	29.	Maulza Gomes	
OK	30.	IZALCI	
OK	31.	Donato Cardoso	
OK	32.	JOAN PAUL PRATO	
OK	33.	Fabiano Contato	
	34.		
	35.		



SF/19881.02227-80

Página: 6/6 26/09/2019 16:28:59

fff4710ecd897d4441eda621189a90c4b40e05d3



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;82

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2019;82>



A Proposta de Emenda à Constituição nº 165, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 166, DE 2019

Altera o art. 20 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterando o art. 107 e acrescentando os art.s 115 e 116, para assegurar a participação e compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais e instituir o Fundo de Salvaguardas Sociais.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) (1ª signatária), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

(Da Sra. Eliziane Gama e outros)

Altera o art. 20 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterando o art. 107 e acrescentando os arts 115 e 116, para assegurar a participação e compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais e instituir o Fundo de Salvaguardas Sociais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescentem-se ao art. 20 da Constituição Federal o seguinte parágrafo:

“Art. 20.

§ 3º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais, a participação no resultado da exploração comercial dessas áreas e compensação financeira por essa exploração em seus respectivos territórios. (NR)”

Art. 2º O § 6º do arts. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 107.

Recebido em 9 / 10 / 19

Hora: 19:09

Carolina Monteiro Duarte Mourão

1

Página 2 de 12

Parte integrante do Avulso da PEC nº 166 de 2019.



SF/19178.74548-88

Página: 1/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749f957ec9609be2





SENADO FEDERAL

§ 6º.

VI – as transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais, de parte dos valores arrecadados com a exploração comercial dessas áreas e de compensações financeiras por essa exploração em seus respectivos territórios.

.....”(NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos art.ºs 115 e 116:

“Art. 115. Fica instituído o Fundo de Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais:

§ 1º o Fundo de Salvaguardas Sociais disposto no caput deste artigo será constituído por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se refere § 3º do art. 20 da Constituição Federal e será distribuído, aos Estados e Municípios em cujos territórios se localizem as instalações de centro de lançamentos aeroespaciais, da seguinte forma:

I – 80% (oitenta por cento) ao Estado;

II – 20% (vinte por cento) ao Município.

§ 2º - É vedada a destinação dos recursos de que trata o § 1º do caput para o pagamento de despesas de custeio, de pessoal ativo e inativo e de pensionistas.

§ 3º - os recursos oriundos do fundo referido no § 1º do caput deverão ser investidos, prioritariamente, nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, capacitação profissional, social, infraestrutura urbana, rodoviária, hidroviária e turística, respeitando-se os seguintes percentuais mínimos:

I – 25% (vinte e cinco por cento) em projetos e ações de cunho social voltados para o atendimento às populações das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;

II – 25% (vinte e cinco por cento) em ações e projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico;

III – 50% (cinquenta por cento) em ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico.” (NR)

“Art. 116. A União destinará, do percentual que lhe couber em relação a atividade de exploração comercial de centros de lançamentos aeroespaciais, pelo menos 3% (três por cento) dos proveitos advindos com o lucro, ao pagamento das indenizações e cumprimento de acordos firmados em decorrência das remoções, já realizadas, das famílias anteriormente instaladas na região.



SF/19178.74548-88

Página: 2/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81da12c6e66d749ff957ec9609be2



**SENADO FEDERAL**

§ 1º. A instalação e ampliação de Centros de Lançamentos Aeroespaciais deverá respeitar as seguintes diretrizes:

I – respeito às comunidades tradicionais instaladas e aos povos indígenas e quilombolas existentes na região;

II – responsabilidade ambiental, com reposição e plantio de áreas desmatadas para instalação e ampliação de centros de lançamentos;

III - redução das desigualdades regionais, melhoria da qualidade de vida e promoção da justiça social;

§ 2º. A União deverá ampliar os programas de investimento das agências de fomento em favor de projetos de estímulo ao desenvolvimento sustentável, geração de empregos e renda, desenvolvimento social nas áreas da educação e da Cultura nas regiões onde estejam localizados Centros de Lançamento Aeroespaciais.” (NR)

Art. 4º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O texto atual da Constituição Federal não contém previsão expressa acerca da participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios no resultado da exploração de bases de lançamentos aeroespaciais. Nesse sentido, visando dar mais segurança jurídica, propomos a presente Emenda à Constituição, para alterar o art. 20, acrescentando a exploração de bases de lançamentos aeroespaciais.

Propomos, ainda, alteração no art. 107 e acréscimo dos art.s 115 e 116 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com os seguintes objetivos: excluir do chamado “teto de gastos” as transferências aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais, da participação no resultado da exploração comercial dessas áreas e compensação financeira por essa exploração em seus respectivos territórios; instituir o Fundo de Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos



SF/19178.74548-88

Página: 3/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

aeroespaciais, como o de Alcântara, no Estado do Maranhão, afim de definir as áreas de investimento dos recursos provenientes dessa exploração comercial; assegurar que o Governo Federal, no seu planejamento, dê atenção, à miúdo, às questões sociais, às comunidades tradicionais, ao estímulo ao desenvolvimento local e regional, à geração de emprego, renda e à inclusão social, de forma sustentável.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, encaminhado para apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem n.º 202/2019, encontra-se em debate. Defendemos que, em conjunto, seja discutido a participação do Estado e dos Municípios do Maranhão e a criação de Fundo de Salvaguardas Sociais, que assegure direitos e garantias a população diretamente afetada pelo desenvolvimento dessa atividade.

Destacamos que, diante da expectativa do País passar a receber dividendos com a exploração comercial de Centros de Lançamentos, como o de Alcântara/MA, surge a preocupação de estabelecermos mecanismos legislativos que assegurem benfeitorias às comunidades da região.

Nossa luta comum pelo progresso da nação deve ser coesa, no sentido de assegurar que todos desfrutem do resultado desse crescimento econômico. Nosso amado Estado do Maranhão que, por muitas vezes, figura entre delicados índices de desenvolvimento humano, deve ser melhor assistido por políticas públicas que proporcionem oportunidades de qualificação profissional, de geração de emprego e renda. Pois, não custa lembrar: Somos todos uma nação!

O argumento da escolha do município de Alcântara, devido a sua posição geográfica estratégica e privilegiada, é de notório conhecimento e foi amplamente divulgado. Precisamos, agora, dar visibilidade ao cenário social



SF/19178.74548-88

Página: 4/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

de Alcântara, à população em situação de vulnerabilidade que espera ser vista e lembrada com políticas públicas de educação, saúde, segurança e geração de emprego e renda. Não podemos deixar o foco dos investimentos voltados apenas para o desenvolvimento tecnológico de ponta, o qual só atingirá seleta parcela dos brasileiros. Temos que focar na adoção de políticas públicas macro, que possam qualificar a população em suas mais diversas realidades.

Nesse sentido, a implementação de um modelo de desenvolvimento para as regiões onde se encontram instalados Centros de Lançamentos, como o caso de Alcântara, no Estado do Maranhão, apresenta-se como de vital relevância para proporcionar progresso social e econômico, também, às comunidades tradicionalmente ali estabelecidas.

Nesse sentido e em razão da relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres colegas para aprovarmos a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em de de 2019.


Senadora ELIZIANE GAMA
(CIDADANIA/MA)



SF/19178.74548-88

Página: 5/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

PEC ____/2019 – Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais.	
SENADOR (A):	ASSINATURA:
1 RANOLFE RODRIGUES	
2 Flávio Arns	
3 João B. Vas	
4 Paulo Rocha	
5 ALESSANDRO	
6 WEVERTON	
7 Zenaide Lima	
8 Seila Sampa	
9 OTON Simeon	
10 Acir	
11 WCPs	
12 Plínio Valente	
13 Seila	



SF/19178.74548-88

Página: 6/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

PEC ____/2019 – Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais.	
SENADOR (A):	ASSINATURA:
14 IZALCI LIMA	
15 Simone	
16 Humberto Penteado	
17 Fernando Collor	
18 ALESSANDRO	
19 SYLVANUS VALENTIM	
20 Jorginho Mello	
21 Jorbar	
22 Fabo Boray	
23 Soraya Thronick	
24 Caetano de Almeida	
25 Carlos Júnior	
26 Luiz de Castro	
27 Nilton	
28	



SF/19178.74548-88

Página: 7/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

PEC ____/2019 – Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais.	
SENADOR (A):	ASSINATURA:
29 D. Bezerra	
30 E. AMIN	



SF/19178.74548-88

Página: 8/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

PEC ____/2019 – Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais.	
SENADOR (A):	ASSINATURA:



SF/19178.74548-88

Página: 9/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2





SENADO FEDERAL

PEC ____/2019 – Salvaguardas Sociais dos Estados e Municípios onde estejam instalados centros de lançamentos aeroespaciais.	
SENADOR (A):	ASSINATURA:



SF/19178.74548-88

Página: 10/10 02/10/2019 15:49:04

1188398711b81daf2c6e66d749ff957ec9609be2



LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - artigo 107
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 20
 - parágrafo 3º do artigo 20
 - parágrafo 3º do artigo 60



A Proposta de Emenda à Constituição nº 166, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 167, DE 2019

Acrescenta os §§ 13 e 14 ao art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a aplicação temporária de parte dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento em programas de financiamento à infraestrutura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

AUTORIA: Senador Jayme Campos (DEM/MT) (1º signatário), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)



[Página da matéria](#)



CCJ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 167, DE 2019

Acrescenta os §§ 13 e 14 ao art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a aplicação temporária de parte dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento em programas de financiamento à infraestrutura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 13 e 14:

“Art. 34.

§ 13. Durante cinco exercícios financeiros consecutivos, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos de que trata a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal deverão ser aplicados em programas de financiamento à infraestrutura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativos à logística, à mobilidade urbana, à oferta de recursos hídricos, à prevenção a desastres naturais e ao saneamento básico, cuja distribuição dos recursos observará o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e os planos regionais de desenvolvimento.

§ 14. Compete à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, instituída pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e



SF/19778.93388-57

Página: 1/6 08/10/2019 10:59:03

c70eac80466fe8831f5c8c49cc3bafbd2f6e3316



Recebido em 09/10/2019.
Hora: 18:55
Cidelle Gomes Viçor Almeida
Matrícula: 204432 SL/SF/SGM



à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, instituída pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, definir, em cada caso, se a administração dos recursos de que trata o § 13 será realizada por instituição financeira que administra parcialmente o restante dos recursos provenientes da alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal ou por meio de qualquer instituição financeira contratada através de licitação.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O primeiro dos cinco exercícios financeiros de que trata o § 13 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será o primeiro exercício financeiro subsequente ao da publicação desta Emenda Constitucional.

JUSTIFICAÇÃO

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO) não permitem hoje o financiamento de projetos de infraestrutura dos entes subnacionais, exceto estatais não dependentes. Esse financiamento tem recaído sobre os fundos de desenvolvimento dessas regiões.

Estes fundos, porém, não asseguram um percentual mínimo de recursos para os projetos de infraestrutura nem contam com uma fonte expressiva e garantida de recursos vinculada à arrecadação de impostos federais, como é o caso dos fundos constitucionais.

Por outro lado, é notória a carência das regiões menos desenvolvidas economicamente quanto à oferta adequada de recursos hídricos, rodovias, serviços de coleta e tratamento de esgoto e vias urbanas. Essa carência restringe à atração de novos empreendimentos produtivos nessas regiões.

A presente Proposta de Emenda à Constituição determina que, a princípio, para os anos de 2020 a 2024, pelo menos 30% das receitas de impostos federais destinadas aos fundos constitucionais sejam direcionadas a programas de financiamento à infraestrutura dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.



SF/19778.93388-57

Página: 2/6 08/10/2019 10:59:03

c70eac80466fe8831f5c8c49cc3ba7bd2f6e3316



Em cada região, a gestão desses recursos competirá a qualquer instituição financeira contratada em processo licitatório ou à instituição que já administra os recursos do correspondente fundo constitucional, a critério da respectiva superintendência regional de desenvolvimento.

Por sua vez, a repartição desses recursos observará os planos regionais de desenvolvimento e a distribuição atual das receitas de impostos federais ao FCO, FNE e FNO. Espera-se que, a valores de dezembro de 2018, o *funding* adicional para o investimento subnacional seja de R\$ 4,5 bilhões, R\$ 4,8 bilhões e R\$ 5,0 bilhões em 2020, 2021 e 2022, na devida ordem.

Por essas razões, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição, que, sem dúvida, colaborará para o desenvolvimento socioeconômico nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



SF/19778.93388-57

Página: 3/6 08/10/2019 10:59:03

c70eac80466fe8831f5c8c49cc3ba7bd2f6e3316



Determina que 30% das receitas de impostos federais destinadas aos fundos constitucionais sejam direcionadas a programas de financiamento de infraestrutura dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Senador	Assinatura
1	
2	
3 José Serra	
4 ORIOVISTO	
5 wehrhahn	
6 Sérgio Baurer	
7 Romulo Fe	
8 WCSS	
9 Simone Tebet	
10 Eduardo Faria	
11 Maria do Carmo Albuquerque	
12 Roberto Rocha	
13 Luis Carlos Hebe	
14 Paulo Guedes	



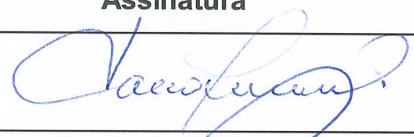
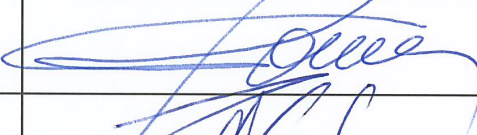

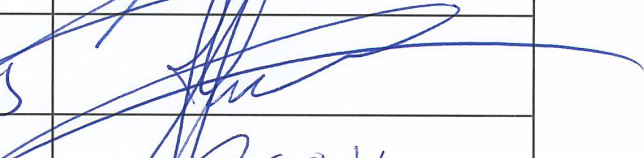
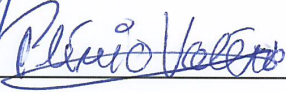
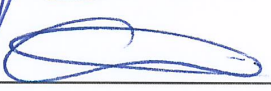
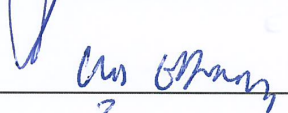
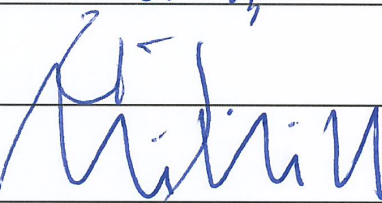
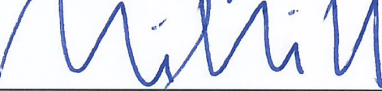
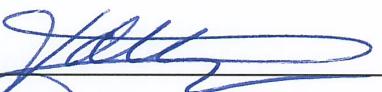
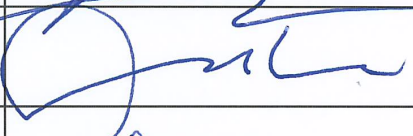
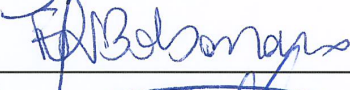
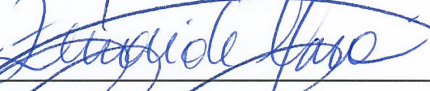
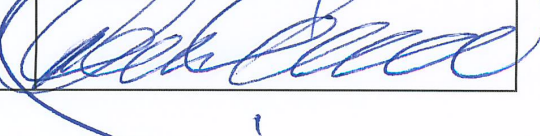
SF/19778.93388-57

Página: 4/6 08/10/2019 10:59:03

c70eac80466fe8831f5c8c49cc3ba1bd2f6e3316



Determina que 30% das receitas de impostos federais destinadas aos fundos constitucionais sejam direcionadas a programas de financiamento de infraestrutura dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Senador	Assinatura
15 Tasso	
16 EDUARDO GOMES	
17 INACI	
18 ITALCI LUCAS	
19 OLIVEIRA	
20 SYMONSON LUCAS	
21	
22	
23 FLÁVIO ARNS	
24	
25 ALESSANDRO	
26 FLÁVIO BOLSONARO	
27 ZENARIDE LUIZ	
28 AROLDE	




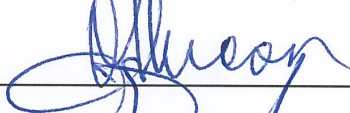
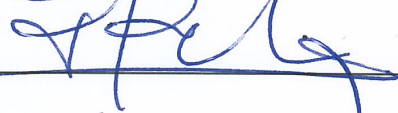
SF/19778.93388-57

Página: 5/6 08/10/2019 10:59:03

c70eac80466fe8831f5c8c49cc3bafbd2f6e3316



Determina que 30% das receitas de impostos federais destinadas aos fundos constitucionais sejam direcionadas a programas de financiamento de infraestrutura dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

	Senador	Assinatura
29	Carlos Jiray	
30	ATTO Mura	
31	Fred Rocha	
32		
33		
34		
35		



SF/19778.93388-57

Página: 6/6 08/10/2019 10:59:03

c70eac80466fe8831f5c8c49cc3bafbd2f6e3316



LEGISLAÇÃO CITADA

- ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT-1988-10-05 ,
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - artigo 34
 - parágrafo 13 do artigo 34
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - parágrafo 3º do artigo 60
 - alínea c do inciso I do artigo 159
- Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 - LCP-124-2007-01-03 - 124/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2007;124>
- Lei Complementar nº 125, de 3 de Janeiro de 2007 - LCP-125-2007-01-03 - 125/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2007;125>
- Lei Complementar nº 129, de 8 de Janeiro de 2009 - LCP-129-2009-01-08 - 129/09
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2009;129>
- Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989 - Lei dos Fundos Constitucionais - 7827/89
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7827>



A Proposta de Emenda à Constituição nº 167, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 867, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar do XXXIV Congresso Científico Internacional de Inovação e Atualização Tecnológica de Neurologia, Defrologia e Áreas Básicas na Universidade Cristiana de Bolívia - UCEBOL, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

AUTORIA: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcos Rogério

REQUERIMENTO Nº 867 DE 2019

Senhor presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), no período de 21/10/2019 a 23/10/2019, a fim de participar do XXXIV Congresso Científico Internacional de Inovação e Atualização Tecnológica de Neurologia, Defrologia e Áreas Básicas na Universidade Cristiana de Bolívia - UCEBOL, conforme convite em anexo do reitor daquela Instituição.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 20/10/2019 a 23/10/2019, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2019.

Senador Marcos Rogério
(DEM - RO)
senador



SF/19820.88550-19 (LexEdit)

Página: 1/4 03/10/2019 12:25:50

abd051b4cfa0d908a677d9d7270995a16e57606e





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1233/2019/PRESID

Brasília, 8 de outubro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Marcos Rogério
Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.143906/2019-16.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência no XXXIV Congresso Científico Internacional de Inovação e Atualização Tecnológica de Neurologia, Nefrologia e Áreas Básicas na Universidade Cristiana de Bolívia - UCEBOL, a ser realizado entre os dias **20 e 23 de novembro de 2019**, na cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, nos termos do Ofício nº 045/2019-GSMROGER.

Atenciosamente,

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 867 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 039C96EE00316



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FB7B35430031F44D.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 868, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar das reuniões das Comissões do Parlatino, na cidade do Panamá, Panamá.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Anastasia

REQUERIMENTO Nº 868 DE 2019




SF/19442.22577-33 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, na cidade do Panamá, no Panamá, no período de 07/11/2019 a 09/11/2019, a fim de participar nas reuniões das comissões do Parlatino de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; Direitos Humanos, Justiça e Políticas Carcerárias; Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, Terrorismo e Crime Organizado e o Foro Parlamentário de Armas Pequenas, conforme autorizado em ofício 1232/2019 - PRESID.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 07/11/2019 a 10/11/2019, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2019.


Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente do Senado Federal



Recebido em 09/10/19
Hora 09:30

Débora Rodrigues Matos - Mat. 257695
SGM - Senado Federal



00100.143711/2019-68 (VIA 001) - 00100.145878/2019-63 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1232 /2019-PRESID

Brasília, 8 de OUTUBRO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Antonio Anastasia**
Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano e Caribenho

Ref.: Documento nº 00100.143711/2019-88.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência nas reuniões das comissões do Parlatino de Assuntos Políticos, Municipais e da Integração; Direitos Humanos, Justiça e Políticas Carcerárias; Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, Terrorismo e Crime Organizado e o Foro Parlamentário de Armas Pequenas, a serem realizadas entre os dias **7 e 9 de novembro de 2019**, na **Cidade do Panamá**, no Panamá, nos termos do Ofício nº 70/2019 - GBPLAC.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 868 de 2019.

1646A.

[CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 869, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da Semana de Defesa do Consumidor, em Lima, no Peru.

AUTORIA: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

Aprovado.
Em 09/10/19
M.L.

REQUERIMENTO Nº 869 DE 2019




SF/19339.89984-46 (LexEdit)

Senhor Presidente,

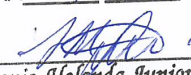
Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Lima, Peru, no período de 14/10/2019 a 18/10/2019, a fim de participar da Semana de Defesa do Consumidor, em nome da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 13/10/2019 a 19/10/2019, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, de de .


Senador Rodrigo Cunha

RECEBIDO EM 08/10/2019
HORA 17:20


Antonio Holanda Junior Mat. 225803





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1200 /2019/PRESID

Brasília, 4 de OUTUBRO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Cunha**
Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.143235/2019-85.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, na Semana de Defesa do Consumidor, a ser realizada no período de **14 a 18 de outubro de 2019**, na cidade de **Lima, no Peru**, nos termos do Memorando nº 35/2019/CTFC.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A4F152E600314A54.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 870, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar das reuniões Bancada Progressista, LXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul e nas Reuniões das Comissões Permanentes, em Montevidéu, no Uruguai.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Aprovado.
Em 09/10/19.
M/d

REQUERIMENTO Nº 870 DE 2019



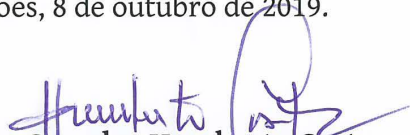
SF/19775:34992-64 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevidéu, no Uruguai, a partir de 12/10/2019, por 04 dias, a fim de tomar parte, na qualidade de membro da Comissão Mista do Congresso Nacional da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, das reuniões Bancada Progressista, LXVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul e nas Reuniões das Comissões Permanentes, nos dias 13 e 14 de outubro de 2019, conforme Convites em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 12/10/2019, por 04 dias, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2019.


Senador Humberto Costa
Senador

Recebido em 09/10/19
Gustavo Pontes



00100.138065/2019-17 (VIA 001) - 00100.144416/2019-29 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1213 /2019/PRESID

Brasília, 4 de OUTUBRO de 2019.

A Sua Senhoria o Senhor
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.138065/2019-17.

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Humberto Costa** nas Reuniões de Comissões Permanentes e na LXVIII Sessão Plenária e Observatório da Democracia do Parlamento do **Mercosul**, a serem realizadas no dia **14 de outubro de 2019**, na cidade de **Montevidéu**, no Uruguai, nos termos do Ofício P/076/2019, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atenciosamente,

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 870 de 2019.

14B96.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 871, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar do Workshop: Theory and Tools of the Harvard Negotiation Project, em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Aprovado.
Em 09/10/19
M/L



REQUERIMENTO Nº 871 DE 2019

Exm^a. Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Cambridge, Massachusetts, USA, a partir de 04/11/2019, por 5 dias, a fim de participar no *Workshop: Theory and Tools of the Harvard Negotiation Project*.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 02/11/2019, por 8 dias, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, de de .

Senador Rodrigo Pacheco
(DEM - MG)

Recebido em
08.10.2019

SÔNIA PINHEIRO



00100.131271/2019-04 (VIA 001) - 00100.144535/2019-81 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1208 /2019/PRESID

Brasília, 4 de OUTUBRO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Rodrigo Pacheco**
Senado Federal

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência no Workshop “Theory and tools of **Harvard** Negotiation Project”, a ser realizado entre os dias 4 e 8 de novembro de 2019, na cidade de Cambridge-MA, nos Estados Unidos da América, nos termos do Ofício nº 2838/2019-GSRPACHE.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 871 de 2019.

14D4A.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 872, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da cerimônia de canonização de Irmã Dulce, na cidade do Vaticano.

AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Aprovado.
Em 09/10/19
M.L.

872 2019

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, no Vaticano, no período de 10/10/2019 a 14/10/2019, a fim de participar da cerimônia de canonização de Irmã Dulce, na cidade do Vaticano.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 09/10/2019, por 04 dias, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2019.

Senador Elmano Férrer
(PODEMOS - PI)



Página: 1/1 09/10/2019 19:34:23

564f525117e1a0b67f5002931f88e92411cd9def



Proibido
Em 09/10/19
14634



00100.141079/2019-18 (VIA 001) - 00100.144389/2019-94 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1203 /2019/PRESID

Brasília, 4 de OUTUBRO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Elmano Férrer**
Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.141079/2019-18.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência em Missão Oficial que participará da Cerimônia de **canonização da Irmã Dulce**, a ser realizada no período de **11 a 14 de outubro de 2019**, no Vaticano, com ônus ao Senado Federal somente com diárias.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 872 de 2019.

4842.
v.aspx.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 873, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da cerimônia de canonização da Irmã Dulce, em Roma, Itália.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Ciro Nogueira

Apovado
em 09/10/19
1/4/1

REQUERIMENTO Nº 873 DE 2019



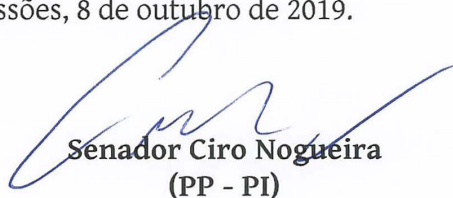
SF/19349.17763-59 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Roma, Itália, a partir de 11/10/2019, por 4 dias, a fim de participar da Cerimônia de Canonização da Irmã Dulce.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 11/10/2019, por 4 dias, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2019.


Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)

Recebido em 28/10/19
Hora 19:00
Débora Rodrigues Matos - Mat. 257600
SGM - Senado Federal

Página: 1/1 08/10/2019 17:27:36

defa1c93dddf80a28e733d4b17152ed3eeaa36e3c0



00100.141544/2019-11 - 00100.144476/2019-41 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Presidência

00100.144476/2019-41

OFÍCIO Nº 1204 /2019/PRESID

Brasília, 4 de OUTUBRO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Ciro Nogueira**
Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.141544/2019-11.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência em Missão Oficial que participará da Cerimônia de **canonização da Irmã Dulce**, a ser realizada no período de **11 a 14 de outubro de 2019**, no Vaticano, com ônus ao Senado Federal somente com diárias.

Atenciosamente,

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 873 de 2019.

4CE9.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 874, DE 2019

Realização de sessão especial, em 9/12/2019, destinada a homenagear a Câmara Municipal de São Luís.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 874 DE 2019



SF/19144.84458-05 (LexEdit)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 09/12/2019, a fim de homenagear a Câmara Municipal de São Luís.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara Municipal de São Luís completa este ano 400 anos de existência. A 4ª Câmara mais antiga do país comemora aniversário no dia 09 de dezembro. O primeiro registro da instalação da Câmara Municipal de São Luís é datada em 1619, composto por sete vereadores, um juiz, um escrivão, um procurador do Conselho, um escrivão das datas e demarcações, um almoxarife e um procurador dos índios.

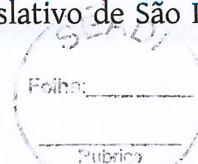
Vale destacar que vereador já na época colonial, não levava vida fácil, pois tinha de dar conta de múltiplas atividades, todas de interesse da comunidade, que faziam da Câmara um organismo atuante, onipresente e com exigências maiores e mais amplas do que as previstas nas atuais Leis Orgânicas dos Municípios.

Importante citar algumas informações contidas no livro “Sob a mira da Câmara, que retrata os primeiros tempos de vida do Legislativo de São Luís.

Recebido em 08 / 10 / 2019.
Hora: 10:09

Cidelle

Cidelle Gomes Vitor Almeida



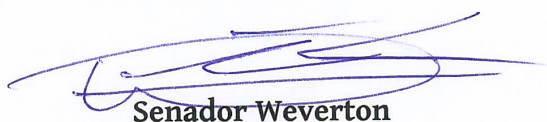
criação de animais; trabalho indígena; festividades religiosas e em homenagem à Sua Majestade; abastecimento e arrematação de carne, pesca, venda de peixe e fabricação de panos.

Durante o ano, a Câmara Municipal de São Luis-MA programou diversas atividades e implantação de projetos como Câmara Itinerante, Parlamento Metropolitano, e eventos de concurso de redação com os alunos da rede municipal de ensino, entrega de medalhas e realização de Saraus. O presidente da Casa, vereador Osmar Filho (PDT) tem marcado sua gestão pela constante aproximação entre população e parlamento. Para isso, implementou o programa Câmara Itinerante, iniciativa, cujo objetivo é incentivar as pessoas da comunidade a ser mais ativa em seu papel de cidadão.

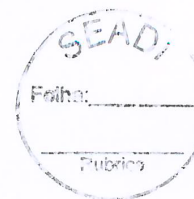
Outra meta é aproximar os parlamentos dos municípios que compõem a Grande Ilha. Com o Parlamento Metropolitano, a ideia é a realização de sessões com todos os vereadores para debater os problemas comuns que afligem as populações dos municípios da região metropolitana.

Com a realização dessa Sessão de Homenagem, o Senado Federal se insere no calendário de comemorações do 4º Centenário da Câmara de São Luis-MA, reforçando seu inestimável papel de valorização das funções legislativas no país e no fortalecimento da democracia.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2019.



Senador Weverton
(PDT - MA)
Líder do PDT no Senado Federal



SF/19144.84459-05 (LexEdit)

Página: 3/3 07/10/2019 11:47:36

c1c0bd97f1b12d8797322c8b39af2707a036648b



criação de animais; trabalho indígena; festividades religiosas e em homenagem à Sua Majestade; abastecimento e arrematação de carne, pesca, venda de peixe e fabricação de panos.

Durante o ano, a Câmara Municipal de São Luis-MA programou diversas atividades e implantação de projetos como Câmara Itinerante, Parlamento Metropolitano, e eventos de concurso de redação com os alunos da rede municipal de ensino, entrega de medalhas e realização de Saraus. O presidente da Casa, vereador Osmar Filho (PDT) tem marcado sua gestão pela constante aproximação entre população e parlamento. Para isso, implementou o programa Câmara Itinerante, iniciativa, cujo objetivo é incentivar as pessoas da comunidade a ser mais ativa em seu papel de cidadão.

Outra meta é aproximar os parlamentos dos municípios que compõem a Grande Ilha. Com o Parlamento Metropolitano, a ideia é a realização de sessões com todos os vereadores para debater os problemas comuns que afligem as populações dos municípios da região metropolitana.

Com a realização dessa Sessão de Homenagem, o Senado Federal se insere no calendário de comemorações do 4º Centenário da Câmara de São Luis-MA, reforçando seu inestimável papel de valorização das funções legislativas no país e no fortalecimento da democracia.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2019.

Osmar Filho
Senador Weverton
(PDT - MA)
Líder do PDT no Senado Federal
OTTO
KATURO
RAUNOLD
RAUNOLD



SF/19144.84458-05 (LexEdit)

Página: 3/3 07/10/2019 11:47:36

c1c0bd971b12d8797322c8b39a12707a036648b





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 875, DE 2019

Voto de Aplauso aos artistas amazonenses Duhigó, da etnia Tukano, Dhiani Pa`saro, da etnia Wanano e Fũãreicü, da etnia Ticuna.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Omar Aziz

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19127.23607-27 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso aos artistas amazonenses Duhigó, da etnia Tukano, Dhiani Pa`saro, da etnia Wanano e Fũãreicü, da etnia Ticuna, pelo esplêndido trabalho realizado na exposição VaiVém, em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil, de Brasília, que expõe, de forma poética e verdadeira, a beleza da cultura amazonense.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A exposição em tela conta, entre pinturas, esculturas, instalações, fotografias, vídeos, documentos, intervenções e performances, a história das redes de dormir na cultura brasileira. Reúne artistas de distintos contextos sociais, diferentes períodos e regiões do país, que refletem sobre permanências, rupturas e resistências na representação e nos usos das redes de dormir na arte e na cultura visual brasileiras.



Dentre os diversos artistas envolvidos, precisamos destacar e homenagear três artistas indígenas amazonenses - Duhigó, Dhiani Pa`saro e Fũãreicü.

Duhigó, da etnia Tukano, apresenta a inédita acrílica sobre madeira Nepũ Arquepũ (Rede Macaco, na língua Tukano), sobre o ritual de nascimento de um bebê Tukano e a rede como “testemunha ocular” desta cena da memória afetiva da artista.

Dhiani Pa`saro, da etnia Wananoartista, expõe a marchetaria Wũnũ Phunõ (Rede Preguiça, na língua Wanano), composta por 40 tipos de madeira e inspirada em duas variações de grafismos indígenas: o “casco de besouro” (Wanano) e o “asa de borboleta” (Ticuna).

Fũãreicü, da etnia Ticuna, apresenta sua obra “Repouso de Koch-Grünberg–Alto Rio Negro/Amazonas”, da coleção “Theodor Koch Grünberg – Um viajante na Amazônia” do Instituto Dirson Costa de Arte e Cultura da Amazônia (IDC) e que irá compor o acervo do Museu de Arte e Imaginário da Amazônia (MAIA).

Assim, o Voto de Aplauso em tela tem o intuito de homenagear esses artistas, os quais revelam, ao Brasil e ao mundo, a beleza da cultura amazonense.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2019.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 876, DE 2019

Voto de apoio às Entidades Filantrópicas brasileiras.

AUTORIA: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Requerimento nº 876, de 2019
 (REQUERIMENTO Nº 100 DE 2019-CE)

Aprovado em: 08/10/2019

 Senador Dário Berger
 Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte


Página: 1/1 02/10/2019 12:33:37

69a5cf80bcb0732d2cd11800bb262c638d2b8d8

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Apoio às Entidades Filantrópicas brasileiras, pelos relevantes serviços prestados à educação, à saúde e à assistência social no país.

Requeremos, ainda, por ocasião da aprovação desta proposição, que sejam encaminhadas cópias deste Voto de Apoio às seguintes autoridades:

- Presidente da República
- Vice-Presidente da República
- Presidente da Câmara dos Deputados
- Presidente do Senado Federal
- Ministro da Educação
- Ministério da Economia

08
 Sala das Sessões, 1º de outubro de 2019.

 Senador Izalci Lucas
 (PSDB - DF)




Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CE, 08/10/2019 às 11h - 50ª, Ordinária

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	2. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO	
MARCIO BITTAR		4. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
MAILZA GOMES		6. VAGO	
VAGO		7. VAGO	

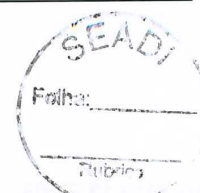
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROMÁRIO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	4. ROSE DE FREITAS	
ROBERTO ROCHA		5. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
VAGO		6. ANTONIO ANASTASIA	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. VAGO	
CID GOMES		2. KÁTIA ABREU	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	4. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA		5. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. JEAN PAUL PRATES	PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. HUMBERTO COSTA	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
ANGELO CORONEL		1. NELSON TRAD	PRESENTE
IRAJÁ		2. AROLDE DE OLIVEIRA	
SÉRGIO PETECÃO		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGINHO MELLO		1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	2. MARCOS ROGÉRIO	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. CHICO RODRIGUES	PRESENTE





Senado Federal
Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
LUIS CARLOS HEINZE
MAJOR OLIMPIO
ALVARO DIAS
JAYME CAMPOS





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 877, DE 2019

Informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública.

AUTORIA: Comissão de Serviços de Infraestrutura

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos Rogério

Requerimento nº 877, de 2019
(REQUERIMENTO Nº 68 DE 2019-CI)

Amovado em 08/10/19



SF/19854.94445-78 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, informações sobre a suspensão do uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis em vias públicas, conforme despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157.

Nesses termos, requisita-se:

1. O número de multa aplicadas por medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
2. O número de motoristas autuados cometendo uma infração média, grave e gravíssima nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
3. O número de acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
4. O valor total arrecado de multas aplicadas por medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos.

Página: 1/3 01/10/2019 15:57:53

456b62f9925bb817beccc3cd290939b990e5615d



JUSTIFICAÇÃO

Os medidores de velocidade são importantes mecanismos protetivos para preservar a integridade física dos motoristas e pedestres, e punitivos para penalizar os infratores da lei.

O Ministério da Infraestrutura, em matéria publicada em seu site, em 25 de maio de 2018, intitulada “Avaliação da Segurança Viária nas Rodovias Federais”, apresenta informações estatísticas que reforçam a necessidade do controle de velocidade nas rodovias federais, perante a alta mortalidade em acidentes de trânsito nas BRs.

O despacho do Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157, determina ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que "suspenda o uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis até que o Ministério da Infraestrutura conclua a reavaliação da regulamentação dos procedimentos de fiscalização eletrônica de velocidade em vias públicas".

Ademais, de acordo com dados disponibilizados pela Polícia Rodoviária Federal, houve uma diminuição no número de multas e mortes no mês seguinte à suspensão do uso dos radares. Dessa forma, é fundamental conhecer o comparativo em relação ao que vinha sendo praticado e o que está acontecendo ao longo dos últimos meses, após a nova orientação do governo.

Portanto, no intuito de dimensionar os resultados da medida tomada pelo governo federal e assegurar a integridade física dos usuários nas vias federais, encaminho o presente requerimento de informações.



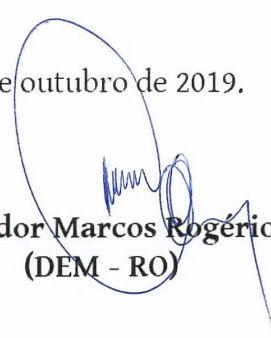
SF/19854.94445-78 (LexEdit)

Página: 2/3 01/10/2019 15:57:53

456b6219925bb817beccc3cd290939b990e5615d



Sala das Sessões, 1º de outubro de 2019.


Senador Marcos Rogério
(DEM - RO)



SF/19854.94445-78 (LexEdit)

Página: 3/3 01/10/2019 15:57:53

456b62f9925bb817beccc3cd290939b990e5615d





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CI, 08/10/2019 às 11h - 38ª, Extraordinária
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JARBAS VASCONCELOS		2. JADER BARBALHO	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	4. RODRIGO PACHECO	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO		6. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO		1. JOSÉ SERRA	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ROBERTO ROCHA		3. JUÍZA SELMA	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU		1. WEVERTON	
ACIR GURGACZ		2. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. KÁTIA ABREU	
ELIZIANE GAMA		4. ALESSANDRO VIEIRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
VAGO		3. VAGO	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	
CARLOS VIANA		2. NELSINHO TRAD	PRESENTE
IRAJÁ		3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. JAYME CAMPOS	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		2. ZEQUINHA MARINHO	

PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
STYVENSON VALENTIM		1. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	2. LASIER MARTINS	PRESENTE

Não Membros Presentes

08/10/2019 12:18:17

Página 1 de 2

Página 5 de 6

Parte integrante do Avulso do RQS nº 877 de 2019.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
CHICO RODRIGUES
ZENAIDE MAIA





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 878, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado de Infraestrutura.

AUTORIA: Comissão de Serviços de Infraestrutura

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos Rogério

Requerimento n.º 878, de 2019
(REQUERIMENTO Nº 67 DE 2019-CI)

Aprovado em 08/10/19



SF/19967.34556-00 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a suspensão do uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis em vias públicas, conforme despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157.

Nesses termos, requisita-se:

1. O número de multa aplicadas por medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
2. O número de motoristas autuados cometendo uma infração média, grave e gravíssima nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
3. O número de acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
4. O valor total arrecado de multas aplicadas por medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;

Página: 1/3 01/10/2019 16:03:20

0b62a4ebd9c076c455a6fd384ce9ecb2fc63533f

Folha:

Página:



JUSTIFICAÇÃO

Os medidores de velocidade são importantes mecanismos protetivos para preservar a integridade física dos motoristas e pedestres, e punitivos para penalizar os infratores da lei.

O Ministério da Infraestrutura, em matéria publicada em seu site, em 25 de maio de 2018, intitulada “Avaliação da Segurança Viária nas Rodovias Federais”, apresenta informações estatísticas que reforçam a necessidade do controle de velocidade nas rodovias federais, perante a alta mortalidade em acidentes de trânsito nas BRs.

O despacho do Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157, determina ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que "suspenda o uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis até que o Ministério da Infraestrutura conclua a reavaliação da regulamentação dos procedimentos de fiscalização eletrônica de velocidade em vias públicas".

Ademais, de acordo com dados disponibilizados pela Polícia Rodoviária Federal, houve uma diminuição no número de multas e mortes no mês seguinte à suspensão do uso dos radares. Dessa forma, é fundamental conhecer o comparativo em relação ao que vinha sendo praticado e o que está acontecendo ao longo dos últimos meses, após a nova orientação do governo.

Portanto, no intuito de dimensionar os resultados da medida tomada pelo governo federal e assegurar a integridade física dos usuários nas vias federais, encaminho o presente requerimento de informações.

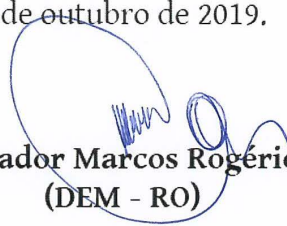


Página: 2/3 01/10/2019 16:03:20

0b62a4ebd9c076c455a6fd384ce9e9eb2fc63533f



Sala das Sessões, 1º de outubro de 2019.


Senador Marcos Rogério
(DEM - RO)



Página: 3/3 01/10/2019 16:03:20

0b62adebd9c076c455a6fd384ce9ecb2fc63533f





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CI, 08/10/2019 às 11h - 38ª, Extraordinária

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JARBAS VASCONCELOS		2. JADER BARBALHO	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	4. RODRIGO PACHECO	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO		6. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO		1. JOSÉ SERRA	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ROBERTO ROCHA		3. JUÍZA SELMA	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU		1. WEVERTON	
ACIR GURGACZ		2. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. KÁTIA ABREU	
ELIZIANE GAMA		4. ALESSANDRO VIEIRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
VAGO		3. VAGO	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	
CARLOS VIANA		2. NELSON TRAD	PRESENTE
IRAJÁ		3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. JAYME CAMPOS	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		2. ZEQUINHA MARINHO	

PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
STYVENSON VALENTIM		1. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	2. LASIER MARTINS	PRESENTE

Não Membros Presentes

08/10/2019 12:18:17

Página 1 de 2

Página 5 de 6

Parte integrante do Avulso do RQS nº 878 de 2019.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
CHICO RODRIGUES
ZENAIDE MAIA





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 879, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a retirada do PL 5259/2019, de minha autoria.

AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI)

DESPACHO: Deferimento. Ao arquivo



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a retirada do PL 5259/2019, de minha autoria.

Sala das Sessões,

Senador **ELMANO FÉRRER**
PODEMOS-PI





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 880, DE 2019

Oitiva da CAE sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342/2018.

AUTORIA: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia Oportunamente



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Sérgio Petecão

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19371.99574-32 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 342/2018, *que acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de Lei do Senado Federal foi inicialmente despachado apenas para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. Não obstante, considerando que a proposição versa sobre matéria de impacto na economia brasileira e aspectos de geração de emprego e renda do país, entendemos por bem que seja a proposição submetida à análise e discussão dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), visto que a lei que o autor pretende alterar passou pela análise dessa comissão, além do que a alteração proposta impõem ônus e insegurança jurídica aos empregadores.



Requeiro, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 342/2018, que acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a...

Sala das Sessões, 8 de outubro de 2019.

Senador Sérgio Petecão
(PSD - AC)
Primeiro-Secretário

SF/19371.99574-32 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 881, DE 2019

Retirada do PLS n° 254/2018.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

DESPACHO: Deferimento. Ao arquivo



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE
SF/19400.95789-68 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PLS 254/2018.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2019.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 882, DE 2019

Tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1419/2019, 1866/2019 e 1946/2019.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 1419/2019 com o PL 1866/2019 e o PL 1946/2019, por tratarem da mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Os três projetos alteram a Lei nº 10.826, de 2003, o Estatuto do Desarmamento, para estabelecer restrições à posse e ao porte de arma por quem pratica violência doméstica.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2019.

Senadora Leila Barros
(PSB - DF)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 883, DE 2019

Retirada do PL nº 3814/2019.

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

DESPACHO: Deferimento. Ao arquivo



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19126.20493-06 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 3814/2019.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2019.

Senadora Soraya Thronicke
(PSL - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 886, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da cerimônia de canonização da Irmã Dulce, no Vaticano.

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - Mesa

SF/19968.22582-24 (LexEdit)

Senhor Primeiro Vice-Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para exercer representação a serviço da Casa, sem ônus para o Senado Federal, no Vaticano, no período de 10/10/2019 a 14/10/2019, a fim de participar de Missão Oficial na Cerimônia de Canonização da Irmã Dulce, no Vaticano.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 10/10/2019 a 14/10/2019.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2019.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 887, DE 2019

Realização de sessão especial, em 27 de novembro próximo, destinada a comemorar os 25 anos da Advocacia do Senado Federal.

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº ⁸⁸⁷ DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia ~~27~~ de novembro de 2019, para comemorar os 25 anos da Advocacia do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A antiga Consultoria-Geral foi transformada em Advocacia do Senado Federal (ADVOSF), em 15 de dezembro de 1994, por meio da Resolução nº 73/1994, com a missão precípua de defender judicial e extrajudicialmente as prerrogativas do Senado Federal e de seus membros.

Ao longo dos seus 25 anos de existência, como órgão de assessoramento superior, a Advocacia do Senado Federal atua também na defesa judicial e na consultoria jurídica dos órgãos de cúpula do Senado Federal, inclusive a Presidência, a Mesa, a Comissão Diretora, a Secretaria-Geral da Mesa e a Diretoria-Geral.

Além disso, presta serviços de assessoramento jurídico e de representação judicial às comissões parlamentares, inclusive as de inquérito, e aos senhores senadores.

A ADVOSF é integrada por Advogados do Senado Federal recrutados por meio de concurso público, organizados em carreira e apoiados por assessores altamente qualificados.

Nos momentos mais tensos de sua história recente, o Senado Federal pôde contar com os membros da ADVOSF em defesa de uma relação harmônica e



independente entre poderes, da preservação do pacto federativo e da valorização do sistema político, fundamental para o regime democrático.

Assim, apresento com muita satisfação este requerimento de realização de Sessão Especial no Plenário, em reconhecimento ao relevante trabalho desenvolvido pela Advocacia do Senado Federal.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2019

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 890, DE 2019

Retirada do Projeto de Lei nº 2985/2019.

DESPACHO: Deferido

AUTORIA: Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19090.69443-10 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 2985/2019, *que altera a Lei 11.053, de 29 de dezembro de 2004, modificando os §6º e §7º do artigo 1º da referida lei, com o objetivo de definir o momento para opção pelo regime de tributação dos benefícios ou resgates de planos de benefícios de caráter previdenciário das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras.*

JUSTIFICAÇÃO

Solicito gentilmente a retirada de tramitação deste projeto eis que o atual texto será ajustado e ampliado.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2019.

Senador Jorginho Mello
(PL - SC)



Término de prazo



Encerrou-se em 8 de outubro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei n°s 1.535 e 3.706, de 2019; e do Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 47/2019





Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 47, de 2019 - Luís Antonio Balduino Carneiro (Colômbia)

Escolha do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Matéria **MSF 47/2019**

Início Votação **09/10/2019 16:06:06** Término Votação **09/10/2019 16:31:22**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
MDB	RO	Confúcio Moura	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SECRETO
Podemos	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PROS	AL	Fernando Collor	SECRETO
REDE	PR	Flávio Arns	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luís Carlos Heinze	SECRETO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SECRETO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SECRETO
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO

Emissão 09/10/2019 16:31:29



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 47, de 2019 - Luís Antonio Balduino Carneiro (Colômbia)

Escolha do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Matéria **MSF 47/2019**

Início Votação **09/10/2019 16:06:06** Término Votação **09/10/2019 16:31:22**

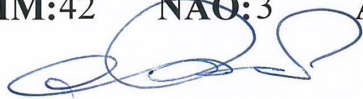
Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SECRETO

Presidente: *Antonio Anastasia*

SIM:42 NÃO:3 ABST.: 2 PRESIDENTE:0 TOTAL:47



Primeiro-Secretario

Emissão 09/10/2019 16:31:29



Ofício "S" nº 35/2019



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Ofício "S" nº 35, de 2019 - Luiz Fernando Tomasi Keppen (CNJ)

Indicação do Desembargador LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal.

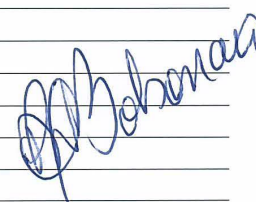
Matéria **OFS 35/2019**

Início Votação **09/10/2019 16:32:31** Término Votação **09/10/2019 17:18:22**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SECRETO
Podemos	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSD	MG	Carlos Viana	SECRETO
DEM	RR	Chico Rodrigues	SECRETO
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
Podemos	CE	Eduardo Girão	SECRETO
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SECRETO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SECRETO
REDE	ES	Fabiano Contarato	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
REDE	PR	Flávio Arns	SECRETO
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSD	TO	Irajá	SECRETO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SECRETO
PT	BA	Jaques Wagner	SECRETO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SECRETO
DEM	MT	Jayme Campos	SECRETO
PT	RN	Jean Paul Prates	SECRETO
PL	SC	Jorginho Mello	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
Podemos	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	DF	Leila Barros	SECRETO
PSD	AP	Lucas Barreto	SECRETO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SECRETO
PSL	SP	Major Olimpio	SECRETO
MDB	PI	Marcelo Castro	SECRETO
MDB	AC	Marcio Bittar	SECRETO
Podemos	ES	Marcos do Val	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SECRETO
PSD	MS	Nelsinho Trad	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO



Emissão 09/10/2019 17:18:28



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Ofício "S" nº 35, de 2019 - Luiz Fernando Tomasi Keppen (CNJ)

Indicação do Desembargador LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEEN, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal.

Matéria **OFS 35/2019**

Início Votação **09/10/2019 16:32:31** Término Votação **09/10/2019 17:18:22**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

PSDB	AM	Plínio Valério	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
Podemos	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PT	SE	Rogério Carvalho	SECRETO
Podemos	ES	Rose de Freitas	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSL	MS	Soraya Thronicke	SECRETO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PROS	RR	Telmário Mota	SECRETO
PROGRES	GO	Vanderlan Cardoso	SECRETO
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SECRETO
PL	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PROS	RN	Zenaide Maia	SECRETO

Presidente: *Antonio Anastasia*

SIM:52 NÃO:2 ABST.: 2 PRESIDENTE:0 TOTAL:56


Primeiro-Secretario

Emissão 09/10/2019 17:18:29



Projeto de Lei da Câmara nº 113/2015 - Complementar



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 234, DE 2019 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2015 – Complementar (nº 106, de 2011, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2015 – Complementar (nº 106, de 2011, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências*, consolidando a Emenda nº 2 – CAE, de redação, aprovada pelo Plenário, e promovendo adequação redacional.

Senado Federal, em 9 de outubro de 2019.

ANTONIO ANASTASIA, PRESIDENTE

JAQUES WAGNER, RELATOR

LUIS CARLOS HEINZE

WEVERTON



ANEXO DO PARECER Nº 234, DE 2019 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2015 – Complementar (nº 106, de 2011, na Casa de origem).

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária e de sociedade de contragarantia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo IX da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), passa a vigorar acrescido da seguinte Seção I-A:

“Seção I-A**Da Sociedade de Garantia Solidária e da Sociedade de Contragarantia**

Art. 61-E. É autorizada a constituição de sociedade de garantia solidária (SGS), sob a forma de sociedade por ações, para a concessão de garantia a seus sócios participantes.

§ 1º Na sociedade de garantia solidária poderão tomar parte sócios de 2 (duas) categorias:

I – os sócios participantes, que serão, preferencialmente, microempresas e empresas de pequeno porte, observados o número mínimo de 10 (dez) participantes e a participação máxima individual de 10% (dez por cento) do capital social;

II – os sócios investidores, que serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

§ 2º A sociedade de garantia solidária terá como finalidade social exclusiva a concessão de garantias pessoais ou reais a seus sócios participantes.

§ 3º Os atos da sociedade de garantia solidária serão arquivados no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.



§ 4º É livre a negociação, entre sócios participantes, de suas ações na respectiva sociedade de garantia solidária, respeitada a participação máxima que cada sócio pode atingir.

§ 5º Podem ser admitidos como sócios participantes os pequenos empresários, microempresários e microempreendedores e as pessoas jurídicas constituídas por esses associados.

§ 6º A sociedade de garantia solidária poderá receber recursos públicos e outros tipos de incentivos estatais voltados ao fomento de sua atividade principal, na forma definida por lei.

§ 7º Sem prejuízo do disposto nesta Lei Complementar, aplicam-se à sociedade de garantia solidária as disposições da lei que rege as sociedades por ações.

Art. 61-F. O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento de taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

Parágrafo único. Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir contragarantia por parte do sócio participante beneficiário, respeitados os princípios que orientam a existência daquele tipo de sociedade.

Art. 61-G. A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes que sejam objeto de securitização.

Art. 61-H. É autorizada a constituição de sociedade de contragarantia, que tem como finalidade o oferecimento de contragarantias à sociedade de garantia solidária, nos termos a serem definidos por regulamento.

Art. 61-I. A sociedade de garantia solidária e a sociedade de contragarantia integrarão o Sistema Financeiro Nacional e terão sua constituição, organização e funcionamento disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional, observado o disposto nesta Lei Complementar.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PLC nº 113, de 2015 - Complementar, com a Emenda nº 2 - CAE (Redação), nos termos do Parecer

Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para instituir a sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.

Matéria **PLC 113/2015**

Início Votação **09/10/2019 17:21:18**

Término Votação **09/10/2019 18:09:16**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

09/10/2019 16:05:00

Partido	Orientação		
REDE	SIM		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM

Emissão 09/10/2019 18:09:19



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PLC nº 113, de 2015 - Complementar, com a Emenda nº 2 - CAE (Redação), nos termos do Parecer

Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para instituir a sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.

Matéria **PLC 113/2015**

Início Votação **09/10/2019 17:21:18** Término Votação **09/10/2019 18:09:16**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PROGRES	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM

Presidente: *Antonio Anastasia*

SIM:55 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:56



Primeiro-Secretario

Emissão 09/10/2019 18:09:20



Proposta de Emenda à Constituição nº 95/2019





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 884, DE 2019

Calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019.

AUTORIA: Líder do CIDADANIA Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Paulo Rocha (PT/PA), Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Esperidião Amin (PP/SC), Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Wellington Fagundes (PL/MT), Líder do DEM Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PL Jorginho Mello (PL/SC), Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Líder do PROS Zenaide Maia (PROS/RN), Líder do PSB Leila Barros (PSB/DF), Líder do PSC Zequinha Marinho (PSC/PA), Líder do PSDB Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Líder do PSD Otto Alencar (PSD/BA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 884, DE 2019

RANDOLFE
RUDRIGUES

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, que *prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Sala das Sessões, de PAULO RUIZ de 2019.

ENIZIANG
CAMP

OTTO
ALENCAR

ZENAIDE
MAIP

LEILA LOPES

ZEQUINHA MARINHO

ESPERIDIÃO
AMIN

RUDRIGO
PACHICO

JORGILDO
MELLO

SERGÍNHO
MELLO

EDUARDO
BROGA

ALMEIDA
DIPS

RUDRIGO
CUNHA

WILLINGTON
FERNANDES





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) Nº 885, DE 2019

Preferência para votação da Emenda nº 2 - Plen (Substitutivo) à Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)



25

REQUERIMENTO Nº 885 , DE 2019

Requeiro, nos termos regimentais, preferência para votação da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo), à Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019.

Sala das Sessões, em _____ de _____ 2019.





SENADO FEDERAL

Aprovada.
Em 09/10/19.
104 d/c

EMENDA Nº2 - PLEN (Substitutivo)
(à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019)

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na hipótese de precatórios cujos débitos não tenham natureza alimentícia e dá outras providências.



SF/19449.92624-92

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 101.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2028, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:

III – empréstimos, não se aplicando quaisquer dos limites, requisitos ou restrições legais ou constitucionais, inclusive os

Recebido em 9 / 10 / 19
Hora: 15 : 59
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matriçula: 231013 SLSF/SGM



Página: 1/6 08/10/2019 19:21:00

dcde8057b61eaad0be39a74fe2408c96fa4b2be9



SENADO FEDERAL

relativos a contratações de operações de crédito e as restrições previstas no art. 167 da Constituição Federal;

.....
§ 3º Os recursos previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo, cuja utilização não ficará submetida a limites previstos em lei, serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no *caput* deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.

§ 4º Durante a vigência do regime especial a que se refere este artigo, a União disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, desde que observados os requisitos estabelecidos no § 5º, linha de crédito especial para pagamento dos saldos remanescentes de precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

.....
IV – nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam quaisquer dos limites, requisitos ou restrições, legais ou constitucionais, exigidos para contratações de operações de crédito ou contratações com a União, inclusive as restrições previstas no art. 167 da Constituição Federal.

§ 5º São requisitos para acesso à linha de crédito da União:

I – a necessidade de utilização de percentual da receita corrente líquida para quitação dos débitos de precatórios de que trata o *caput*;

II – a prévia utilização dos instrumentos a que se refere o § 2º deste artigo e o art. 105 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 6º Além dos requisitos constantes do § 5º, outros critérios poderão ser instituídos por meio de lei ordinária.

§ 7º O prazo de quitação previsto no *caput* será mantido em 31 de dezembro de 2024 para os débitos de natureza alimentícia definidos no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.



SF/19449.92624-92

Página: 2/6 08/10/2019 19:21:00

dcde8057b61eaad0be39a74fe2408c96fa4b2be9





SENADO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda substitutiva se propõe a corrigir uma deficiência do disposto no §4º do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Na sua edição, tal dispositivo previa a criação de linha pela União para o financiamento do saldo remanescente de precatórios submetidos ao regime especial de pagamento.

No entanto, a inexistência de previsão para as condições de tal linha de crédito, bem como a indefinição a respeito da data para a disponibilização da linha - uma vez que se tratava do “saldo remanescente” -, trouxe considerável insegurança jurídica para a implementação do dispositivo.

Tal emenda visa dirimir a incerteza à qual estão submetidos todos os agentes envolvidos na criação desta linha de crédito: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e o Poder Judiciário, inclusive. Neste sentido, é previsto a edição de norma legal regulamentando as condições para a linha de crédito, nos moldes de inúmeras outras já criadas em outros momentos pela União, bem como condições para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento de precatórios e o sequenciamento para a utilização dos instrumentos previstos no regime especial de pagamento de precatórios.

Nesses termos, portanto, solicitamos o apoio dos parlamentares.

Sala da Sessão,


Senador FERNANDO BEZERRA COELHO



SF/19449.92624-92

Página: 3/6 08/10/2019 19:21:00

dcde8057b61eaad0be39a74fe2408c96fa4b2be9



3





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - PLEN (Substitutivo), à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019,
que "Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no
art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
EDUARDO BRAGA	
OTTO ALMEIDA	
TASSO	
Muís de Jesus	
Antônio Anacleto	
Rodrigo Pacheco	
Fabiano Amaral	
Reginaldo Maranhão	
E. AMIN	
SIMONE TEBET	
ALVARO DIAS	
Orlando Rodrigues	
Luís Carlos de Brito	



SF/19449.92624-92

Página: 4/6 08/10/2019 19:21:00

dcde8057b61eaaad0be39a74fe2408c96fa4b2be9





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº - PLEN (Substitutivo), à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, que "Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
Bourso Junior	
Mailza Gomes	
AROLDE	
Marcelo	
Roberto Pinheiro	
Rob. da	
DARIO BERGER	
IVALCI LIMA	
Sergio Fatorato	
MARIA DO CARMO	
ELIANO FERRER	
STYVENSON VASCON	
PAULO ROCHA	



SF/19449.92624-92

Página: 5/6 08/10/2019 19:21:00

dcde8057b61eaad0be39a74fe2408c96fa4b2be9





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº 135, DE 2019 – PLEN/SF

De Plenário, sobre a Emenda nº 2 – PLEN, do Senador Fernando Bezerra Coelho, à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, do Senador José Serra e outros, que *prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.*



SF/19162.43143-10

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Em 8 de outubro de 2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatório de minha autoria, que passou a constituir o Parecer nº 132, de 2019 – CCJ, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). Em 9 de outubro de 2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho apresentou em Plenário a Emenda nº 2 – PLEN (Substitutivo), com o seguinte teor:

- retificação da redação do inciso III do § 2º do art. 101 do ADCT;
- supressão do termo “adicionais” no § 3º do art. 101 do ADCT, a fim de manter similaridade com a nova redação proposta pelo Substitutivo ao § 2º do art. 101;

Recebido em 09/10/2019.
Hora: 18:29

Cidelle
Cidelle Gomes Vitor Almeida
Matrícula: 264432 SLSF/SGM

Praça dos Três Poderes - Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Tancredo Neves - Gabinete 51 - CEP 70165-900 - Brasília/DF



Página: 1/4 09/10/2019 18:06:22

e846ea945082c1afeb68e5f3212c1cb37555d076



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

– alteração do § 4º do art. 101 do ADCT, com o intuito de disciplinar a disponibilidade de linha de crédito da União aos entes subnacionais para quitação do estoque de precatórios vencidos e a vencer durante a vigência do regime especial de pagamento;

– inserção de novo § 6º no art. 101 do ADCT para permitir que a União discipline as condições da linha de crédito, como a carência dos financiamentos; e

– modificação do alcance da proposta de prorrogação do prazo para quitação dos precatórios, de maneira que o prazo de quitação será de 31 de dezembro de 2028 para todos os tipos de precatórios, salvo aqueles decorrentes de débitos de natureza alimentícia.

II – ANÁLISE

As ideias contidas na Emenda nº 2 – PLEN (Substitutivo) aprimoram a matéria.

Em primeiro lugar, a correção da redação do inciso III do § 2º permite que os recursos das operações de crédito que porventura venham a ser contratadas em instituições financeiras federais possam ser utilizados para a quitação de precatórios relativos a despesas com pessoal, afastando, assim, a aplicação da vedação contida no art. 167 da Constituição.

Em segundo lugar, a alteração do § 4º do art. 101 do ADCT disciplina adequadamente a forma de acesso à linha de crédito a ser ofertada pela União para a quitação de precatórios.



SF/19162.43143-10

Página: 2/4 09/10/2019 18:06:22

e846ea945082c1afeb68e5f3212c1cb37555d076





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

É previsto que o acesso a essa linha de financiamento esteja vinculado ao cumprimento de dois requisitos constantes do novo § 5º do referido art. 101, quais sejam: (i) utilização do percentual da RCL do ente para quitação dos precatórios; e (ii) utilização dos recursos de depósitos judiciais, de precatórios efetuados até 2009 ainda não levantados e de outras operações de crédito contratadas para quitação dos precatórios, bem como compensação dos precatórios com débitos de origem tributária ou de outra natureza inscritos em 25 de março de 2015 em dívida ativa.

A nova proposta reconhece o papel suplementar da União na quitação do estoque de precatórios dos demais entes da Federação, aprimorando o pacto federativo. Ademais, os empréstimos contratados junto à União não estarão sujeitos a nenhum limite ou restrição de ordem legal ou constitucional.

Em terceiro lugar, a extensão do prazo de pagamento dos precatórios para 31 de dezembro de 2028 não atinge os precatórios de natureza alimentícia, que compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, mas alcança outros precatórios devidos às pessoas físicas. Essa medida reconhece a preferência constitucional concedida aos débitos de natureza alimentícia.

Por fim, é necessário realizar dois ajustes redacionais na Emenda nº 2 – PLEN (Substitutivo). O primeiro refere-se à substituição do termo “de percentual” para “do percentual” no inciso I do § 5º do art. 101 do ADCT. Já o segundo concerne à supressão do termo “critérios” no § 6º do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



SF/19162.43143-10

Página: 3/4 09/10/2019 18:06:22

e846ea945082c1afeb68e5f3212c1cb37555d076





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 2 – PLEN (Substitutivo), com ajustes de redação, ficando prejudicada a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo).

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/19162.43143-10

Página: 4/4 09/10/2019 18:06:22

e846ea945082c1afeb68e5f3212c1cb37555d076



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 236, DE 2019 – PLEN/SF**

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, do Senador José Serra e outros, nos termos da Emenda nº 2 – Plen (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, do Senador José Serra e outros, que *prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências*, nos termos da Emenda nº 2 – Plen (Substitutivo), com ajustes redacionais propostos pelo Relator, todos aprovados pelo Plenário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 2019.

ANTONIO ANASTASIA, PRESIDENTE

WEVERTON, RELATOR

EDUARDO GOMES

LEILA BARROS



ANEXO DO PARECER Nº 236, DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o segundo turno da Proposta
de Emenda à Constituição nº 95, de 2019.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº , DE 2019

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para precatórios cujos débitos não tenham natureza alimentícia.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2028, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local, observado o disposto no § 7º.



.....

§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:

.....

III – empréstimos, não se aplicando quaisquer dos limites, requisitos ou restrições legais ou constitucionais, inclusive os relativos a contratações de operações de crédito e as restrições previstas no art. 167 da Constituição Federal;

.....

§ 3º Os recursos previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo, cuja utilização não ficará sujeita a limites previstos em lei, serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no *caput* deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.

§ 4º Durante a vigência do regime especial de que trata este artigo, a União disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, desde que observados os requisitos estabelecidos no § 5º, linha de crédito especial para pagamento dos saldos remanescentes de precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

.....

IV – aos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam quaisquer dos limites, requisitos ou restrições legais ou constitucionais exigidos para contratações de operações de crédito ou contratações com a União, inclusive as restrições previstas no art. 167 da Constituição Federal.

§ 5º São requisitos para o acesso à linha de crédito de que trata o § 4º:

I – a utilização do percentual da receita corrente líquida para quitação dos débitos de precatórios de que trata o *caput*;

II – a prévia utilização dos instrumentos a que se referem o § 2º deste artigo e o art. 105 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 6º Além dos requisitos constantes do § 5º, outros critérios poderão ser estabelecidos por meio de lei ordinária.



4

§ 7º O prazo de quitação dos débitos de natureza alimentícia definidos no § 1º do art. 100 da Constituição Federal será 31 de dezembro de 2024.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 2 - PLEN (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art.101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Matéria **PEC 95/2019**Início Votação **09/10/2019 18:42:30** Término Votação **09/10/2019 19:06:22**Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

Partido	Orientação
MDB	SIM
Podemos	SIM
PSD	SIM
PSDB	SIM
PT	SIM
DEM	SIM
PDT	SIM
Cidadania	SIM
REDE	SIM
PROS	SIM
Minoria	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM

Emissão 09/10/2019 19:06:26



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 2 - PLEN (Substitutivo) à Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art.101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Matéria **PEC 95/2019**Início Votação **09/10/2019 18:42:30**Término Votação **09/10/2019 19:06:22**Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

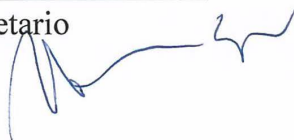
Data Sessão

09/10/2019 16:05:00

PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	TO	Kátia Abreu	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROGRES	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Leila Barros***SIM:56****NÃO:0****ABST.: 0****PRESIDENTE:1****TOTAL:57**

Primeiro-Secretario



Emissão 09/10/2019 19:06:26



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019 (2º Turno)

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art.101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Matéria **PEC 95/2019**

Início Votação **09/10/2019 19:07:57** Término Votação **09/10/2019 19:41:11**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **09/10/2019 16:05:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	TO	Kátia Abreu	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSL	SP	Major Olímpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM

Emissão 09/10/2019 19:41:14



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019 (2º Turno)

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art.101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Matéria **PEC 95/2019**

Início Votação **09/10/2019 19:07:57** Término Votação **09/10/2019 19:41:11**

Sessão **189º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

09/10/2019 16:05:00

PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROGRES	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: Antonio Anastasia

SIM:55 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:56


Primeiro-Secretario

Emissão 09/10/2019 19:41:14



Requerimento nº 888/2019





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 888, DE 2019

Urgência para o OFS 1/2019 - PRS 102/2019

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Requerimento nº 888, de 2019

Aprovado
Em 9/10/2019

COMISSÃO DE ASSUNTOS
ECONÔMICOS

APROVADO EM 8/10/2019

REQUERIMENTO Nº ¹²²/CAE-2019

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Ofício “S” nº 1 de 2019, que “*encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*”.

Em 8 de outubro de 2019.

SENADOR

Roberto





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 08/10/2019 às 10h - 39ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO		7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTES
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTES
JORGE KAJURU		1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU		3. ELIZIANE GAMA
RANDOLFE RODRIGUES		4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA		5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
CARLOS VIANA		2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. ANGELO CORONEL

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		2. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES		3. JORGINHO MELLO

Confere com o original

Daniel Marcio F. Andrade
 Secretário Adjunto da Comissão de
 Assuntos Econômicos



08/10/2019 12:00:34

Página 1 de 2

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 888 de 2019.





Senado Federal
Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
JAYME CAMPOS
PAULO ROCHA

08/10/2019 12:00:34

Página 2 de 2

Página 4 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 888 de 2019.



Requerimento nº 889/2019





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 889, DE 2019

Urgência para o PDL 28/2019.

AUTORIA: Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Líder do DEM Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Líder do Governo Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PDT Weverton (PDT/MA), Líder do PODEMOS Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB), Líder do PSC Zequinha Marinho (PSC/PA), Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 73, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 888, de 2019, que Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

RELATOR: Senador Wellington Fagundes

RELATOR ADHOC: Senador Rogério Carvalho

08 de Outubro de 2019



2



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 888, de 2019, do Deputado Marcelo Ramos, que *altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).*



SF/19727.19998-80

Relator: Senador **WELLINGTON FAGUNDES****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 888, de 2019, do Deputado Federal Marcelo Ramos, que *altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).*

A proposição está estruturada em cinco dispositivos. Os arts. 1º e 2º propõem alterações na Lei nº 10.931, de 2004. O primeiro comando do projeto modifica o § 6º do art. 4º do referido diploma legal para restaurar o Regime Especial de Tributação (RET) que produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, aplicável às incorporações de imóveis residenciais de interesse social, assim considerados os projetos de incorporação de imóveis destinados à construção de unidades residenciais de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.



**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

Pelo mencionado RET, a incorporadora recolhia o equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A proposta é que esse RET volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro de 2018, tenham sido registradas no Registro de Imóveis competente ou tenham tido os contratos de construção assinados.

O segundo comando do projeto insere o art. 11-A na Lei nº 10.931, de 2004, para prever que o RET vigorará, no caso de incorporações, até o recebimento integral das vendas de todas as unidades imobiliárias que compõem o memorial de incorporação registrado no Registro de Imóveis, independentemente da data da comercialização; e, no caso de contratos de construção, até o recebimento integral do valor das avenças.

Os arts. 3º e 4º, por sua vez, alteram a Lei nº 12.024, de 2009. A primeira modificação na referida lei é materializada pela nova redação ao seu art. 2º, cujo objetivo é restaurar o RET que também produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, aplicável à empresa construtora contratada para construir unidades habitacionais de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O referido RET das empresas construtoras também às beneficiaram com o recolhimento equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins.

Pela redação conferida pelo projeto, a restauração do regime especial alcança as empresas construtoras que tenham sido contratadas ou tenham obras iniciadas até 31 de dezembro de 2018. Além disso, a nova redação do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, na forma do art. 3º do PL, dispõe que a autorização para o recolhimento unificado dos tributos perdurará até a extinção do respectivo contrato celebrado e, no caso de comercialização da unidade, até a quitação plena do preço do imóvel.



SF/19727.19998-80



4

**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

Ainda em relação ao RET em questão, além de restaurá-lo, o PL, em seu art. 4º, insere o art. 2º-A na Lei nº 12.024, de 2009, para criar novas regras ao regime especial de tributação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019. De acordo com o texto do projeto, o RET das empresas contratadas para construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida passa a ser perene. Serão beneficiárias do regime as que forem contratadas para a construção de unidades habitacionais de até R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

O RET eleva, no entanto, o percentual de pagamento unificado de tributos de 1% (um por cento) para 4% (quatro por cento) da receita mensal auferida pelo contrato de construção, assim entendida a totalidade das receitas obtidas pela construtora na venda das unidades imobiliárias que compõem a construção, bem como as receitas financeiras e as variações monetárias decorrentes dessa operação.

O art. 2º-A da Lei nº 12.024, de 2009, na forma como proposto pelo art. 4º do PL, ainda estabelece o regramento do mencionado RET, com previsão, entre outros pontos: dos tributos envolvidos; caráter definitivo do pagamento unificado; repartição da receita tributária arrecadada; e duração do regime, que se estende até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

Por fim, o art. 5º da proposição estabelece a cláusula de vigência, ao dispor que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto apresentada na Câmara dos Deputados, o autor destacou que o Programa Minha Casa, Minha Vida permitiu “o acesso à casa própria às famílias” de baixa e média rendas, em consagração ao direito constitucional à moradia, e estimulou a indústria da construção civil, com geração de empregos e “renda para milhares de trabalhadores”. Para o autor, a concessão do benefício fiscal objeto da proposição contribuiu, entre outros fatores, para “a redução dos preços dos imóveis residenciais contemplados” e para o “sucesso do programa habitacional”. Por isso, sustenta as alterações previstas no PL em razão da importância de conferir mais segurança jurídica, prever disposições claras e sedimentar os resultados obtidos para a sociedade brasileira.



SF/19727.19998-80



**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

5

Na Câmara dos Deputados, o PL foi apresentado em 19 de fevereiro de 2019 e aprovado no Plenário da referida Casa no dia 10 de abril de 2019.

No âmbito do Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão no dia 16 de abril de 2019. No dia 8 de maio, foi apresentada a Emenda nº 1 pelo Senador Angelo Coronel, com o objetivo de alterar a redação do inciso I do art. 7º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para ampliar de até doze meses para até vinte e quatro meses o prazo de conclusão das unidades habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, relacionadas a operações com recursos destinados à subvenção econômica, previstos no inciso III do art. 2º do referido diploma legal.

No dia 7 de junho de 2019, apresentamos relatório, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre a matéria, com manifestação pela aprovação do PL nº 888, de 2019. No dia 11 do mesmo mês, a referida Comissão concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre proposições pertinentes a tributos e sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria.

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre sistema tributário e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos dos arts. 48, inciso I, e 61 da Constituição Federal. Além disso, o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de benefício fiscal, nos termos do § 6º do art. 150 da Constituição.

Em relação ao mérito, a proposição merece parecer pela aprovação desta Comissão.

O PL nº 888, de 2019, reestabelece o Regime Especial de Tributação (RET) aplicável a incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos de habitação residencial no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. O RET para esses casos se encerrou, no tocante às obras do referido Programa, em 31 de dezembro de 2018, nos termos do § 6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004, e do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009.



SF/19727.19998-80



**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

O regime especial consistia em reduzir a carga tributária relativa a tributos federais devidos pelas incorporadoras e construtoras que desenvolvem esses projetos. Em caso de opção pelo RET, o recolhimento do IPRJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins era unificado por meio da incidência da alíquota de 1% (um por cento) sobre a receita mensal específica obtida.

Com o fim do mencionado RET, em 31 de dezembro de 2018, as incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida devem voltar ao regime comum, com elevação, portanto, da carga tributária que onera os empreendimentos.

O que o projeto propõe é a extensão do regime para os empreendimentos que tenham sido, no caso de incorporadoras, até 31 de dezembro de 2018, registrados no Registro de Imóveis competente, ou que tenham tido os contratos de construção assinados até a referida data. É o que dispõe a nova redação que o art. 1º do PL confere ao § 6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004.

O regime especial apenas deixará de ser aplicado, no caso de incorporações, após o recebimento integral das vendas de todas as unidades que compõem o memorial de incorporação, conforme disciplinado pelo art. 11-A a ser inserido na Lei nº 10.931, de 2004, pelo art. 2º do PL.

Em relação às construtoras, a proposição exige para fruição do RET, nos termos da alteração do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, promovida pelo art. 3º do PL, que tenha havido a contratação ou o início das obras de construção das unidades habitacionais até 31 de dezembro de 2018.

Cumpridos os requisitos, mesmo que ultrapassado o ano de 2018, a empresa contribuinte poderá continuar a usufruir do RET até a extinção do respectivo contrato celebrado e, no caso de comercialização da unidade, até a quitação plena do preço do imóvel.

É evidente que essa previsão permite, com mais segurança, a manutenção dos empreendimentos iniciados em 2018, pois deixa de ocorrer a mudança do regime tributário em razão apenas da passagem de um exercício financeiro para outro. Impede-se, com a aprovação da proposição, o agravamento imediato da carga tributária incidente sobre as incorporações



SF/19727.19998-80



**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

e construções inseridas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, e, portanto, evitam-se possíveis prejuízos aos projetos em curso.

Em relação a novos projetos, iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, propõe-se, no art. 4º do PL, a inserção do art. 2º-A na Lei nº 12.024, de 2009. O dispositivo regula novo RET que incentivará a construção de unidades habitacionais de valor até R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A receita mensal decorrente do contrato de construção passa a poder ser submetida à alíquota de 4% (quatro por cento), cujo montante a ser recolhido representará o pagamento unificado de IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins. Esse novo regime vigorará, de acordo com o § 8º do art. 2º-A a ser inserido na Lei nº 12.024, de 2009, até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

O novo regime tributário, criado com semelhança ao vigente até 31 de dezembro de 2018, embora com carga tributária mais elevada, é importante para auxiliar a redução do déficit habitacional no País.

Segundo dados do IBGE, divulgados no estudo *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018*, um conjunto de 13% da população brasileira residia, em 2017, em domicílios com ao menos uma importante inadequação domiciliar, como ausência de banheiros de uso exclusivo dos moradores, utilização de materiais não duráveis nas paredes externas do domicílio, adensamento domiciliar excessivo e importante ônus com despesas de aluguel. Isso representa o equivalente a 27 milhões de pessoas e a 7,8 milhões de domicílios.

Essa conjuntura brasileira evidencia a necessidade de manter o fomento à participação das construtoras nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trata-se de unidades habitacionais de valor reduzido, cuja construção e posterior aquisição pelas pessoas concretiza, de modo substancial, o direito à moradia, previsto como direito social no art. 6º da Constituição Federal.

O momento exige, no entanto, que o incentivo passe a vigorar a partir de 2020, tendo em vista que já ultrapassado o primeiro semestre de 2019. Prever que o regime tenha aplicação desde o início deste ano poderá



SF/19727.19998-80



8

**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES**

criar embaraços relacionados à retroatividade da norma e prejuízo às contas públicas. Por isso, apresenta-se emenda de redação para ajustar o início de produção de efeitos do novo RET.

Reitera-se, diante do exposto, que a única manifestação possível em relação à proposição é pela sua aprovação, com a máxima celeridade possível.

Quanto à Emenda nº 1, embora louvável o objetivo nela inserido, a matéria é estranha ao PL, razão pela qual merece análise em projeto autônomo, de sorte a permitir a efetiva análise de seu conteúdo, efeitos e repercussão.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 888, de 2019, e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada nesta Comissão e pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 2 – CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no *caput* do art. 2º-A da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, na forma do art. 4º do Projeto de Lei nº 888, de 2019, o termo “2019” por “2020”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19727.19998-80





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 08/10/2019 às 10h - 39ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO		7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE KAJURU		1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU		3. ELIZIANE GAMA
RANDOLFE RODRIGUES		4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA		5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
CARLOS VIANA		2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. ANGELO CORONEL

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		2. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES		3. JORGINHO MELLO





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
JAYME CAMPOS
PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 888/2019)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 2-CAE, E CONTRÁRIO A EMENDA Nº 1.

08 de Outubro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

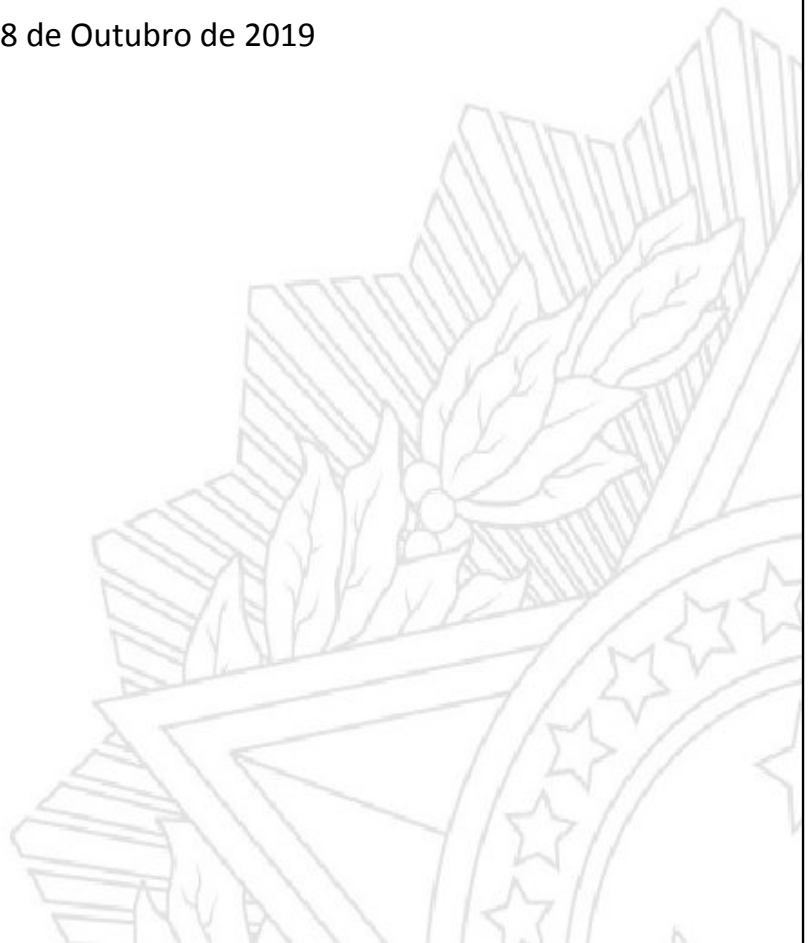
PARECER (SF) Nº 74, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício "S" nº 1, de 2019, que Encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

RELATOR: Senador Flávio Bolsonaro

08 de Outubro de 2019



**SENADO FEDERAL**

Senador FLÁVIO BOLSONARO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2019 (OF. nº 14, de 27 de dezembro de 2018, na origem), do Ministério da Fazenda, que *encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*



SF/19203.75357-23

Relator: Senador **FLÁVIO BOLSONARO****I – RELATÓRIO**

É submetido à apreciação desta Comissão o Ofício “S” nº 1, de 2019, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha proposta, ao Senado Federal, para a fixação de intralimite, a vigor para o ano de 2019, para a concessão de garantias da União às operações de crédito, interno e externo, de interesse dos Estados, do Distrito Federal (DF) e dos Municípios.

Conforme informado no ofício, o então Ministério da Fazenda propõe que o valor das garantias a serem concedidas aos entes subnacionais, neste ano, esteja limitado a R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

II – ANÁLISE

Inicialmente, ressalte-se que o referido ofício cumpre determinação expressa no § 1º do art. 9º-A da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em que fica definido que, por proposta do Presidente da República ou por iniciativa desta Comissão, será fixado ou revisado intralimite anual das garantias concedidas pela União.



Destaque-se ainda que conforme o art. 2º do Decreto nº 9.220, de 4 de dezembro de 2017, o Presidente da República delegou essa competência ao Ministro de Estado da Fazenda.

Nos termos da Nota SEI nº 7, de 11 de dezembro de 2018, da Gerência de Projeções e Estudos Fiscais dos Estados e Municípios (GEPEF) da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que acompanha o Ofício, fica evidenciado que, para a definição do intralimite proposto, foram adotados procedimentos em consonância com os critérios definidos no referido art. 9º-A da Resolução nº 48, de 2007.

Dessa forma, o limite proposto tem fundamento e está em consonância com as estimativas de resultados primários previstas para os estados, o DF e os municípios, com a capacidade de pagamento dos respectivos entes federados e com a previsão do valor anual de novas operações de crédito passíveis de contratação por órgãos e entidades do setor público.

A propósito, como explicitado na referida Nota, “a definição dos limites levou em consideração o impacto primário das aprovações das operações de crédito tanto no ano de referência quanto nos anos subsequentes, e se buscou suavizar os limites de contratação ao longo do tempo, de modo a promover uma maior previsibilidade por parte dos entes subnacionais, reduzindo os sobressaltos provocados pelas diferenças de espaços fiscais de um ano para outro.”

Mais ainda, uma vez projetado o espaço fiscal para as contratações de operações de crédito em 2019, seu ajuste é procedido, levando em consideração (i) as contratações advindas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que, por sua própria natureza, implicam impactos primários negativos e integrais no ano de sua contratação pelos estados que dele participam (Rio de Janeiro, com previsão de adesão dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul neste ano); (ii) as contratações previstas pelos entes que aderiram ao Plano de Acompanhamento Fiscal – PAF, entes esses comprometidos com maior transparência dos dados fiscais e com metas fiscais acordadas com a STN; e (iii) por fim, as contratações dos entes sem PAF.

Ao assim proceder, entendemos, a STN, de forma oportuna e acertada, restringe eventuais incertezas acerca do cumprimento do resultado primário pelos governos, sem dúvida, fator de obstáculo ao planejamento financeiro da União. Daí a pertinência dos intralimites anuais propostos, sobretudo por possibilitar, em decorrência, parâmetros confiáveis para a

II2019-01904



avaliação da trajetória do endividamento dos entes subnacionais e do planejamento financeiro da Federação.

Em outros termos, a estipulação dos fluxos anuais de garantias aos entes subnacionais, ora sob exame, baseadas nos critérios definidos na referida resolução do Senado Federal e que se fundam em variáveis capazes de expressarem a real situação fiscal dos estados, do DF e dos municípios, sem dúvida, contribui para o aprofundamento do controle que o Senado exerce sobre a dívida e sobre o endividamento público.

Como resultado de todo esse processo de avaliação, foi fixado o valor correspondente ao intralimite para a concessão de garantias da União aos estados, DF e municípios, para o ano de 2019, equivalente a R\$ 22,5 bilhões, decorrente da soma das garantias previstas para serem alocadas aos estados no âmbito do RRF (R\$ 9,5 bilhões), aos participantes do PAF (R\$ 8 bilhões) e ao sem PAF (R\$ 5 bilhões).

Vale ressaltar que, para a definição desse limite, o montante ajustado para as contratações de operações de crédito, pelos entes subnacionais, no ano de 2019, deve alcançar o valor de R\$ 32,9 bilhões, sendo que R\$ 9,1 bilhões correspondem a operações de crédito externo, que em geral demandam garantia da União, e R\$ 23,8 bilhões, a operações internas, com e sem garantia da União.

Em conclusão, o valor do intralimite de concessão de garantia da União a operações de crédito dos Estados, do DF e dos Municípios, atendeu aos critérios definidos no referido art. 9º-A da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que *“dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”*, e foi projetado com base em metodologia de cálculo adequada e pertinentemente desenvolvida e aplicada pela STN.

III – VOTO

Em decorrência do exposto, somos pela aprovação do valor do intralimite proposto pelo Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do seguinte:

II2019-01904



SF/19203.75357-23



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Fixa o limite de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É fixado o valor de R\$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a vigor no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União a ser concedido às operações de crédito interno e externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. A concessão das garantias de que trata o *caput* sujeitam-se às Resoluções do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007, em conformidade com as normas do Ministério da Economia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

II2019-01904





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 08/10/2019 às 10h - 39ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO		7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE KAJURU		1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU		3. ELIZIANE GAMA
RANDOLFE RODRIGUES		4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA		5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
CARLOS VIANA		2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. ANGELO CORONEL

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		2. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES		3. JORGINHO MELLO





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

RODRIGO CUNHA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
JAYME CAMPOS
PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 1/2019)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

08 de Outubro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 75, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 1766, de 2019, do Senador Reguffe, que Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

RELATOR: Senador Plínio Valério

08 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.766, de 2019, do Senador Reguffe, *que dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.*



Relator: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.766, de 2019, da autoria do Senador REGUFFE, contém três artigos. O primeiro deles propõe alteração no inciso VII do art. 12 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prorrogar a autorização para a dedução da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física devido até o exercício de 2024, ano-calendário 2023. O segundo contém medidas no sentido de adequar o projeto às exigências da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O art. 3º determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificção, o autor explica a adoção da medida como forma de impedir o aumento da carga tributária. Destaca ainda a necessidade de apoiar *a manutenção de milhares de postos de trabalho, principalmente no momento em que o Brasil convive com mais de 13 milhões de desempregados.*



Encerrado o prazo regimental, o projeto não foi objeto de emendas.

O PL foi distribuído, em caráter terminativo, unicamente a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

II – ANÁLISE

A atribuição regimental da CAE para opinar sobre a proposição é dada pelos incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que reserva à Comissão a prerrogativa de opinar sobre matérias atinentes a tributos e assuntos de natureza econômica.

Quanto à legitimidade da iniciativa, o Parlamentar pode propor projetos de lei ordinária que tratem de tributos federais, como é o caso do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, com fundamento na interpretação combinada dos arts. 24, I; 48, I; 61; e 153, III, todos da Constituição Federal (CF).

A juridicidade do projeto é patente, visto que, em conformidade com as diretrizes que norteiam a ordem jurídica, utiliza-se de instrumento legislativo adequado (projeto de lei ordinária), para inovar a legislação de maneira efetiva.

No mérito, não há qualquer reparo, a legislação em vigor somente autoriza deduzir do imposto devido – até o exercício de 2019 – a contribuição patronal previdenciária incidente sobre o valor da remuneração do empregado doméstico. Dessa forma, caso não haja alteração legislativa, o benefício terminará neste ano.

Cabe recordar que, com a promulgação da Emenda à Constituição (EC) nº 72, de 2013, foram estendidos os direitos garantidos aos empregados domésticos, como a jornada de trabalho definida (44 horas semanais), as horas extras, o FGTS, o seguro-desemprego, o adicional noturno, entre outros. Todas essas garantias repercutiram diretamente sobre o valor auferido pelos trabalhadores.

cs2019-04019



Se, por um lado, a EC nº 72, de 2013, trouxe vantagens imediatas aos trabalhadores domésticos e ao Governo Federal, pois aumentou a remuneração dos empregados e elevou a arrecadação, em virtude do incremento da base de cálculo das Contribuições Previdenciárias e da compulsoriedade das Contribuições relativas ao FGTS. Por outro lado, ampliou as obrigações e despesas para o empregador.

É justificável, sob esse prisma, que ajustes no ordenamento legislativo sejam realizados, de modo a compensar os novos encargos que os empregadores domésticos devem arcar. Caso não haja alteração, haverá o risco do aumento da informalidade no setor, com tendência de contratação sem reconhecimento de vínculo empregatício, por meio do enquadramento como diarista. Isso ocasionará aumento de despesas governamentais, pela necessidade de incremento da fiscalização das relações trabalhistas, além de acirrar os conflitos entre patrões e empregados, majorando o número de demandas na Justiça do Trabalho.

Ademais, o benefício social gerado pela medida será muito mais relevante do que a eventual diminuição de recursos da União, pois o projeto prevê a manutenção dos limites atualmente em vigor para o abatimento do imposto.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 1.766, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

cs2019-04019





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 08/10/2019 às 10h - 39ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	3. DÁRIO BERGER PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	4. MARCELO CASTRO PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA		6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO		7. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
JOSÉ SERRA		1. LASIER MARTINS PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS		4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
REGUFFE	PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
JORGE KAJURU		1. LEILA BARROS PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU		3. ELIZIANE GAMA
RANDOLFE RODRIGUES		4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA		5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR PRESENTE
CARLOS VIANA		2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ		3. ANGELO CORONEL

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. CHICO RODRIGUES PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		2. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES		3. JORGINHO MELLO





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

RODRIGO CUNHA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
JAYME CAMPOS
PAULO ROCHA



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 1766/2019, nos termos do relatório apresentado.

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS			
MECIAS DE JESUS		X		2. JADER BARBALHO			
FERNANDO BEZERRA COELHO				3. DARIO BERGER	X		
CONFÚCIO MOURA				4. MARCELO CASTRO			
LUIZ DO CARMO	X			5. MARCIO BITTAR			
CIRO NOGUEIRA				6. ESPERIDIAO AMIN	X		
DANIELLA RIBEIRO				7. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ SERRA				1. LASIER MARTINS			
PLINIO VALÉRIO	X			2. ELMANO FERRER			
TASSO JEREISSATI		X		3. ORIOVISTO GUIMARÃES	X		
ROSE DE FREITAS				4. MAJOR OLÍMPIO			
REGUFFE	X			5. ROBERTO ROCHA			
FLÁVIO BOLSONARO		X		6. IZALCI LUCAS		X	
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE KAJURU				1. LEILA BARROS			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO				2. ACIR GURGACZ			
KÁTIA ABREU				3. ELIZIANE GAMA			
RANDOLFE RODRIGUES				4. CID GOMES			
ALESSANDRO VIEIRA				5. WEVERTON			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES	X			1. PAULO PAIM			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. TELMÁRIO MOTA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OMAR AZIZ				1. OTTO ALENCAR	X		
CARLOS VIANA				2. LUCAS BARRETO			
IRAJÁ				3. ANGELO CORONEL			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. CHICO RODRIGUES			
MARCOS ROGÉRIO				2. ZEQUINHA MARINHO			
WELLINGTON FAGUNDES				3. JORGINHO MELLO			

Quórum: TOTAL 14
Votação: TOTAL 13 SIM 9 NÃO 4 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 08/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Omar Aziz
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1766/2019)

A COMISSÃO APROVA O PROJETO, POR 9 VOTOS FAVORÁVEIS, 4 VOTOS CONTRÁRIOS E NENHUMA ABSTENÇÃO.

08 de Outubro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 60, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 4399, de 2019, que Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Styvenson Valentim

RELATOR: Senador Irajá

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº 60 , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 4.399, de 2019, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.



Relator: Senador **IRAJÁ**

I – RELATÓRIO

Em análise, nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei (PL) nº 4.399, de 2019, que decorre da aprovação parcial, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da Sugestão (SUG) nº 24, de 2019, advinda do Programa e-Cidadania. A proposta em questão deriva da Ideia Legislativa nº 115.431. Ela foi formulada pela cidadã Gigi Lacarotes Handmade, de São Paulo, no Portal e-Cidadania, e foi intitulada: *reconhecer a FIBROMIALGIA como doença crônica com direito a aposentadoria e auxílio doença*.

A Sugestão, também, verbaliza a demanda pela concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez com direito a um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), destinados ao pagamento de cuidadores, além do acesso a medicamentos e terapias gratuitas.

Analisando a matéria, de acordo com o art. 6º, *caput*, da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, a CDH entendeu, após longa análise sobre o tema, ao qual nos reportamos, pela aprovação da Sugestão nº 24, de 2019, na forma de Projeto de Lei que inclui a fibromialgia no rol das doenças que asseguram aos



2³

portadores a dispensa do cumprimento do período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Em seu Parecer na CDH, o Senador Flávio Arns, registra que a legislação brasileira já reconhece a fibromialgia como doença crônica e garante aos portadores dessa condição acesso a medicamentos e terapias gratuitas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sobre esse reconhecimento da fibromialgia como doença crônica, o Relator também informou que foi realizada audiência pública, em 17 de agosto de 2016, no âmbito desta CAS, em atendimento ao Requerimento nº 18, de 2016, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir a fibromialgia e a possibilidade de sua classificação como crônica.

Ainda em relação à inclusão da fibromialgia como doença crônica, o Relator registra a definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo o OMS, as doenças crônicas são aquelas que têm uma ou mais das seguintes características: são permanentes; produzem incapacidade ou deficiências residuais; são causadas por alterações patológicas irreversíveis; exigem uma formação especial do doente para a reabilitação, ou podem exigir longos períodos de supervisão, observação ou cuidados.

Mais adiante, o Parecer cita a Portaria nº 1.083, de 2 de outubro de 2012, da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica. Nessa norma, está incluída a fibromialgia no rol das doenças caracterizadas por quadros de dor crônica, reconhecendo-a como causa de dor de fisiopatologia ainda pouco conhecida, de alta prevalência e impacto no sistema de saúde.

Assim, há um consenso entre especialistas da área de saúde, especialmente das áreas médicas de reumatologia e neurologia, e dos gestores de saúde – consenso expresso no PDCT da Dor Crônica – de que a fibromialgia é uma doença crônica, caracterizada essencialmente por quadro de dor crônica. Dado esse consenso, desnecessária uma previsão nesse sentido na legislação ordinária, que não teria efeitos ou repercussões práticas. Enfim, classificar uma doença não gera, em princípio, direitos relativos a ela.

O Relator da matéria, na CDH, também registra que o acesso ao SUS é universal, igualitário e gratuito e, portanto, a demanda, contida na



mr2019-11722



Sugestão original, por acesso a medicamentos e terapias, já está contemplada na legislação.

Na sequência, manifestando-se acerca da demanda por auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), no valor dos benefícios, com o intuito de permitir que os doentes com fibromialgia tenham cuidadores, o Relator faz alguns esclarecimentos.

Registra, inicialmente, que a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, em seu art. 151, lista moléstias que acarretam o direito aos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez sem a exigência do cumprimento de prazo de carência.

Segundo ele, não se trata de concessão de aposentadoria por invalidez imediata, vinculada a estas doenças. Não funciona assim em regime previdenciário algum. A aposentadoria depende de perícia realizada por junta médica oficial, independentemente da doença ou o do agravo. Se não há invalidez, não serão concedidos os benefícios previstos em lei aos portadores da doença.

Ou seja, o dispositivo legal vigente não garante o direito à aposentadoria por invalidez, mas, sim, à dispensa do período de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, para os segurados do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, nos casos em que for constatada a invalidez decorrente das doenças ali elencadas.

Finalmente, acerca da demanda por acréscimo de 25% no valor dos benefícios, entende o Relator da matéria que tal previsão não encontra respaldo na legislação vigente, haja vista que esse adicional não é concedido aos portadores das demais doenças listadas no art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, muitas delas mais graves ou incapacitantes que a fibromialgia.

Em face desses argumentos, a CDH aprovou parcialmente a matéria na forma do Projeto de Lei nº 4399, de 2019, para conceder a inexistência do período de carência, para a concessão de benefícios que possam estar associados à Fibromialgia.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.



II – ANÁLISE

Compete à CAS dar parecer sobre o projeto de lei em análise, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A regulamentação da matéria objeto desta proposição – dispensa do cumprimento de prazos de carência para concessão de benefícios aos segurados com fibromialgia – enquadra-se no inciso XXIII do art. 22 da Carta Magna, que atribui competência privativa à União para legislar sobre a seguridade social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional legislar sobre o assunto, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores. Tampouco se exige Lei Complementar para regulamentar o tema.

Portanto, no que se refere à constitucionalidade, à regimentalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há vícios que prejudiquem o andamento da proposta em apreciação.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto. Esta CAS já realizou audiência pública sobre a fibromialgia e alguns consensos já foram obtidos, conforme se deduz do minucioso parecer elaborado pelo Senador Flávio Arns, na CDH.

A Sugestão (SUG) nº 24, de 2019, analisada à luz da legislação vigente, apresenta demandas que já estão previstas na legislação, como o acesso a medicamentos e terapias gratuitas e a definição da fibromialgia como doença crônica, e outras que são inviáveis juridicamente, como a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, em decorrência do mero diagnóstico da doença, sem uma avaliação pericial das condições individuais do segurado.

A CDH buscou uma forma de atender, ao menos parcialmente, a demanda e optou pela adoção da inexistência de prazos de carência para os segurados com fibromialgia, incluindo essa doença, entre diversas outras previstas no art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todas

mr2019-11722



SF/19185.78291-69



beneficiadas com a ausência de um prazo de carência para a eventual concessão de benefícios.

Em nosso entendimento, trata-se de uma medida justa. A fibromialgia é uma doença crônica e a sua cura definitiva pode demorar, dada a evolução dos estudos nesse sentido. Nenhum segurado da Previdência Social, diante do diagnóstico desfavorável, pode ficar sem cobertura previdenciária, simplesmente porque não cumpriu um prazo de carência de 12 (doze) meses.

No caso de auxílio-doença, o segurado pode simplesmente ser obrigado a trabalhar, sem as mínimas condições e sob fortes dores, eis que a ausência de cobertura o deixaria sem a renda do trabalho, ou seja, sem a sua subsistência. Quanto à aposentadoria por invalidez, via de regra, não há concessão em curto prazo, dadas as avaliações sequenciais a que se submetem os doentes e a necessária cautela na análise do quadro evolutivo.

Finalmente, considerando-se que se trata de uma doença crônica e a responsabilidade pelos danos que ela causa não pode ser atribuída, de forma alguma, aos pacientes, a exigência de um prazo de carência, de 12 (doze) meses, é de uma crueldade exagerada. Em última instância, se poderia dizer que essa regra atenta contra o objetivo previsto no inciso I do art. 194, da Constituição Federal, que aponta no sentido de uma seguridade social com “universalidade da cobertura e do atendimento”.

III – VOTO

Por todas essas razões, nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 4.399, de 2019, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala da Comissão,

Senador Styvenson Valentim, Presidente

Senador Irajá, Relator

mr2019-11722





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAS, 09/10/2019 às 09h30 - 43ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. MECIAS DE JESUS PRESENTE
EDUARDO GOMES	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCELO CASTRO	3. VAGO
LUIZ DO CARMO PRESENTE	4. MAILZA GOMES
LUIS CARLOS HEINZE	5. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI	1. JUÍZA SELMA
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO PRESENTE
ROMÁRIO	3. ROSE DE FREITAS
SORAYA THRONICKE PRESENTE	4. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
LEILA BARROS PRESENTE	1. JORGE KAJURU
WEVERTON	2. CID GOMES
FLÁVIO ARNS PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ELIZIANE GAMA PRESENTE	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
HUMBERTO COSTA	1. PAULO PAIM PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO PRESENTE	2. PAULO ROCHA PRESENTE
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR
PSD	
TITULARES	SUPLENTE
NELSINHO TRAD	1. CARLOS VIANA
IRAJÁ PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
OTTO ALENCAR PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
JAYME CAMPOS PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO
MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE	2. CHICO RODRIGUES PRESENTE

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 RODRIGO CUNHA
 WELLINGTON FAGUNDES
 DÁRIO BERGER





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

IZALCI LUCAS

JORGINHO MELLO

AROLDE DE OLIVEIRA

ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 4399/2019)**

NA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR IRAJÁ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO.

09 de Outubro de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 132, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, do Senador José Serra, que Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

08 de Outubro de 2019





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, do Senador José Serra e outros, que *prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.*



SF/19963.27458-66

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA****I – RELATÓRIO**

Encontra-se em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 95, de 2019, cujo primeiro signatário é o Senador José Serra, que versa sobre o regime especial de pagamento de precatórios.

O **art. 1º** altera três dispositivos do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a saber, o *caput*, o inciso III do § 2º e o § 3º.

A primeira alteração refere-se à prorrogação do prazo para que os entes subnacionais que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios possam quitar os débitos vencidos e a vencer até 31 de dezembro de 2028. O prazo final atual é 31 de dezembro de 2024, de acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 99, de 2017.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Ademais, estabelece que o percentual mínimo das receitas correntes líquidas desses entes para a quitação dos precatórios será o percentual praticado na data da entrada em vigência da EC resultante da aprovação da PEC nº 95, de 2019, em conformidade com o plano de pagamento apresentado anualmente ao Tribunal de Justiça local.

A segunda alteração promovida pela PEC nº 95, de 2019, diz respeito à substituição do termo “quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei” pelo termo “quaisquer outros limites previstos em lei” no inciso III do § 2º do art. 101 do ADCT.

A terceira alteração promovida pela PEC nº 95, de 2019, refere-se ao § 3º do art. 101 do ADCT e objetiva excluir do “Teto de Gastos” estadual as despesas com precatórios custeadas com recursos oriundos de parte dos depósitos judiciais ou administrativos e da totalidade dos depósitos de precatórios e requisições de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados.

O **art. 2º** da PEC traz a cláusula de vigência, com a emenda constitucional entrando em vigor na data de sua publicação.

Consoante os autores, a crise fiscal em curso dificulta o equilíbrio dos orçamentos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A extensão do prazo de pagamento dos precatórios concilia o direito dos credores com o cumprimento das obrigações dos gestores públicos nas áreas sociais, garantindo uma folga orçamentária da ordem de R\$ 7 bilhões ao ano (ou R\$ 42,1 bilhões até 2024), o que facilita a execução dos planos de pagamento de precatórios e o processo de ajuste fiscal.





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

II – ANÁLISE

Segundo o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), à CCJ cabe opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições que lhe são submetidas. O art. 356 do RISF, por sua vez, afirma que essa competência é privativa, compreendendo inclusive parecer sobre o mérito, quando se trata das propostas de emenda à Constituição.

Quanto aos aspectos constitucionais, a PEC nº 95, de 2019, cumpre os requisitos constantes do art. 60 da Lei Maior, uma vez que: *(i)* é apoiada por mais de um terço dos Senadores; *(ii)* propõe alteração da Constituição da República em um cenário de inexistência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; *(iii)* não suprime as cláusulas pétreas; e *(iv)* não dispõe sobre assunto contido em proposta rejeitada ou prejudicada nessa sessão legislativa.

No que se refere à juridicidade, a PEC nº 95, de 2019, inova a ordem jurídica. Quanto à técnica legislativa, a proposição está em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Em relação ao mérito, é oportuna a discussão de medidas que buscam fortalecer o pacto federativo, à luz da severa restrição fiscal vivenciada por muitas unidades da Federação. A matéria em exame caminha nessa direção, sem prejudicar os direitos dos credores de precatórios, pois os montantes devidos continuarão sendo corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).



SF/19963.27458-66



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

A extensão do prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios até 2028 garante aos estados, Distrito Federal e municípios um imprescindível alívio de liquidez até 2024. Essa providência beneficia, mormente, os entes da Federação em apuros para custear a prestação a contento de serviços públicos essenciais nas áreas da educação, saúde e segurança pública, inclusive o pagamento em dia da folha de pagamento dos respectivos servidores públicos.

Por seu turno, a flexibilização do “Teto de Gastos” estadual, previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, significa que não é computado na apuração do referido limite de despesas o pagamento de precatórios realizado com recursos extraordinários de operações de crédito contratadas junto à União ou suas instituições financeiras, com recursos oriundos de parte dos depósitos judiciais ou administrativos e com a totalidade dos depósitos de precatórios e requisições de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados. Essa alteração beneficia, sobretudo, os entes que apresentam alto estoque de precatórios a pagar nos anos seguintes.

O “Teto de Gastos” estadual consiste na limitação do crescimento das despesas primárias correntes à taxa de inflação medida pela variação do IPCA por dois exercícios financeiros, excetuadas as transferências constitucionais aos municípios e os pagamentos da contribuição social do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. A sanção por seu descumprimento é a revogação do prazo adicional de pagamento de dívidas junto à União, com a obrigatoriedade de o estado restituir os valores diferidos nas prestações seguintes à razão de um doze avos por mês, com a aplicação dos encargos contratuais de adimplência.





6

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Vislumbramos, contudo, alguns ajustes a fazer na PEC nº 95, de 2019. O primeiro ajuste se dá na redação do § 2º do art. 101 do ADCT, para permitir a utilização de recursos próprios não integrantes das fontes de receita corrente líquida para a quitação dos débitos de precatórios.

O segundo ajuste ocorre no § 3º do citado art. 101, para excluir do “Teto de Gastos” estadual as despesas com precatórios pagas com recursos de depósitos judiciais e com valores de depósitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor efetuados até 2009 e ainda não levantados.

Por fim, o terceiro ajuste acrescenta novo § 5º no referido art. 101, para estabelecer que o prazo de quitação dos precatórios será prorrogado para o final de 2028 somente na hipótese de precatórios expedidos em benefício de pessoas jurídicas, não afetando, portanto, o cronograma de pagamentos das pessoas físicas.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:



SF/19963.27458-66





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

7

EMENDA Nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 95, DE 2019

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na hipótese de precatórios expedidos em favor de pessoas jurídicas e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 101.**

.....
§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:

.....
III – empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do *caput* do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do *caput* do art. 167 da Constituição Federal.

.....
§ 3º Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo, cuja utilização não ficará submetida a limites previstos em lei, serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no *caput* deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.



SF/19963.27458-66





8

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

§ 5º O prazo de quitação previsto no *caput* será prorrogado para 31 de dezembro de 2028 na hipótese de precatórios expedidos em favor de pessoas jurídicas.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/10/2019 às 11h - 60ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA		4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO		3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO		3. WELLINGTON FAGUNDES	





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS

PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PEC 95/2019)**

NA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ANTONIO ANASTASIA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO).

08 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 133, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2018, que Dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Major Olimpio

08 de Outubro de 2019



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Major Olímpio

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o PLC nº 44, de 2018 (PL nº 3.201, de 2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.*



SF/19236.68917-02

RELATOR: Senador **MAJOR OLÍMPIO****I – RELATÓRIO**

Vem para a análise deste Colegiado o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2018 (PL nº 3.201, de 2015, na Casa de origem), de autoria do Deputado Covatti Filho que *dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.*

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania. A Proposição foi apreciada conclusivamente pelas Comissões, tendo sido remetida ao Senado Federal para aprovação.

No Senado Federal a matéria foi distribuída exclusivamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Projeto objetiva alterar a redação do § 12 do art. 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a destinação de recursos remanescentes provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para os órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.



2³

A modificação operada pelo PLC faz com que, depois do leilão do bem, desde que quitados os débitos, o saldo remanescente seja depositado em conta específica do órgão responsável pela realização do leilão, ficando à disposição do antigo proprietário, que deverá ser notificado do fato em, no máximo, trinta dias da realização da hasta pública, de forma a que levante esse valor, cujo prazo de levantamento será de cinco anos.

Caso sejam transcorridos os cinco anos sem que o antigo proprietário levante o valor remanescente, este será repassado:

- a) nos leilões realizados pelos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito, para as Secretarias de Estado de Segurança Pública, ou órgãos equivalentes, nos Estados e no Distrito Federal, vedada a sua aplicação em despesas de pessoal;
- b) nos leilões realizados pelos órgãos e entidades executivos ou rodoviários da União e dos Municípios, para o fundo nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do § 1º do art. 320 da Lei nº 9503/97.

Por fim, esclareço que não foram apresentadas emendas ao presente projeto até este momento.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), deve esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, podendo, ainda, pronunciar-se sobre o mérito da proposição. Considerando que a CCJ será o único colegiado fracionado a se manifestar, consideramos necessário que o mérito seja analisado.

Não há óbices de natureza formal ao Projeto de Lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal, e nem daqueles assuntos de competência privativa do Chefe da Nação inseridos no art. 84 do Estatuto Magno.

No tocante ao aspecto material, a medida também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não fere cláusulas pétreas e nem



4

3

apresenta incongruência com princípios gerais estabelecidos na Lei Maior e relacionados com o tema objeto da proposição sob estudo.

Igualmente, a tramitação no Senado seguiu as regras regimentais, e o Projeto está vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, julgamos justa, oportuna e conveniente a Proposição, inclusive parabenizamos o nobre Deputado Federal Covatti Filho pela iniciativa e a Câmara dos Deputados pela aprovação.

A destinação dos valores resultantes de leilões de venda de veículos não levantados, no prazo legalmente definido, pelos antigos proprietários para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal é uma saída elogiável.

Urge buscar fontes de recursos para a segurança pública e é inadmissível que valores fiquem parados pela inércia de um indivíduo e não possam ser empregados em prol da sociedade. Socorremo-nos do brocardo jurídico latino *dormientibus non succurrit jus* (o direito não socorre aos que dormem) para reforçar nosso entendimento. Cinco anos é tempo mais do que suficiente para que os valores sejam levantados.

III – VOTO

Em decorrência do exposto, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 44, de 2018**, e, no mérito, por sua **aprovação**.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Major Olimpio



SF/1923668917-02





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/10/2019 às 11h - 60ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA		4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO		3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO		3. WELLINGTON FAGUNDES	





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS

PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 44/2018)**

NA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MAJOR OLÍMPIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO.

08 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 134, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2016, do Senador Dário Berger, que Altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

08 de Outubro de 2019





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2016, do Senador Dário Berger e outros Senadores, que *altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal.*



SF/19760.58909-44

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA****I – RELATÓRIO**

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2016, que tem como primeiro subscritor o Senador Dario Berger.

O **art. 1º** acrescenta o § 4º ao art. 46 da Lei Maior para dispor que sem prejuízo da representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares é assegurada, na constituição da Mesa do Senado Federal, a presença de, no mínimo, um Senador eleito em cada uma das Regiões do País, vedada a escolha de mais de um representante do mesmo Estado ou do Distrito Federal.

O **art. 2º** dispõe sobre a cláusula de vigência a partir da publicação da emenda constitucional que se quer aprovar.

Não há emendas à proposição.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Na Justificação, em resumo, está posto que o equilíbrio federativo característico do Senado Federal, concretizado no número igual de três Senadores por cada unidade da Federação, muitas vezes não se mostra na composição da Mesa da Casa, onde alguns Estados são, frequentemente, representados por mais de um Senador enquanto Regiões inteiras do País ficam ausentes.

Assim, a proposição pretende que a igualdade entre os entes da Federação também se reflita na composição do seu órgão diretor com o objetivo de aperfeiçoar o equilíbrio da nossa Federação. Nesse sentido pretende-se assegurar na constituição da Mesa do Senado Federal, a presença de, no mínimo, um Senador eleito em cada uma das Regiões do País, vedada a escolha de mais de um representante do mesmo Estado ou do Distrito Federal.

II – ANÁLISE

Consoante prevê o art. 356 do Regimento Interno da Casa, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre a presente proposta de emenda à Constituição.

A iniciativa pretende acrescentar § 4º ao art. 46 da Constituição Federal para dispor que sem prejuízo da representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares é assegurada, na constituição da Mesa do Senado Federal, a presença de, no mínimo, um Senador eleito em cada uma das Regiões do País, vedada a escolha de mais de um representante do mesmo Estado ou do Distrito Federal.





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Quanto às regras de composição da Mesa do Senado Federal e, especificamente aquela que trata da presença de, no mínimo, um Senador eleito em cada uma das Regiões do País, vale esclarecer que as regiões que formam um mesmo complexo geoeconômico e social não compõem a Federação brasileira enquanto entidades com existência política autônoma, tendo apenas *status* administrativo. Nesse sentido dispõe o art. 43, *caput*, da Lei Maior, que: para **efeitos administrativos**, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

A propósito, cabe registrar que nos debates da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 foram apresentadas propostas no sentido de dotar as regiões brasileiras de autonomia político-administrativa, tornando-as entes autônomos no quadro da federação. Todavia, como sabemos, a Constituinte não acolheu a tese do “federalismo das regiões”.

Desse modo, sem embargo da inspiração meritória da presente proposição, entendemos que não seria adequado determinação no sentido de que obrigatoriamente a Mesa do Senado Federal deve ter, no mínimo, um Senador eleito em cada uma das Regiões do País, uma vez que as regiões não compõem autonomamente a nossa Federação.

Por outro lado, cabe registrar que nas últimas cinco mesas (titulares e suplentes) do Senado Federal, incluída a atual, verifica-se que apenas em uma delas (a composição da Mesa do período 2015/2017) não havia Senadores de todas as cinco regiões do País, mas de quatro das cinco. Nas demais composições das Mesas (períodos de 2011-2013; 2013-2015; 2017-2019; 2019-2021), foram eleitos Senadores de todas as cinco regiões.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Assim, a prática de formação da Mesa do Senado Federal, ao longo do tempo, tem demonstrado a presença constante de Senadores das cinco regiões na sua composição.

De outra parte, em todas as composições da Mesa do Senado dos cinco últimos períodos houve pelo menos um Estado com dois Senadores participando da Mesa. Sendo frequente que mais de um Estado tenha dois Senadores na Mesa, ocorrendo mesmo um caso de os três Senadores de um Estado participarem da Mesa.

A esse respeito, sabemos que por vezes diferentes partidos escolhem Senadores de um mesmo Estado para compor a Mesa em razão da visibilidade política que o parlamentar naturalmente obtém ao participar da Mesa Diretora e essa opção é do legítimo interesse dos partidos, inclusive tendo em conta as naturais disputas políticas que há entre as agremiações partidárias em cada Estado.

Assim, entendemos que não cabe limitar a liberdade que os partidos têm para indicarem seus representantes na Mesa do Senado Federal, uma vez observado o critério constitucional da proporcionalidade.

Por outro lado, embora entendendo que a presente PEC não deve ser acolhida quanto à determinação de que a Mesa do Senado tenha, obrigatoriamente, no mínimo, um Senador eleito em cada uma das Regiões do País, estamos propondo substitutivo estabelecendo que na composição da Mesa do Senado Federal, preferencialmente todas as regiões do País devem estar representadas, formalizando na Lei Maior o que a prática tem efetivado.





6

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade jurídica e regimental da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2016 e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, nos termos do seguinte Substitutivo:





7

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, DE
2016**

Altera a Constituição Federal, para dispor sobre a
composição da Mesa do Senado Federal.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a
seguinte alteração:

“Art. 46.

.....
§ 4º Na composição da Mesa do Senado Federal, devem estar
representadas preferencialmente todas as regiões do País.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de
sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/10/2019 às 11h - 60ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO		3. WELLINGTON FAGUNDES	





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS

PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PEC 44/2016)**

NA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ANTONIO ANASTASIA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO).

08 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

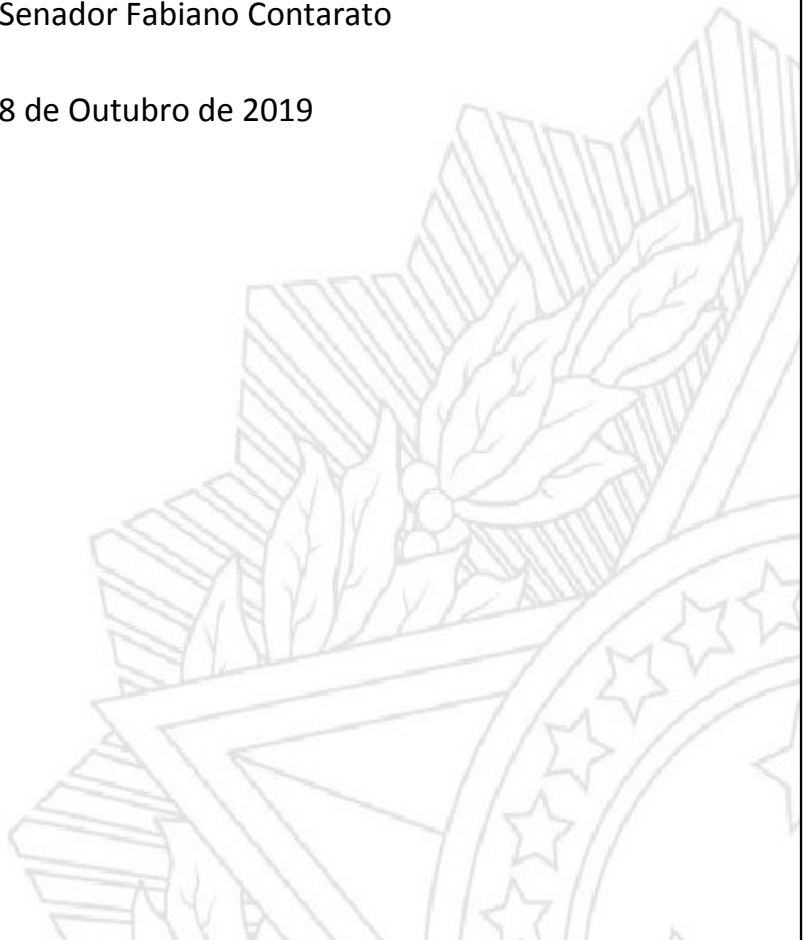
PARECER (SF) Nº 135, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2018, que Cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito (Cifet) e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

08 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2018 (PL nº 3157/2012), do Deputado Lázaro Botelho, que *cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito (Cifet) e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro.*



Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Chega para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2018 (na Casa de origem, PL nº 3157/2012), do Deputado Lázaro Botelho, que visa criar o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito.

A matéria é composta de oito artigos, dos quais o primeiro elenca seu objetivo. O segundo artigo institui o cadastro descrito na ementa, enquanto o terceiro lista os dados que o comporão.

O artigo 4º especifica que a consulta ao cadastro será gratuita. O artigo 5º estabelece o prazo de 360 dias para que os equipamentos atualmente em operação sejam cadastrados, sob pena de suspensão imediata de sua operação. O artigo 6º determina que os novos equipamentos serão previamente cadastrados pelas empresas contratadas para operá-los.



2³

Já o artigo 7º inclui entre as atribuições do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) organizar e manter o cadastro de que trata a nova Lei. Por fim, o artigo 8º é a cláusula de vigência, que seria imediata.

A matéria foi encaminhada apenas a esta Comissão, e seguirá para análise do Plenário desta Casa. Não há emendas a analisar.

II – ANÁLISE

Cabe à CCJ a análise dos aspectos formais do Projeto, isto é, constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Por ser a única Comissão a examinar a matéria, trataremos também de seu mérito.

Ao analisarmos a constitucionalidade, nenhum óbice é encontrado, tendo em vista que, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, é competência privativa da União legislar sobre “trânsito e transporte” (art. 22, inciso XI), e não há vício de iniciativa (arts. 61 e 84).

Quanto à sua juridicidade, é impecável, pois a matéria apresenta os atributos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade, coercibilidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Entendemos que a tramitação não infringiu nenhum dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.

A técnica legislativa atende aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, a proposta se coaduna com o princípio constitucional da transparência das informações do Poder Público. Embora seja possível obter as informações solicitadas por meio dos Diários Oficiais e da Lei de Acesso à Informação, seria necessário consultar a União, todos os Estados, e ainda parte dos mais de 5.500 municípios que compõem a federação, visto que cada esfera tem jurisdição sobre determinados tipos de via.



4

3

Discordamos apenas do disposto no parágrafo único do art. 5º, visto que não se pode prejudicar a segurança de todos no trânsito, suspendendo a operação de radares, em função de procedimentos burocráticos. Já existem formas de responsabilizar os gestores públicos que não cumprem as determinações legais, dispostas em seus estatutos e em leis que tratam de processos administrativos. Assim, apresentamos emenda para exclusão desse parágrafo, sem prejuízo do restante do texto.



III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do PLC nº 23, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CCJ

Suprima-se o parágrafo único do art. 5º do PLC nº 23, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/10/2019 às 11h - 60ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO		3. WELLINGTON FAGUNDES	





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

ZENAIDE MAIA

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS

PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 23/2018)

NA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR FABIANO CONTARATO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CCJ.

08 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 136, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017, que Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Otto Alencar

08 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 (PL nº 447/2015, na Casa de origem), do Deputado Décio Lima, que *acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 180, de 2017, de autoria do Deputado Décio Lima, que *acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.*

A proposição se compõe de dois artigos. O art. 1º altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata das atividades consideradas perigosas, para acrescentar a hipótese de exposição permanente do trabalhador a *colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito.* O art. 2º estabelece a cláusula de vigência imediata.

O PLC recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em razão de aspectos financeiros, como a ausência de demonstração da origem dos recursos para o seu custeio. Após a análise desta Comissão, a matéria seguirá ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Não foram oferecidas emendas.



2³

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 180, de 2017, bem como sobre o seu mérito.

No que toca à constitucionalidade da proposição, não vemos qualquer empecilho. Do ponto de vista formal, a iniciativa se estriba no art. 22, I, da Carta, que atribui competência privativa à União para legislar sobre Direito do Trabalho. Não há, ademais, reserva de iniciativa (CF, art. 61, § 1º), de modo que a proposição pode ser, como foi, apresentada por parlamentar. Quando à constitucionalidade material, igualmente, não nos parece que o projeto contenha vício.

A tramitação seguiu os ritos do RISF, motivo pelo qual se pode afirmar a sua regimentalidade. Do mesmo modo, tem-se norma com potencial de inovar o ordenamento jurídico, sendo dotada, assim, de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, não há reparos a fazer, uma vez que atendidos todos os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, concordamos com o reconhecimento da periculosidade das atividades dos agentes de trânsito. Trata-se de profissionais constantemente expostos a riscos de atropelamentos e outras espécies de acidentes, o que resulta em uma média de 15 mortes por ano, número proporcionalmente superior ao das vítimas das Forças Armadas e da Polícia Militar. Nada mais justo, assim, do que reconhecer a periculosidade dessa atividade, com a concessão do correspondente adicional de trinta por cento sobre o salário dos agentes, nos termos do § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

III – VOTO

Por todos esses motivos, opinamos pela admissibilidade do PLC nº 180, de 2017, por ser ele dotado de **constitucionalidade** formal e material, **juridicidade**, **regimentalidade** e atender à boa **técnica legislativa**, e, no mérito, votamos por sua **aprovação**.

fa2019-02586



SF/19277.92296-55



4

3

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



fa2019-02586





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 08/10/2019 às 11h - 60ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTES	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTES	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTES	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTES	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO		3. WELLINGTON FAGUNDES	





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

ZENAIDE MAIA

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS

PAULO ROCHA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 180/2017)**

NA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR OTTO ALENCAR, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ FAVORÁVEL AO PROJETO.

08 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 137, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, do Senador Antonio Anastasia, que Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Rodrigo Pacheco

09 de Outubro de 2019





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda nº 2 – PLEN, do Senador Fernando Bezerra Coelho, à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, primeiro signatário Senador Antonio Anastasia, que *altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.*



SF/19743.97063-05

Relator: Senador **RODRIGO PACHECO****I – RELATÓRIO**

Em Plenário, a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018, recebeu a Emenda nº 2 – PLEN, do Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. Nessa Emenda há modificações de fundo. Primeiro, a Emenda apresentada subtrai do proposto inciso I, do § 4º, do art. 12 da CF, a ressalva a situações que acarretem apatridia, bem como aperfeiçoa o conceito de fraude lá contido, especificando que ele diz respeito ao processo de naturalização.

Segundo, a Emenda altera o § 5º do art. 12 da CF, com o fim de viabilizar a re aquisição da sua nacionalidade originária, em vez de possibilitar a quem renunciou a nacionalidade brasileira se naturalizar em momento posterior, como proposto pela originalmente.

II – ANÁLISE

A PEC nº 6, de 2018, pretende alterar a normativa constitucional sobre a perda da nacionalidade originária brasileira, em razão de recente orientação do Supremo Tribunal Federal. A Emenda nº 2 – PLEN propugna duas alterações em relação à ideia original.





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

A primeira alteração (art. 12, § 4º, I, da CF) rege o tema da perda de nacionalidade por parte de quem era naturalizado, ou seja, um estrangeiro que se naturaliza pode perder a nacionalidade brasileira, sempre por sentença judicial, quando fraudar o processo de naturalização ou atentar contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Nesse sentido, a emenda detalha o conceito de fraude posto na proposição, aperfeiçoando o texto. Em seguida, propõe a supressão da ressalva à situação da apatridia, argumentando que seria exagerado proteger apátridas de forma absoluta, inclusive em hipóteses de fraude na naturalização, sobretudo porque protegemos direitos dos apátridas. Parece razoável a postura. Além disso, segundo o parágrafo único do art. 75 da Lei de Migração, o juiz considerará o risco de geração de situação de apatridia antes da efetivação da perda da nacionalidade.

A Emenda em análise não modifica o art. 12, § 4º, II, da CF, conforme definido em nosso Relatório, já aprovado na CCJ.

A segunda alteração, referente ao § 5º do art. 12, contudo, tem reflexos significativos. Em síntese, trata da situação de quem era brasileiro nato, renunciou a nacionalidade brasileira e pretende readquirir a nacionalidade brasileira. Nesse caso, ele pode ter sua “naturalização” facilitada, conforme Relatório aprovado, ou pode ter viabilizada a reaquisição de sua condição de “brasileiro nato”, segundo a Emenda nº 2 – PLEN.

A proposição original e a de nosso Relatório foi a de que, uma vez renunciada a condição de brasileiro nato, o renunciante teria sua naturalização facilitada. Distintamente, a Emenda nº 2 – PLEN propõe que a pessoa que renunciou a nacionalidade brasileira, de livre e espontânea vontade, se pretender readquiri-la, voltará a ser brasileiro nato, ou seja, ter sua “nacionalidade brasileira originária”.

O brasileiro nato que renunciar a nacionalidade brasileira livremente deve ser beneficiado, em caso de fim da causa de sua renúncia, a readquirir a nacionalidade brasileira. Contudo, ele renunciou a sua condição, gerando dúvidas se deve ser beneficiado com os cargos e funções típicos do § 3º, do art. 12, da CF, nomeadamente: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa. Tampouco há segurança se deve ser amparado pela regra



SF/19743.97063-05





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

extradicional do inciso LI, do art. 5º, da CF, que determina que o naturalizado pode ser extraditado pelos crimes praticados antes da naturalização (no caso, no período posterior à renúncia até a reaquisição da nacionalidade brasileira) ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Por fim, outra consequência, mais branda, está posta no art. 222 da CF, que determina que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

A doutrina se divide nesse assunto, uns adotando a tese de que o indivíduo deve manter o *status* da nacionalidade que tinha antes de perdê-la, e outros afirmando que, após a perda, os vínculos entre o cidadão e o Estado não voltariam ao mesmo patamar anterior à perda. Evidentemente, esse debate deve ser atualizado para os termos dessa PEC, que limita e muito a hipótese de perda de nacionalidade, reduzindo a uma situação expressa de renúncia.

Contudo, é plausível defender que a nacionalidade originária deve ser protegida ao máximo, pois deriva de um fator relacionado ao nascimento da pessoa. Em síntese, ou a pessoa nasceu no Brasil, ou é filha de brasileiro ou brasileira. Ademais, os fatores que causaram a renúncia da nacionalidade brasileira em geral estão relacionados à formação de família no exterior ou de carreira profissional, não implicando necessariamente um distanciamento das origens brasileiras.

O ponto mais controverso no assunto em análise é ligado à extradição. Entretanto, isso foi resolvido pelo art. 100 e seguintes da Lei de Migração, com a possibilidade de transferência da execução da pena, ou seja, a sentença condenatória estrangeira de caráter penal pode ser homologada e executada no Brasil. Assim, se a intenção em readquirir a nacionalidade brasileira for para escapar de extradição em razão de crime cometido no exterior, haverá frustração, pois atualmente ele poderá cumprir essa pena no Brasil. Portanto, não haverá impunidade.

Desse modo, entendemos que a Emenda proposta deve prosperar.



SF/19743.97063-05





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** da Emenda nº 2 – PLEN.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA PRESENTE
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PEC 6/2018)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR RODRIGO PACHECO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À EMENDA Nº 2-PLEN.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 138, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2018, da Senadora Kátia Abreu, que Altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Otto Alencar

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2018, da Senadora Kátia Abreu, que *altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2018, da Senadora Kátia Abreu, para estabelecer a necessidade de prévia submissão do acusado a exame psicológico que verifique a probabilidade de nova agressão a mulheres nos casos de concessão de fiança, na hipótese de prisão em flagrante, ou de revogação da prisão preventiva.

A ilustre Autora, em sua Justificação, argumenta:

Em 2016, 4.600 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma média de 12 homicídios por dia, sendo que quando classificadas por raça temos que 63% eram pretas e pardas; 32% brancas e 5% outras raças, conforme consta no Atlas da Violência 2017.

A maioria dos crimes de feminicídio no Brasil foi cometido por maridos e namorados das vítimas. Muitas das mulheres assassinadas por seus companheiros já recebiam ameaças ou eram agredidas constantemente por eles. Os agressores se sentem legitimados e creem ter justificativas para matar, culpando a vítima. As motivações mais comuns dos agressores envolvem sentimento de posse sobre a mulher, o controle sobre o seu corpo, desejo e



2³

autonomia, limitação da sua emancipação (profissional, econômica, social ou intelectual) e desprezo e ódio.

Perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi aprovado o relatório da Senadora Mailza Gomes.

Não foram oferecidas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que não existem vícios de constitucionalidade formal ou material na proposição em exame. A matéria nela tratada está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito processual penal, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal (CF), bem como possui sua autora legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, também do texto constitucional.

No mérito, somos pela conveniência e oportunidade de se tornar obrigatória a submissão do candidato à liberdade ao exame psicológico que indique prognóstico de reincidência nos casos previstos na Lei Maria da Penha.

Como bem destacado na Justificação, a prática do crime de feminicídio (art. 121, VI, do Código Penal) quase sempre é precedida de outras agressões contra a vítima. Depois de uma temporada na prisão, essa probabilidade com certeza aumenta ainda mais. De rigor, portanto, recorrer a psicologia para dar segurança ao magistrado que decidir pela soltura do agressor.

A revogação da prisão do suposto agressor deve refletir a ausência das circunstâncias estipuladas pelo art. 312 do Código de Processo Penal, mas nunca um salvo-conduto para a prática de novas agressões.

III – VOTO

Com essas considerações, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2018.

ca2019-05302

SF/19507.70816-32



4

3

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ca2019-05302





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 423/2018

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA	X			1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS				3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO			
JOSÉ MARANHÃO				5. DÁRIO BERGER	X		
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA	X		
MARCOS DO VAL				3. RODRIGO CUNHA			
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLÍMPIO				6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
CID GOMES				2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. ACIR GURGACZ			
WEVERTON				5. LEILA BARROS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. PAULO PAIM	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. ZEQUINHA MARINHO	X		
MARCOS ROGÉRIO				2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO	X			3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 15
Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 09/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 423/2018)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO, RELATADO PELO SENADOR OTTO ALENCAR.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 139, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2832, de 2019, da Senadora Leila Barros, que Institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro-PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para dispor sobre a gestão das entidades desportivas.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Eduardo Braga

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, da Senadora Leila Barros, que *institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro- PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para dispor sobre a gestão das entidades desportivas.*



Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei (PL) nº 2.832, de 2019, da Senadora Leila Barros, que *institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro- PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para dispor sobre a gestão das entidades desportivas.*

A proposição é composta por 4 capítulos, contendo 25 artigos.

O Capítulo I trata do Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (PROESP). Sua Seção I traz disposições gerais acerca do Proesp, como as entidades que dele podem se beneficiar (art. 2º) e as condições para adesão e manutenção no programa (arts. 3º e 4º).

A Seção II do Capítulo I dispõe sobre o parcelamento especial de débitos das entidades desportivas perante a União.

A Subseção I traz disposições gerais sobre o parcelamento de débitos de natureza, fiscal, administrativa, trabalhista ou previdenciária. Seu



2³

art. 7º prevê que a dívida das entidades esportivas poderá ser parcelada em até 240 parcelas, com redução de 90% das multas, 80% dos juros e 100% dos encargos legais, mantendo-se integralmente a correção monetária do principal.

A Subseção II estabelece condições específicas para o parcelamento de débitos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que poderão ser parcelados em até 180 prestações.

A Subseção III indica os motivos pelos quais o parcelamento será rescindido, bem como as consequências advindas de eventual rescisão.

O Capítulo II dispõe sobre a gestão temerária nas entidades desportivas, definindo quais atos são considerados de gestão temerária e estabelecendo punições aos dirigentes que os praticarem.

O Capítulo III promove alterações na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). O art. 22 acrescenta dois incisos ao art. 18-A da Lei Pelé, que estabelece condições para recebimento de recursos públicos pelas entidades desportivas. Já o art. 23 acresce dois incisos ao art. 22 da Lei Pelé, que trata dos processos eleitorais das entidades desportivas.

Por fim, o Capítulo IV traz as disposições gerais do projeto. O art. 24 determina que o Poder Executivo regule a lei que se originar da proposição em até trinta dias. Por sua vez, o art. 25 prevê que a lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

A proposição foi distribuída para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da CCJ e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última decidir terminativamente sobre a matéria.

Em 22 de maio, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Weverton, que pretende aumentar de 15% para 50% o quórum para a convocação da Assembleia Geral para deliberar sobre a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes, caso, após três meses da ciência do ato tido como de gestão irregular ou temerária, o procedimento ainda não tenha sido instaurado.

Em 20 de agosto, a CAE aprovou relatório favorável ao PL nº 2.832, de 2019, nos termos do substitutivo proposto pelo relator (Emenda nº 2-CAE), e com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T.

ji-ra2019-11737



O substitutivo aprovado pela CAE aprimora a técnica legislativa do projeto, mantendo o parcelamento proposto, bem como as determinações relativas à gestão temerária das entidades desportivas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, caso do projeto em análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, a quem compete legislar sobre direito tributário e desporto (art. 24, I e IX, da Constituição Federal – CF).

Além disso, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, conforme o disposto nos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Igualmente, no que concerne à regimentalidade, não encontramos óbices à aprovação do PL nº 2.832, de 2019.

No que diz respeito à juridicidade, após os aperfeiçoamentos propostos pela Emenda nº 2-CAE, entendemos que o projeto está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, especialmente com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*.

Com relação ao mérito, consideramos louvável a iniciativa de conceder às entidades desportivas a oportunidade de refinanciarem seus débitos com a União.

ji-ra2019-11737



SF/19868.24442-94



Passados os grandes eventos esportivos dos quais o Brasil foi sede nos últimos anos, diversas entidades, que investiram sobremaneira na preparação de atletas, não conseguiram equilibrar suas contas. Acreditamos ser justo dar a elas a oportunidade de regularizarem sua situação fiscal, tornando-as adimplentes com a União e aptas a receber repasses de recursos públicos.

Todavia, esse refinanciamento não pode ser concedido sem que haja uma contrapartida por parte das entidades beneficiadas. A contrapartida proposta pelo PL nº 2.832, de 2019, é o enquadramento das entidades esportivas em regras de boa gestão e governança. Em tempos de grave crise fiscal, como a que vivenciamos, é inconcebível que recursos públicos sejam direcionados a entidades que não adotem rigorosos mecanismos de controle e transparência. Assim, consideramos meritório o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro.

Destacamos, ainda, que o Profut (Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015), apesar de formalmente ter oportunizado às entidades nacionais de administração do desporto regularizar suas pendências com a união, nesse sentido foi absolutamente inócua pois tais entidades, diferente do futebol, não geram receitas para quitar tais obrigações. O grande diferencial da ideia lançada no projeto de lei em análise é a possibilidade de quitar tais obrigações com recursos recebidos das loterias. Sem essa possibilidade, devidamente prevista em lei, a iniciativa seria inócua.

Por essa razão, consideramos o projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE, altamente meritório. O texto merece, no entanto, alguns aperfeiçoamentos colhidos junto às entidades e comunidade esportiva, a saber: aperfeiçoamento dos mecanismos de controle para desvinculá-los da atual estrutura da APFUT, adequação da sistemática proposta ao mecanismo de análise dos convênios com a Administração Pública e ajuste de redação.

Entendemos importante estabelecer para fiscalização do Programa mecanismos distintos dos da Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT. Portanto, elaboramos subemenda determinando que cabe ao próprio Ministério estruturar os mecanismos de controle necessários para o bom andamento do Programa.

Considerando a frequente lentidão na análise da prestação de contas de convênios, que por vezes demora vários anos, acreditamos importante apresentar subemenda para estabelecer a previsão de abertura de



SF/19868.24442-94



prazo para parcelamento de possíveis débitos oriundos de convênios que ainda não tenham sido analisados pelos órgãos repassadores.

Por fim, apresentamos outra subemenda para fazer constar no projeto o título do Capítulo II, que foi suprimido no texto da Emenda nº 2-CAE, corrigindo a sua redação.

É o relatório.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e com as subemendas que apresentamos.

SUBEMENDA Nº 1 - CCJ

(À Emenda nº 2-CAE ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2019)

Acrescente-se o § 2º ao art. 9º do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE:

“Art. 9º

.....

§ 2º No Caso de Convênios cuja prestação de contas for encaminhada em data anterior a publicação desta Lei, o prazo previsto no caput é contado a partir da notificação da glosa, se houver.”

SUBEMENDA Nº 2 - CCJ

(À Emenda nº 2-CAE ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2019)

Acrescente-se a seguinte expressão antes do art. 18 do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE:

“CAPÍTULO II DA GESTÃO TEMERÁRIA NAS ENTIDADES DESPORTIVAS”

SUBEMENDA Nº 3 - CCJ

(À Emenda nº 2-CAE ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2019)

ji-ra2019-11737



6⁷

Dê-se nova redação ao art.17 do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE, exclua-se o art. 21 e renumere-se os demais:

“Art. 17. O Pde Executivo, nos termos do regulamento, deve fiscalizar as obrigações previstas nos arts. 4º e 5º desta Lei, assim como apurar o eventual descumprimento, para fins de exclusão do PROESP.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ji-ra2019-11737





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2832/2019)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR EDUARDO BRAGA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM O ACOLHIMENTO PARCIAL DA EMENDA Nº 1-T, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 2-CAE-CCJ (SUBSTITUTIVO), COM AS SUBEMENDAS NºS 1-CCJ A 3-CCJ.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 140, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).*



Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 152, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (*crash tests*).

A proposição contém dois artigos. O art. 1º insere o art. 103-A, e seus cinco parágrafos, no Código de trânsito Brasileiro. O *caput* do artigo determina que todos os modelos de veículos novos comercializados no Brasil serão submetidos a adequados testes de impacto, cujos resultados deverão receber ampla publicidade.

Os parágrafos do art. 103-A determinam que cabe às montadoras de veículos patrocinar os testes, selecionar aleatoriamente os veículos em concessionárias, e divulgar os resultados por meio de campanhas de publicidade e em seu *website*. Fica ainda estabelecida a data



2³

a partir da qual será exigida a realização dos testes, 1º de janeiro de 2019. Também está prevista a aceitação de testes consagrados internacionalmente, no caso de veículos importados. Por fim, submete-se a regulamentação da matéria ao CONTRAN.

O segundo artigo do projeto insere a cláusula de vigência, que será imediata.

Na justificção, o autor cita que os carros vendidos em países com reduzido número de mortes no trânsito se caracterizam por sua qualidade construtiva, com a utilização maciça de aços de alta resistência e carroceria planejada para resistir a diversos tipos de impacto.

Para o autor, a melhor forma de se testar a segurança de um veículo nos dias de hoje é por meio de testes de impacto que, ao simular acidentes dos mais variados tipos, permitem analisar os danos causados ao motorista, aos passageiros do automóvel e aos pedestres, bem como a estabilidade do carro e sua segurança em casos de colisões frontais, laterais ou perda de controle.

O autor alega que os veículos vendidos no Brasil não oferecem a mesma segurança dos vendidos na Europa, algo que se reflete no elevado número de acidentes e mortes no nosso País. Para ele, a realização dos testes de impacto incentiva os fabricantes de veículos a melhorarem o nível de segurança dos carros, salvando assim um altíssimo número de vidas.

O projeto foi distribuído para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, tendo recebido uma emenda, do próprio autor, no prazo regimental, com o objetivo de corrigir a redação da ementa do projeto para compatibilizá-la ao conteúdo do PLS.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias e, no mérito, sobre trânsito e transporte.



Iniciando pelos aspectos formais, a Constituição Federal determina, em seu art. 22, inciso XI, que compete à União legislar sobre trânsito e transportes.

Desse modo, no que se refere à constitucionalidade do projeto, não se faz presente qualquer ofensa material ou formal à Constituição Federal de 1988, tendo sido observados todos os preceitos constitucionais relativos ao processo legislativo constantes dos arts. 59 a 69 da Carta Magna.

Do ponto de vista da juridicidade, o projeto corretamente busca alterar o Código de Trânsito Brasileiro, que é o compêndio legal sobre o tema, em vez de produzir lei esparsa. Ademais, não se conflita com nenhuma outra legislação vigente.

Quanto ao mérito, a medida proposta irá possibilitar aos consumidores terem informações mais acuradas quanto às características de segurança dos veículos disponíveis no mercado. E, do lado da indústria, induzirá a produção de veículos cada vez mais seguros tendo como consequência a redução do número e da gravidade dos acidentes.

Entretanto, como bem ponderou o Senador Ricardo Ferraço, em minuta de parecer apresentada a esta comissão, a orientação do consumidor no ato da compra, por meio da afiação de selo no para-brisa de todos os veículos à venda e nas propagandas já existentes, é medida mais econômica e eficaz para a consecução do objetivo a que se propõe o PLS em análise.

Acompanho-o também na opinião de que a norma deva alcançar apenas os veículos de passeio - automóveis, camionetas, caminhonetes e utilitários.

Uma vez que o CONTRAN já regulamentou os procedimentos para a realização deste tipo de teste com a edição da Resolução nº 221, de 11 de janeiro de 2007, que *estabelece requisitos de proteção aos ocupantes e integridade do sistema de combustível decorrente de impacto nos veículos*; da Resolução nº 721, de 10 de janeiro de 2018, que *estabelece requisitos de proteção aos ocupantes de veículos em casos de impacto lateral contra barreira deformável*; e da Resolução nº 756, de 20 de dezembro de 2018,



que *estabelece requisitos de proteção aos ocupantes e integridade do sistema de combustível decorrente de impacto nos veículos*, considero adequado que todo o procedimento para sua realização continue sendo estabelecido pelas resoluções editadas por aquele colegiado, por se tratar de matéria de natureza infralegal.

Ademais, quanto à vigência, proposta para data atualmente pretérita, propomos estabelecê-la em dois anos vinculada à data de publicação da lei oriunda do projeto.

Quanto à técnica legislativa, em razão da necessidade de adequações ao texto do PLS nº 152, de 2017, optamos pela apresentação de substitutivo, em que acatamos parcialmente o texto da Emenda nº 1, apresentada pelo autor do projeto.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2017, e, no mérito, pela sua **aprovação**, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 2 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2017

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que os modelos de veículos especificados comercializados no Brasil sejam submetidos a testes de impacto (*crash tests*) para a avaliação de sua segurança.



SF/19171.87568-67



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 103-A:

“**Art. 103-A.** Os automóveis, camionetas, caminhonetes e utilitários novos, nacionais e importados, à venda em território nacional deverão ser previamente submetidos a testes de impacto apropriados (*crash tests*), conforme regulamentação do CONTRAN.

§ 1º Os resultados dos testes de impacto deverão ser divulgados mediante selo que conterá a pontuação alcançada no teste, a ser:

I – afixado no para-brisa de todos os veículos à venda;

II – exibido em anúncios de vídeo, televisionados ou na internet; e

III – incluído em publicidade impressa ou imagem na internet.

§ 2º A regulamentação determinará o conteúdo, o tempo mínimo de exibição e o tamanho mínimo do selo de que trata o § 1º.

§ 3º Os veículos importados à venda em território nacional que tenham sido submetidos a testes de impacto em seu país de origem estão dispensados de nova avaliação, conforme regulamentação do CONTRAN.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos setecentos e trinta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PLS 152/2017

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA	X			1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS	X			3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO	X		
JOSÉ MARANHÃO				5. DARIO BERGER	X		
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA	X		
MARCOS DO VAL	X			3. RODRIGO CUNHA			
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLÍMPIO				6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
CID GOMES				2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. ACIR GURGACZ	X		
WEVERTON				5. LEILA BARROS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. PAULO PAIM			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO				3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 17
Votação: TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 09/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 152/2017)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO, RELATADO PELO SENADOR FABIANO CONTARATO.

O SUBSTITUTIVO SERÁ SUBMETIDO A TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282 C/C ART. 92 DO RISF.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 141, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017, do Senador Lasier Martins, que Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senadora Leila Barros

09 de Outubro de 2019





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre a Emenda nº 2/S oferecida ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017, do Senador Lasier Martins, que *altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.*



SF/19501.57677-72

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Em 14/08/2019, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 207, de 2017, nos termos do Relatório que apresentei.

Desta feita, o Substitutivo é submetido a Turno Suplementar de votação, consoante o art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno, para apreciação da Emenda nº 2/S, do Senador Humberto Costa, que visa a suprimir o inciso VIII do art. 50 e os §§ 1º e 2º do art. 146-C da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, nos termos do art. 1º do Substitutivo.

Na justificção, o autor da emenda sustenta que

“... a modificação legislativa retira da análise do juiz da execução a reprimenda mais adequada ao caso concreto, relacionado à monitoração eletrônica. Por se tratar de recurso tecnológico não se pode, por meio de lei geral, estabelecer as circunstâncias e gravidade





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

do descumprimento da monitoração eletrônica por lei geral e abstrata.”

Argumenta ainda que “apurar a intencionalidade do agente, a intensidade do dolo e definir a reprimenda mais adequada deve ser tarefa do juiz, de acordo com o caso concreto”.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, parece-nos que a intenção do autor não é simplesmente suprimir os §§ 1º e 2º do art. 146-C da Lei de Execução Penal (LEP), na forma do Substitutivo, pois isso acarretaria a revogação inadvertida do atual parágrafo único desse artigo, que diz respeito às sanções pela violação dos deveres relativos à monitoração eletrônica, previstas na legislação desde a edição da Lei nº 12.258, de 2010.

A rigor, então, a Emenda nº 2/S busca esvaziar a modificação legislativa promovida pelo Substitutivo, mantendo a redação em vigor, exceto pela inclusão dos incisos IV e V no art. 146-C e revogação do inciso II do art. 146-D da LEP.

Passando à análise de mérito, apesar de compreendermos as preocupações do autor, entendemos que a Emenda não merece prosperar.

Cabe observar que, nos termos do § 2º do art. 146-C da LEP, na forma do Substitutivo, apenas configurará falta grave a violação comprovada e intencional dos deveres inerentes ao uso da tornozeleira eletrônica. A saída temporária do preso ou a sua prisão domiciliar são benefícios preciosos, e o custo que por isso se cobra é módico: manter o equipamento funcionando e obedecer ao perímetro de inclusão. Justamente pelo contraste entre a modicidade dos deveres e o valor do benefício concedido é que a violação intencional dos primeiros deve ser tida como falta grave.



4



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2/S ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PLS 207/2017 (nos termos do Parecer)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS	X			3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO	X		
JOSÉ MARANHÃO				5. DARIO BERGER	X		
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA	X		
MARCOS DO VAL	X			3. RODRIGO CUNHA			
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLÍMPIO				6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
CID GOMES				2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. ACIR GURGACZ	X		
WEVERTON				5. LEILA BARROS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. PAULO PAIM			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO				3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 16
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 09/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 2017
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância dos deveres relacionados ao equipamento de monitoração eletrônica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 50 e 146-C da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 50.**
.....

VIII – descumprir os deveres dispostos nos incisos II, IV e V do *caput* do art. 146-C desta Lei.

.....” (NR)

“**Art. 146-C.**
.....

IV – atentar para o perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da monitoração eletrônica;

V- manter a tornazeleira com carga suficiente, a fim de possibilitar a monitoração eletrônica.

§ 1º A violação comprovada do dever previsto no inciso I do *caput* deste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa:

.....
§ 2º A violação comprovada e intencional dos deveres previstos nos incisos II, IV e V do *caput* deste artigo constitui falta grave, na forma prevista no inciso VIII do art. 50 desta Lei, e, quando for o caso, acarreta a revogação da prisão domiciliar.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o inciso II do art. 146-D da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2019.

Senadora **SIMONE TEBET**, Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 207/2017)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO ADOTA DEFINITIVAMENTE, EM TURNO SUPLEMENTAR, O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS Nº 207/2017 E REJEITA A EMENDA Nº 2-S, RELATADA PELA SENADORA LEILA BARROS (ART. 284 DO RISF).

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 142, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, do Senador Telmário Mota, que Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Mecias de Jesus

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 161, de 2015, do Senador Telmário Mota, que “altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.”



Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 161, de 2015, do Senador Telmário Mota, que “altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.”

O projeto é composto de três artigos.

O art. 1º altera a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) para prever: i) que o assento de nascimento, o assento de matrimônio e o assento de óbito deverão conter a origem indígena e a etnia, se os interessados requererem expressamente o lançamento dessas informações (arts. 54, item 11, 70, item 11 e 80, item 13); e ii) que a comprovação da informação sobre a condição indígena e etnia, para fins dos registros nos mencionados assentos, poderá ser feita mediante afirmação do declarante, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o Estatuto do Índio (arts. 54, § 4º, 70, § 2º e 80, parágrafo único).



O art. 2º altera Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências” para facultar a inclusão da origem indígena e da etnia na Carteira de Identidade se houver pedido expresse do interessado. Para isso, a comprovação deverá ser feita mediante certidões de nascimento, de casamento ou de registro administrativo de que trata o Estatuto do Índio (art. 4º-A e seu parágrafo único).

Por fim, a cláusula de vigência, prevista no art. 3º do projeto, institui que a Lei decorrente da eventual aprovação da matéria entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

Na justificação o autor defende que o projeto visa corrigir um grande aborrecimento burocrático infligido aos indígenas, que, para comprovarem a sua condição perante instituições públicas para os mais diversos efeitos, precisam obter o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), expedido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nos termos do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973). Assim, defende o autor, é necessário que essa barreira burocrática seja removida autorizando que a identidade indígena seja transposta para os registros públicos.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a esta decisão terminativa sobre a matéria.

Na CDH, o projeto recebeu parecer de autoria da Senadora Ângela Portela favorável à sua aprovação, com três emendas, que promoveram ajustes técnicos, dentre eles a substituição da expressão “origem indígena”, que muitos não índios também possuem, por “condição indígena”, mais adequada aos objetivos da norma.

Na CCJ, houve a apresentação de relatório favorável à aprovação do projeto pela Senadora Ângela Portela e das emendas da CDH. O relatório não chegou a ser apreciado e a relatoria foi encerrada em razão do fim do mandato da Senadora.

Nesta nova legislatura, o projeto foi distribuído para nossa relatoria.



II – ANÁLISE

Para a análise do projeto, aproveitamos em grande medida o relatório que havia sido apresentado pela Senadora Ângela Portela na CCJ, o qual, em nosso entender, não merece qualquer reparo técnico.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência. De resto, o PLS nº 161, de 2015, não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 161, de 2015, pois i) compete privativamente à União legislar sobre populações indígenas e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XIV e XXV, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, caput); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se escorreito, pois i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) possui o atributo da generalidade; iii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iv) afigura-se dotado de potencial coercitividade; e v) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico.

Em relação ao mérito, a proposta merece aprovação pois representa um avanço no reconhecimento e prestígio aos costumes e tradições das comunidades indígenas. A possibilidade de inserção das referências à origem e etnia das pessoas indígenas nos assentos de nascimento, casamento e óbito, bem como na carteira de identidade, tem um papel fundamental na afirmação cultural dos povos indígenas perante os mecanismos formais de reconhecimento e exercício da cidadania brasileira.

A menção à origem indígena e à etnia nos registros públicos poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, independentemente da apresentação do registro administrativo lavrado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), previsto no art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio). A



autodeclaração como meio hábil ao reconhecimento da identidade indígena encontra-se em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 2004, que prevê a consciência de sua identidade indígena ou tribal como critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam as disposições Convenção (art. 2º, item 2).

Por fim, reiteremos a necessidade aprovar as Emendas adotadas no parecer da CDH: i) para a substituição da expressão “origem indígena”, que muitos não índios também têm, pela “condição indígena”, mais adequada aos objetivos da norma; ii) que permite constar também a informação sobre a aldeia de origem, além da condição de indígena e a etnia; e iii) outras adequações redacionais.

À guisa de fecho, não vemos que novos ajustes seriam precisos sugerir ao texto proposto pelo PLS nº 161, de 2015, bem como não há lapsos de técnica legislativa que pudessem ser corrigidos. Assim, deixamos de apresentar nesta Comissão emendas à proposição, com o aproveitamento das emendas já sugeridas.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 161, de 2015 e das Emendas de nos 1, 2 e 3 - CDH aprovadas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19731.51129-81





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ
WEVERTON		5. LEILA BARROS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 161/2015 (nos termos do Parecer)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS	X			3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO	X		
JOSÉ MARANHÃO				5. DARIO BERGER	X		
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA	X		
MARCOS DO VAL	X			3. RODRIGO CUNHA			
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLÍMPIO				6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
CID GOMES				2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. ACIR GURGACZ	X		
WEVERTON				5. LEILA BARROS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO				3. PAULO PAIM			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO				3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 15
Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 09/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente





**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 2015
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua condição e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acresçam-se o seguinte item 11 e o § 4º ao art. 54, o seguinte item 11 e § 2º ao art. 70 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em § 1º – e o seguinte item 13 e § 2º ao art. 80 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em § 1º –, todos, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

“Art. 54.

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o registrando requerer expressamente o lançamento dessa informação.

§ 4º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

“Art. 70.

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia dos cônjuges, se estes requererem expressamente o lançamento dessas informações.

§ 1º

§ 2º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação dos cônjuges acerca da sua condição de indígena, da sua etnia e da sua aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”



“**Art. 80.**

.....
13) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o declarante requerer expressamente o lançamento dessas informações.
.....

§ 2º No caso do item 13 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia do registrando, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 4-A:

“**Art. 4-A.** É facultada a inclusão da condição indígena e da etnia na Carteira de Identidade se houver pedido expresso do interessado.

Parágrafo único. A inclusão de que trata o *caput* deste artigo dependerá de comprovação mediante certidões de nascimento, de casamento ou de registro administrativo nos termos do art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2019.

Senadora **SIMONE TEBET**, Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 161/2015)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E AS EMENDAS Nº 1-CDH-CCJ A Nº 3-CDH-CCJ, RELATADOS PELO SENADOR MECIAS DE JESUS.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 143, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2017, do Senador Dário Berger, que Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senadora Juíza Selma

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o PLS nº 144, de 2017, do Senador Dário Berger, que *altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.*



Relator: Senadora **JUÍZA SELMA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 144, de 2017, do Senador Dário Berger, que *altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.*

O projeto é composto de dois artigos, sendo que o **art. 1º** se propõe a realizar o objeto da lei, que é o de inserir o art. 9º-A na Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para permitir que as partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, possam utilizar-se da mediação para a solução do litígio envolvendo alienação parental, antes ou no curso do processo judicial. Prevê-se que o acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo bem como o regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente (§ 1º). O mediador poderá ser livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental (§ 2º). Por fim, dispõe-se que o termo que ajustar o procedimento de mediação ou o que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial (§ 3º).

O **art. 2º** traz cláusula de vigência imediata da lei, prevista para a data de sua publicação.



2³

De acordo com a justificação, a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre alienação parental, continha dispositivo semelhante que permitia a utilização pelas partes da mediação (art. 9º), o qual foi, no entanto, vetado pelo Presidente da República sob o argumento da indisponibilidade dos interesses das crianças e dos adolescentes, o que afastaria a possibilidade de transação desses direitos por meio de mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos.

O autor questiona o argumento utilizado no veto e demonstra a evolução normativa sobre o tema, citando como exemplo a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Marco Civil da Mediação), que expressamente admite mediação em conflitos que versem sobre direitos indisponíveis que admitam transação (art. 3º), desde que o Ministério Público seja ouvido e haja homologação judicial (art. 3º, § 2º). Menciona também o Código de Processo Civil, que prevê a realização, de forma obrigatória, de audiência de conciliação ou de mediação em ações de família (art. 694).

Nessa esteira, propõe nova tentativa de inclusão do dispositivo vetado que previa a mediação na Lei de Alienação Parental, para harmonizar os diplomas legais citados, evitando-se interpretações divergentes que impeçam a utilização da mediação nos conflitos familiares que envolvam alienação parental.

O projeto foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual cabe decisão terminativa sobre a matéria.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Em 21 de fevereiro de 2018, sob relatoria do Senador Romário Faria, a CDH aprovou parecer pela aprovação da matéria com uma emenda para prever que tanto o termo que ajustar o procedimento de mediação quanto o termo que dele resultar deverão ser submetidos ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, inciso I, alínea “I”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, notadamente as que tratem de direito processual civil.

Não foram identificados vícios de natureza **regimental**, de **juridicidade** ou de **constitucionalidade** no projeto.

ga2019-04676



SF/19663.82037-64



Quanto ao **mérito**, entendemos que o projeto prima pela alternativa do diálogo no contexto dos conflitos familiares, buscando assegurar às partes o direito de optarem pelo procedimento de mediação familiar nos casos em que os problemas familiares envolvam indícios da prática de ato de alienação parental.

No Brasil, estima-se que 16 milhões de crianças e adolescentes sofrem em conflitos entre pais na disputa da guarda dos filhos¹. A mediação familiar é uma forma de solução pacífica de conflitos, procedimento que é apontado como eficaz na solução dos conflitos familiares, mesmo nos casos em que indícios de alienação parental estejam presentes.

A mediação familiar pode ser conduzida por um terceiro imparcial qualificado ou por um grupo de profissionais com formação interdisciplinar, que facilitará o diálogo entre as partes na busca de uma solução consensual. É importante destacar que a participação na mediação é feita de forma voluntária pelas partes, ou seja, apenas nos casos em que exista espaço para o entendimento.

A atuação do mediador é fundamental para o estabelecimento de um ambiente de diálogo respeitoso, dando oportunidades para que cada parte fale, exponha seus pontos de vista, mas também escute, o que possibilita a compreensão da perspectiva alheia sobre os problemas apresentados. Quando há interesse das partes em submeter suas questões à mediação, há grande chance de existir abertura para o diálogo e para a negociação dentro do conflito, o que pode gerar soluções amigáveis, com pessoas mais conformadas com a decisão que construíram e mais dispostas a cumprir o acordado. Essa decisão mutuamente aceitável gera, sem sombra de dúvidas, um menor desgaste para os interesses dos menores envolvidos nos conflitos e contribui para a reorganização da vida pessoal e familiar.

Outras vantagens que geralmente são apontadas na solução mediada envolvem o menor custo da mediação comparado à utilização da ação judicial, a menor exposição da família, já que o diálogo é promovido sem a necessidade de testemunhas, audiências, perícias, execução forçada das decisões e a produção de uma solução considerada muitas vezes qualitativamente mais adequada que a judicial.

No que tange ao veto ao dispositivo originalmente existente no projeto que foi convertido em Lei, entendemos tratar-se de uma decisão precipitada e juridicamente equivocada, o que restou comprovado com a evolução normativa do tema. O Marco Civil da Mediação (Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015) dispõe expressamente que pode ser objeto de mediação

¹ Conforme dados da reportagem “Na briga, pense no seu filhos”, publicada pela Revista TJ BA News, Disponível em: http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2018/01/tjba_news_8_30042014.pdf, edição de jan-2018, acesso em 9-5-2019.



4⁵

o conflito que verse sobre direitos indisponíveis que admitam transação, desde que o acordo seja homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público (art. 3º). São condições para a mediação que estavam presentes no dispositivo vetado da Lei de Alienação Parental e que se fazem presentes também neste projeto. Deve ser citado também o papel de destaque que o novo CPC (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) reservou para os mecanismos de solução consensual de conflitos e, mais especificamente, para a mediação familiar no contexto das ações de família (arts. 694 e 696).

Infelizmente, o veto ao art. 9º da LAP acabou privando as famílias do importante instrumento da mediação justamente nos casos mais conflituosos, em que o caminho do diálogo deveria estar sempre aberto para a recomposição da tessitura familiar sob novo arranjo, que propicie a oportunidade de um convívio pacífico e funcional, que fortaleça os laços afetivos entre os filhos, os pais, as mães ou outros familiares, mesmo que já não se encontrem sob o mesmo teto. É esse equívoco que o presente projeto é capaz de corrigir.

Por fim, entendemos oportuna e digna de acolhimento a emenda nº 1 da CDH, que deixa a salvo de dúvidas que, tanto o termo que ajustar o procedimento de mediação quanto o termo que dele resultar, deverão ser submetidos ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do PLS nº 144, de 2017, com a aprovação também da Emenda nº 1 aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ga2019-04676



SF/19663.82037-64





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	PRESENTE
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 144/2017 (nos termos do Parecer)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS	X			3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO	X		
JOSÉ MARANHÃO				5. DARIO BERGER	X		
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA	X		
MARCOS DO VAL	X			3. RODRIGO CUNHA			
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLÍMPIO				6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
CID GOMES				2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. ACIR GURGACZ	X		
WEVERTON				5. LEILA BARROS			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. PAULO PAIM			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO	X			1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO				3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 16
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 09/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente





**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2017
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“**Art. 9º-A.** As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

§ 1º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente.

§ 2º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental.

§ 3º O termo que ajustar o procedimento de mediação e o que dele resultar deverão ser submetidos ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2019.

Senadora **SIMONE TEBET**, Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 144/2017)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CDH-CCJ, RELATADOS PELO SENADOR ANTONIO ANASTASIA.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 144, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 4034, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Rodrigo Pacheco

09 de Outubro de 2019





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.034, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que *dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.*



SF/19977.57593-69

Relator: Senador **RODRIGO PACHECO**

I – RELATÓRIO

Vem para a análise deste Colegiado o Projeto de Lei (PL) nº 4.034, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que *dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.*

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que delibera terminativamente.

O PL compõe-se de dois artigos. O art. 1º determina que os valores recebidos a título de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

O parágrafo único do art. 1º explicita que tal disposição não se aplica ao Auxílio Emergencial Pecuniário de que tratou a Medida Provisória nº 875, de 12 de março de 2019.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A CAS aprovou o Relatório do Senador Irajá, que passou a constituir o respectivo Parecer, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

É o relatório.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, deve esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, ainda, pronunciar-se sobre o mérito da proposição.

Não há óbices de natureza formal ao Projeto de Lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal, e nem daqueles assuntos de competência privativa do Chefe da Nação inseridos no art. 84 do Estatuto Magno.

No tocante ao aspecto material, a medida também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não fere cláusulas pétreas e nem apresenta incongruência com princípios gerais estabelecidos na Lei Maior e relacionados com o tema objeto da proposição sob estudo.

Igualmente, a tramitação no Senado seguiu as regras regimentais, e o Projeto está vazado em boa técnica legislativa, não obstante vejamos oportunidades pontuais de aprimoramento do texto, sem alterar a ideia original dos comandos aperfeiçoados, nos moldes da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que tem por objetivo aperfeiçoar a técnica legislativa, bem como explicitar a exclusão das verbas indenizatórias do conceito de renda para fins de percepção do Programa Bolsa Família.

Quanto ao mérito, julgamos a proposição justa, necessária, oportuna e conveniente. Concordamos com o Senador Anastasia em seus

SF/19977.57593-69





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

nobres objetivos. É realmente necessário garantir que o recebimento dos auxílios e indenizações em razão da ruptura da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, não obste que o recebedor se mantenha elegível aos programas sociais ofertados atualmente pelo Poder Público.

Como bem salientou o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Irajá, os valores recebidos pelas famílias afetadas pela tragédia não geram acréscimo patrimonial algum, mas se limitam a tentar restabelecer o chamado *status quo ante*. Não há razão jurídica, pois, para considerá-los renda, muito menos se isso implicar exclusão de programas sociais ou perda do direito ao benefício de prestação continuada.

Na mesma linha, também concordamos com os ajustes propostos pela CAS ao projeto, uma vez que aprimoram a técnica legislativa e preservam a intenção original de seu autor.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.034, de 2019, e, no mérito, votamos pela sua **aprovação** na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19977.57593-69





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR PRESENTE
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
TITULARES		SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)		
TITULARES		SUPLENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)		
TITULARES		SUPLENTE
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE

PSD		
TITULARES		SUPLENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		
TITULARES		SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Substitutivo ao PL 4034/2019 (Emenda 1-CAS-CCJ)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS	X			3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO	X		
JOSÉ MARANHÃO				5. DARIO BERGER	X		
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN	X			7. LUIS CARLOS HEINZE			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA	X		
MARCOS DO VAL	X			3. RODRIGO CUNHA			
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLÍMPIO				6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
CID GOMES				2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA				4. ACIR GURGACZ	X		
WEVERTON				5. LEILA BARROS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. PAULO PAIM			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO	X			1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO				3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 16
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 09/10/2019
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 4034/2019)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PL 4034/2019, RELATADO PELO SENADOR RODRIGO PACHECO. O SUBSTITUTIVO SERÁ SUBMETIDO A TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282 C/C ART. 92 DO RISF.

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

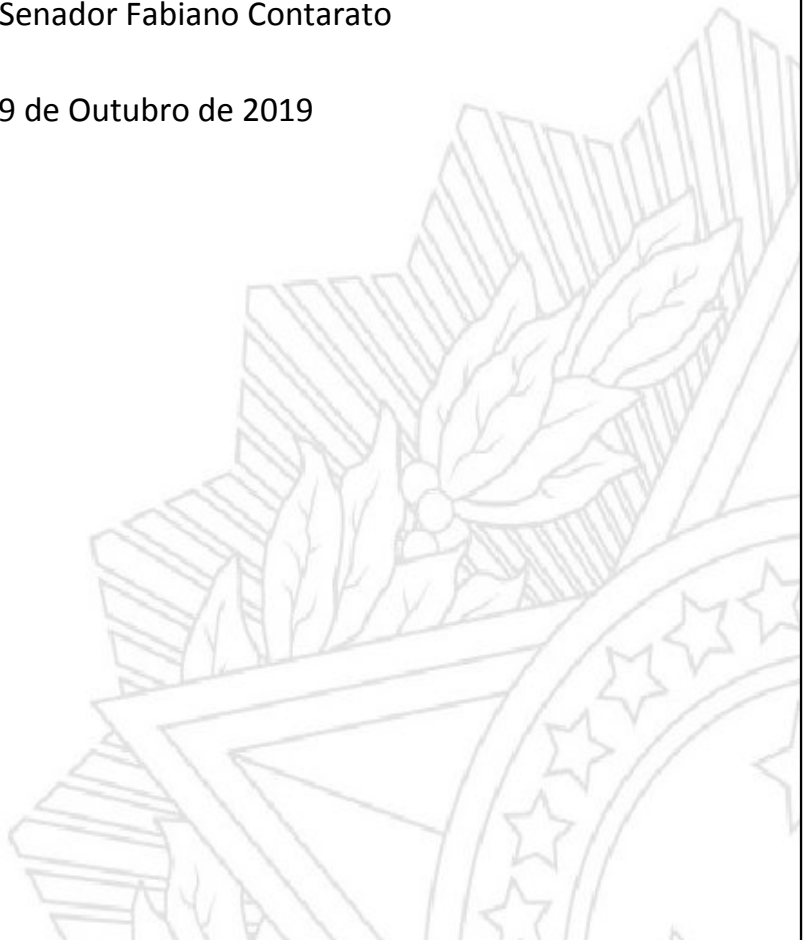
PARECER (SF) Nº 145, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2016, que Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

09 de Outubro de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2016 (PL nº 3297/2012), do Deputado Roberto de Lucena, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.*



Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2016 (PL nº 3297/2012, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

Para isso, o PLS conta com três artigos. O primeiro indica o objeto da lei. O segundo acrescenta o art. 111-A ao CTB com o comando pretendido. O terceiro contém a cláusula de vigência da lei, que será imediata.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.



2³

II – ANÁLISE

Como se trata de distribuição exclusiva a esta Comissão, compete-lhe a análise do mérito e de seus aspectos formais, como constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, consideramos que estão atendidos. Em conformidade com disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal (CF), compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o caput do art. 48 da CF, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF). Assim, não se vislumbra óbice quanto à constitucionalidade da medida proposta.

A despeito da proposição ora em análise não conflitar com nenhuma outra legislação vigente e apresentar os atributos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade, coercibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, escorreito seria que a norma pretendida seja disciplinada pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que *institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana*.

Digo isto motivado pelo fato de que a imputação das infrações de trânsito tem seu rito rigorosamente definido pelo Código de Trânsito Brasileiro, não cabendo autuação do infrator baseada em denúncia.

Por seu turno, a Lei nº 12.587, de 2012, prevê que, com o fito de possibilitar a participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, seja disponibilizada ouvidorias nas instituições responsáveis pela gestão do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana ou nos órgãos com atribuições análogas. De acordo com essa lei, aos órgãos gestores dos entes federativos incumbidos respectivamente do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana cabe avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade.



Tendo em vista o exposto, proponho emenda no sentido de a proposta em análise seja veiculada pela Lei nº 12.587, de 2012.

III – VOTO

Somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2016, e, no mérito, pela sua **aprovação, na forma do seguinte substitutivo:**

EMENDA Nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte público coletivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte público coletivo.

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 15**

Parágrafo único. Os veículos de transporte público coletivo deverão divulgar ostensivamente, na sua parte traseira, número de telefone da ouvidoria a que se refere o inciso II para denúncia de irregularidades na prestação do serviço, inclusive infrações de trânsito cometidas pelo condutor, conforme modelo definido pela autoridade competente.” (NR)



4⁵

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 09/10/2019 às 09h50 - 61ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	PRESENTE
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLÍMPIO		6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTES	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	
CID GOMES		2. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	PRESENTE
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTES	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTES	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSON TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTES	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

PAULO ROCHA

JEAN PAUL PRATES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 70/2016)**

NA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR FABIANO CONTARATO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO).

09 de Outubro de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 81, DE 2019

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2017, que Institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senador Nelsinho Trad

08 de Outubro de 2019





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSON TRAD

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2017 (Projeto de Lei nº 5.012, de 2016, na origem), do Deputado Marinaldo Rosendo, que *institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril*.



SF/19849.46632-01

Relator: Senador **NELSON TRAD****I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2017 (Projeto de Lei nº 5.012, de 2016, na origem), do Deputado Marinaldo Rosendo, que *institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril*.

A proposição consta de dois artigos, dos quais o primeiro institui a referida data comemorativa, a ser celebrada anualmente no dia 11 de abril, enquanto o segundo e último artigo determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificção, o autor ressalta a relevância democrática do cargo de prefeito, trazendo o contexto histórico em que surgiu e, paralelamente, a evolução dos instrumentos legais que exerceram a função de positivá-lo.

A proposição foi apresentada na Câmara dos Deputados e designada, em regime de tramitação conclusiva, às comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Chegando ao Senado Federal, para revisão, a proposição foi despachada exclusivamente à CE. Caso aprovada, deverá seguir ao Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo do projeto de lei em análise.

O cargo de prefeito foi criado, segundo o autor do projeto, por meio da *Lei nº 18, de 11 de abril de 1835 pela Assembleia Provincial Paulista em reação aos amplos poderes conferidos pelo Código de Processo Criminal de 1832 às câmaras municipais*.

Destaca que, segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, em sua obra “O prefeito e o Município”, adotou-se o mesmo procedimento para as demais províncias do País, durante a Regência de Feijó, por meio do Decreto de 9 de dezembro de 1835.

Hoje, os prefeitos exercem um papel essencial na administração dos 5.570 municípios brasileiros. São eles que vivem e conhecem a realidade dos cidadãos, ouvem seus problemas e encaminham as suas solicitações. Trata-se de uma personalidade ímpar, imprescindível ao exercício da política e para o desenvolvimento nacional.

Consideramos, portanto, mais que justo homenagear todos os prefeitos brasileiros com a instituição do Dia do Prefeito.

Por ser a única comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à CE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria. A matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Não há reserva de iniciativa, a sua redação é adequada, atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Por fim, não vislumbramos demais óbices de ordem legal.



SF/19849.46632-01



4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

III – VOTO

Pelas razões expostas, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CE, 08/10/2019 às 11h - 50ª, Ordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	2. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO	
MARCIO BITTAR		4. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	5. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
MAILZA GOMES		6. VAGO	
VAGO		7. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROMÁRIO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	4. ROSE DE FREITAS	
ROBERTO ROCHA		5. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
VAGO		6. ANTONIO ANASTASIA	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. VAGO	
CID GOMES		2. KÁTIA ABREU	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	4. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA		5. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. JEAN PAUL PRATES	PRESENTE
FERNANDO COLLOR		2. HUMBERTO COSTA	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
ANGELO CORONEL		1. NELSON TRAD	PRESENTE
IRAJÁ		2. AROLDE DE OLIVEIRA	
SÉRGIO PETECÃO		3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGINHO MELLO		1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	2. MARCOS ROGÉRIO	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. CHICO RODRIGUES	PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

FLÁVIO BOLSONARO
LUIS CARLOS HEINZE
MAJOR OLIMPIO
ALVARO DIAS
JAYME CAMPOS



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 92/2017)**

NA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CE, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

08 de Outubro de 2019

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 12, DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2129, de 2019, que Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério

RELATOR: Senador Telmário Mota

08 de Outubro de 2019



2



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA
Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2.129, de 2019 (PL nº 8302/2017), do Deputado Edio Lopes, que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.129, de 2019, de autoria do Deputado Edio Lopes, visa a incluir trecho rodoviário RR-319, com extensão de 128,8 km, que liga a BR-174 à BR-433, no Estado de Roraima, na “Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal” integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

A proposição é constituída de quatro artigos. O primeiro descreve o objetivo da proposição, a saber: alterar a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional Viação (PNV).

O segundo altera a referida relação para acrescentar o trecho rodoviário descrito. O terceiro artigo define que a designação a o traçado



SF/19731.01216-56



2³

definitivo da rodovia de que trata a lei serão determinados pelo órgão competente e o quarto artigo traz a cláusula de vigência como imediata.

No Senado, o projeto foi distribuído apenas à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres e, por força da tramitação exclusiva nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, consideramos que esses estão atendidos, pois, em conformidade com disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal (CF) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da CF, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que concerne à juridicidade, o projeto corretamente altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Quanto à técnica legislativa, a proposição respeita a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O trecho rodoviário em questão, além de ser rota de escoamento da produção agropecuária da região, dá acesso a quase totalidade das comunidades indígenas do município de Normandia, Roraima, permitindo a chegada de equipamentos e suprimentos para essas comunidades.

Dessa forma, a federalização desta rodovia é fundamental para a população roraimense, especialmente da região atendida pela rodovia, pois com os investimentos do Governo Federal, promoverá o desenvolvimento econômico regional, ampliando o potencial agropecuário e garantindo atendimentos das comunidades indígenas.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.129, de 2019.

hr2019-12771



SF/19731.01216-56



4

3

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



hr2019-12771





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CI, 08/10/2019 às 11h - 38ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO BRAGA	PRESENTE	1. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JARBAS VASCONCELOS		2. JADER BARBALHO	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	4. RODRIGO PACHECO	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO		6. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTEs	
PLÍNIO VALÉRIO		1. JOSÉ SERRA	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ROBERTO ROCHA		3. JUÍZA SELMA	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
JORGE KAJURU		1. WEVERTON	
ACIR GURGACZ		2. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. KÁTIA ABREU	
ELIZIANE GAMA		4. ALESSANDRO VIEIRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
VAGO		3. VAGO	

PSD			
TITULARES		SUPLENTEs	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	
CARLOS VIANA		2. NELSONHO TRAD	PRESENTE
IRAJÁ		3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTEs	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. JAYME CAMPOS	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES		2. ZEQUINHA MARINHO	

PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTEs	
STYVENSON VALENTIM		1. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	2. LASIER MARTINS	PRESENTE

Não Membros Presentes





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
CHICO RODRIGUES
ZENAIDE MAIA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2129/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO,
QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CI FAVORÁVEL À MATÉRIA.

08 de Outubro de 2019

Senador MARCOS ROGÉRIO

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 233, DE 2019-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA)

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, do Senador Cristovam Buarque, que Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins

RELATOR: Senador José Medeiros

RELATOR ADHOC: Senador Flexa Ribeiro

13 de Setembro de 2016



PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.*

Relator: Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Relator Ad Hoc: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 44, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

A iniciativa torna obrigatória a divulgação, pelo Poder Executivo Federal, de informações constantes do referido cadastro, incluindo fotografias de pessoas desaparecidas, por meio de realização de publicidade de utilidade pública, com inserções veiculadas nos intervalos da programação das emissoras de televisão, diariamente, por no mínimo um minuto, no período compreendido entre 18 e 22 horas.

O autor justifica a proposta pela necessidade de promover a ampla divulgação dos casos de desaparecimento, o que irá facilitar a solução dos mesmos. Ainda segundo o autor, trata-se de um complemento indispensável à Lei nº 12.127, de 2009, não havendo óbices à aprovação da proposta, inclusive porque os recursos para realização de ações de utilidade pública já constam do orçamento da União.



2³

Após tramitar nesta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para deliberação terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre proposições relacionadas com os veículos de comunicação. O objeto do PLS em exame guarda relação, portanto, com matéria integrante do campo temático deste Colegiado.

A Lei nº 12.127, de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, resultou de uma ampla discussão nacional que se somou aos trabalhos de investigação da CPI de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Em fevereiro de 2010, a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Justiça e com o apoio do movimento social Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, desenvolveu o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Em março de 2013, foi lançada uma nova versão do *site* que abriga o Cadastro, em comemoração à Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.

A partir dessa nova versão, qualquer cidadão pode acessar o portal e registrar o desaparecimento da criança ou adolescente. Uma vez confirmada a veracidade das informações, *e-mails* serão enviados para toda a rede de atendimento, incluindo polícias, conselhos tutelares, ONGs, entre outras unidades locais de proteção.

No portal, o cidadão pode carregar fotografias, solicitar coleta de material genético de familiares (para possíveis investigações posteriores) e dizer se deseja, ou não, que os dados básicos do desaparecido sejam divulgados no portal. Em caso negativo, apenas as redes de atendimento teriam acesso ao perfil. É possível, até mesmo, imprimir cartazes para divulgação do fato.



Apesar dos esforços, o Cadastro ainda não se consolidou como ferramenta para o enfrentamento da questão do desaparecimento de crianças e adolescentes. Atualmente, existem apenas 370 casos cadastrados, em 20 estados, dos quais apenas quatro foram solucionados, o que nos leva a reconhecer a necessidade de serem adotadas medidas para conferir maior efetividade ao instrumento, uma vez que as estimativas indicam a ocorrência de 40 mil desaparecimentos anuais de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, é louvável a presente iniciativa que, ao tornar obrigatória a divulgação na televisão das informações constantes do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes desaparecidos, irá estimular o seu uso, tornando-o mais efetivo e operante. Trata-se, conforme salientado pelo autor do PLS nº 44, 2016, de um complemento indispensável à Lei nº 12.127, de 2009.

Propomos uma emenda de redação para atender a disposição de técnica legislativa que propugna que a ementa da lei a ser emendada deve ser registrada na ementa do projeto.

Registramos ainda ser oportuno deixar consignado que as campanhas publicitárias de utilidade pública para divulgação de informações de desaparecidos correrão por conta das dotações orçamentárias já consignadas ao Poder Executivo para esse fim, nos termos da emenda, a seguir proposta, que acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 12.127, de 2009.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CCT (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que *cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos*, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.



4⁵**EMENDA Nº 2 - CCT**

Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 12.127, de 2009, nos termos da redação dada pelo Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, o seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“**Art. 2º**

§ 1º

§ 2º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Executivo Federal para a realização de publicidade de utilidade pública.” (NR)

Sala da Comissão, 13/09/2016

Senador Lasier Martins, Presidente

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc





SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 28ª Reunião, Extraordinária, da CCT

Data: 13 de setembro de 2016 (terça-feira), às 08h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
VAGO	1. Zeze Perrella (PTB)
Lasier Martins (PDT)	2. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro	3. Acir Gurgacz
Angela Portela (PT)	4. Telmário Mota (PDT)
Ivo Cassol (PP)	5. Gladson Cameli (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Dário Berger (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Edison Lobão (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. José Medeiros (PSD)
Omar Aziz (PSD)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Hélio José (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Davi Alcolumbre (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Deca (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Cristovam Buarque (PPS)	1. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Eduardo Lopes (PRB)	1. Pedro Chaves (PSC)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 237, DE 2019-PLEN/SF

(DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, do Senador Telmário Mota, que Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ângela Portela

11 de Novembro de 2015



PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 161, de 2015, do Senador Telmário Mota, que *altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.*

Relatora: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de lei do Senado (PLS) nº 161, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, tem como objetivo facultar ao índio a inserção de informação sobre sua origem indígena e sua etnia nos seus registros de nascimento, casamento e óbito e na sua carteira de identidade.

Justifica-se a iniciativa com fundamento na importância de evitar aborrecimentos desnecessários enfrentados pelos índios quando precisam, por qualquer motivo, comprovar ou afirmar sua condição, que atualmente depende da apresentação de registro lavrado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Após manifestação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a proposição será examinada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.



II – ANÁLISE

O inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal fixa competência desta Comissão para opinar sobre matérias pertinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos. O PLS nº 161, de 2015, trata do direito à identidade indígena e do reconhecimento étnico, sumamente importantes para esses povos.

Na vida quotidiana e, flagrantemente, para exercer direitos relativos à condição de indígena, realmente pode haver transtorno em obrigar o interessado a carregar consigo um documento específico, distinto dos documentos de identidade e registros que a maioria das pessoas leva consigo. É um ônus sutil que se impõe aos índios, desnecessariamente, pois bastaria inserir as informações sobre origem e etnia em seus documentos.

Por essa razão, vemos mérito na proposição ora examinada. Somente ressaltamos a necessidade de efetuar um ajuste, por meio de emenda que apresentamos, na redação proposta para o parágrafo único do art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, pois a Lei nº 13.114, de 16 de abril de 2015, já incluiu parágrafo único nesse artigo e é necessário tornar mais claro o seu teor. Todos os dispositivos afetados pelo art. 1º do PLS em análise são transcritos nessa emenda, para que sejam incluídas as letras “NR”, indicando sua alteração, e símbolos que preservam a numeração ordinal adotado na Lei nº 6.015, de 1973. Finalmente, é importante substituir a menção à “origem indígena”, que muitos não índios também têm, pela “condição indígena”, que é realmente significativa. Isso nos leva a emendar, também, a ementa e o art. 2º da proposição.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CDH

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, a expressão “origem” por “condição”.



EMENDA Nº 2 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º Acresçam-se o seguinte item 11 e o § 4º ao art. 54, o seguinte item 11 e § 2º ao art. 70 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em § 1º – e o seguinte item 13 e § 2º ao art. 80 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em § 1º –, todos, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

“**Art. 54.**

.....

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o registrando requerer expressamente o lançamento dessa informação.

.....

§ 4º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

“**Art. 70.**

.....

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia dos cônjuges, se estes requererem expressamente o lançamento dessas informações.

§ 1º

§ 2º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação dos cônjuges acerca da sua condição de indígena, da sua etnia e da sua aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da



4⁵

apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

“Art. 80.

.....

13) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o declarante requerer expressamente o lançamento dessas informações.

.....

§ 2º No caso do item 13 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia do registrando, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)”

EMENDA Nº 3 – CDH

Substitua-se, no art. 4º-A que o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, acrescenta à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a expressão “origem” por “condição”.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2015

Senador Paulo Paim, Presidente

Senadora Angela Portela, Relatora

fp2015-09122





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 105ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 11 de novembro de 2015 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)



ATA DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR





**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

1ª REUNIÃO DE 2019

**DIA 24 DE SETEMBRO, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 15 DA ALA
SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da 1ª reunião de 2019 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada em 24 de setembro de 2019, terça-feira, às 14h, no Plenário nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, inicialmente sob a Presidência do Senador Otto Alencar, destinada à instalação do Conselho e eleição de presidente e vice-presidente, conforme lista de presença e documentos anexos.

Presidente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 2

25/09/2019

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De acordo com o que foi estabelecido pelo Presidente Davi Alcolumbre, nós vamos instalar hoje o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Os partidos e os blocos encaminharam os nomes.

Corregedor do Senado: o Senador Roberto Rocha, do PSDB.

Pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PT e PROS): o Senador Jaques Wagner e o Senador Telmário Mota.

O Senador Telmário está presente, e eu gostaria de contar com a presença do Senador Jaques Wagner.

Pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, foi indicado o Senador Major Olímpio.

Pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Patriotas, Rede, PDT, Cidadania e PSB), foi indicado o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que também está presente. Já com relação ao Senador Weverton, eu faço um apelo aos seus assessores para que contatem S. Exa. a fim de que ele possa comparecer e, logo mais, uma vez constituído o quórum, possamos realizar a votação para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente. Assim também em relação ao Senador Randolfe Rodrigues, da Rede também, eu faço um apelo para que possa comparecer, bem como ao Senador Fabiano Contarato, da Rede também.

Pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, Republicanos e PP), o Senador Ciro Nogueira, o Senador Vanderlan Cardoso, a quem também faço um apelo para que possa comparecer. Ao Senador Eduardo Gomes, do Tocantins, da mesma forma.

Peço aos assessores que contactem os Srs. Senador para que possa comparecer a fim de realizarmos a votação de escolha.

Faço esse apelo aos Senadores Marcelo Castro, do Piauí, e Confúcio Moura, que compõem o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, Republicanos e PP).

Pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL e PSC), o Senador Jayme Campos, que está presente, e o Senador Chico Rodrigues, a quem apelo por sua presença aqui na reunião do Conselho de Ética.

Pelo Podemos, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão.

E, pelo PSD, o Senador Angelo Coronel.

Eu gostaria da presença de S. Exas. Se os seus assessores tiverem conhecimento, faço um apelo no sentido de que convidem os Srs. Senadores para que nós possamos iniciar, com quórum qualificado. Nós precisamos, para a votação, de nove Senadores – temos aqui a presença de quatro Senadores – para iniciarmos a escolha, a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal.

Estou aqui como Presidente *ad hoc* não por minha vontade, mas por minha idade. Então, sou o mais velho. Discordo um pouco. Na minha opinião, o Senador Jayme Campos é gato. Ele não pode ser mais novo do que eu em hipótese nenhuma. No interior do Estado do Amazonas, se nasce em um ano e se tira a certidão de nascimento cinco anos depois para dizer que é novo, ao contrário de num Município da Bahia, que não vou citar o nome, em que se registra bem antes, cinco anos, seis anos antes, para tirar o título de eleitor cedo, mas não vou dizer o nome. Mato Grosso é o inverso desse Município do meu Estado da Bahia. Portanto, lá nesse Município, todo mundo é muito jovem, não tem problema em parecer idoso.

Continuo o apelo para que os Srs. Senadores possam comparecer à nossa reunião.

Hoje pela manhã, eu recebi no meu gabinete, com muita alegria, a Maria Rita Lopes Pontes, que é a sucessora das obras sociais da Irmã Dulce. Ela está aqui no Senado, veio





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 3

25/09/2019

para conversar conosco sobre a canonização de Irmã Dulce, sobre a missa, no dia 13 de outubro, no Vaticano, e, depois, na Bahia, no estádio da Fonte Nova, no dia 20. Ela assumiu lá as obras sociais, que hoje têm um alcance social, talvez, dos maiores do País em termos de assistência social, assistência à saúde e educação, uma escola muito bem organizada no Município de Simões Filho, na Bahia, que tem oitocentos e tantos alunos. Esses alunos, inclusive, vão encenar uma peça no estádio da Fonte Nova nessa data. Eu conversava há pouco com ela. Estamos tomando providência aqui. Sempre fizemos isso, ajudando com emendas, com recursos para garantir o atendimento às pessoas. O Hospital Santo Antônio é muito bem organizado.

Irmã Dulce começou isso lá pelos anos 70. Ela era batizada Maria Rita Lopes Pontes, mas adotou o nome de Irmã Dulce, porque a mãe dela chamava-se Dulce e faleceu quando ela tinha seis anos de idade. Ela se dedicou à religiosidade, à evangelização e, depois, à assistência social. Ela fez um trabalho maravilhoso. Eu a conheci. Trabalhei com ela lá no hospital muitos anos e pude ver de perto. É uma pessoa de espírito superior, que fez uma obra fantástica, de alto nível, recolhendo pessoas pobres e sem teto, colocando dentro de casa, saindo naquelas ruas da cidade baixa, pedindo, solicitando ajuda, alimentos para manter o hospital.

Depois de trabalhar alguns anos lá, como Secretário de Saúde, tive oportunidade de ampliar as instalações, credenciar o hospital, fazer os primeiros convênios de organização social com o hospital da Irmã Dulce. Ela nos deixou no dia 13 de março de 1992. Eu era ainda Secretário de Estado da Saúde lá da Bahia.

Portanto, hoje eu tive a alegria de receber no meu gabinete a Maria Rita Lopes Pontes, que está aqui no Senado, veio para conversar sobre algumas coisas e tomar providências.

Eu creio que, do que eu vi na minha vida inteira de médico, de professor, de cirurgião, nada teve mais força espiritual do que a Irmã Dulce. Ela era baixinha, franzina, não tinha um corpo físico tão avantajado, mas a força espiritual era muito, muito forte. Eu sempre dizia que ela falava pelos olhos. Ela tinha a capacidade de olhar para as pessoas e manifestar aquilo que desejava, aquilo que ela queria conquistar, que ela queria fazer.

Chegou aqui um dos nossos Senadores lá da Bahia, Senador Jaques Wagner, que ouviu o meu apelo para que nós possamos abrir a nossa reunião para escolha do Presidente da Comissão de Ética do Senado Federal.

Já tem nove Senadores? (*Pausa.*)

Tem sete. Faltam dois.

Senador Weverton, eu estava conversando sobre o Senador Jayme Campos. Há pouco eu estava conversando com o Senador Anastasia, que estava presente, e o Senador Anastasia botou um codinome nele. O Senador Anastasia botou um codinome no Senador Jayme Campos: Nero do Mato Grosso, o homem que incendiou o Cerrado e já está próximo da Floresta Amazônica. Quem colocou o nome foi o Senador Anastasia: Nero do Mato Grosso. Não fui eu. Foi o Senador Anastasia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu sou o maior preservador da Amazônia brasileira, na medida em que, em algumas propriedades que eu tinha, são respeitadas as APPs, as áreas de preservação.

Por incrível que pareça, Senador Otto – V. Exa. sabe muito bem –, com o advento da abertura da Cuiabá-Santarém, na década de 70, por indução do próprio Governo Federal, que tinha o *slogan* "vamos ocupar para não entregar", por força de lei do próprio Governo Federal para ocupação da Amazônia Legal brasileira, eles induziam o pequeno, o médio e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 4

25/09/2019

o grande produtor rural a fazer aquelas derrubadas rasas. Nós chamamos de derrubada rasa aquela que pegava desde os leitos de córrego e assim por diante e derrubava.

O que acontece? Em 1998, no Governo FHC – V. Exa. deve ter conhecimento –, veio aquela medida provisória dizendo que se podiam derrubar, na Amazônia brasileira, 20% e preservar 80%. O que acontece? Os pobres coitados daquela época, na década de 70, fizeram aquele desmatamento conforme orientação do próprio Código Florestal Brasileiro e, sobretudo, do próprio Incra.

De lá para cá, lamentavelmente, aqueles que não tinham registrado na sua escritura pública o quanto se podia derrubar e o quanto teria que ser preservado, hoje estão pagando caro, pelo fato de que hoje é 20% para derrubar e 80% para preservar. Isso tem custado um peso tão alto para o pequeno produtor e para o médio produtor daquele Estado que lamentavelmente não estão conseguindo pagar a conta.

E vou mais longe: o Chico deve saber, da Região Amazônica no Brasil, que, com o advento da década de 1970, criou-se a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Para nós, do Mato Grosso, que estamos acima do paralelo 16, o que ocorreu? Para receber os incentivos fiscais da Sudam naquela época, os grandes grupos, sobretudo o MAP naquela época, eles poderiam investir parte daqueles recolhimentos dos seus tributos em relação ao imposto de renda da Região Amazônica do Brasil. Pois bem, foi muito bom naquela época, desbravamos aquela vasta região do Brasil, os verdadeiros sertões, que hoje são áreas altamente produtivas, que têm contribuído sobremaneira com a grande produção nacional. Todavia, o que aconteceu? Não foi definido o que é área de transição e o que de fato é Floresta Amazônica.

Hoje, nós estamos pagando um preço caro, Chico, porque nós não definimos o que era de transição e o que é Floresta Amazônica. Então, de lá para cá, o que acontece? Em vez de nos beneficiarmos com os incentivos fiscais, hoje se está penalizando, porque nós não definimos o que é a tipologia em relação à área de transmissão e a Floresta Amazônica.

De forma que o Mato Grosso, particularmente, é um Estado que tem preservado. A produção agrícola nossa é altamente tecnológica, com uma tecnologia que está bem avançada...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A maior área é de Cerrado, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Cerrado e área de transição. Na área do Cerrado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Na área de transição...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Você não sabe se ela é floresta ou se é Cerrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não é identificável a transição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não conseguimos identificar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas tem madeira de lei, árvores centenárias...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – De 500 anos, imagino.

Todavia, o que nós precisamos definir é isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Muita aroeira?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pouca. A amazônica do Brasil não produz aroeira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aroeira, Craviúna, Cerejeira, Baraúna...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 5

25/09/2019

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Aqui, o Cerrado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Imbuia, Pau-d'arco, Solva, Juazeiro e Jatobá...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pau d'arco só dá em terras boas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Pau-Ferro, Angico...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Também...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Amargoso, Gameleira, Andiroba, Copaíba, Pau-Brasil e Jequitibá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É mais do que um engenheiro florestal.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Isso aí só tem na Caatinga, rapaz! (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Se o Cid Gomes soubesse que você entende de...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número legal, nos termos regimentais, declaro aberta a 1ª Reunião de 2019 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada à instalação do conselho e eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Informo que presido a reunião por ser o mais idoso entre os membros do conselho, nos termos do art. 88, §3º, do Regimento Interno.

Total de membros: 16 Senadores – 15 titulares e um Corregedor, que é o Senador Roberto Rocha, nos termos dos arts. 23 e 25 da Resolução 20, de 1993.

Quórum de abertura: um quarto, um quinto... Quatro Senadores, nos termos do art. 108. Para deliberação: nove Senadores, o que nós já temos aqui presente.

Comunico que, de acordo com o disposto no art. 24 da Resolução, a eleição para Presidente do Conselho de Ética obedecerá às disposições regimentais relativas às Comissões.

Nos termos do art. 88 do Regimento Interno, a eleição será realizada em escrutínio secreto. Vence quem obtiver maioria dos votos, presente a maioria dos membros, segundo o art. 109 do Regimento Interno. Ocorrendo empate, a eleição será repetida no dia seguinte. Verificando-se o empate, será considerado o candidato mais idoso, de acordo com o art. 88, §2º, do Regimento Interno.

Apresentaram aqui as candidaturas: o nobre Senador Jayme Campos, grande preservador do meio ambiente no Estado do Mato Grosso, e, como candidato a Vice-Presidente, há aqui o nome do Senador Marcos do Val.

Há algum outro Senador que queira a candidatura?

O Senador Marcos do Val demonstrou a intenção de ser Vice-Presidente.

Consulto se o Senador Veneziano Vital do Rêgo...

Eu gostaria até de fazer uma eleição por aclamação. Então eu perguntaria qual dos dois aí abriria mão para... Aliás, vamos pelo mais idoso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Exa. pode dizer o nome? Há algum problema falar o nome? A idade?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 6

25/09/2019

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Você.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quarenta e nove. Então, se V. Exa. concordar, o Vice-Presidente será o Senador Veneziano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aí tem que ser por escrutínio secreto, de acordo com o Regimento, não é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Não pode ser aberto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pelo Regimento, havendo acordo, a votação pode ser por aclamação; não havendo acordo, tem que ser por escrutínio secreto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou colocar logo o nome do Senador Jayme Campos para votação, já que não há outro concorrente.

Consulto os Senadores se podemos colocar a eleição do Senador Jayme por aclamação. *(Pausa.)*

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Sr. Presidente Jayme Campos é eleito por aclamação. *(Palmas.)*

O maior preservador do Cerrado e da Floresta Amazônica do País.

Parabéns pela preservação ambiental!

Eu peço que se tome providência para colocar... Vamos precisar de três minutos para realizar a escolha do Vice-Presidente. Estão concorrendo o nobre Senador Marcos do Val e o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Quer concorrer V. Exa.? *(Pausa.)*

Vamos ter que aguardar três minutos para preparar ali a votação secreta para escolha do Vice-Presidente. Concorrem dois Senadores: Senador Veneziano Vital do Rêgo e o nobre Senador Marcos do Val.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, uma pergunta que não quer calar... Na Comissão de Ética cabem três baianos de uma vez só. Não é fraca, não, como dizem os baianos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Três baianos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Quatro, porque eu sou adotado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é, você, Angelo Coronel, Jaques Wagner, que também foi adotado, porque é carioca de nascimento; o Senador Jaques Wagner é o mais baiano de todos os cariocas que passaram pela Bahia. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria, inclusive, convidar o nosso Presidente eleito para que pudesse ficar aqui ao nosso lado enquanto se prepara o voto. *(Pausa.)*

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Podemos antecipar as outras votações, já que temos várias comissões neste mesmo horário?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 7

25/09/2019

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – São três minutos para preparar ali o voto.

V. Exa. tem a comissão sobre *fake news* agora, não?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não, do Código Comercial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser...O voto é secreto.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É que eu não posso ver uma urna que a mão treme para votar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu espero que o seu tremor passe até a hora do voto. E se V. Exa. estiver tremendo com a mão, eu tenho em meu gabinete barbitúrico, que é o remédio adequado para parar o tremor da mão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Vou precisar dessa prescrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tenho barbitúrico, tenho Gardenal, que é muito bom também.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Serve também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aí a sua mão para de tremer. Ou então posso fazer um bloqueio, se V. Exa. permitir, cerebral numa área do cérebro chamada giro do cíngulo. V. Exa. fica "zen", sem problema nenhum, e para o tremor todo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – A minha preocupação é com outro ramo da medicina que V. Exa. externou no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dou garantia de um ano sem tremer. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Um ano sem beber?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sem tremer.

O nome é cingulectomia.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Captei a mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Você chega ali no giro do cíngulo e fica...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A pessoa fica assim meio atrapalhada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, não, fica "zen". (*Pausa.*)

Vamos ter, pela primeira vez, no Conselho de Ética...

A votação será por cédula, porque houve um problema no painel. Então, os Senadores...

Senador Angelo Coronel, pode votar.

Senador Marcelo Castro, vai ser por cédula.

Senador Telmário Mota.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quero saudar a presença aqui do nobre Senador Major Olímpio.

Espero que V. Exa. hoje... Major Olímpio... (*Pausa.*)

Senador Marcos do Val... (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 8

25/09/2019

Temos a eleição aqui para dois...

Senador Major Olimpio, já foi eleito aqui o Senador Jayme Campos por aclamação, e, para Vice-Presidente, estão na disputa o Senador Marcos do Val e o Senador Veneziano Vital do Rêgo. V. Exa. pode votar. Espero que hoje V. Exa. esteja mais calmo do que ontem na reunião do Congresso Nacional, esteja mais tranquilo.

Senador Jaques Wagner, pode votar agora. É por cédula. *(Pausa.)*

Senador Major Olimpio... Senador Major Olimpio, temos... *(Pausa.)*

Senador Weverton... Senador Weverton, para votar.

Depois, Senador Eduardo e Senador Chico Rodrigues. *(Pausa.)*

Todos os Senadores já votaram?

Agora, o Senador Chico Rodrigues.

Peço ao Senador Weverton que permaneça para ser um dos escrutinadores.

Senador Jayme Campos, V. Exa. pode votar também. *(Pausa.)*

Todos os Senadores já votaram para a escolha do Vice-Presidente da Comissão de Ética, já que o Senador Jayme Campos já foi escolhido por aclamação?

Eu convidaria o Senador Weverton e o Senador Chico Rodrigues para que possam ajudar aqui na apuração dos votos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O titular Marcos do Val está presente; V. Exa. é suplente, não vota.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. me permite a fala?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, quero apenas fazer um registro, na qualidade de Líder do Partido Democrata no Senado, da indicação, da escolha e da eleição por aclamação deste grande quadro que nós temos no Democratas e no Senado Federal, que é o Senador Jayme Campos. Homem experiente, vitorioso, que tem uma carreira política realmente digna de registro e de nota e que agora, no Senado Federal, ocupa uma posição muito importante, especialmente nos dias de hoje, que se refere à disciplina e à ética da atuação dos Senadores e Senadoras. O Conselho deve, sim, ser presidido por alguém experiente, por alguém experimentado, por alguém equilibrado, e o Senador Jayme Campos, com seus predicados, fará esse trabalho de legitimação, de eficiência e de condução do Conselho de Ética.

Então, eu quero desejar a V. Exa., Senador Jayme Campos, que nos honra, repito, no Partido Democratas, muita boa sorte e sucesso no seu mister de Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal. Seguramente o seu do Estado de Mato Grosso está, uma vez mais, orgulhoso de ter um dos seus presidindo um conselho tão importante para o Senado da República.

Parabéns, Senador Jayme Campos!

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Doze votos?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Doze votaram e há doze cédulas. Esta Comissão começa a ensinar como é que se vota no papel e a quantidade certa que aparece.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 9

25/09/2019

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não aconteceu o que aconteceu na eleição para escolha do Presidente do Senado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Amadureceu. O Senado está mais maduro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Evoluiu muito.

(Procede-se à apuração.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Doze cédulas.

Marcos do Val, um voto. Marcos do Val, dois votos. Veneziano, um voto, dois votos, três votos... *(Pausa.)*

Veneziano, quatro votos. Veneziano, cinco votos. Veneziano, seis votos. Veneziano, sete votos. Veneziano, oito votos. Veneziano, nove votos. Veneziano, dez votos.

Dez a dois, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Diante da apuração, eu proclamo aqui o resultado: o nobre Senador Veneziano, 10 votos; o nobre Senador Marcos do Val, 2 votos.

Então, está eleito Vice-Presidente o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Passo agora a Presidência ao Presidente eleito, Senador Jayme Campos.

Pela primeira vez no Conselho de Ética teremos um Presidente do verde, defensor do meio ambiente.

Também passo a Vice-Presidência para o Senador Veneziano Vital do Rêgo, para que possa tomar assento aqui.

Passo a presidência a V. Exa. e tenho absoluta certeza de que, pelas suas qualidades, pelo seu currículo e pela sua história de vida construída ao longo de tantos anos, V. Exa. vai estar à altura das tradições do Senado, sendo um grande Presidente do Conselho de Ética.

Parabéns, Senador Jayme Campos!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e demais amigos e amigas.

Antes de mais nada, eu quero agradecer esta oportunidade e quero fazer um breve relato aqui da minha história e, sobretudo, da importância que representa o Conselho de Ética. Também quero dizer da alegria de ter como meu companheiro aqui, como Vice-Presidente, esse valoroso e grande homem público, o Senador Veneziano. Não tenho dúvida alguma de que essa missão nada mais é que uma missão que nós temos aqui frente ao Conselho de Ética.

Antes, porém, eu consulto os Srs. Senadores se alguém quer fazer uma fala antes da nossa fala e da do próprio Veneziano.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero começar aqui parabenizando o Senador Marcos do Val, que, de qualquer sorte, contribuiu para que esta Casa realmente decidisse de forma democrática. Ele contribuiu com o seu nome para disputar com o Senador Veneziano a Vice-Presidência desta Comissão tão importante.

Eu quero, sem dúvida nenhuma, parabenizar o Senador Jayme Campos, o Senador Veneziano Vital, porque esta é uma Comissão que é o pires, é a tranquilidade desta Casa.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 10

25/09/2019

Eu, desde da minha primeira legislatura, participo desta Comissão, e aqui a gente já teve a oportunidade de acompanhar processos de diversos companheiros. Então, esta Casa sempre tem que ter muita tranquilidade. E V. Exa., Senador Jayme Campos, sem nenhuma dúvida, é um homem superpreparado, um homem que ocupa essa cadeira tão importante para o Senado. Eu só quero desejar muito sucesso para ambos e que esta Casa possa trazer toda tranquilidade, que é o que o povo está esperando hoje do Senado.

Aproveito também e faço um registro: eu acho que alguns Senadores ontem foram, de certa forma, ingratos com o Presidente Davi, porque nós tínhamos matérias tão importantes e, de repente, por falta de quórum no Senado, deixamos de votar peças importantes. Que hoje realmente possamos concluir aquele trabalho que ficou pendente para hoje.

Sucesso!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Senador Jayme... Senador Jayme...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu poderia atropelar o Senador Chico Rodrigues, que é meu irmão? Porque temos um aniversariante aqui: é o Eduardo Girão. Vamos bater uma salva de palmas para ele, porque ele merece! (*Palmas.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Meu caro Senador Jayme Campos, amigo e companheiro, eu quero dizer que hoje, depois de vários meses de expectativa por parte da sociedade brasileira, mas, acima de tudo, do conjunto dos Senadores, o nosso Presidente Davi Alcolumbre, cuidadoso, ponderado, reticente muitas vezes, mas nunca fora do tempo, compreendeu a necessidade de agora, na verdade, ser implantada, ser instalada a Comissão. E eu diria que nós temos que ter, pelo menos, unidade no essencial.

Nessa votação, ficou claro e expresso aqui que política é a convivência dos contrários. Mesmo numa concorrência aberta e livre entre dois companheiros, nós vimos exatamente o Senador Marcos do Val, de uma forma serena, colocando o seu nome, e o nosso amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo mantendo a sua posição cartesiana e de equilíbrio, conhecido pela sua postura. Isso obviamente vem enriquecer o conjunto da direção dos trabalhos. Tanto o Jayme quanto o Veneziano vão dar, na verdade, equilíbrio e, acima de tudo, visibilidade a esta importante Comissão de Ética.

Eu diria que todos nós Senadores sabemos o que nos espera. Nós temos a consciência do papel e da relevância que cada um, individualmente e no conjunto, representa. É lógico que nós temos que dar exemplo para os demais companheiros que não fazem parte desta Comissão. Portanto, é importante que estejamos aqui hoje nesta divulgação pública, aberta à imprensa, que, com absoluta certeza, já deve estar divulgando a instalação da Comissão de Ética mostrando que o Presidente Davi tem esse compromisso determinado de fazer com que esta Comissão na verdade seja uma referência aqui para o Senado da República.

Tenho certeza de que vamos nos haver muito bem e vamos fazer desta Comissão uma espécie de caixa de ressonância de todos aqueles trabalhos que eventualmente a nós sejam determinados.

Portanto, quero dizer ao Senador Jayme Campos e a você, Veneziano, pela sua conduta também, que vai ser realmente um período muito profícuo de trabalhos e absolutamente tudo de forma republicana. O que partir desta Comissão deverá ser determinado, definido e, aos olhos da população, tido realmente como referência pela conduta honrada de cada um dos que fazem parte desta Comissão. Então, parabéns nesse





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 11

25/09/2019

mister. Que Deus nos dê bastante luz para fazermos um trabalho que orgulhe o Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa., Senador Chico Rodrigues.

Senador Weverton com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa., que acaba de ser eleito Presidente deste Conselho tão importante da Casa, e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que passa a ser o Vice-Presidente do nosso Conselho, e desejar a V. Exas. e a todos os Conselheiros um ótimo mandato.

Nós sabemos que estamos vivendo tempos difíceis no País. Nós não podemos jamais permitir que este Conselho seja o ponto recursal de qualquer tipo de intriga ou qualquer tipo de perseguição com qualquer outro colega e muito menos que extrapolações possam ser cogitadas a acontecer neste Conselho. Mais do que nunca – eu sei da experiência e da retidão de V. Exas. –, mais do que nunca fica aqui a sugestão de fazermos algumas sessões conjuntas com todos os colegas ou palestras ou cartilhas explicativas, principalmente para quem acaba de chegar à Casa e nunca teve a experiência de outro mandato, para sabermos realmente como funciona a questão do limite de um e do dever de cada um. Então, o decoro é muito importante para que a gente mantenha a harmonia numa Casa de pensamentos diferentes, de partidos diferentes, e é assim que tem que ser. A palavra "partido" já está dizendo: são partes. Então, nós temos várias cabeças, vários pontos e temos que saber a hora de vencer, temos que saber reconhecer a hora em que não fomos a maioria, de forma que se consiga manter esse equilíbrio e esse convívio para que continuemos fazendo um bom funcionamento na Casa.

Então, parabéns, Veneziano, parabéns, Senador Jayme, e todos os colegas que aqui começam esse mandato, para que a gente possa dar um bom funcionamento e manter a boa harmonia. Os mais experientes já me falaram que um bom conselho é aquele que não precisa fazer muito barulho e, sim, o que faz com que as coisas andem sempre no seu devido lugar.

Então, parabéns e boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Senador Vanderlan e, na ordem de inscrição, meu caro amigo Marcos do Val.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Pela ordem.) – Senador Presidente Jayme Campos, Senador Veneziano, meus cumprimentos.

Eu fui um defensor, desde o início desta Legislatura, de que o Conselho de Ética fosse formado o quanto antes. Acho que, de tanto falar com o Presidente Davi, já estava muito repetitivo até, Senador. E sempre, devido à sua ponderação, ao seu conhecimento, à sua forma de ser e de agir, eu já defendia que o senhor fosse o Presidente do Conselho. E deu certo. O senhor hoje é o Presidente do Conselho com o Senador Veneziano, que também é um homem honrado, que tem um conhecimento vasto.

Eu acho que o Senador Weverton foi muito feliz nas suas colocações. Realmente aqui os que chegaram, como eu – e são muitos os que chegaram agora –, precisam ter um esclarecimento melhor dos limites da nossa Casa, de aonde cada Senador pode ir. A gente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 12

25/09/2019

tem visto, nesses pouco mais de oito meses, Senador Jayme, muita coisa sendo extrapolada aqui na Casa, que é uma casa de respeito, uma casa moderadora.

E o que eu peço neste momento, nesta instalação – eu faço parte do Conselho – é que Deus lhes dê muita sabedoria, entendimento e discernimento nas decisões e nos rumos daqui para frente. Que Deus possa nos abençoar.

E parabéns! Podem ter certeza de que a gente vai contar muito com vocês à frente deste Conselho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço as palavras generosas e bondosas do ilustre companheiro e amigo, Senador Vanderlan. Certamente, com sua experiência, sobretudo com sua trajetória como homem de Deus, cristão, evangélico, nós vamos precisar muito da sua orientação para o bom encaminhamento e andamento deste Conselho de Ética.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Reforçando as palavras dos nossos amigos Senadores, quero dar os parabéns, pela posição como Presidente desta Comissão tão importante, e também parabéns ao amigo Veneziano pela vitória democrática para assumir a Vice-Presidência. Saibam que podem contar comigo, independentemente de qualquer coisa. Nós estamos aqui trabalhando juntos. A intenção é contribuir para a gente poder preservar a imagem, a integridade do Senado. Nós temos que trabalhar com esse cuidado, e não com o intuito de perseguição entre A e B, entre grupos ou qualquer outro meio.

Eu estou chegando agora à política. Eu tenho apenas oito meses de experiência, acho que sou o mais novo da Comissão, mas eu gostaria de contribuir trazendo exatamente isto: um olhar novo, uma forma diferente, pode-se dizer assim, de se trabalhar em grupo em cima de um projeto, que é de manter a integridade e a imagem da Casa de forma que ninguém duvide.

Então, desejo sorte a todos, mais uma vez reforçando os parabéns ao Presidente e ao Vice-Presidente, que vão assumir agora as rédeas desse trabalho, para que a gente possa ter a credibilidade que a sociedade tanto deseja da gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quero dizer que aqui não houve ganhador muito menos perdedor. O que houve foi a democracia prevalecendo aqui, inicialmente, já neste Conselho de Ética. Ressalto que V. Exa. pode ter a confiança absoluta de que nós vamos observar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. E quero dizer que este Conselho aqui não será um conselho de revanchismo; muito pelo contrário, o que vai prevalecer aqui é o Regimento Interno e acima de tudo a nossa Constituição Federal. Quero deixar bem claro aqui que agimos de forma independente, mas também com muito equilíbrio na defesa intransigente, naturalmente, das boas ações e atitudes daqueles que certamente fazem parte do Congresso Nacional, acima de tudo aqui do Senado Federal.

Convido o nosso ilustre Vice-Presidente Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Presidente, falarei muito rapidamente, até por força das obrigações que todos nós temos nas demais outras Comissões – a CCJ começa a se reunir para sabatar o indicado à Procuradoria-Geral da República, Dr. Augusto Aras, e outras Comissões estão a funcionar a partir deste instante.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 13

25/09/2019

Eu queria, por dever inicial, saudá-lo, cumprimentá-lo e dizer que, entre todos, me sinto extremamente lisonjeado por estar tendo, dada e delegada pelo Colegiado, a oportunidade em ladeá-lo. Disse muito bem o seu querido amigo e companheiro nosso de partido Rodrigo Pacheco, seu companheiro do Democratas, que a escolha, se não por estes valores, por estes predicados, por estes qualificativos que V. Exa. possui – perdoe-me e não me entenda mal –, é por ser um veterano amadurecido, experimentado na Casa. Penso, não tenho dúvidas de que a aclamação é exatamente o simbolismo, o registro e é o recado do reconhecimento que este Colegiado tem com a segurança de que estaremos muito bem conduzidos. Não há, de nossa parte, dúvidas a esse respeito. Estou aqui para ser um colaborador.

Ao meu companheiro amigo, com quem tive a oportunidade de integrar bloco partidário aqui nesses primeiros meses e, depois, por força de razões de natureza pessoal, não podendo mais estar, o Senador Marcos do Val, digo que entre nós não há disputas. É extremamente salutar, afinal de contas, todos indistintamente aqui propugnamos por esses bons encaminhamentos.

Aos demais outros Senadores que me reservaram este voto de confiança o nosso agradecimento.

Ao Presidente Davi Alcolumbre, que teve a sensatez, mesmo nesses primeiros meses mais acalorados, de fazer a instalação devida, até porque desejável e necessária, do Conselho de Ética e de Decoro, os nossos também referenciados cumprimentos.

Ademais, parabéns, Presidente! Que Deus possa nos permitir agir, acima de tudo, com a prudência, acima de tudo com o amadurecimento, com o equilíbrio nessa condução sua. E ladeando-o, secundarizando-o estaremos nós.

Muito grato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao nosso Vice-Presidente, Senador Veneziano.

Rapidamente também, para concluirmos os trabalhos, com a palavra o ilustre e eminente Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobre Senador Jayme Campos; Sr. Vice-Presidente, Senador Veneziano Vital; eu só vim para fazer um registro com relação à eleição de V. Exas. São dois quadros que são talhados para essa missão.

A minha vida toda na Câmara dos Deputados, nos dois mandatos que tive como Deputado Federal, eu atuei junto ao Conselho de Ética daquela Casa. Não é uma tarefa prazerosa, não é uma tarefa que gera satisfação, porque o Conselho de Ética atua num campo que obviamente não gera nenhum tipo de alegria ao Parlamentar quando tem que enfrentar aqui as matérias que são submetidas ao Conselho de Ética. Porém, V. Exas. são dois Senadores preparados, ponderados, equilibrados, e é justamente disto que o Conselho de Ética precisa: alguém que tenha a serenidade e a sensibilidade também de entender que o que acontece aqui e o que acontece lá fora têm repercussão para a sociedade toda.

Então, o Conselho de Ética estará bem servido sob a condução de V. Exa., ladeado pelo Senador Veneziano Vital.

Voto de pleno sucesso, pleno êxito!

Estarei aqui à disposição, como soldado dos amigos.





SENADO FEDERAL

SF - 14

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CEDP (1ª Reunião)

25/09/2019

Documentos pertinentes à reunião:

1. Lista de Presença;
2. Discurso do Senador Jayme Campos.





SENADO FEDERAL - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião do CEDP

Data: 24 de setembro de 2019 (terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR - CEDP

TITULARES	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Roberto Rocha (PSDB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner (PT)	1. VAGO
Telmário Mota (PROS)	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Major Olímpio (PSL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	1. Randolfe Rodrigues (REDE)
Weverton (PDT)	2. Fabiano Contarato (REDE)
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Ciro Nogueira (PP)	1. Vanderlan Cardoso (PP)
Eduardo Gomes (MDB)	2. VAGO
Marcelo Castro (MDB)	3. VAGO
Confúcio Moura (MDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO
Chico Rodrigues (DEM)	2. VAGO
PODEMOS	
Marcos do Val (PODEMOS)	1. Eduardo Girão (PODEMOS)
PSD	
Otto Alencar (PSD)	1. Lucas Barreto (PSD)
Angelo Coronel (PSD)	2. Nelsinho Trad (PSD)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

CONSELHO DE ÉTICA

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

É com grata satisfação que acolho a decisão de meus pares para assumir a Presidência do Conselho de Ética do Senado Federal. Honrado com a indicação de meu nome, agradeço com muita humildade e espero corresponder a confiança de todos em mim depositada.

Conduzir os trabalhos deste colegiado, que tem como missão maior zelar pela observância dos preceitos éticos e garantir a dignidade do mandato parlamentar, representa para mim motivo de muito orgulho.

Minha vida pública sempre foi pautada pela correção, seriedade e pelo serviço prestado, seja nas causas do meu Estado, seja nas causas do Brasil.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

Fui prefeito por três vezes, governador do meu Estado e, hoje, exerço meu segundo mandato de Senador da República. Entre 2011 e 2014, tive o privilégio de ocupar a vice-presidência e, por algumas oportunidades, a presidência deste importante Conselho.

Sempre busquei a conciliação, o entendimento e o consenso possível. No exercício da política, sou daqueles que acredita no poder da palavra, no diálogo e nos valores democráticos.

Desta Presidência, não haverá atos de revanchismo ou decisões açodadas. Sou um legalista. Vou seguir rigorosamente o devido processo legal, preservando o Regimento Interno do Senado Federal, o Código de Ética e a Constituição Federal.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

Pretendo agir com equilíbrio, garantindo o direito sagrado ao contraditório e à ampla defesa. Tenho a convicção dos democratas de que assim deve ser um Estado Democrático de Direito.

Agradeço, mais uma vez, aos Senadores e Senadoras, ao meu querido estado de Mato Grosso e ao povo brasileiro, por essa oportunidade e desafio.

Rogo a Deus que me ilumine nesta honrosa missão e que minhas ações sejam instrumentos de sabedoria e de união.

Muito obrigado!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CEDP (1ª Reunião)

SF - 15

25/09/2019

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcos.

Vou fechar aqui em rápidas palavras, meu caro Vice-Presidente, Senador Veneziano, demais Senadores e Senadoras.

É com grata satisfação que acolho a decisão dos meus pares para assumir a Presidência do Conselho de Ética do Senado Federal. Honrado com a indicação do meu nome, agradeço com muita humildade e espero corresponder à confiança de todos em mim depositada. Conduzir os trabalhos deste Colegiado, que tem como missão maior zelar pela observância dos preceitos éticos e garantir a dignidade do mandato parlamentar, representa para mim motivo de muito orgulho.

Minha vida pública sempre foi pautada pela correção, seriedade e pelo serviço prestado, seja nas causas do meu Estado, seja nas causas do Brasil. Fui Prefeito por três mandatos, Governador do meu Estado, e hoje exerço o meu segundo mandato de Senador da República. Entre 2011 e 2014, tive o privilégio de ocupar a Vice-Presidência e, por algumas oportunidades, a Presidência deste importante Conselho. Sempre busquei, Senador Veneziano, a conciliação, o entendimento e o consenso possível. No exercício da política, sou daqueles que acreditam no poder da palavra, no diálogo e nos valores democráticos. Desta Presidência não haverá atos de revanchismo ou decisão açodada. Sou um legalista; vou seguir rigorosamente o devido processo legal, preservando o Regimento Interno do Senado, o Código de Ética e a Constituição Federal. Pretendo agir com equilíbrio, garantindo o direito sagrado ao contraditório e à ampla defesa. Tenho convicção democrática de que assim deve ser o Estado democrático de direito.

Agradeço, mais uma vez, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, ao meu querido Estado de Mato Grosso e ao povo brasileiro esta oportunidade e este desafio. Rogo a Deus que me ilumine nesta honrosa missão, e que minhas ações sejam instrumento da sabedoria e da união.

Quero aqui concluir dizendo, Senador Vital, meu amigo Veneziano, que este aqui não é um cargo que muitas pessoas querem. Esta aqui é uma missão delegada pelos senhores membros deste Colegiado, mas eu não tenho dúvida alguma, pela nossa experiência, pelo nosso equilíbrio, de que este aqui não é um conselho de revanchismo. Este é um conselho que tem as suas atribuições bem definidas. E eu não tenho dúvida: junto com o senhor, com a sua experiência e, sobretudo, com a dos demais pares que compõem este Conselho, vamos fazer um trabalho exitoso e um trabalho em que certamente vamos cumprir o seu preceito constitucional, estabelecido pelo Regimento Interno e pela Constituição Federal.

Concluo agradecendo a oportunidade.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da eleição e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião de 2019 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Muito obrigado a todos. Que Deus nos abençoe!

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3
PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 11

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juiza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 11

PSDB-8 / PSL-3

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	11
PODEMOS.	11
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juiza Selma** (PODEMOS-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (8,25,33)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (4)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 11</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (36,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (21)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,40) Rodrigo Cunha (36,45)</p> <p>Líder do PSL - 3 Major Olimpio (1)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (20)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PATRIOTA - 0</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton (3)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (11)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (22)</p> <p>Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (18,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,19)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (23)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (18,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (17)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (6,15) Jorginho Mello (10,14) Zequinha Marinho (16,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (6,15)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (10,14)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (16,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (2)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 11</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (9)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (24,47) Oriovisto Guimarães (27,46) Rose de Freitas (28,48)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (8,25,33)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (32)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (35,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (22)</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
2. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
3. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
5. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
6. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
7. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
10. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
20. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
21. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
23. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU**

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 487, de 2013

PRAZOS

Apresentação de Emendas a Projeto de Código : 2019-09-26 a 2019-10-23T23:59:59.000000 (Art. 374, III, do RISF)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



4) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽⁸⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. VAGO ^(8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(15,23)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. VAGO ^(2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(14,46)
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ^(13,46)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ⁽¹¹⁾	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Irajá ^(1,23)	2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Viana ^(1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. VAGO ^(19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4.
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁵⁾	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ^(6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²²⁾	2.

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).

2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).

3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Romário ^(20,26)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 11.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Cufúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,18)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(1,20,21)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁰⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Orioivisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Orlan do Carmo foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,23)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senadora Rose de Freitas ^(19,20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

